

## SUMÁRIO

<b>Qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF Floresta em Ubaira – BA</b> .....	01
<i>Nei Fábio do Nascimento Andrade, Aline Fonseca Gomes, Sérgio Roberto Lemos de Carvalho</i>	
<b>A responsabilidade civil do município de Santo Antonio de Jesus-BA em relação aos animais domésticos abandonados</b> .....	15
<i>Adrielli dos Santos Oliveira Andrade, Aline Passos Santos</i>	
<b>A cultura da depredação do ônibus escolar: a educação formal começa no caminho para escola</b>	29
<i>André B. Sandes</i>	
<b>Diagnóstico do sistema de qualidade no setor industrial: o caso de uma indústria de calçados do município de Cruz das Almas – BA</b> .....	41
<i>Alana de Jesus da Silva, José Sérgio Santos da Silva</i>	
<b>Ensino da Saúde Coletiva nos cursos de graduação: interdisciplinaridade e integração academia, serviço e comunidade em foco</b> .....	53
<i>Suélem Maria Santana Pinheiro Ferreira, Carla Maria Lima Santos, Carla Santos Almeida, Ailton Viniccius Oliveira Moreira, Polliana Alves de Oliveira, Rafaela Silva Santos, Juliana Costa dos Santos Borges</i>	
<b>Estágio curricular: um estudo no curso de graduação em Administração em uma instituição de ensino superior no Recôncavo da Bahia</b> .....	62
<i>Milena Fonseca Machado, Andrea de Oliveria Silva, Ana Virginia Pereira dos Santos</i>	
<b>Finanças pessoais: um estudo sobre as contribuições da educação financeira para a qualidade de vida</b> .....	74
<i>Laízila Monik Neiva de Jesus</i>	
<b>Percepção dos frentistas de postos de combustíveis de municípios do Recôncavo da Bahia sobre suas condições de trabalho</b> .....	83
<i>Lusicleide Galindo da Silva Moraes, Jesus Manuel Delgado-Mendez, Luiz Gino Farina de Oliveira, Alexandre José Ribeiro Jacobina de Brito, José Carlos de Cerqueira Moraes</i>	
<b>Bioética e parto humanizado: concepções e práticas de enfermeiras obstetras</b> .....	93
<i>Andresa Lúcia Santos dos Santos Camila Torres da Paz, Beatriz Guimarães Gentil Fraga, Fábio Lisboa Barreto, Rita de Cássia Calfa Vieira Gramacho, Andréa Jaqueira da Silva Borges</i>	
<b>Perfil sociodemográfico do câncer de mama na Bahia nos anos de 2013 a 2018</b> .....	104
<i>Elisandra Araujo de Assis, Maria da Luz Barreto, Karen Bárbara Eloy Lima</i>	
<b>A correlação entre os indicadores assistenciais encontrados na literatura e a segurança do paciente: revisão integrativa</b> .....	114
<i>Mayara de Jesus Muniz Fonseca, Fabio Lisboa, Larissa Maiara Miranda Rauédys</i>	
<b>Auriculoterapia no tratamento da lombalgia: revisão de literatura</b> .....	133
<i>José Júnior de Oliveira Carvalho, Karen Bárbara Eloy Lima</i>	



# QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF FLORESTA EM UBAÍRA BA

## QUALITY OF LIFE OF PRONAF FOREST BENEFICIARIES IN UBAÍRA BA

Nei Fábio do Nascimento Andrade<sup>1</sup>

Aline Fonseca Gomes<sup>2</sup>

Sérgio Roberto Lemos de Carvalho<sup>3</sup>

As políticas públicas são ferramentas de intervenção, principalmente do Estado, para trazer equidade social, econômica ou ambiental, ou para sanar desigualdades históricas, a exemplo daquelas voltadas para a agricultura familiar no Brasil. Dentre elas, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem como sua principal diretriz a melhora na qualidade de vida das famílias beneficiadas. O presente artigo teve como objetivo avaliar a eficácia de uma política pública percebendo se houve melhora do índice de qualidade de vida, e também traçar o perfil socioeconômico dos agricultores. A pesquisa foi realizada com 34 produtores rurais do município de Ubaíra BA, beneficiários de um subprograma do PRONAF, o Floresta, destinado para o plantio da lavoura de eucalipto em suas propriedades no ano de 2007. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa e qualitativa, com aplicação de questionários com os agricultores e entrevistas com as entidades envolvidas na aplicação da política pública. Com os dados coletados através do questionário, além de se ter o perfil socioeconômico dos agricultores, foi possível criar um Índice de Qualidade de Vida – IQV baseado no utilizado por Fernandes (1999), buscando perceber a variação desse índice antes do financiamento e agora, cerca de 11 anos depois, com o fechamento da cadeia produtiva da lavoura financiada. Através da análise dos resultados encontrados, percebe-se que a melhora da qualidade de vida foi pequena e que, segundo os agricultores, o PRONAF Floresta não foi o responsável por essa mudança.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Qualidade de Vida. PRONAF.

*Public policies are intervention tools adopted mainly by the State in order to improve social, economic or environmental equity. By doing so the State intends to repair historical inequalities, such as the ones related to family farming in Brazil. One of these public policies is the PRONAF – National Program for the Empowerment of Family Farming, whose main guideline is improving the life quality of its beneficiaries. The aim of this study was to describe the social and economic profile of the farmers and to evaluate the efficacy of this public policy by assessing life quality changes. The research was carried out with 34 farmers from Ubaíra-BA enrolled in a PRONAF's subprogram called Floresta to grow eucalyptus in their properties in 2007. This is a descriptive research within a qualitative and quantitative approach. Data were collected by means of questionnaires applied to the farmers, and through interviews with members of entities involved with the project. A Life Quality Index to measure the variation of life quality before and after the financing was developed in accordance with Fernandes (1999). After analyzing the results, it was noticed that life quality of farmers showed a slight improvement which was not attributed by them to PRONAF Floresta.*

**Keywords:** Public Policies. Quality of Life. PRONAF.

Recebido: 29/03/2019

Aceito: 18/06/2019

<sup>1</sup>Mestrando pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Faculdade Maria Milza – FAMAM, Governador Mangabeira – BA; C Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7388268812477395>; [neifabio10@yahoo.com.br](mailto:neifabio10@yahoo.com.br)

<sup>2</sup>Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador, Salvador – BA; C Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1317795059868209>; [alinefonsecagomes@hotmail.com](mailto:alinefonsecagomes@hotmail.com)

<sup>3</sup>Doutor em Geologia pela Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA; C Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1222834152582841>; [sergiorobertolc@hotmail.com](mailto:sergiorobertolc@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é, em sua essência, aquela em que o cultivo da terra é feito por uma família. Nessa atividade está centralizada cerca de 70% da produção de alimentos do Brasil, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015). Trata-se de um segmento da economia de suma importância para o desenvolvimento de uma determinada região. Porém, para que isso ocorra de forma sustentável é necessário o envolvimento de diversos atores, e que seja calcado no tripé de viabilidade financeira, redução dos impactos ambientais e inclusão social.

Nesse contexto, pode-se apontar como atores a sociedade civil organizada, as empresas e suas instituições representativas, as empresas de assistência técnica e/ou capacitação, os agricultores e o Estado, dentre outros. Todos eles têm um papel relevante no desenvolvimento local, mas acredita-se que o Estado é um dos mais importantes, devido a seu poder de criar políticas que fomentem a melhoria da dinâmica econômico-social. Na agricultura familiar, essas políticas podem auxiliar na manutenção do homem no campo, bem como valorizar a atividade produtiva que, historicamente, percebe-se, não obteve muitos benefícios governamentais, quando comparado ao montante destinado à agricultura empresarial.

Durante muito tempo, principalmente entre as décadas de 1930 e 1970, as políticas públicas eram voltadas, em sua maioria, para os centros urbanos e as destinadas à zona rural atendiam aos grandes agricultores. Assim, foi possível notar que os pequenos produtores, sem perspectivas de crescimento em seu habitat natural, migravam para grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida, inchando as cidades, o que acarretava o abandono de suas pequenas propriedades. Aumentava-se, assim, o desemprego urbano, e reduzia-se a capacidade produtiva do setor primário da economia (MOREIRA, 1999).

Visando mudar essa dinâmica e criar mecanismos de manutenção do pequeno agricultor em suas propriedades, no ano de 1996, foi criado o Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF – através do Decreto 1.946. O objetivo institucional dessa política pública é apoiar o agricultor familiar para que possa melhorar sua qualidade de vida e impulsionar o desenvolvimento rural, com geração de renda, criação de ocupações produtivas, fixação do homem no campo e articulação do espaço rural e urbano (MDA, 2018).

O PRONAF, com o passar dos anos, foi se aperfeiçoando e subdividindo em linhas de crédito, adaptando-se a segmentos ou áreas de interesse governamental, a exemplo do PRONAF Custeio, PRONAF Investimento, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Semiárido, PRONAF Floresta, dentre outros.

Diante desse contexto, o presente artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada junto aos beneficiários do PRONAF Floresta no município de Ubaíra – BA, com o intuito de analisar a eficácia de uma política pública voltada para o agricultor familiar, e que tem como diretriz principal a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. Para mensurar essa melhora foi criado um índice de qualidade de vida.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com 34 agricultores familiares beneficiados com o PRONAF Floresta em Ubaíra-BA, no ano de 2007, conforme divulgado pelo Jornal A Tarde (Figura 1). O município foi um dos pioneiros no estado a utilizar os recursos do PRONAF para a silvicultura, tendo em vista que esse subprograma foi criado no ano de 2006, através da Lei 11.326. Foi realizada uma ação conjunta da CEPLAC, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, Banco do Brasil e Secretaria de Agricultura do município, com o direcionamento para a inserção da lavoura de eucalipto em suas propriedades.

O município de Ubaíra está localizado na região do Vale do Jiquiriçá. Segundo dados do IBGE (2016), tem uma população estimada de 20.793 habitantes com uma área territorial de 659.138 km<sup>2</sup>. A economia do município é baseada na agropecuária, tendo destaque na pecuária o rebanho de bovinos (17.352 cabeças) e galináceos (72.986 cabeças), ambos conforme dados do censo pecuário de 2015 do IBGE. Referindo-se a agricultura, temos as lavouras de banana, cacau e mandioca como as principais atividades desenvolvidas (IBGE, 2016)

**Figura 1.** Beneficiários do PRONAF Floreste em Ubaíra 2007.



Fonte: Governo da Bahia (2007)

Na fase de coleta de dados, foi solicitado a esses agricultores preencherem um formulário adaptado de Moroni (2006). Após a coleta, esses dados foram analisados e tabulados, de forma a possibilitar a análise socioeconômica dos agricultores e a evolução da qualidade de vida.

Em relação à análise de qualidade de vida, foi utilizado o Índice de Qualidade de Vida desenvolvido por Fernandes (1999), com alguns ajustes na sua fórmula, contemplando os indicadores de saúde, educação, condições sanitárias, de moradia e acesso a bens duráveis, comparando a situação antes do financiamento de eucalipto, em 2007, e em 2018. Os indicadores Recreação e Segurança foram excluídos da pesquisa, pelo perfil da população estudada. O ciclo da lavoura de eucalipto varia de 06 a 13 anos, dependendo da finalidade (HIGA; MORA; HIGA, 2000).

Seguindo a metodologia utilizada por Fernandes (1999), após a escolha dos indicadores foram estipulados escores e pesos às variáveis que integram cada indicador, sendo formados postos organizados em ordem crescente de valores, saindo do indicador de pior desempenho para o de melhor desempenho. Esses postos foram representados por escores (de 1 a 5) e os pesos foram distribuídos de forma equitativa dentro dos indicadores pesquisados.

Esse método transforma as variáveis qualitativas em quantitativas, chegando ao índice de significância das variáveis sociais. O IQV encontrado foi o coeficiente entre o somatório dos escores multiplicados pelos pesos e divididos pelo somatório do escore máximo, vezes o peso maior (FERNANDES, 1999).

Tomando-se como base o índice utilizado por Fernandes (1999), segue representação do Índice de Qualidade de Vida:

$$IQV = \frac{\sum_{j=1}^J [C_i]}{J}$$

$$C_i = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[ \frac{\sum_{i=1}^m E_{ij} \cdot P_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{maxi} \cdot P_{maxi}} \right]$$

onde,

IQV = Índice de Qualidade de Vida dos beneficiários do PRONAF Florestal, definido para cada período, antes de 2007 e atualmente.

$C_i$  = Contribuição do indicador (i) para o IQV dos beneficiários

$E_{ij}$  = Escore do i-ésimo indicador, obtido pelo j-ésimo produtor entrevistado

$P_{ij}$  = Peso do i-ésimo indicador, obtido pelo j-ésimo produtor entrevistado

$i$  = 1, 2, ... m indicadores

$j$  = 1, 2, ... n produtores entrevistados

$m$  = número de variáveis de cada indicador

$P_{maxi}$  = peso máximo do i-ésimo indicador

$E_{maxi}$  = escore máximo do i-ésimo indicador

$z$  = número de indicadores

$n$  = número de produtores entrevistados

O Índice de Qualidade de Vida encontrado foi avaliado conforme abaixo:

- |   |       |                                       |
|---|-------|---------------------------------------|
| 0 | --  1 | Índice péssimo de qualidade de vida   |
| 1 | --  2 | Índice ruim de qualidade de vida      |
| 2 | --  3 | Índice regular de qualidade de vida   |
| 3 | --  4 | Índice bom de qualidade de vida       |
| 4 | --  5 | Índice excelente de qualidade de vida |

E como foram mensurados dois períodos, o primeiro em 2007 (antes da implantação da lavoura de eucalipto), e o segundo em 2018, foi observada a variação do IQV ( $\Delta$ ), podendo ter havido redução, manutenção ou ganho de qualidade de vida.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Bucci (2002 *apud* MIRANDA; GOMES, 2016, p.399) conceitua políticas públicas como “um conjunto de programas e ações governamentais visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

O Brasil, por sua vasta extensão territorial, apresenta várias regiões e identidades regionais, algumas com características industriais, outras comerciais, e outras agrícolas. Durante muito tempo, o Estado privilegiou as regiões industriais e comerciais, principalmente na Região Sul e Sudeste do país, fortalecendo sua economia e traçando políticas públicas direcionadas, atraindo empresas, gerando empregos urbanos, que favoreceram a concentração de renda nas mãos de poucos, aumentando as disparidades regionais.

Com o passar dos anos e com os avanços tecnológicos, os postos de trabalho gerados pela indústria foram diminuindo e surgiu a necessidade de estratégias para encontrar novas formas de geração de emprego e renda, e isso aliado à diminuição das desigualdades econômicas regionais, sejam as existentes entre as cinco regiões geográficas do Brasil, seja dentro das próprias regiões.

Nesse contexto, a partir da década de 1990, o Estado começou a atuar no setor agrícola do país de forma diferente a como atuava entre as décadas de 1930 a 1980, quando os grandes agropecuaristas eram privilegiados, em grande parte devido ao perfil de nossa agricultura, que tinha o café, o açúcar e o cacau como principais produtos de exportação.

De acordo com Secchi (2016), a implantação de uma política se inicia na identificação do problema, depois temos a formação da agenda, a formulação de alternativas, a tomada de decisão, a

implementação, a avaliação e a extinção. Segundo ele, uma política pode ser extinta se o problema que a originou é tido como resolvido, ou se as ações são percebidas como ineficazes, ou se o problema, embora não resolvido, perdeu importância para as agendas políticas e formais.

Nesse contexto, apresenta-se como foi a evolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, uma política voltada para os pequenos agricultores, visando fortalecer as famílias assistidas, para gerar renda e diminuir as diferenças sociais.

## AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF

A agricultura familiar, como diz Moreira (1999, p.193), “é o campo da interação social, da busca de identidade, do exercício da intersubjetividade, da luta social e política. É o campo da incerteza e da imprevisibilidade. É também o campo da possibilidade da emergência do novo”.

Em Brasil (2015, *apud* MIRANDA; GOMES, 2016), fica claro que a agricultura familiar é aquela praticada por agricultores que utilizam mão-de-obra familiar, podendo ter até dois empregados permanentes, de posse de áreas de até quatro módulos fiscais, residentes na propriedade ou em povoado próximo, sendo que, no mínimo, 80% de sua renda bruta familiar anual seja proveniente da atividade agrícola. Spanevello, Matte e Boscardin (2016) trazem também esse conceito e reforçam que a agricultura familiar corresponde a 84,4% das propriedades rurais brasileiras (378.546 propriedades, aproximadamente), com tamanho médio de área de 19 hectares.

Mesmo com essa representatividade, a agricultura familiar não foi objeto de políticas que a beneficiassem. Marioni *et al.* (2016) esclarecem que a agricultura familiar esteve pouco presente no processo de desenvolvimento da agricultura brasileira ao longo do tempo e que, inclusive, os incentivos governamentais eram concentrados para as grandes propriedades rurais, no intuito de aumentar os saldos da balança comercial, já que o foco era o mercado externo.

Neste sentido, segundo Miranda e Gomes (2016), surgem na década de 1990 políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar que atuam nos aspectos social, cultural, econômico, político e ambiental, de modo a discutir e redimensionar o modelo de desenvolvimento rural até então existente. Dentre essas iniciativas, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Governo Federal com o intuito de garantir e desenvolver a agricultura familiar.

O PRONAF, criado e reformulado no contexto de democratização, incluiu em sua essência o acesso dos mais pobres ao crédito bancário subsidiado pelo Governo Federal, para utilização em suas propriedades rurais. De acordo com Silva e Bernardes (2014), a legislação que o criou está em conformidade com os avanços do conceito de desenvolvimento econômico sustentável, cuja ênfase recai na participação da população interessada e no estímulo à formação de capital social. Nessa vertente, eles indicam a existência obrigatória dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural como elemento necessário para o acompanhamento dessa política.

Na visão de Gazola e Schneider (2013, p.46), “o PRONAF emerge na década de 1990 como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir da qual outras políticas e programas importantes foram desenhados, visando integrar as ações governamentais”. Eles citam alguns exemplos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Lei da Agricultura Familiar, o Seguro Rural, a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Porém, os mesmos autores consideram que o PRONAF está ocasionando vulnerabilidade social no momento em que não incentiva a alteração das atividades econômicas historicamente instituídas dos agricultores.

De acordo com Guanziroli (2007, *apud* MARIONI *et al.* 2016, p.223), “o PRONAF surge em um contexto em que os principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares eram relativos ao custo e à escassez de crédito”. Assim, surgiu um crédito barato direcionado ao pequeno proprietário de terras que, até então, usava os poucos recursos que sobravam da venda de seus produtos para reinvestir na lavoura. Com o crédito disponível para custeio ou investimento, eles foram melhorando suas

atividades e contribuindo para o desenvolvimento regional.

“O Programa se transformou e trouxe inquestionáveis efeitos positivos ao desenvolvimento rural brasileiro”, afirmam Gazolla e Schneider (2013, p.63). Houve uma melhora nas condições de produção, o que permitiu a permanência dos agricultores no campo, uma maior oferta de alimentos, beneficiando as famílias e o comércio das cidades, alguns produtos tiveram ganho de produtividade e qualidade, o que resultou no aumento das receitas e na geração de mais empregos no campo.

## QUALIDADE DE VIDA

De acordo com Figueira Junior e Ferreira (2006), a qualidade de vida é uma busca crescente em vários países do mundo, em especial na melhoria da condição de vida de populações. Os autores explicam ainda que existe relação entre a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável, trazendo à discussão indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a expectativa de vida ao nascer, o nível de escolaridade, dentre outros.

Os conceitos de qualidade de vida são diversos. Segundo Argyle (1986), qualidade de vida seria a percepção individual das condições de saúde e de outros fatores da vida pessoal. Para Minayo *et al.* (2000), trata-se do bem-estar pessoal, da posse de bens materiais e participação em decisões coletivas. De acordo com Gross (2004), qualidade de vida foi definida como o grau de satisfação e realização alcançado por um indivíduo em seu processo de vida. No mesmo ano, Nahas (2004) acrescentou que a qualidade de vida reflete um conjunto de aspectos individuais, socioculturais e ambientais que explicam as condições que o indivíduo vive. Em seu estudo, Gonçalves e Viltarta (2004) concebem que a qualidade de vida está relacionada à forma que as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo a saúde, educação, transporte, moradia e trabalho (FIGUEIRA JUNIOR; FERREIRA, 2006).

Dados recentes apontam que a qualidade de vida tem, em sua interação, fatores da ordem pessoal, em especial os relacionados ao trabalho, família, lazer, amigos, nível de saúde, moradia, e fatores de ordem coletiva (ambiental) como as condições dos serviços de saúde, educação, transporte coletivo ou vias de acesso, saneamento básico, dentre outros. A associação dos aspectos individuais e coletivos caracteriza o estilo de vida do indivíduo ou de uma população, refletindo em maior ou menor grau de saúde e qualidade de vida (FIGUEIRA JUNIOR; FERREIRA, 2006).

Historicamente, o termo qualidade de vida tornou-se popular quando os políticos norte-americanos o usaram no discurso e nas práticas políticas. De acordo com Pereira, Teixeira e Santos (2012), um dos primeiros a abordar o tema foi o então presidente Lyndon Johnson em 1964, falando do compromisso da sociedade em assegurar estruturas sociais mínimas às pessoas, de forma a lhes permitir perseguir a felicidade.

Em estudos no Brasil, de acordo com Magalhaes *et al.* (2013), as vulnerabilidades sociais estão presentes no cotidiano das famílias, e a sua superação faz com que a qualidade de vida melhore. Por isso, são necessários programas de proteção social, a exemplo do Programa Bolsa Família, ressaltando o papel do Estado para redução da pobreza. Para eles, a pobreza é uma doença resultante de carências diversas (saúde, educação, saneamento e habitação, dentre outras), que estão interligadas e trazem limitações de liberdade, de oportunidades e de sonhos.

Assim, iremos analisar a qualidade de vida através de um índice e sua variação ao longo de uma década (2007 à 2018). Para Fernandes (1999), esse índice varia com o tempo e com o meio em que a população vive, associado ao seu padrão cultural e à classe social e econômica na qual o indivíduo se enquadra.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os participantes do estudo foram, como já citado anteriormente, 34 agricultores familiares que aderiram ao PRONAF Floresta no ano de 2007. Será feito um breve relato do perfil socioeconômico, das propriedades dos agricultores e sobre o PRONAF, e iremos focar nos resultados do IQV dos beneficiários, objetivo principal deste artigo.

A Tabela 1 mostra que a grande maioria dos produtores (85,29%) são do sexo masculino, retratando o perfil do homem como chefe de família, principalmente no meio rural. Outro fator observado que merece atenção é a idade dos beneficiários que, em 90% dos casos, supera os 60 anos, o que nos faz pensar sobre a continuidade da atividade rural.

Com relação à escolaridade, os dados trazem uma realidade de analfabetismo forte (17,65%), e também um alto número de pessoas que apenas sabem ler e escrever (50,00%). Analisando a faixa etária, esse índice se concentra nas pessoas com mais de 60 anos de idade, o que pode ser explicado pelo viés histórico de educação no campo no Brasil, onde o incentivo aos estudos começou a ocorrer de forma mais intensa a partir da década de 1990. Um fator positivo é que encontramos um produtor com curso técnico e um com nível superior. Na região existe um campus do Instituto Federal Baiano, com cursos na área de Agropecuária, Biologia e Zootecnia.

**Tabela 1.** Perfil socioeconômico dos produtores.

<b>Discriminação</b>	<b>Produtores</b>	<b>%</b>
<b>1. Sexo</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>
Masculino	29	85,29
Feminino	5	14,71
<b>2. Idade (em anos)</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>
30 - 40	2	5,88
41 - 50	1	2,94
51 - 60	8	23,53
61 - 70	12	35,29
Acima de 71	11	32,35
<b>3. Escolaridade</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>
Analfabeto	6	17,65
Sabe ler e escrever	17	50,00
Fundamental incompleto	6	17,65
Fundamental completo	1	2,94
Ensino Médio	2	5,88
Curso Técnico	1	2,94
Ensino Superior	1	2,94

Fonte: Trabalho de campo

No que se refere ao perfil das propriedades (Tabela 2), há predominância de imóveis com até 10 hectares, o que ratifica o perfil do pequeno agricultor brasileiro encontrado também por Spanevello, Matte e Boscardin (2016). Mais de 80% dos beneficiários são proprietários do imóvel, e os demais trabalham em unidade familiar.

**Tabela 2.** Perfil das propriedades dos produtores.

<b>Discriminação</b>	<b>Produtores</b>	<b>%</b>
<b>Área (hactares)</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>
01 à 10	19	55,88
11 à 20	10	29,41
21 à 30	3	8,82
Acima de 30	2	5,88
<b>Condição da Propriedade</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>
Própria	30	88,24
Familiar	4	11,76
<b>Tração Utilizada</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>
Mecânica	2	5,88
Manual	32	94,12
<b>Equipamentos</b>		<b>%</b>
Nenhum	14	41,18
Roçadeira	11	32,35
Motosserra	7	20,59
Pulverizador	4	11,76
Outros	1	2,94
<b>Benfeitorias</b>		<b>%</b>
Casa	29	85,29
Estufa	19	55,88
Cerca	16	47,06
Açude/Barragem	4	11,76
Outros	3	8,82
Curral	3	8,82

Fonte: Trabalho de campo

Observação: para os itens Equipamentos e Benfeitorias era permitido mais de uma resposta, possibilitando ter um percentual superior a 100%.

Essas informações são importantes, pois há um vínculo de pertencimento com o imóvel, o que, a priori, faz com que o produtor tenha o desejo de fazer melhorias na lavoura e na propriedade como um todo, de modo a aumentar a produção e trazer maior conforto.

Ao analisar o tipo de tração utilizada (94,12% manual) e os tipos de benfeitorias e equipamentos existentes, percebe-se o baixo nível de utilização de tecnologias. Um aparato tecnológico poderia melhorar a produtividade das famílias e trazer melhores condições de trabalho. Ressalta-se, ainda, que cerca de 40% não utiliza qualquer tipo de equipamento.

Na Tabela 3 temos um detalhamento sobre os principais pontos abordados no questionário sobre o financiamento. Um item que merece destaque é que 100% dos agricultores relataram não ter dificuldades de contratação do PRONAF, o que demonstra um envolvimento de todos os participantes na implantação da política pública. No entanto, cerca de 20% dos produtores disseram não ter conhecimento à época da contratação das obrigações contratuais, como prazo e juros. Para alguns deles, o nível de escolaridade pode ter influenciado, já que não sabiam ler, e apenas a leitura do contrato feito pela instituição financeira não levou ao total entendimento.

Um fator preocupante é que apenas 55% dos financiamentos foram quitados, e 64,71% dos agricultores alegaram ter dificuldades de pagamento. Para eles, o principal motivo é o custo que o comprador alega em ter para fazer a derrubada da madeira, fazendo com isso a oferta de um preço muito baixo pelo produto gerando prejuízo para o agricultor. As lavouras foram implantadas em diversas localidades do município de Ubaíra, sem um planejamento geográfico, muitas delas distantes mais de 30km da sede e da principal rodovia de acesso, o que ratifica essa realidade.

**Tabela 3.** Perfil do financiamento do PRONAF.

<b>Discriminação</b>	<b>Produtores</b>	<b>%</b>
<b>Obrigações do PRONAF Floresta</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>
Conheciam	27	79,41
Não conheciam	7	20,59
<b>Quitação do Financiamento</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>
Sim	19	55,88
Não	15	44,12
<b>Dificuldade de Pagamento</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>
Sim	22	64,71
Não	12	35,29
<b>Dificuldade de Contratação</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>
Não	34	100,00
<b>PRONAF Floresta x Renda</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>
Ficou na mesma	21	61,76
Aumentou	9	26,47
Diminuiu	4	11,76
<b>PRONAF Floresta x Implantação</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>
Sim	29	85,29
Não	5	14,71

Fonte: Trabalho de campo

Ressalta-se que 29 agricultores alegam que implantaram a lavoura de eucalipto em suas propriedades devido ao PRONAF, sem ter nenhum conhecimento anterior sobre esse cultivo. Essa realidade reforça a crítica de Resende e Mafra (2016), quando dizem que a política é aumentar o número de contratos, sem se preocupar com o desenvolvimento e a aptidão cultural das localidades, familiarizadas com as lavouras de cacau, banana e mandioca. Como reflexo, cerca de 60% dos agricultores não tiveram incremento de renda, e aqueles que tiveram foi devido a trabalhar com o beneficiamento de madeira, com a fabricação de peças para a construção civil, agregando valor a madeira, não ficando refém dos compradores de eucalipto.

Após conhecer o perfil dos produtores, realizou-se o cálculo do seu IQV, buscando entender sua realidade em 2007, antes de tomar o financiamento do PRONAF Floresta e em 2018, com o fechamento da cadeia produtiva do eucalipto, percebendo todo o ciclo da política pública. No Quadro 1, temos os cinco indicadores estudados, e no Quadro 2 apresentamos a variação e o percentual de participação na evolução final do IQV.

**Quadro 1.** Indicadores do IQV e suas avaliações

NR.	SAÚDE		EDUCAÇÃO		MORADIA		SANITÁRIAS		BENS		IQV	
	2007	2018	2007	2018	2007	2018	2007	2018	2007	2018	2007	2018
1	3,15	3,15	2,80	2,25	3,50	3,75	2,00	3,13	3,55	4,35	3,00	3,33
2	3,15	3,15	2,80	2,80	4,00	4,00	2,63	2,63	5,00	5,00	3,52	3,52
3	3,90	5,00	2,05	2,05	4,25	4,25	2,63	2,63	5,00	5,00	3,57	3,79
4	3,15	3,15	2,80	2,80	2,75	4,25	3,00	3,25	2,90	5,00	2,92	3,69
5	3,90	3,90	2,80	4,45	4,50	4,50	1,75	2,00	4,35	5,00	3,46	3,97
6	3,15	4,25	2,05	2,05	2,25	4,00	1,78	2,63	2,90	4,35	2,43	3,46
7	3,15	3,90	2,05	1,50	2,75	3,75	1,35	1,98	2,10	3,55	2,28	2,94
8	3,15	3,15	1,50	1,50	3,25	3,75	1,55	1,55	4,20	5,00	2,73	2,99
9	3,90	3,90	2,80	2,80	3,00	4,25	1,15	1,80	3,70	5,00	2,91	3,55
10	2,40	2,40	2,05	3,15	4,00	4,00	2,38	2,38	4,35	5,00	3,04	3,39
11	3,90	3,90	4,45	4,45	4,25	4,50	1,15	2,88	3,55	5,00	3,46	4,15
12	3,15	3,15	2,25	2,25	4,25	4,50	3,13	3,13	5,00	5,00	3,56	3,61
13	3,15	4,25	3,70	3,70	4,00	4,25	2,50	2,50	4,35	4,35	3,54	3,81
14	3,90	3,90	2,25	2,25	4,00	4,50	0,25	4,50	2,90	5,00	2,66	4,03
15	3,15	3,15	2,80	2,25	3,25	4,00	3,25	3,25	5,00	5,00	3,49	3,53
16	3,90	4,25	2,80	2,80	3,75	4,50	3,05	3,05	3,70	5,00	3,44	3,92
17	3,90	3,90	2,80	2,80	4,00	4,00	2,60	2,60	2,10	5,00	3,08	3,66
18	3,90	3,90	2,80	2,80	2,25	3,25	0,75	2,38	4,35	4,35	2,81	3,34
19	3,90	3,90	2,80	2,80	3,50	3,75	2,38	2,38	5,00	5,00	3,52	3,57
20	2,60	3,35	2,05	2,80	3,50	4,25	2,40	3,75	3,55	4,20	2,82	3,67
21	3,15	3,35	2,05	2,80	3,25	4,25	1,40	2,93	2,25	4,35	2,42	3,54
22	3,90	5,00	2,05	2,80	4,25	4,25	3,75	3,75	4,35	5,00	3,66	4,16
23	3,90	2,60	1,50	2,80	2,75	3,75	1,55	3,25	2,90	5,00	2,52	3,48
24	3,15	3,15	1,50	5,00	3,75	4,25	3,25	3,25	5,00	5,00	3,33	4,13
25	2,60	3,35	2,05	2,80	4,00	4,00	1,30	1,75	3,55	3,55	2,70	3,09
26	3,35	2,40	2,05	2,80	3,50	4,25	3,25	3,25	5,00	5,00	3,43	3,54
27	3,90	3,90	3,15	3,90	4,00	4,50	3,13	3,13	4,35	5,00	3,71	4,09
28	2,60	5,00	3,90	3,90	4,00	4,50	2,15	2,15	4,35	5,00	3,40	4,11
29	2,60	3,35	2,05	2,80	3,25	4,25	1,53	2,63	2,25	4,35	2,34	3,48
30	4,25	4,25	2,05	2,05	4,00	4,50	2,43	2,63	2,90	5,00	3,13	3,69
31	3,15	3,15	1,50	1,50	3,00	4,00	1,15	2,63	2,10	3,55	2,18	2,97
32	3,90	3,90	2,05	2,80	3,50	4,25	1,13	2,63	2,75	5,00	2,67	3,72
33	3,15	4,25	1,50	1,50	4,00	4,00	1,98	5,00	3,55	4,35	2,84	3,82
34	3,15	3,90	2,05	2,80	3,00	4,00	3,25	3,25	2,25	3,55	2,74	3,50
<b>TOT</b>	<b>3,54</b>	<b>3,83</b>	<b>2,55</b>	<b>2,93</b>	<b>3,57</b>	<b>4,14</b>	<b>2,14</b>	<b>2,84</b>	<b>3,68</b>	<b>4,67</b>	<b>3,10</b>	<b>3,68</b>

Fonte: Trabalho de campo

**Quadro 2.** Variação dos indicadores e % de participação no IQV.

SAÚDE	%	EDUCAÇÃO	%	MORADIA	%	SANITÁRIA	%	BENS	%	IQV	%
0,29	9,92	0,37	12,64	0,57	19,70	0,70	23,99	0,99	33,75	0,59	100,00

Fonte: Trabalho de campo

Para o indicador saúde, foram analisados os tipos de serviços utilizados pelo beneficiário (1. Atendimento por agente de saúde; 2. Posto de saúde com serviços básicos; 3. Hospital da rede pública; 4. Plano de saúde; 5. Atendimento particular), e o grau de satisfação quanto ao serviço.

Houve uma pequena variação de 2007 para 2018, com índice no intervalo de 3 - 4, ou seja, classificado como bom. Há predominância no atendimento por agentes de saúde e em hospital da rede pública, o que pode ser compreendido pelo baixo nível de renda dos agricultores e também pelo avanço do Programa de Agentes de Saúde, criado em 1991 pelo Ministério da Saúde, no qual membros da comunidade são capacitados para atuarem na sua própria região como interlocutores do governo.

O segundo indicador analisado foi educação. Estudaram-se duas variáveis, condição de estudo e grau de satisfação, tendo cada variável 50% de peso na nota do indicador.

Salienta-se que o indicador citado não está relacionado, a exemplo do indicador saúde, com as ações do crédito recebido, mas é um indicador fundamental para mensuração da qualidade de vida, dando possibilidades aos agricultores de obter conhecimentos que podem ser utilizados nas suas lavouras, nas ações de saúde, nas relações comerciais, dentre outras.

Trata-se do único indicador analisado que não apresentou insatisfação nos dois períodos da pesquisa, e com uma melhora significativa no índice de satisfação em 2018, com 73,53% dos agricultores satisfeitos com as condições de estudo de suas famílias.

Percebe-se o aumento de pessoas frequentando faculdades públicas e particulares, e também com familiares em escola agrícola. Esses dados demonstram uma qualificação do homem do campo, podendo aplicar seus conhecimentos nas suas propriedades, ou buscando novas perspectivas de trabalho, de forma a gerar maior renda.

Na composição do IQV, o indicador educação teve sua contribuição individual de 2,55 em 2007 e 2,94 em 2018, apresentando uma pequena variação, mas com sinais de melhora na qualidade de vida, principalmente pelo alcance de níveis mais altos de escolaridade.

No indicador condições de moradia foram estudados: o tipo de construção do domicílio (1. taipa; 2. tijolo; 3. tijolo e reboco; 4. tijolo, reboco e piso; e 5. tijolo, reboco, piso e forro); a quantidade de cômodos (1. até 02; 2. de 03 a 04; 3. de 05 a 06; e 4. acima de 7); a quantidade de dormitórios (1. nenhum; 2. de 01 a 03; 3. de 04 a 05; e 4. acima de 06); o tipo de energia (1. lampião a querosene; 2. lampião a gás; 3. eletricidade com gerador/bateria; e 4. energia elétrica); e o grau de satisfação com as condições de moradia (idem educação).

Houve, nas condições de moradia, uma mudança de patamar no período. Em 2007 ele foi qualificado como índice regular de qualidade de vida (3,57) e em 2018 ele está com 4,14, enquadrado como bom na tabela de parâmetros utilizada. Houve uma melhora principalmente no subitem tipo de construção. No primeiro período tinha cinco agricultores morando em casa de tijolo, um em casa de taipa e oito com tijolo e reboco. Atualmente, 80% moram em casa de tijolo, reboco e piso, e 17% possuem habitação de tijolo, com reboco, piso e forro.

No que se refere à quantidade de cômodos e dormitórios, não houve variação significativa nos períodos analisados. Atualmente, 100% dos beneficiários possuem energia elétrica em suas residências, contrapondo o percentual de cerca de 70% em 2007. Como consequência das melhorias, o índice de satisfação também teve peso importante na nota final do indicador. Hoje, cerca de 80% estão satisfeitos com as condições de moradia, frente a 50% em 2007. Assim, até mesmo pela faixa etária dos produtores, com menor quantidade de pessoas morando na residência, eles estão melhorando as condições de suas casas, com reformas sem ampliações, buscando mais conforto.

O quarto indicador analisado foram as condições sanitárias. Esse foi o indicador com maior variação entre os períodos analisados, e com menor nota final, impactando de forma negativa o IQV. Foram levantados: o tipo de água para beber e para consumo (0. sem tratamento; 1. tratamento com filtro e assemelhados; e 2. água da Embasa); a destinação do lixo (0. jogado nas ruas; 1. enterrado ou queimado; 2. recolhido em parte pela prefeitura; e 3. recolhido totalmente); os tipos de instalações sanitárias (0. não possui água encanada, cisterna, privada ou fossa; 1. possui água encanada; 2. possui banheiro, sem fossa; 3. possui fossa e privada; 4. possui fossa, banheiro e privada; e 5. possui fossa,

água encanada, banheiro e privada); e o grau de satisfação (1. insatisfeito; 2. média satisfação; e 3. satisfeito).

Houve uma melhora no uso de água para beber, saindo de 11 agricultores que usavam água sem tratamento em 2007, chegando a 05 em 2018. Atualmente, cerca de 76% fazem algum tratamento de água para o consumo, fruto do trabalho de conscientização das pessoas mais jovens que frequentam escolas e também do papel do agente comunitário de saúde, influenciando nos hábitos familiares. Com relação à água para uso doméstico, 60% dos agricultores utilizam a água sem tratamento, percentual semelhante ao do primeiro período.

O lixo produzido pelas famílias é na sua maioria enterrado ou queimado parcialmente (64,70%), mesmo índice de 2007. No ano de 2018 tivemos a presença de 06 agricultores com lixo totalmente recolhido pela prefeitura, mas isso se deve à sua mudança da propriedade rural para povoados distritais, onde há uma presença maior de serviços públicos.

Dentro desse indicador, os dois itens que mais tiveram evolução foram as instalações sanitárias e o grau de satisfação, sendo esse último o resultado e/ou sentimento de melhora dos demais. Em 2007, menos da metade dos agricultores (44,11%) tinham as instalações completas. No ano de 2018, esse percentual aumentou para 79,41%. No primeiro período também tínhamos 03 agricultores sem acesso a qualquer tipo de saneamento, e 08 apenas com banheiro sem fossa. Já em 2018, a pior situação encontrada foi 01 agricultor apenas com banheiro sem fossa.

Esses dados demonstram uma pequena melhora nas habitações, o que pode reduzir uma série de doenças relacionadas à falta de higiene/saneamento, sem falar também de contribuir com o meio ambiente, com a diminuição do nível de lixo e de esgoto a céu aberto. O grau de satisfação nesse indicador aumentou de 44% para cerca de 80% em 2018.

O último indicador pesquisado foi acesso a bens duráveis, que foi apresentado ao agricultor em três grupos de bens ( I. bicicleta, rádio, ferro de passar, fogão a gás e máquina de costura; II. televisão, som, geladeira, liquidificador e moto; e III. carro de passeio, caminhão, máquina de lavar roupa, DVD e TV por assinatura). Perguntou-se aos agricultores a quantidade de bens existentes em seu domicílio nos dois períodos e o grau de satisfação sobre esse indicador (mesmo peso dos indicadores anteriores).

Trata-se do indicador com maior nota e com maior variação no período estudado. Ele saiu de 3,68 em 2007 (nível bom) para 4,67 em 2018 (nível excelente). Cerca de 67% dos entrevistados têm pelo menos um bem de cada grupo, estando os itens geladeira, televisão e fogão a gás presentes em todos os lares no ano de 2018. O número de pessoas com acesso a veículo próprio evoluiu de forma significativa, saindo de três agricultores com carro de passeio em 2007 para doze com moto e sete com carro de passeio. Mais de 85% dos agricultores estão satisfeitos nesse indicador.

Enfim, há uma evolução de 0,59 pontos no Índice de Qualidade de Vida entre os anos de 2007 e 2018 da população pesquisada, mas permanecendo na mesma faixa ( 3 - 4), indicado com uma qualidade de vida boa. Percebe-se que os indicadores que tiveram maior impacto nos dois períodos foram saúde, moradia e acesso a bens duráveis, enquanto que educação e condições sanitárias impactaram também de forma negativa nos dois períodos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o perfil socioeconômico, encontramos uma população na sua grande maioria idosa, predominantemente do sexo masculino, e com um baixo grau de escolaridade, o que pode dificultar o acesso a novas tecnologias a serem implementadas em suas lavouras, impossibilitando margens maiores de lucro, o que poderia ser reinvestido na melhora das condições de vida. Esse entendimento pode ser ratificado quando se faz uma verificação dos equipamentos utilizados nas propriedades. Eles não agregam valor à atividade produtiva.

Um fator positivo que merece ser destacado no perfil das propriedades é que na sua maioria são

imóveis com até 20 hectares de posse do agricultor ou da família. Isso facilita a gestão do empreendimento pela própria unidade familiar e traz um sentimento de pertencimento para buscar manter as atividades agropecuárias. Nesse custeio da atividade, além da renda gerada no imóvel, pode-se afirmar que existe uma renda externa que auxilia na manutenção da propriedade e da família, a aposentadoria rural. Vale salientar que 79,41% dos agricultores são aposentados.

Anteriormente foi detalhado o IQV e as contribuições de cada indicador para a formação da nota final, resultando numa pequena melhora da qualidade de vida, porém em ambos períodos foi considerado como bom.

Conclui-se, então, que com base nas análises dos dados encontrados e com a visão do agricultor sobre o que levou a sua melhora na qualidade de vida nos últimos 11 anos, o PRONAF Floresta não foi fator determinante para esse resultado. Outras políticas públicas, como a aposentadoria do produtor rural é que vem trazendo melhores condições de sobrevivência para o homem do campo. Percebe-se assim que, para o grupo estudado, o PRONAF não está sendo suficientemente eficaz para atingir seu principal objetivo, e que devem ser realizadas mudanças na sua formatação para melhoria.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 mai. 2016. s. 1, p. 44, 45 e 46. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jun. 1996. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_esf.php?conteudo=agente\\_comunitario\\_saude](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_esf.php?conteudo=agente_comunitario_saude)> Acesso em: 10 out. 2018

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Des. Agrário. **Perfil Territorial**. 2015. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_188\\_Vale%20do%20Jiquiri%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A1%20-%20BA.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_188_Vale%20do%20Jiquiri%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A1%20-%20BA.pdf)>. Acesso: 10 abr. 2017.

FERNANDES, Aristóteles Viana et al. Metodologias Alternativas de determinação de qualidade de vida no meio rural: o caso da população da Reserva Extrativista do Rio Cajari AP. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 13, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53814/57777>> Acesso em: 14 abr. 2018.

FIGUEIRA JUNIOR, Aylton; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. Qualidade de vida e desenvolvimento sustentável mundial: perspectivas para a sobrevivência. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, ano III, n.07, jan/mar 2006. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_ciencias\\_saude/article/viewFile/451/304](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/viewFile/451/304)> Acesso em 10 out. 2018.

HIGA, Rosana Clara Victoria; MORA, Admir Lopes; HIGA, Antonio Rioyei. **Plantio de Eucalipto na Pequena Propriedade Rural**. Embrapa Florestas, Curitiba. 2000. Disponível em: <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/doc54\\_000fjvb9ypm02wyiv80sq98yq0mwtkuk.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/doc54_000fjvb9ypm02wyiv80sq98yq0mwtkuk.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. **Cidades**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ubaira/panorama>>. Acesso em: 24 out. 2017.

MAGALHAES, Kelly Alves et al. A Habitação como Determinante Social da Saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.22, n.1, p.57-72, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n1/07.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

MARIONI, Larissa da Silva *et al.* Uma Aplicação de Regressão Quantílica para Dados em Painel do PIB e do PRONAF. 2016. **Rev. Econ. Sociol. Rural** v. 5, n. 2, Brasília-DF, abr./jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540202>>. Acesso: 12 abr. 2017.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa; GOMES, Bruno Martins Augusto. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Trajetórias e Desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Soc. & Nat.**, Uberlândia-MG, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320160306>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MOREIRA, José Roberto. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, RJ: Ed. UFRRJ, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999

MORONI, Márcia Maria Ferreira. **Qualidade de vida e perfil sócio-econômico dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF D da mesorregião Centro Sul Cearense**. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas), Fortaleza. 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PEQUENOS agricultores de Ubaíra aderem ao PRONAF Florestal. **A Tarde On Line**, Salvador, 20 out. 2007. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1274380-pequenos-agricultores-de-ubaira-aderem-ao-PRONAF-florestal>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PEREIRA, Eder Lucinda; NASCIMENTO, Jean Santos. Efeitos do PRONAF sobre a Produção Agrícola Familiar dos Municípios Tocantinenses. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. 139-156, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000100008>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarrisa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>> Acesso em: 10 out. 2018.

RESENDE, Cátia Meire; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o PRONAF. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 54, n. 2, p. 261-280, abr./jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540204>>. Acesso: 10 abr. 2017.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. UFPE, 2006.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SPANVELLO, Rosani Marisa; MATTE, Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis**, Revista Latinoamericana, v. 15, n. 44, p. 393-414, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000200018>>. Acesso em: 10 out. 2018.

# A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE JESUS-BA EM RELAÇÃO AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS ABANDONADOS

## CIVIL RESPONSIBILITY OF THE SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA MUNICIPALITY IN RELATION TO ABANDONED DOMESTIC ANIMALS

Adrielli dos Santos Oliveira Andrade<sup>1</sup>

Aline Passos Santos<sup>2</sup>

Estudos sobre a defesa dos animais tem ganhado grande repercussão mundial, afinal são seres vivos que dependem do homem para ter seus direitos atendidos. Os animais são detentores de direitos que aos poucos estão sendo positivados em legislações específicas como forma de garantir o bem-estar destes. Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a responsabilidade civil do município de Santo Antônio de Jesus-BA em relação aos animais domésticos abandonados e verificar quais ações estão sendo implementadas para proteção desses seres. Em relação aos procedimentos metodológicos, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e documental acerca das leis e projetos de leis que protegem os animais abandonados. Além disso, foi realizada uma análise documental na ONG Amo Animais, na Secretaria de Meio Ambiente, Vigilância Sanitária e no Ministério Público, em Santo Antônio de Jesus-BA. Nesse diapasão verificou-se que o município responde de maneira objetiva pelas suas condutas, desde que gerem algum dano, devendo ter sua atuação pautada na efetivação e implementação de políticas públicas que visem à conscientização da população, criação de abrigos públicos que busquem dar qualidade de vida a esses seres indefesos por ser medida de saúde pública.

**Palavras-chave:** Direito dos Animais. Meio Ambiente. Direito Ambiental. Saúde Pública.

*Studies on the defense of animals have gained great repercussion worldwide, after all they are living beings that depend on men to have their rights safeguarded. Animals are right holders that are gradually being included in specific legislation as a way to guarantee their welfare. This research has as general objective to analyze the civil responsibility of the municipality of Santo Antônio de Jesus-BA in relation to abandoned domestic animals, and verify what actions are being implemented to protect these beings. Regarding methodological procedures, a bibliographical and documentary research was carried out on the laws and draft laws that protect abandoned animals. In addition, a documentary analysis was conducted at the NGO Amo Animais, at the Secretariat of Environment, Sanitary Surveillance and at the Public Ministry, in Santo Antônio de Jesus-BA. In this context, it was verified that the municipality responds in an objective way for its conduct, since it generates some damage, and its action must be based on the implementation of public policies aimed at raising awareness of the population, creating public shelters that seek to provide quality life to these defenseless beings because it is a measure of public health.*

**Keywords:** Animal Rights. Environment. Environmental Law. Public Health.

Recebido: 05/03/2019

Aceito: 20/06/2019

<sup>1</sup>Bacharela em Direito pela Faculdade de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus-BA. <http://lattes.cnpq.br/0247971833333056>. Email: [adrielli@gmail.com](mailto:adrielli@gmail.com)

<sup>2</sup>Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente na Faculdade Maria Milza –FAMAM. Santo Antônio de Jesus-BA. <http://lattes.cnpq.br/3086938617488779>. [alinepassosadv@gmail.com](mailto:alinepassosadv@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A defesa dos animais tem ganhado grande repercussão no Brasil, afinal são seres vivos que dependem do Homem para ter seus direitos atendidos, e para isso, os entes federativos devem atuar em conjunto para garantir o bem-estar destes. Atualmente tem-se buscado a desconstituição da possibilidade dos animais não humanos não serem sujeitos de direitos e para isto não se deve observar se estes são capazes ou não de raciocinar e sim a possibilidade de terem sentimentos afinal são seres vivos sensitivos, porém não conseguem se defender sozinhos.

Esses seres não humanos são detentores de direitos que aos poucos estão sendo positivados em legislações específicas como forma de garantir mais efetividade ao que já é previsto na Constituição Federativa da República do Brasil de 1988. A proteção dos animais se tornou um assunto tão relevante e cobrado pela população que a União, Estado e o Município tem procurado responder através de ações que visem o bem-estar animal ou ao menos a diminuição do sofrimento.

O primeiro código civil brasileiro a trazer a situação jurídica dos animais no Brasil, foi o de 1916 mas nesse período os animais eram considerados como coisas. Em 1924, o decreto nº 16.590, começou a coibir a crueldade contra os animais. Sendo reforçado com o Decreto-Lei nº 24.645 de 1934, art. 1º, editado por Getúlio Vargas, dispendo que os animais passaram a ter o direito de serem tutelados pelo Estado, sendo também estabelecido algumas medidas de proteção e penas para quem causasse maus-tratos aos animais.

Em conjunto, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 225, §1º, VII, corrobora nesse sentido, apontando ao poder público a função de proteger a fauna e a flora (BRASIL, 1988).

Em relação aos maus tratos, o art. 32 da Lei nº 9.605/98, estabelece que é crime praticar ato de abuso e maus tratos aos animais silvestres, domésticos e domesticados, sendo que tanto as pessoas jurídicas quanto as pessoas físicas poderão ser responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, quando cometer alguma conduta que cause lesões ao meio ambiente (BRASIL, 1998).

No ano de 2017 houve a aprovação da lei nº 13.426, de alcance nacional, que dispõe sobre a política de controle de natalidade de cães e gatos com o intuito de reduzir a taxa populacional dos animais não-domiciliados (BRASIL, 2017). Essa lei prevê a realização de campanhas educativas que propicie à população a noção de ética sobre a posse responsável.

Assim, vê-se que a própria Constituição e as leis dispõem sobre a temática referente à proteção dos animais, no entanto, mesmo assim, os animais estão esquecidos, desamparados de cuidados e abandonados, gerando aumento de cães nas vias públicas, aumento de doenças, e violação do que está disposto em todas as leis.

Deve-se considerar ainda o relatório de Brambell (1965) que define as "cinco liberdades" aos animais e as condições para alcançá-lo, como liberdade de sede, fome e má-nutrição, liberdade de dor, ferimentos e doença, liberdade de desconforto, liberdade para expressar comportamento natural e liberdade de medo e de estresse.

Além disso, a Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não-Humanos, promulgada em 7 de julho de 2012, prevê que os animais não-humanos, mesmo sem a presença do neocórtex podem sentir os estados afetivos e esses substratos neurológicos geram a consciência e comportamentos intencionais, permitindo assim, reconhecer que estes são seres sencientes.

Atualmente, a Lei nº 8 de 03 de março 2017, que entrou em vigor em 01 de maio de 2017 em Portugal, além de estabelecer um estatuto jurídico dos animais (EJA), alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e o Código Penal, instituiu novas obrigações e implicações, para quem tem animais de estimação ao seu cuidado. Em seu artigo 201.º-B os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e, portanto, é objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza. Dentre as inovações desta lei, os animais de companhia havidos ao tempo da celebração do casamento não entram na comunhão dos bens, ficando inseridos na lista de bens incomunicáveis do artigo 1788.º do Código Civil.

Desse modo, esta pesquisa justifica-se pelo aumento indiscriminado de animais abandonados na cidade de Santo Antonio de Jesus-Ba, visto que, atualmente, não se têm nenhuma instituição pública que os abrigue, proteja ou cuide, assim a população santoantoniense desconhece o órgão competente para atuar em casos de abandono, atropelamento, enfermidades, maus tratos ou outras situações em que os animais são vítimas.

Esse estudo se mostra relevante vez que tem importância científica quando aponta a deficiência de estudo na área, sendo necessário demonstrar que os animais abandonados e doentes merecem cuidados e que o Estado e o Município têm o dever de garantir esse direito. No que tange à relevância social visto que os animais abandonados podem transmitir raiva, leishmaniose, ou outras enfermidades se não cuidados, demandando ações de políticas públicas garantindo assim que os direitos dos animais e da população sejam alcançados.

A pesquisa traz contribuição para o Município de Santo Antonio de Jesus vez que pretende apontar a responsabilidade deste para que o mesmo tome a iniciativa de incrementar ou instituir alguma ação em prol destes seres indefesos, com o intuito de modificar a atual realidade do município. A escolha do tema se deu devido à existência da ONG Amo Animais e sua atuação no município, e também ao observar a falta de cuidado e o aumento do número de animais abandonados nas ruas e rodovias da cidade.

Para demonstrar a carência de estudos nessa área foi realizado uma pesquisa na base de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), no dia 07 de julho de 2017, e encontrado 10229 resultados quando pesquisado a palavra animais, e apenas 3 resultados quando pesquisado pelas palavras Animais and Abandonados em todos os títulos. Restando comprovado a necessidade e importância da realização desse estudo, por que com o passar dos dias a população de animais abandonados aumenta e nenhuma mudança é realizada para alterar essa realidade, como por exemplo, a construção de abrigos públicos para dar acolhimento a estes seres.

Assim, o questionamento que orienta este estudo é quais são as medidas adotadas pelo município de Santo Antônio de Jesus-Ba para amparar os animais domésticos abandonados. Desse modo, o presente artigo, tem como objetivo analisar a responsabilidade civil do município em relação aos animais domésticos abandonados. Como objetivos específicos, a pesquisa visa identificar quais ações são desenvolvidas no município para a proteção dos animais abandonados na cidade de Santo Antônio de Jesus.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada neste estudo foi a revisão bibliográfica, além da análise de leis e projetos de leis que agem em defesa dos animais urbanos abandonados. Utilizou-se também a análise documental na Secretaria de Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, no Ministério Público da cidade e na Organização Não Governamental (ONG) Amo Animais.

## **EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS NATUREZA JURÍDICA DOS ANIMAIS**

Em consequência do processo histórico jurídico, e em razão do antropocentrismo, o direito civil clássico adotou a Teoria do Direito, apontando que os animais não humanos deveriam ser tratados como "coisas", sendo então, analisados conforme o direito privado.

Nas palavras de Arnoldo Wald (1990) apud Fauth (2015) direitos reais são as normas que regulam "as relações jurídicas referentes às coisas suscetíveis de apropriação, estabelecendo um vínculo imediato e direto entre o sujeito ativo ou titular do direito e a coisa sobre a qual o direito recai e criando um dever jurídico para todos os membros da sociedade."

Cristiano Chaves (2013), conceitua que "o direito das coisas regula o poder do homem sobre certos

bens suscetíveis de valor e os modos de sua utilização". Com isso, o direito das coisas representam um conjunto de normas que regulam as relações jurídicas referentes às coisas suscetíveis de apropriação pelo homem.

No mesmo sentido, o artigo 82 do CC assinala que são considerados móveis todos os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, e o artigo 1.228 do CC aponta que a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa é do proprietário do bem, considerando assim os animais como "coisas". Porém, o exercício desse direito não é livre e ilimitado, devendo ser exercido em conformidade com §1º do artigo 1.228 e em consonância com os preceitos constitucionais.

Esse entendimento que considera os animais como "coisa" é adotada desde a época de Descartes, e até pouco tempo considerada no âmbito jurídico. Percebe-se, que isto vai de encontro ao que prevê a Constituição Federal de 1988, pois em seu artigo 225, §1º, VII, veda práticas cruéis, garantindo direitos subjetivos aos animais, e desta forma reconhece a condição de serem objetos de direito, titulares de uma situação jurídica. O direito é um processo que se mantém em contínua reconstrução e evolução, e observado que tanto os animais humanos quanto os não humanos são seres igualmente sencientes, não devendo considerar que estes se enquadrem no status jurídico de "coisa".

O Brasil, Estado Democrático de Direito na República Federativa, estabelece no artigo 5º da CF, os direitos da personalidade, as garantias fundamentais, direitos e deveres individuais, desta forma, somente as pessoas seriam consideradas como sujeitos de direitos. Entretanto, alguns direitos surgem a partir de outros fatos jurídicos, nascendo também outros sujeitos de direito.

Sendo assim, o Projeto de Lei nº 6.799/2013 objetiva retirar os animais da condição de "coisa", afirmando os direitos dos animais e sua proteção, visando construir uma sociedade mais consciente e solidária, que reconheça a personalidade própria dos animais. No artigo 3º do referido decreto, os animais domésticos e silvestres passam a possuir a natureza jurídica *sui generis*, devendo ser considerados sujeitos de direitos despersonalizados, podendo gozar e obter a tutela jurisdicional em caso de violação.

Existe também o projeto de Lei 3.670/15, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), que estabelece novo estatuto dos animais, deixando de ser considerados como "coisa", mas como bens móveis, visto que outros países já avançaram em relação a isso. Com essa alteração, os animais passam a ser bens especiais, por serem considerados seres sencientes.

## ANIMAL DOMÉSTICO

Todos os seres vivos que pertencem ao reino Animalia, ou seja, animais. Este grupo é amplo e os todos os seres humanos fazem parte dele compartilhando características, como por exemplo, ter mobilidade própria. A zoologia é a ciência que estuda os animais, classificando estes pela sua estrutura, tipo de alimentação ou pelo tipo de reprodução, sendo esta classificação considerada mais complexa. A classificação mais prática é que divide os animais em selvagens e domésticos.

Os cachorros, gatos e alguns tipos de pássaros são os mais habituais dentre os animais considerados domésticos, sendo também classificados como "bicho de estimação". Destes, o cachorro tem mais destaque, pois há maior vínculo com o ambiente familiar, e em alguns casos, os cachorros auxiliam os seres humanos, como é o caso dos cães guias e os cães terapia.

O conceito animal de estimação tem sido ampliado com o passar do tempo, devido a alguns animais considerados selvagens conseguir conviver com o ser humano, como é o caso das cobras. Já os animais domésticos são aqueles que possuem características adequadas para a convivência com os seres humanos necessitando de cuidados especiais de acordo com cada espécie

De acordo com o IBAMA (2011), os animais domésticos são todos aqueles animais pertencentes às espécies que originalmente possuíam populações em vida livre e que acompanharam a evolução e o deslocamento da espécie humana pelo planeta e que por ela foram melhorados do ponto de vista genético e zootécnico ao ponto de viverem em estreita dependência ou interação com comunidades ou

populações humanas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizou em 2013, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS 2013), e apontou que 44,3% dos domicílios do país possuem pelo menos um cachorro. Estimando que a população de cachorros em domicílios brasileiros é de 52,2 milhões. Esses dados assinalam que, no Brasil, existem mais cachorros de estimação do que crianças.

## RESPONSABILIDADE CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL DO MUNICÍPIO EM CASO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS ABANDONADOS

A federação brasileira é um modelo de organização político-administrativa do Estado que tem como características a descentralização, soberania e autonomia entre si. Com isso, de acordo com o art. 1º da Constituição Federal, os componentes do Estado Federal têm os seguintes atributos: auto-organização, autoadministração e autogoverno.

A auto-organização, disposto no art. 25 da CF, é a capacidade que os entes federativos têm de definirem sua própria organização e estrutura. A autoadministração, art. 25 §1º da CF, portanto os Estados têm competências legislativas e não-legislativas próprias. E por fim, o autogoverno que permite que os Estados estruturem seu poder.

E é por isso e com fulcro no art. 30, I e II da CF que os municípios possuem competência para legislar sobre assuntos relevantes aos interesses de cada lugar e região e até de suplementar às leis federais e estaduais.

Entre essas competências está a de proteger o meio ambiente e combater a poluição, preservar a floresta, fauna e flora, como prevê o art. 23, VI e VII da CF (BRASIL, 1988). Importante ainda conceituar a fauna como sendo "A fauna representa todo o conjunto de espécies animais, que tem funções reguladoras extremamente importantes nos ecossistemas, especialmente na cadeia alimentar." (Ecodebate, 2011), incluindo assim, todos os animais abandonados.

Nesse sentido, importante ressaltar que existem alguns princípios que norteiam a validade das normas que protegem os animais, e segundo Heron Santana Gordilho (2008) apud Almeida (2013) "o princípio fundamental da teoria abolicionista é que em hipótese alguma os interesses fundamentais dos animais devem ser negligenciados, mesmo que isso possa trazer benefícios para os homens".

Dentre esses princípios estão, o princípio da subsistência ou estabilidade que assegura que o animal deve ser protegido, garantindo-lhe a vida, a qualidade de vida e todas as condições necessárias para sua sobrevivência. O princípio do respeito integral ou absoluto que leva em consideração as questões éticas, considerando que o homem cuida do animal para que não cause nenhum sofrimento físico ou psicológico a este. E o princípio que diz respeito ao amparo jurídico dos animais a fim de que seja garantida a tutela jurídica e seus direitos assegurados. Outro princípio seria o da obrigatoriedade de intervenção do Poder Público, devendo este gerir ou administrar o meio ambiente. Há, ainda, o princípio da proporcionalidade, que defende a adequação dos meios necessários para proteger o meio ambiente.

No que tange ao termo responsabilidade, segundo o minidicionário de Silveira Bueno (2007, p. 676), significa, a obrigação de responder pelos seus atos ou pelos de outrem. Portanto, serve para indicar a circunstância que alguém deverá arcar com as consequências de seus atos, comissivos ou omissivos, que gerou algum dano.

Em relação ao Estado, sua responsabilidade é apontada no artigo 37, §6º da Constituição da República Federativa de 1988 que esclarece que as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado que prestam serviços públicos respondem pelos danos causados a terceiros.

Ainda o art. 225, §3º da Constituição dispõe que "as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados". O texto constitucional ao determinar essa tríplice punição demonstra que o meio ambiente é protegido civilmente, administrativamente e penalmente, protegendo interesses distintos e submetidas a regimes jurídicos diferentes.

Desta forma, verifica-se que o município sendo uma pessoa jurídica de direito público interno, é responsável por todas as condutas, inclusive ambientais. Este ente federativo possui autonomia financeira, política e administrativa, sendo capaz de se auto-organizar e elaborar suas Leis Orgânicas desde que respeite a Constituição Federal e Estadual. Ainda como dispõe o artigo 18 da CF a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são autônomos e fazem parte da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

Sendo assim, o município é responsável pelas condutas praticadas pelos seus representantes, e em casos de animais abandonados nas ruas, deve o município guardá-los e protegê-los, pois se não, pode sofrer as sanções cabíveis.

Entende-se que tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981) e com fundamento na teoria do risco integral, que pressupõe uma responsabilidade ampla, a responsabilidade civil do Estado pelo dano ambiental é extracontratual, solidária e objetiva.

Para Cavalieri (2014) em seu sentido etimológico e também no sentido jurídico, a responsabilidade civil está atrelada à ideia de contraprestação, encargo e obrigação, ligada a noção de desvio de conduta. Entretanto é importante distinguir a obrigação da responsabilidade. A obrigação é sempre um dever jurídico originário; responsabilidade é um dever jurídico sucessivo consequente à violação do primeiro. Significa dizer que, a responsabilidade do município em casos de abandonos de animais é objetiva, devendo apenas verificar se há nexos causal entre o dano e a conduta, e tem função preventiva e reparatória.

Nas situações de abandono de animais a omissão do ente federativo, se configura quando o mesmo tendo o dever de agir em prol dos animais, se omite desta responsabilidade. O município tem a prerrogativa de elaborar suas próprias leis, Leis Orgânicas, conforme previsto no art. 29, caput da CF, sendo capaz de se auto-organizar para disciplinar sobre as problemáticas locais e buscar atender os pleitos demandados.

Dentre as hipóteses de dano ambiental pela omissão tem-se o caso que a norma prevê a atuação do município, porém o mesmo não age para prevenir o dano, caracteriza, assim, a responsabilidade por ato ilícito omissivo próprio, e quando a norma aponta o resultado danoso, mas o município não age para prevenir o dano restando configurada a responsabilidade por ato ilícito omissivo impróprio.

Ainda é de responsabilidade do poder público desenvolver campanhas educativas a fim de garantir que a compra ou adoção de animais não seja por impulso, cadastro público dos animais com informações individuais de cada animal (espécie, tamanho, nome, entre outras informações que forem necessárias para identificação), programa de esterilização abrangente estipulando baixo preço ou até mesmo, quando puder, de forma gratuita para as pessoas de baixa renda, havendo a integração das três esferas do poder Público e o que é estabelecido pelo SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente). É nesse sentido que se configura a responsabilidade civil do Município perante os animais domésticos abandonados, cães e gatos, visto que estes estabelecem vínculo de dependência com o ser humano, o que importa para sua sobrevivência.

A responsabilidade penal no município é uma consequência advinda da omissão ou comissão do ente, sendo tipificada como crime ou contravenção penal. Esta responsabilização tem como penalidade algumas sanções penais dispostas da Constituição Federal e na lei nº 9.605/98.

A responsabilidade administrativa, também tutelado pela Constituição Federal e a lei nº 9.605/98, tem por objetivo defender e preservar o meio ambiente para as futuras gerações, sendo configurada quando o ente federativo infringir as regras da Administração Pública e, portanto, será aplicada sanções administrativas, elencadas no art. 72 da Lei de Crimes Ambientais. Conforme o art. 70 da referida lei, a infração administrativa ambiental é observada quando há uma ação ou omissão que viole o uso, gozo, proteção e o meio ambiente.

Em relação ao exercício do direito dos animais, o artigo 127, da CF de 1988, esclarece que "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.". Desta forma, o Ministério Público passa a ser a instituição apropriada para tutelar os interesses sociais,

difusos e coletivos.

O Ministério Público, através da representação, tem a competência de agir criminalmente, civilmente e administrativamente, quando as normas ambientais forem descumpridas, a fim de proteger o meio ambiente, o mantendo ecologicamente equilibrado, e, portanto, os animais serão sujeitos de direito, dotados de personalidade jurídica, podendo ter seu direito atendido quando houver violação. Desde o Decreto n. 24.645 de 1934, em seu artigo art. 2, § 3º, todos os animais passariam a ser tutelados pelo Estado sendo assistidos juridicamente pelos representantes do Ministério Público.

Não menos importante, deve-se destacar a responsabilidade dos tutores que devem adotar a prática da guarda responsável, planejando quantos animais podem cuidar e o que deve ser feito para que estes sejam saudáveis. Por outro lado, é válido ressaltar que o abandono de animais e maus tratos constitui crime ambiental de acordo com artigo 225 CF, Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605/98) e o art. 164 do Código Penal Brasileiro.

Desse modo, a responsabilidade objetiva do município pelos animais abandonados, pelo fato de existir o nexo de causalidade entre o fato gerador e dano, pois como já discutido, o município deve propor e executar medidas que visem prevenir o abandono de animais.

## ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL

O município tem responsabilidade pelos animais abandonados pois tem o dever constitucional de proteger e zelar pelo meio ambiente. A de se falar ainda que a superpopulação desses seres vivos pode corroborar com a proliferação de zoonoses, e desta forma atinge outros direitos, inclusive os direitos sociais. Sobre esse prisma os tribunais têm adotado e decidido sobre a responsabilização do município, como forma de obrigar que este cumpra sua obrigação.

Vale aqui citar o julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, apelação cível, nº 70070773122, da Vigésima Primeira Câmara Cível, do Relator Marco Aurélio Heinz, julgado em 14/09/2016, que aponta a competência do município em manter a guarda dos animais domésticos abandonados através do recolhimento e abrigo. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF), determina que o Poder Judiciário pode implantar políticas públicas por se tratar de garantia fundamental. Citando o artigo 13, I da CF/88 para afirmar que é de competência do município a guarda de animais domésticos abandonados, o que confirma o que já foi exposto neste artigo.

Acrescenta-se a apelação cível, nº 70066150749, da Terceira Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do RS, da relatora Matilde Chabar Maia, julgado em 28/04/2016, cita o art. 225 da CF/88, já mencionado neste trabalho, e no mesmo sentido, aponta para o compromisso do município em efetuar a esterilização/castração e vacinação dos animais abandonados quando há situação de risco à saúde pública, pois constitui responsabilidade do município adotar ações que visem a obtenção de um meio ambiente equilibrado, protegendo à fauna. Desta forma, resta comprovado a competência e a responsabilização do município frente aos animais domésticos abandonados nas ruas, quando este se omite em prevenir o abandono ou até não proteger os animais nessa situação de vulnerabilidade.

## RELATOS DE EXPERIÊNCIAS EXITOSAS NO BRASIL

Os entes públicos podem ser obrigados a contribuir com as ONG's protetoras de animais abandonados, conscientizar a população, promover campanhas de castração e vacinação. Desta forma, essas entidades tem a finalidade de fornecer um lar temporário aos animais necessitados até que estes sejam adotados. Não ocorrendo à adoção, o que era para ser um lar temporário passar a ser permanente. E em muitos casos, essas ONG's carecem de estrutura e incentivos financeiros comprometendo a saúde dos animais e impossibilitando de ajudar outros animais que necessitam.

No Acre, a Vara de Execuções Penais destinou quase 19 mil reais para que um pet shop pudesse comprar ração e realizar castração e cirurgia, visto que é costume desta Vara atender diversos projetos

de interesse social que tenham relevância e amplitude social. Outro exemplo que pode ser citado é o da cidade de Esteio (RS), situada na Região de Porto Alegre, que fundou um projeto denominado Projeto Socioambiental com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância de proteger e cuidar dos animais e do meio ambiente, sendo ainda desenvolvidas campanhas de castração e vacinação, e com o apoio do Grupo dos Amigos e Tratadores de Animais (GATA), foi realizado a colocação de microchip e cirurgias.

Em Camaquã (RS), a secretaria do Meio Ambiente assinou com a ARCA - Associação Protetora de Animais de Rua de Camaquã, um convênio com o intuito de repassar R\$ 2.000 por mês para assistência e castração de cães e gatos recolhidos pela ARCA, com o intuito de reduzir a população de animais domésticos de forma humanitária através de castração e desenvolvendo um programa para adoção e guarda responsável, evitando a proliferação e o abandono desses animais.

Pode-se observar a atuação do Ministério Público por meio de ações civis públicas e das associações protetoras dos animais que têm cobrado dos entes públicos a responsabilidade que possuem. Como por exemplo o julgado da primeira turma do Tribunal de Justiça do RS, do relator Henrique Osvaldo Poeta Roenick, julgado em 26/03/2008, apelação Cível nº 70023027758, onde a associação protetora de animais, através de uma ação civil pública, aponta a responsabilidade do município de Camaquã pelo recolhimento, abrigo e tratamento de animais abandonados.

No município de Ilhabela (SP), o Juiz determinou que a prefeitura fornecesse mensalmente 750 Kg de ração para o abrigo de cães e gatos por se tratar de uma obra de interesse público, que retira os animais das ruas do referido município e ainda busca dar dignidade a estes seres abandonados tanto pelos donos quanto pelo Poder Público.

Em São Cristóvão (RJ), o Instituto de Zoonoses e Medicina Veterinária Jorge Vaitsman, ligado à prefeitura, inaugurou uma ala para atendimento de gatos, sendo equipada com consultórios, sala de espera e sala para aplicação de medicamentos. Além de oferecer outros tipos de assistência e tratamento para algumas doenças como sarnas, micoses e diversos tipos de zoonoses.

Além desses entendimentos jurisprudenciais, existem outras inovações nessa área, como é o caso da criação de delegacias especializadas para proteção animal e delegacia eletrônica de proteção animal (DEPA) em São Paulo.

Com a aprovação da Lei 16.303/16 foi instituída a DEPA, sendo a primeira do gênero no país. Com isso o cidadão pode fazer a denúncia proporcionando maior agilidade nas averiguações de crimes contra animais. O reflexo disso é que no último ano, vários projetos de DEPA já foram protocolados em diversos estados, como é o caso do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Minas, Paraíba, Bahia, entre outros.

Em São Paulo aconteceu o caso da chipanzé Cecília, moradora do zoológico de Mendonza, na Argentina, que atualmente encontra-se no Santuário de Grandes Primatas, em Sorocaba (SP), devido a impetração de um Habeas Corpus, concedido pela Juíza Maria Alejandra Maurício afirmando que "O chipanzé não é uma coisa, não é um objeto do qual pode se dispor, como se dispõe de um automóvel."

Na cidade de Salvador (BA), em 2005, o Promotor de Justiça, Heron Gordilho, também impetrou um Habeas Corpus, nº 833085-3/2005, em favor de uma chipanzé, porém a mesma faleceu antes de ter seu pedido julgado, por isso, é retrocesso considerar que os animais não humanos não são sujeitos de direitos.

Na cidade de Cruz das Almas (Ba), funciona um canil, mantido pela prefeitura desde 2008, e dados de 2017 revelam que existem 48 cães, e o resgate dos animais abandonados é realizado por uma equipe capacitada para este tipo de situação. Neste local existe um funcionário e há convênio com o Hospital Universitário de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) onde são feitas consultas e outros procedimentos necessários. Para o ano de 2018 está prevista uma campanha de castração e anualmente há a campanha de vacinação antirrábica.

Ainda na Bahia, os municípios de Serrinha, Barrocas, Biritinga e Teofilândia firmaram Termos de Compromisso de Ajustamento Preliminar com o Ministério Público Estadual afim de implementar ações com o intuito de efetivar as políticas públicas de controle da população de animais domésticos em

situação de vulnerabilidade, tendo o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar ao MP um projeto que solucione os problemas atuais. Este termo, foi proposto pela promotora de Justiça Letícia Baird, que prevê a prestação de serviço médico-veterinário para os animais abandonados ou tutelados por pessoas de baixa renda.

As ações vão desde a implantação de comedouros e bebedouros para os animais abandonados a capacitação agentes públicos, realização de campanhas educativas para a população, entre outras medidas que visem a proteção e defesa dos direitos dos animais. Ainda como fruto desta atuação da Promotoria ocorreu a capacitação dos guardas municipais, agentes comunitários de saúde e agentes de endemias dos quatro municípios, com o intuito de habilitar estes agentes a identificar casos de maus tratos contra animais e técnicas de regaste. Segundo a Promotora de Justiça Letícia Baird, autora do TAC:

"Refletir com a sociedade e gestores públicos sobre estratégias e responsabilidades para a efetivação dos direitos de animais vulneráveis, a exemplo de cães e gatos abandonados, mais que traduzir importante questão de justiça social é, sobretudo, edificar alicerces sustentáveis e éticos para a presente e futuras gerações".

Nas cidades do interior, principalmente, com as mudanças de gestão, muito do que foi conquistado acaba se perdendo por que o novo gestor tem outras prioridades que tragam mais impactos aos olhos da sociedade e por vezes acabam esquecendo destes seres que só querem um pouco de comida e cuidado. O assunto relativo a implementação de políticas públicas de proteção e defesa dos animais tem sido alvo de discussões, porém, o que se observa é que as ações não são postas em prática.

Desse modo, já existem decisões que obrigam o município e o Estado a desempenhar funções que acolham e protejam cães e gatos, através de criação de abrigos, vacinação, castração, doação responsável, entre outros. É nesse sentido que o município de Santo Antonio de Jesus deve atuar desenvolvendo ações que visem cumprir a lei, beneficiando a população, os animais abandonados e os já recolhidos pela única ONG existente na cidade.

## A REALIDADE DA PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS URBANOS DE SANTO ANTONIO DE JESUS-BA

Em 2012 foi instaurado um inquérito civil nº 037/2012, que teve representação das responsáveis pela ONG Amo Animais, com o intuito de solucionar a falta de um centro de zoonoses e de um canil e gatil no município de Santo Antonio de Jesus-Ba. Em 2014, o Ministério Público (MP) requisitou ao prefeito a criação urgente do centro de zoonoses além do abrigo para os cães e gatos, de modo a contribuir com a ONG, todavia, não houve resposta nem a realização de qualquer ação e, por isso, ingressou com uma ação civil pública, nº 0303144-95.2014.805.0229.

Durante esta ação também foram ouvidas a Diretora da Vigilância à saúde e o Coordenador da Vigilância Sanitária de Santo Antonio de Jesus, e ambos, coadunaram com a necessidade da criação de um centro de zoonoses e que alguns vezes esses setores buscam a ajuda do Corpo de Bombeiro e da própria ONG, que não recebe nenhuma ajuda financeira para isto. Ressalta-se que a Lei Orgânica do Município de Santo Antonio de Jesus, promulgada em 05/04/1990, em seus artigos 16 incisos XVIII e XIX aduz a competência do município em dispor de registro, vacinação e captura dos animais além do depósito, venda ou doação de animais. E art. 17 inciso VII da referida lei dispõe sobre a preservação das florestas, fauna e flora em conjunto com a União e o Estado.

Restando configurado a omissão do poder público, visto que é inquestionável a obrigação do município de Santo Antonio de Jesus perante os animais abandonados, e além do mais, deve viabilizar campanhas de castração para haver controle de natalidade dos mesmos. A situação é tão notória que os blogs locais, Blog do Valente (2011), Voz da Bahia (2012) e Tribuna do Recôncavo (2016) confirmam o problema através de reportagens que alertam sobre o ataque de cães aos transientes e a presença de animais doentes que acabaram transmitindo algumas doenças de pele para as pessoas do bairro, entretanto, o poder público continua sem dar uma resposta para a sociedade.

São relatos como estes que confirmam a grande presença de animais abandonados nas ruas. Vale ressaltar, que duas dessas reportagens foram de 2011 e 2012 o que subentende-se que esses animais se reproduziram ao longo desses anos, outros tantos foram abandonados e essa quantidade de animais abandonados aumentou gradativamente. É de extrema relevância destacar a atuação do Instituto de Proteção dos Animais Domésticos e Domesticados do Recôncavo Baiano- AMO ANIMAIS, que é uma ONG (Organização não Governamental) que atua com o objetivo de resgatar animais domésticos e domesticados das ruas de Santo Antônio de Jesus, com o intuito de tratá-los e dispor para doação.

A ONG AMO ANIMAIS em acordo com art.3º da Lei 9.790/99 tem como finalidade promover a educação da população, promoção da saúde coletiva ajudando os órgãos públicos responsáveis a coletar e tratar animais com potencial risco de transmissão de doenças, fiscalizar o cumprimento dos direitos dos animais estabelecidos nas legislações, averiguar ato de crueldade, colaborar com as instituições públicas e privadas e promover o voluntariado, com o intuito de modificar a realidade social e ambiental mundial. Conforme o estatuto social a instituição tem 7 (sete) anos de registrada, e atualmente abriga 137 cães, vem sendo mantida através de doações, bazar, rifas e valores referentes a penas pecuniárias enviadas pelo Ministério Público.

Geralmente os animais são recolhidos pelos voluntários da ONG quando podem e quando possuem meios para o resgate, e a depender da situação, são encaminhados para o veterinário ou são tratados na própria ONG pelos voluntários. Esses animais recolhidos são contemplados com as campanhas de vacinação do município, porém, não tem acompanhamento veterinário regularmente por falta de verba. Esporadicamente algum veterinário da cidade comparece a ONG para examinar alguns animais, mas, infelizmente, não dão seguimento a estes acompanhamentos.

Dados de setembro de 2017 apontam que a ONG possui um quadro de 4 (quatro) funcionários, sendo (1) um de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, outro de 22 (vinte e duas) horas semanais e mais 2 (dois) diaristas que reversem os domingos e feriados. E a ajuda dos voluntários para banho, higienização do abrigo, passeio com os cães que ficam em baias menores por algum motivo de doença.

Em, 17 de dezembro de 2015, termo aditivo nº 927/2015, foi firmado um convênio nº 004/2015 entre o município de Santo Antonio de Jesus e a ONG AMO ANIMAIS, com o objetivo de assessorar a ONG em relação aos serviços de recolhimento, alimentação e tratamento de animais domésticos e domesticados abandonados nas ruas do município, sendo que seria repassado o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) mensais durante 12 meses, período que compreende entre 01/01/2016 a 31/12/2016, destas só 8 (oito) parcelas foram repassadas.

No dia 25 de setembro de 2017 o projeto que autoriza o repasse de verbas para custeio da ONG AMO ANIMAIS, foi aprovado pela Câmara de Vereadores, porém até o momento não houve nenhum repasse, sendo alegado que há pendência em relação à alguns documentos da ONG, e desta forma, os animais continuam passando por necessidades. Além disso registra-se que não existe outra ONG que resgate animais abandonados, porém sabe-se da existência de pessoas, individuais ou em grupos, que dão abrigo a estes em suas casas até que consiga doá-los.

Dados da Vigilância Sanitária Municipal de Santo Antonio de Jesus demonstram que, atualmente, não está sendo desenvolvida ações de conscientização da população em relação ao abandono, nem de castração e nem resgate de animais domésticos em situações de risco. Esse órgão atua quando há necessidade de averiguar alguma situação e encaminha relatório para o Ministério Público, e este irá agir na situação.

Em relação aos animais de grande porte, como por exemplo cavalo, a vigilância sanitária, atuava quando havia necessidade, e por isso o município contratou um vaqueiro, mas atualmente essa responsabilidade foi passada para a Secretaria de Agricultura. Outro fator importante é que a verba destinada para o CCZ (Centro de Controle de Zoonoses) é somente para a implantação, devendo o município arcar com a manutenção desse centro, o que se torna muito dispendioso, porém é de extrema necessidade, já que existem muitos animais abandonados e a população de Santo Antonio de Jesus já ultrapassa 100 mil habitantes.

Enfim, já que é de interesse e responsabilidade do município a guarda e proteção dos animais em

situação de risco, estes devem colaborar com a ONG e resolver as pendências já que a entidade não possui recurso financeiro para arcar com todos os documentos necessários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise de doutrinas e jurisprudências é visível que o município é o responsável por acolher e cuidar dos animais domésticos abandonados, visto que este ente federativo é autônomo para criar suas leis de acordo com as necessidades locais. A responsabilidade que norteia o Direito Ambiental é objetiva, e tem como base a teoria do risco integral, e para isso deve-se observar se há nexos de causalidade entre o dano e o fato obrigando o município a indenizar qualquer dano que decorra de sua comissão ou omissão.

Além da responsabilidade civil, o município pode responder penalmente e/ou administrativamente, sendo que na primeira o responsabilizado será a pessoa jurídica, e na segunda, aplicada pelo Poder Público através do poder de polícia. Desta forma, o município poderá sofrer sanções nessas esferas se não agir conforme o estabelecido, ou seja, se não cumprir com seu dever de guarda e proteção.

O que se observa no dia-a-dia é que o poder público, de modo geral, carece de políticas que ajudem amenizar o problema, sendo necessário instituir políticas públicas participativas que visem conscientizar a população acerca do abandono de animais, edição de lei municipal para regulamentar esse assunto, criação de abrigo público para retirar os animais da zona de risco que se encontram quando abandonados, manter comedouros e bebedouros espalhados na cidade para que os animais em situações de risco possam se alimentar, firmar convênios com hospitais veterinários ou até mesmo com pet shop para que os animais sejam atendidos, promover ações de controle populacional através da castração além de ações que tenham como objetivo a educação ambiental, seja nas escolas, nos meios de comunicação local ou nos postos de saúde.

Assunto este disciplinado na Constituição Federal que tem como reflexo construir um saber ambiental voltado para os valores éticos, no convívio com o outro e com o meio ambiente, considerando que a sociedade é responsável pelos problemas ambientais. Este tema deve ser discutido e implementado desde o ensino básico, com a ajuda da família, para que as crianças criem uma consciência crítica e responsável acerca do meio ambiente e os conflitos socioambientais.

Após o acolhimento e os cuidados necessários os animais devem ser disponibilizados para a adoção responsável, contribuindo para a diminuição de animais nas ruas e nas ONGs, oferecendo espaço para que outros animais sejam ajudados. Devendo destacar ainda que a população também deve colaborar não abandonando os animais, atitude esta considerada como crime, prestando serviços comunitários as ONGs ou abrigos públicos, fiscalizar e cobrar do poder público ações no sentido de proteger os animais para que existam cada vez menos animais em situações de risco.

Esta pesquisa teve como objetivo norteador esclarecer a responsabilidade do município em relação aos animais domésticos abandonados na cidade de Santo Antonio de Jesus/Ba e identificar quais ações o município tem desenvolvido para proteger estes animais abandonados. Portanto, através desse estudo pode-se perceber a carência de ações desenvolvidas no município para amparar os animais abandonados, visto que a ação civil pública instaurada em 2014 pelo MP da referida cidade encontra-se sem nenhuma movimentação. O convênio firmado, em 2015, entre o município e a ONG Amo Animais foi descumprido, só havendo o repasse de poucas parcelas. E o último convênio firmado em setembro de 2017, ainda não está sendo cumprido.

Enquanto isso, os animais continuam tendo seus direitos, previstos por lei, violados pois o município não age de acordo com seus deveres, visto que tem a responsabilidade de proteger e zelar pelos animais abandonados, podendo ser obrigados, por decisões judiciais a cumprir o seu papel.

## REFERÊNCIAS

A Declaração de Cambridge sobre a consciência em animais humanos e não-humanos. Pet Imagem. Disponível em: <http://www.petimagem.com.br/A-Declaracao-de-Cambridge-sobre-a-consciencia-em-animais-humanos-e-nao-humanos.aspx>. Acesso em: 23 nov. 2017

ALA para atendimento exclusivo de gatos é inaugurada em instituto do Rio. ANDA. [S.l; s.n], 2017. Disponível em: <https://www.anda.jor.br/2017/10/ala-para-atendimento-exclusivo-de-gatos-e-inaugurada-em-instituto-do-rio/>. Acesso em: 12 set. 2017.

ALMEIDA, Jeovaldo da Silva. Proteção aos animais. Âmbito Jurídico. [S.l; s.n]. 2013. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13011](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13011). Acesso em: 10 nov. 2017

ALVES, Hélio. Homem foi atacado por cachorro enquanto pilotava moto em Santo Antônio de Jesus. Tribuna do Recôncavo. Santo Antonio de Jesus. 2016. Destaque. Disponível em: <http://tribunadoreconcavo.com/homem-e-atacado-por-cachorro-enquanto-pilotava-moto-em-santo-antonio-de-jesus/>. Acesso em: 07 nov. 2017.

A N I M A I S     D o m é s t i c o s .     [ S . l ;     s . n ] .     D i s p o n í v e l     e m :  
<[https://www.suapesquisa.com/mundoanimal/animais\\_domesticos.htm](https://www.suapesquisa.com/mundoanimal/animais_domesticos.htm)>. Acesso em: 17 out. 2017.

A N I M A I S   r e s g a t a d o s   d e   m a u s   t r a t o s .   [ S . l ;   s . n ] ,   2 0 1 7 .   D i s p o n í v e l   e m :  
<<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/animais-resgatados-de-maus-tratos>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 17º ed. São Paulo: atlas S.A, 2015.

ARAÚJO, Thaís Montenegro. A responsabilidade do município na proteção e guarda dos animais abandonados. TCC. 2016 Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/11368>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão considera animais não humanos como sujeitos de direitos. Meio Ambiente. Brasília: [s.n], 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/498051-COMISSAO-CONSIDERA-ANIMAIS-NAO-HUMANOS-COMO-SUJEITOS-DE-DIREITOS.html>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL, DECRETO Nº 24.645, de 10 de julho de 1934. Publicado no diário oficial de 13 de julho de 1948. Disponível em: <http://funed.mg.gov.br/wp-content/uploads/2010/05/Decreto-lei-24645-34-maus-tratos-animais.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017. Publicado no diário oficial em 31 de março 2017. Brasília: [s.n.], 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13426.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13426.htm). Acesso em: 01 nov. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil Brasileiro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm). Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Publicado no diário oficial em 12 de fevereiro 1998. Brasília: [s.n.], 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm). Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Publicado no diário oficial em 12 de fevereiro 1998. Brasília: [s.n.], 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm). Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Acordo com Ministério Público resulta em semana do Meio Ambiente em Serrinha. Notícia. Meio Ambiente. Salvador: [s.n.], 2017. Disponível em: <http://www.mp.ba.gov.br/noticia/38777>. Acesso em: 08 nov. 2017.

BRASIL. MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. MP promove ações para discutir políticas públicas para atendimento a animais domésticos em situação de vulnerabilidade. Notícia. Meio Ambiente. Salvador: [s.n.], 2017. Disponível em: <<http://www.mp.ba.gov.br/noticia/38656>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

BRASIL. MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Município de Biritinga promove evento para discutir defesa dos direitos dos animais após acordo com MP. Notícia. Meio Ambiente. Salvador: [s.n.], 2017. Disponível em: <<http://www.mp.ba.gov.br/noticia/40052>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

BRASILEIROS têm 52 milhões de cães e 22 milhões de gatos, aponta IBGE. G1. Natureza. São Paulo: [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/06/brasileiros-tem-52-milhoes-de-caes-e-22-milhoes-de-gatos-aponta-ibge.html>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

CAMAQUÃ, Prefeitura. Prefeitura assina convênio com a ARCA. Camaquã: [s.n.], 2015. Notícia. Disponível em: <<http://www.camaqua.rs.gov.br/noticias/657/prefeitura-assina-convenio-com-a-arca.html>>. Acesso em 23 de maio de 2017. Acesso em: 17 jul. 2017.

CÂMARA aprova mudança da natureza jurídica dos animais, de coisas para bens móveis. Avicultura. Meio Ambiente. 2017. Disponível em: <<https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/camara-aprova-mudanca-da-natureza-juridica-dos-animais-de-coisas-para-bens/20170829-122030-a598>>. Acesso em: 25 set. 2017.

CAVALIERI, Sergio Filho. Programa de responsabilidade civil. 11 ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2014. 14p.

CONCEITO de Animais Domésticos. [S.l.; s.n.], 2012 Disponível em: <<http://www.meioambienteecidadania.com.br/2012/11/conceito-de-animais-domesticos.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

CONCEITO de Animais Domésticos. [S.l.; s.n.]. Disponível em: <<http://queconceito.com.br/animais-domesticos>>. Acesso em: 17 out. 2017.

CONCEITO. [S.l.; s.n.]. Disponível em: <<https://conceito.de/animais-domesticos>>. Acesso em: 17 out. 2017.

DECLARAÇÃO de Cambridge sobre consciência animal. Disponível em: <<http://www.labea.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/05/Declar%C3%A7%C3%A3o-de-Cambridge-sobre-Consci%C3%Aancia-Animal.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

DEPA: Delegacia Eletrônica de Proteção Animal completa um ano. ANDA. [S.l.; s.n.], 2017. Disponível em: <<https://www.anda.jor.br/2017/09/depa-delegacia-eletronica-de-protECAo-animal-completa-um-ano/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. Curso de Direito Civil: Reais. 9ª ed. rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2013.

FAUTH, Juliana de Andrade. A natureza jurídica dos animais: rompendo com a tradição antropocêntrica do Direito Civil. Conteúdo Jurídico. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-natureza-juridica-dos-animais-rompendo-com-a-tradicao-antropocentrica-do-direito-civil,55893.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FILHO. Arnaldo de Souza Menezes. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS: formulação e implementação. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaisepoliticaspUBLICAS/politicaspUBLICASdeprotecao-aos-animais-formulacao-e-implementacao.pdf>>. Acesso em: 15 de maio 2017.

FROELICH, Graciela. Entre índices e sentimentos: notas sobre a ciência do bem-estar animal. Disponível em: <[http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/download/136/pdf\\_67](http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/download/136/pdf_67)>. Acesso em: 23 nov. 2017

JUIZ determina que Prefeitura forneça 750 kg de ração diária para abrigo mantido por ONG. Associação Viva Bicho. [S.l.; s.n.], 2016. Disponível em: <<http://associacaovivabicho.org.br/juiz-determina-que-prefeitura-fornece-750-kg-de-racao-diaria-para-abrigo-mantido-por-ong/>>. Acesso em 23 de maio de 2017.

Justiça destina quase R\$ 19 mil para castração de animais em Cruzeiro do Sul (AC). ANDA. [S.l.; s.n.], 2017. Disponível em: <<https://www.anda.jor.br/2017/10/justica-destina-quase-19-mil-para-castracao-cruzeiro-do-sul-ac/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

KURATOMI, Vivian Akemi. Os animais como sujeitos de direitos no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília. [s.n.] Monografia. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/326/3/20659048.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

MURARO, C. C; ALVES, D. N. Maus tratos de cães e gatos em ambiente urbano, defesa e proteção aos animais. *Âmbito Jurídico*. [S.l; s.n]. Ambiental. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14571](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14571)>. Acesso em: 09 out. 2017.

NAIME, ROBERTO. Fauna. *EcoDebate*. [S.l; s.n], 2011. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2011/05/05/fauna-artigo-de-roberto-naime/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

OLIVEIRA, Letícia. Cadela ataca idosa em Santo Antônio de Jesus. Santo Antonio de Jesus. 2012. *Voz da Bahia. Cidades*. Disponível em: <<http://www.vozdabahia.com.br/index/blog/?cat=532&start=1355208522>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

PANDOLFO, Aline. A responsabilidade civil do município frente ao abandono de animais. Monografia. 2010. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/aline%20pandolfo.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

PONTES, Bianca. Lei nº 11.101/11: Análise das políticas públicas para animais domésticos e domesticados no município de Porto Alegre. *Online*. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/viewFile/8419/6033>>. Acesso em: 15 maio 2017.

REIS, Marta F. Animais já têm estatuto jurídico. E são seres vivos dotados de sensibilidade. *Sol. Sociedade*. [s.n], 2017. Disponível em: <<https://sol.sapo.pt/artigo/551832/animais-ja-t-m-estatuto-juridico-e-sao-seres-vivos-dotados-de-sensibilidade->>. Acesso em: 29 agosto 2017.

RESPONSABILIDADE. In: BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: FTD, 2007. pg. 676.

SILVA, L; MASSUQUETTI, A. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS URBANOS: O CASO DE SAPUCAIA DO SUL (RS). Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa24-politicaspublicasprotecaodefesaanimaispublicas.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

SILVA, Rodrigo Daniel. "Garantir os direitos dos animais é uma questão moral antes de ser jurídica". *Consultor Jurídico*. [S.l; s.n], 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jan-07/entrevista-heron-gordilho-promotor-mp-ba>>. Acesso em: 07 de agosto 2017.

TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral*. 13º ed. rev. e atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

UNESCO. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS. Bruxelas: [s.n], 1978. Disponível em: <<http://portal.cfmv.gov.br/portal/uploads/direitos.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

VALENTE, Leo. Cachorro sarnento incomoda moradores no Andaiá. *Blog do Valente*. Santo Antonio de Jesus. 2011. Disponível em: <<http://blogdovalente.com.br/sem-categoria/2011/01/cachorro-sarnento-incomoda-moradores-no-andaia/>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

WATANABE, Phillippe. Chimpanzé argentina ganha habeas corpus e vai para santuário em SP. *Folha de São Paulo*. Sorocaba. 2017. *Ambiente*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/04/1873048-chimpanze-argentina-ganha-habeas-corpus-e-vai-para-santuario-em-sp.shtml>>. Acesso em: 21 out. 2017.

# A CULTURA DA DEPREDÇÃO DO ÔNIBUS ESCOLAR: A EDUCAÇÃO FORMAL COMEÇA NO CAMINHO PARA ESCOLA

## THE CULTURE OF SCHOOL BUS DEPREDATION: FORMAL EDUCATION BEGINS ON THE WAY TO SCHOOL

André B. Sandes<sup>1</sup>

A sociedade contemporânea chegou a um nível de complexidade como nunca antes na história, e este fenômeno é um reflexo de uma nova dinâmica social que se manifesta no ritmo acelerado do mercado de trabalho, na crise de valores morais, na dificuldade de imposição de limites de alguns pais, na ausência de diálogo entre os membros da família e na influencia direta dos meios de comunicação. Diante desse cenário, as escolas devem incluir em seus projetos atividades que valorizem as relações saudáveis entre as pessoas e delas com o espaço que ocupam. Observando empiricamente a cultura de depredação dos ônibus que realizam o transporte escolar, especificamente os do programa Caminho da Escola no município de Laje, e escutando o depoimento dos motoristas em relação ao comportamento coletivo dos estudantes que os utilizam para se deslocar de sua residência para a escola, sentiu-se a necessidade de se promover um debate em relação a essa problemática. Através de estudo de caso em três escolas do Ensino Fundamental II do município em questão, este trabalho tem como objetivo principal proporcionar uma reflexão e, quando possível, uma discussão a respeito dessa temática, destacando o cuidado com o transporte escolar que é onde a educação formal começa. Espera-se que os resultados deste estudo possam servir de ponto de partida para uma grande reflexão que seja capaz de sensibilizar os estudantes do município de Laje para que tenham mais atenção com o patrimônio público, seja utilizando com cuidado ou fiscalizando, uma vez que zelar pelo bem comum é responsabilidade de todos.

**Palavras-chave:** Sociedade. Cultura. Educação. Escola. Ônibus Escolar.

*Contemporary society has reached a level of complexity as never before in history and this phenomenon is a reflection of a new social dynamic that manifests itself in the fast pace of the labor market, in the crisis of moral values, in the difficulty of parents to impose limits, in the absence of dialogue between family members and in the direct influence of the media. In this scenario, schools should include in their projects activities that value healthy relationships between people and the space they occupy. Observing the culture of depredation of buses that carry out school transport, specifically those of the "Caminho da Escola" program in the municipality of Laje, and listening to the drivers' testimony regarding the collective behavior of the students who use them to get from their homes to school, we felt the need to promote a debate on this issue. Through a case study in three elementary schools of the municipality in question, this work had as main objective to provide a reflection and, when possible, a discussion on this subject, highlighting the care with the school transport that is where the formal education begins. The results of this study might serve as a starting point for a great reflection that will be able to sensitize the students of the municipality of Laje to pay more attention to the public patrimony, either using it carefully or supervising the behavior of the group, since to watch for the common good is everyone's responsibility.*

**Keywords:** Society. Culture. Education. School. School Bus.

Recebido: 05/06/2019

Aceito: 11/07/2019

<sup>1</sup>Licenciado em Geografia e Pedagogia, Especialista em Educação Ambiental y Gestão Educacional, Mestre em Teologia – Educação Comunitária com Infância e Juventude (EST), Doutor em Educação (UCSF), Professor Regente pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia-Brasil e Coordenador Pedagógico pela SEC-Laje (Bahia-Brasil). Membro do Grupo de pesquisa PANACUM - Grupo de Estudo e Pesquisa em Física e Ensino de Ciências (UFRB) e Estrategias de movilización del conocimiento en Ciencias Sociales y Humanidades (UBA-Argentina) coordinado por la Doctora Judith Naidorf. Ese trabajo es producto de la estancia posdoctoral en Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Nacional de Buenos Aires - Argentina. absandes@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea chegou a um nível de complexidade como nunca antes na história, e este fenômeno é um reflexo de uma nova dinâmica social que se manifesta no ritmo acelerado do mercado de trabalho, na crise de valores morais, na dificuldade de imposição de limites de alguns pais, na ausência de diálogo entre os membros da família e na influencia direta dos meios de comunicação.

Considerando a mudança de comportamento coletivo, o impacto desta crise de valores que enfrenta a sociedade contemporânea e a necessidade de construir um mundo melhor para todos, é importante que se tenha um novo olhar para os espaços educativos que, por sua vez, necessitam reconhecer suas limitações, encontrar sentido no que fazem e oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento integral dos jovens.

Para tanto, é muito importante resgatar a dimensão do cuidado. As escolas não podem esquecer essa necessidade contemporânea, devem incluir em seus projetos atividades que valorizem as relações saudáveis entre as pessoas e delas com o espaço que ocupam.

Observando empiricamente a depredação dos ônibus que realizam o transporte escolar, especificamente no município de Laje, e escutando o depoimento dos motoristas em relação ao comportamento coletivo dos estudantes que os utilizam para se deslocar de sua residência para a escola, sentiu-se a necessidade de se promover um debate em relação a essa problemática.

Através de um estudo de caso em três escolas do Ensino Fundamental II do município de Laje e de um questionário aplicado com estudantes do 9º ano, este trabalho tem como objetivo principal proporcionar uma reflexão e, quando possível, uma discussão a respeito dessa temática, destacando o cuidado com o transporte escolar, que é onde a educação formal começa.

Esse trabalho foi estruturado da seguinte forma: introdução; desenvolvimento composto por três seções: a primeira apresenta os desafios da educação na contemporaneidade, a segunda trata da relação entre o ônibus escolar e a escola e a terceira refere-se ao programa Caminho da Escola no município de Laje – Bahia. Por último apresentamos as considerações finais e possíveis soluções.

Espera-se que os resultados deste estudo possam servir de ponto de partida para uma grande reflexão, no município analisado e em outras regiões que apresentem problemática semelhante, para que encontrem as alternativas mais apropriadas e capazes de sensibilizar os estudantes que, por sua vez, precisam ter mais atenção com o patrimônio público, seja utilizando com cuidado ou fiscalizando, uma vez que zelar pelo bem comum é responsabilidade de todos.

Não há dúvida de que é possível um salto qualitativo e, para tanto, será necessário um diálogo perene entre educadores, coordenadores, diretores, motoristas, estudantes, pais e outros membros da sociedade, uma vez que somente em uma perspectiva mais ampla será possível emergir a ponta do *iceberg* dessa nova forma de entender o processo educativo, mais comprometido com as relações humanas e com os resultados de suas ações.

Realizar uma leitura crítica do projeto pedagógico em curso, avaliar os resultados alcançados, verificar se atendem às expectativas contemporâneas, bem como realizar pesquisas em escala local deve fazer parte do cotidiano dos profissionais em Educação (SANDES, 2013, p. 01). Caso contrário, estarão contribuindo apenas para reforçar o modelo econômico vigente, que utiliza métodos insustentáveis de apropriação dos recursos naturais e de manipulação das massas para atender às exigências do mercado capitalista, que cria uma geração de fantoches, cujo senso crítico é pouco desenvolvido.

## DESENVOLVIMENTO

### SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

A sociedade contemporânea é caracterizada por complexidade, contradições, crises, incerteza e medo. É chamada de Modernidade Líquida (BAUMAN, 2007, p. 28), porque as relações parecem cada vez mais transitórias e parciais, onde a ausência de referências e a exigência em todos os sentidos são muito maiores que antes.

Para Corea e Lewkowicz (2004, p. 24), a lógica do mercado atual faz com que tudo possa ser transformado em mercadoria, inclusive a cultura e certamente também a educação. O modelo de desenvolvimento adotado, imposto pela lógica do capitalismo, é extremamente competitivo, excludente e insustentável do ponto de vista ambiental e social; por tanto, se faz necessário repensar nossa trajetória, limitações, potencialidades, colocando os interesses coletivos à frente dos particulares e resgatando o horizonte utópico, que é o que mobiliza a sociedade para uma mudança estrutural.

Não ha espaços para espectadores, é tempo de ser os protagonistas da mudança, mudança que se inicia com a reflexão do caminho que temos que construir, reflexão da imensa responsabilidade que esta em nossas mãos. Não se trata de idealizar situações e sim de concretizar ideais no dia a dia (GILDEMEISTER, 2005, p. 295).

Desse ponto de vista, pode-se dizer que estamos imersos em um período de transição, onde muitos pesquisadores têm questionado a contribuição da educação e suas respectivas disciplinas curriculares na formação de cidadãos capazes de pensar, entender, criticar, crer, transformar, sugerir, conviver bem com os outros e, sobretudo, comprometer-se na construção de um mundo melhor, mais democrático e justo.

As escolas têm muito a contribuir nesse sentido, já que podem ser percebidas como o berço dos profissionais que trabalharão nos diferentes segmentos amanhã e, se bem encaminhados, desenvolverão potencialidades, valores e virtudes indispensáveis para mudar seu destino e o da sociedade como um todo.

Assim, o maior desafio da sociedade contemporânea é transcender esta crise profunda e contribuir nesse processo de tomada de consciência coletiva. Consciência é algo endógeno, que nasce de dentro e se materializa na reformulação de nossa escala de valores e mudança de postura diante da realidade que, por sua vez, tem repercussão a médio e longo prazo, na própria cultura em que os sujeitos se encontram imersos.

Laraia, ao discutir como a cultura condiciona a visão de mundo do ser humano, faz uma citação de Ruth Benedict, quem sabiamente afirmou no livro “O crisântemo e a espada” que a cultura é como uma “lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diferentes e, portanto, têm visões desencontradas das coisas” (BENEDICT *apud* LARAIA, 1996, p.69).

Nesse contexto, as escolas devem oferecer as condições necessárias para a formação de seus jovens, que são o maior patrimônio de um país, e viabilizar uma integração entre eles, fazendo com que se sintam bem e em condições de conviver com os companheiros, os professores e com o espaço em que estudam, fazendo dele um lugar de afeto e laços inesquecíveis.

Tomando como referência o ônibus escolar, quantos vínculos são estabelecidos entre os estudantes, quanto aprendizado acontece em relação à vida nesse percurso da residência para a escola? Nessa perspectiva, pode ser considerado um espaço de grande relevância e que pode ser aproveitado para demonstrar a educação adquirida na escola e no seio da família; afinal, quando o estudante sai de sua residência, ele é um representante da sua família, quando sai de sua comunidade é o seu representante, assim como quando precisa sair do seu município, estado, país...

Assim, torna-se necessário repensar o valor do ser humano, das relações saudáveis entre

peessoas de diferentes culturas, o sentido da vida e o papel de cada um no contexto em que está inserido e no espaço que ocupa na sociedade. Dessa forma, ajuda no processo de desenvolvimento do senso crítico, de uma tomada de consciência coletiva e no compromisso ético, que deve ser o farol que orienta os sujeitos para tomar decisões mais acertadas.

Em muitas escolas, os estudantes não desenvolvem laços de afetividade e vão apenas para cumprir as exigências de seus pais que pensam somente em prepará-los para o mercado de trabalho no futuro. Os pais, sempre muito ocupados, não se envolvem diretamente com a educação de seus filhos, transferem toda a responsabilidade para a escola, participando pouco ou nada das rotinas e reuniões periódicas que acontecem.

Muitos educadores também não criam vínculos, porque tem que trabalhar em outros espaços e, quase sempre, vivem atarefados ou sobrecarregados de tanto trabalho, com pouco tempo disponível. Diante dessa situação, é necessário um esforço coletivo; o motorista, por exemplo, precisa desenvolver habilidades que transcendem a mera condução de passageiros, já que se trata de jovens em formação, que precisam ter disciplina, responsabilidade e compromisso com o bem público que utilizam diariamente.

Enfim, fazer do ônibus escolar um lugar de vínculos, de convivência social saudável e de cuidado é um grande desafio que deve ser encarado com a seriedade que merece. O cuidado somente surge quando a existência de alguém ou algo tem importância, uma vez que apenas dessa forma haverá dedicação, participação e envolvimento direto na vida da pessoa.

Há um descuido e um descaso pela coisa pública. Boff (2002, p. 117) afirma acertadamente que a atitude de sentir com cuidado deve transformar-se em cultura, e isso demanda um processo pedagógico para além da escola formal, que atravessa as instituições e faz surgir um novo estado de consciência e de conexão com a Terra e com tudo o que nela existe e vive.

Para Boff (2002, p. 33), o que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato, é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro.

Nessa “co-existência e com-vivência”, nessa navegação e nesse jogo de relações, o ser humano vai construindo seu próprio ser, sua autoconsciência e sua própria identidade (Boff, 2002, p. 92). Assim, vai se formando enquanto ser pensante e percebendo ser possível construir outra história.

O que seria um educador se não um crente, que rema forte na direção contrária da negligência, do descuido e do descaso.

## O LUGAR DA ESCOLA E O ÔNIBUS ESCOLAR COMO SUA EXTENSÃO (SALA DE AULA ITINERANTE)

A escola é um dos espaços mais nobres que a humanidade conseguiu produzir em toda sua história, porque pode ser percebida como o “berço da sociedade”, onde o cidadão é despertado, adquire valores morais que servirão por toda a vida e desenvolve potencialidades (SANDES, 2012, p. 02). Nesses espaços, a pessoa se apropria e constrói conhecimento, começa a perceber que é no trabalho cotidiano que a história e o espaço geográfico são construídos, e que o destino do planeta depende das ações presentes.

No entanto, percebe-se que a educação pública atualmente enfrenta uma crise profunda, necessitando de um esforço coletivo dos educadores e da própria sociedade no sentido de buscar alternativas possíveis de ser aplicadas, para melhorar efetivamente sua qualidade, assim como cobrar do Poder Público mais compromisso com esse setor tão importante para o desenvolvimento humano.

Nesse contexto, cabe refletir sobre o lugar da escola no cenário atual, para despertar nos educandos o autoconhecimento e um compromisso político com o espaço que ocupam. Investigar questões sociais, culturais e econômicas em escala local, assim como conhecer a percepção que os

estudantes têm do espaço que ocupam e da sociedade em que vivem é um desafio que precisa ser assumido se quisermos dar sentido a escola no contexto atual.

Conhecer os estudantes ajuda a construir uma gestão fundamentada e contextualizada, única alternativa capaz de dar conta da complexidade que envolve a educação e fazer da escola um lugar de valor, que precisa ser cuidado. Para tanto, é necessário reconhecer que os tempos mudaram e a escola não pode permanecer a mesma. O contexto atual é, em muitos casos, de famílias confusas e desestruturadas, cabendo às escolas dar conta do lugar que elas deveriam assumir.

Nesse sentido, Narodowski (2005) escreveu que muitos estudantes já chegam nas escolas “hiperrealizados” e “desrealizados”, necessitando, por tanto, de uma dinâmica distinta das demais. Em suas palavras:

O polo da hiper-realização supõe crianças e adolescentes que já não são obedientes, dependentes e heterônomos, não porque se tenha convertido em adultos, mas porque tem um tipo de relação com o conhecimento, especialmente com esse conhecimento que nós hoje chamamos - novas tecnologias -, no que se constituem socialmente como operadores muito eficazes. São crianças que tem alta habilidade em sua relação ou inter-relação com o saber vinculado com o computador, com as redes de computação, com os celulares, com a televisão a cabo. Crianças com um alto grau de eficácia no que se refere a essa tecnologia e inclusive com uma eficácia maior que a que tem muitos adultos, entre os quais estão seus próprios educadores (NARODOWSKI, 2005, p. 239).

Realmente não se pode negar que as tecnologias fizeram grandes e profundas modificações no cotidiano das pessoas, inclusive das crianças, que desde cedo têm contato direto com esses instrumentos, cheios de possibilidades de comunicação e informação em tempo real. O autor retoma essa discussão adiante reforçando que “(...) não significa afirmar que estas crianças sejam eficazes na escola e sim que seu ambiente natural, onde se hiperrealizam como crianças, é na realidade virtual, seja nos videogames, seja na internet (...)” (NARODOWSKI, 2005, p. 241).

O outro grupo de crianças que o autor destaca são aqueles desrealizadas.

O outro polo é da infância desrealizada, que é conformado por aquelas crianças que conseguem sua autonomia mais não pela via de sua interação eficaz com as novas tecnologias, ou não somente, porque às vezes também acontece esse destino, e sim pela capacidade própria de operar sobre o mundo de contestado violento. Quem são? São os meninos e meninas de rua, os meninos e meninas que trabalham, que vendem drogas, os meninos e meninas da noite, do sexo, do abuso. Crianças que assassinam. Por que se constroem de um lugar de violência? Não porque sejam efetivamente fortes, todos sabem que são crianças muito vulneráveis socialmente, culturalmente, pessoalmente inclusive, que constroem uma força a partir da própria delimitação que faz a sociedade de eles. (...) igual o hiperrealizado: um sujeito que em um corpo infantil vive uma capacidade de operação social semelhante a de um adulto (NARODOWSKI, 2005, p. 241).

Nesse caso, os estudantes encontram-se em uma situação de vulnerabilidade e necessitam de um trabalho também diferenciado, por se tratar de pessoas com peculiaridades que não os enquadram nas escolas tradicionais, que tentam estandarizar e formar operários obedientes, limitados a trabalhar e consumir. Dessa forma surgem as perguntas centrais deste trabalho: qual é o lugar da escola nesse contexto? Qual é o papel do educador nesse cenário contemporâneo? O que explica a cultura da depredação do ônibus escolar do programa federal Caminho da Escola?

Para Gadotti,

O novo profissional da educação precisa se perguntar: por que aprender, para que, contra que, contra quem. O processo de aprendizagem não é neutro. O importante é aprender a pensar, a pensar a realidade e não pensar pensamentos já pensados. Mas a função do

educador não acaba ali: é preciso se pronunciar sobre essa realidade que deve ser não apenas pensada, mas transformada (FREIRE *apud* GADOTTI, 2003, p. 53).

É importante ainda recordar que questões sociais, culturais e econômicas devem fazer parte dessa teia de investigações dos educadores, uma vez que é comum oferecer os piores serviços às comunidades carentes e desinformadas.

Portanto, a mudança de postura, comportamento e práticas, e a necessidade de rever conceitos e fazer a diferença fazem parte do processo de formação do cidadão crítico e consciente, na qual a escola tem, ou deve ter, grande responsabilidade.

Dessa forma, “a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente [...] a base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como espaço de exercício da existência plena” (SANTOS, 2001, p. 113-114).

Assim, a inserção de projetos nas escolas pode propiciar um momento privilegiado para debater questões de interesse dos envolvidos e que são distintas de outras realidades. Ao afirmar que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” Freire (2000, p. 59), demonstra a importância de acreditar na educação como instrumento de emancipação.

O transporte escolar, quando percebido como uma extensão da escola, passa a ser tratado como uma sala de aula itinerante, onde o estudante aplica os conhecimentos que adquiriu na escola e no contexto familiar do qual faz parte.

Ônibus depredados, sujos, riscados, quebrados são reflexo do nível de desenvolvimento moral em que se encontram aqueles que os utilizam. É importante se abordar esse tema de forma transversal e interdisciplinar, bem como fazer do ônibus escolar um espaço de cuidado. Para tanto, o motorista deve ter noção de sua responsabilidade e ser preparado para manter a ordem e o bom uso do veículo.

Obviamente, o motorista deve ter todo o apoio necessário para cumprir bem sua função, uma vez que ele é o “educador” durante aquele percurso e o adulto responsável temporariamente por aquele espaço, que também é educativo por natureza.

Os casos mais extremos de vandalismo devem ser encaminhados para os órgãos responsáveis, para que tomem as providências cabíveis, uma vez que a impunidade desencadeia sérios transtornos e consequências algumas vezes irreversíveis de má conduta. Compreender a lei de “causa e efeito” torna os estudantes mais maduros e responsáveis pelos seus atos, porque começam a entender que toda ação tem consequências.

A ternura é um ingrediente indispensável à educação. A esse respeito, Boff (2002, p. 118) defende que a ternura vital é sinônima de cuidado essencial. A ternura é o afeto que devotamos às pessoas e o cuidado que aplicamos às situações existenciais; a ternura é o cuidado sem obsessão, que inclui também o trabalho, não como mera produção utilitária, mas como obra que expressa a criatividade e a auto-realização da pessoa.

A ternura pode e deve conviver com o extremo empenho por uma causa, como foi exemplarmente demonstrado pelo revolucionário absoluto Che Guevara (1928-1968). Dele guardamos a sentença inspiradora: *Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás.*

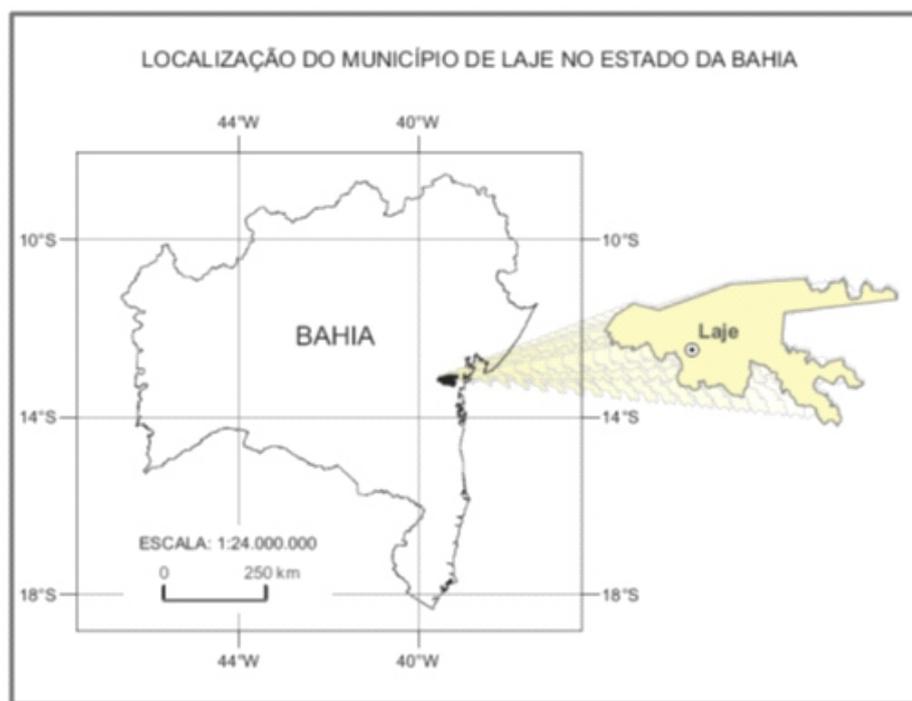
Na concepção de Freire, cada vez mais se deve sentir a necessidade de uma “[...] educação que não descuide da vocação ontológica do homem, a de ser sujeito e, por outro, de não descuidar das condições peculiares de nossa sociedade em transição, intensamente mutável e contraditória” (FREIRE, 1979, p. 66).

Agora, mais do que nunca, exige uma nova redefinição do que se quer para o futuro, que herança queremos deixar para as próximas gerações, em quais referenciais devemos nos inspirar e qual a nossa missão no mundo.

## SITUAÇÃO DO ÔNIBUS ESCOLAR (ESPECIFICAMENTE AQUELES DO PROGRAMA Caminho da Escola) NO MUNICÍPIO DE LAJE

### Município de Laje - Bahia

Laje é um pequeno município localizado no Vale do Jiquiriçá, Recôncavo Sul da Bahia, na latitude 13°10'58.5" sul e longitude 39°25'32.61" oeste, estando a uma altitude de 190 metros.



Fonte: SEI. Adaptado por André B. Sandes e Angélica Manina

Encontra-se na Mesorregião Centro-Sul, fazendo fronteira com os municípios de Mutuípe, Ubaíra, Santo Antônio de Jesus, Aratuípe, Amargosa, Valença, Jiquiriçá e São Miguel das Mataas. Distante 13 km da BR 101, 50 km da cidade de Santo Antônio de Jesus e aproximadamente 230 Km ou 135 (via *ferry boat*) de Salvador, capital do estado da Bahia.

Tem população aproximada de 25.000 habitantes, majoritariamente situada na grande zona rural do município. O IDH médio é de 0,586 e sua economia é basicamente agrícola, com produção expressiva de produtos derivados da mandioca. Sua pecuária é diversificada, predominando criações de bovinos. Por se encontrar em um vale, cujo rio principal é o Jiquiriçá, seu sítio urbano apresenta-se bastante desnivelado, com ladeiras de grande declividade e ruas apertadas.

Em relação à educação, o município em questão possui 36 escolas (incluindo as creches), sendo duas de Ensino Médio e cinco que atendem o Fundamental II. Estão matriculados aproximadamente 5500 estudantes e estão disponíveis 102 veículos sendo que, desse total, são 18 ônibus do programa Caminho da Escola.

### Programa Caminho da Escola

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o programa Caminho da Escola, instituído pela Resolução nº 03, de 28 de março de 2007, foi criado com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência

na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais.

De acordo com o FNDE (2013, p. 98), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880/2004, e tem por finalidade garantir a oferta de transporte escolar aos alunos matriculados na educação básica pública, de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola.

Pinheiro (2013) afirma acertadamente em sua dissertação de mestrado que:

Não mais importante que outras obrigações estatais, o transporte escolar tem função vital para o acesso e permanência dos alunos nas escolas, tendo como prioridade transportar os alunos oriundos da área rural para as escolas que oferecem a sua modalidade de ensino, evitando a evasão escolar e o êxodo rural por motivos de deslocamento (PINHEIRO, 2013, p. 17).

Dessa forma, o transporte escolar pode ser considerado um serviço de utilidade pública e o poder público deve oferecê-lo gratuitamente para crianças e adolescentes que não tenham escola próxima de suas residências. Para Alencar (2006, p. 01), os programas do MEC oferecem subsídios aos municípios para que adquiram veículos adequados ao transporte escolar rural, evitando o deslocamento de estudantes em veículos impróprios e sem segurança. Esse ônibus,

São equipados com tacógrafo eletrônico e GPS, para garantir maior segurança aos estudantes, permitir o controle do trajeto, dos tempos de percurso e de paradas e diminuir o consumo de combustível. O corredor central é mais estreito, para aumentara quantidade e o conforto dos assentos e evitar que os alunos fiquem em pé. Os veículos têm vidros temperados verdes, para-barro na frente e atrás e dispositivo passa-balsa, que assegura maior trafegabilidade em estradas sinuosas (FNDE, 2013, p. 99).

Nesse sentido, o programa visa a padronização, redução dos preços dos veículos e transparência no processo de aquisições. Assim, o Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o Inmetro, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes, e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

## **Situação do Transporte Escolar em Laje**

Os dezoito ônibus do programa Caminho da Escola disponíveis no município foram adquiridos entre os anos de 2009 e 2013. Segundo o responsável pelos transportes, estão todos necessitando de reformas exceto um, que é o único adaptado para atender os estudantes que possuem necessidades especiais.

Esses ônibus foram adquiridos por um valor superior a R\$ 3.600.000,00 e, de acordo com os responsáveis pelo setor, os jovens e adolescentes estão depredando os transportes, destruindo os bancos, riscando as poltronas e danificando os veículos.

O resultado desse descaso foi um prejuízo de aproximadamente R\$ 25.000,00, no ano e 2017 para consertar os ônibus danificados, principalmente os bancos (250 bancos precisaram ser restaurados em 2017) que foram rasgados pelos usuários de algumas localidades do município em questão. Isso sem contar com a destruição de alguns vidros estragados que foram substituídos pela seguradora.

Esses números somados à manutenção R\$ 89.000,00, pneus R\$ 90.000,00, o seguro dos veículos, entre outras despesas, demonstram o alto custo de manutenção da frota que deveria ser mais valorizada pelos estudantes. Apesar da manutenção realizada em 2017, em setembro de 2018 já existiam mais de cem bancos necessitando de reparos, segundo os responsáveis pelo transporte escolar do município (Figuras 1, 2, 3 e 4).

Figuras 1, 2, 3, 4. Situação dos ônibus escolares em Laje / 2018



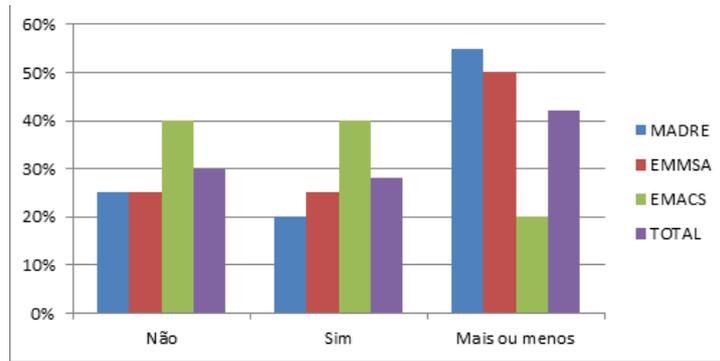
Fuente: Trabalho de campo. SANDES, André B. e SOUSA, Helenildo 2018.

Diante desses dados, nos questionamos como um investimento tão alto, destinado a melhorar as condições de deslocamento desses estudantes pode ser tão desvalorizado? Por que alguns estudantes cometem atos de vandalismo e destroem o bem público que foi adquirido para o seu próprio bem estar? O que fazer diante dessa realidade que se tornou um problema para o município?

Diante desses desafios, foram aplicados 60 questionários (20 questionários por escola) em três escolas de Ensino Fundamental II do município em questão: Escola Municipal Madre Maria do Rosário de Almeida (MADRE - Escola do campo), Escola Municipal Antônio Carlos Solto (EMACS - zona Urbana) e Escola Municipal Marilda Sampaio de Almeida (EMMSA - Estadual - Urbana).

Quando questionados em relação a se sentir bem e seguro quando pega o ônibus escolar, o resultado da pesquisa pode ser visto no Gráfico 1.

**Gráfico 1.** Respostas dos alunos a pergunta “Se sente bem e seguro quando pega o ônibus escolar?”

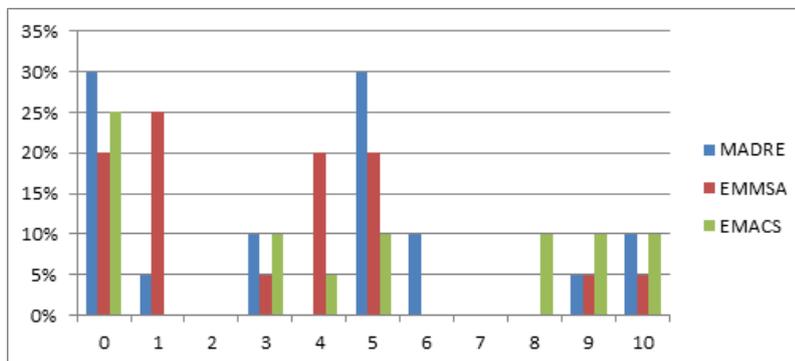


Fonte: Trabalho de campo. SANDES, André B. e SOUSA, Helenildo 2018.

Esses resultados indicam que são poucos aqueles que se sentem bem e seguros no ônibus escolar. A escola que obteve melhor resultado nesse quesito foi a EMACS. Em relação à justificativa das respostas dadas, alguns alunos mencionaram que “não vão sentados”, outros porque o transporte “está todo quebrado” e “porque alguns alunos não se comportam como deveriam”; no EMMSA justificaram também que “o ônibus vai cheio”, por causa da “falta de educação de alguns alunos”, “porque tem muita bagunça”; no EMACS os motivos foram principalmente porque “o ônibus vai muito cheio”.

Quando questionados que nota de 0 a 10 dariam ao transporte escolar, o resultado foi:

**Gráfico 2.** Respostas a pergunta “Que nota de 0 a 10 você daria ao transporte escolar?”

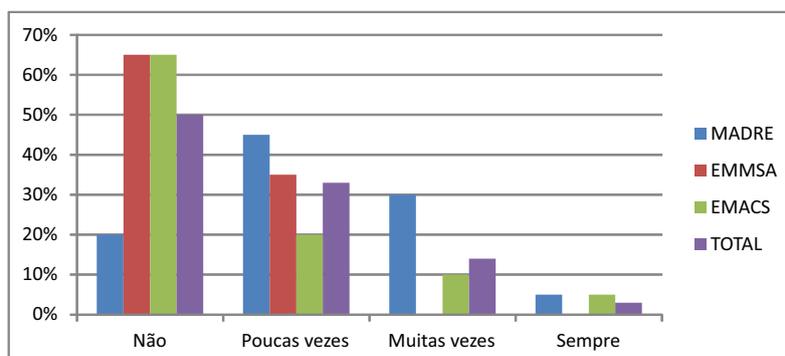


Fonte: Trabalho de campo. SANDES, André B. e SOUSA, Helenildo 2018.

Os estudantes que demonstraram maior satisfação foram os do EMACS.

Quando questionados se os professores, diretores ou coordenadores de sua escola já falaram sobre a importância de se cuidar do ônibus escolar, assinalaram:

**Gráfico 3.** Respostas a pergunta “Os professores, diretores ou coordenadores de sua escola já falaram sobre a importância de se cuidar do ônibus escolar?”

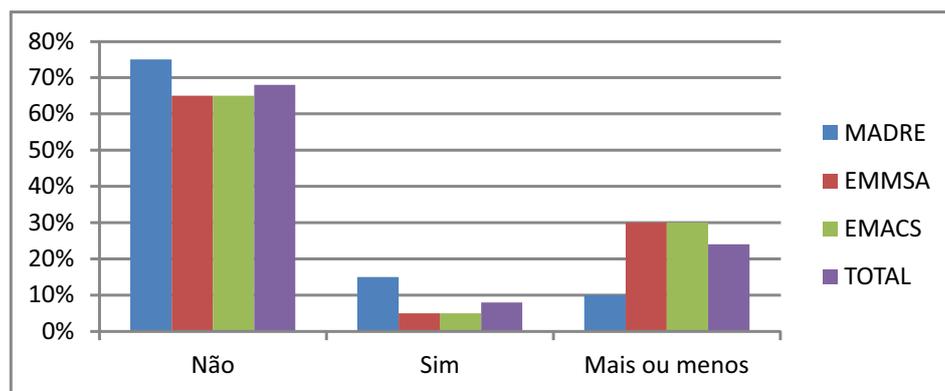


Fonte: Trabalho de campo. SANDES, André B. e SOUSA, Helenildo 2018.

Os resultados demonstraram que se trabalha pouco essa questão nas escolas e a situação é mais crítica no EMMSA e no EMACS.

Quando questionados se o ônibus escolar é bem cuidado, os resultados foram:

**Gráfico 4.** Resposta a pergunta “Você considera o ônibus escolar bem cuidado?”



Fonte: Trabalho de campo. SANDES, André B. e SOUSA, Helenildo 2018.

Esses dados demonstram que os estudantes tem consciência de que as pessoas deveriam ter mais cuidado com os ônibus escolares. Quase todos os questionados registraram que a culpa é dos próprios alunos que rasgam os bancos, riscam e destroem os veículos. Quase todos destacaram também que já presenciaram algum estudante quebrando, riscando ou danificando o ônibus. No MADRE, afirmaram que é “porque não tem consciência”, “porque o motorista não coloca ordem”, “porque os alunos não tem cuidado”, “porque quer se aparecer”; no EMMSA destacaram “porque não tem o que fazer”, “porque acham isso engraçado”, “porque não tem educação”, “porque o motorista não reclama”; no EMACS as respostas foram: “não sabem valorizar o que tem”, “porque são mal educados”, “porque não tem responsabilidade”, “porque querem se divertir”.

Em todas as escolas investigadas os motoristas foram bem avaliados. No entanto, quando questionados sobre o que poderia ser feito para que o ônibus fosse melhor preservado, responderam: no MADRE, “trocar os ônibus”, “reforma completa”, “punir os vândalos”, “fiscalização”, “não deixar entrar os alunos que bagunçam”; no EMMSA destacaram “ter um monitor para observar os alunos”, “deixar os alunos bagunceiros irem caminhando para casa”, “câmeras de segurança”; no EMACS as respostas foram “colocar câmeras de segurança” e “punir aqueles que danificam”.

O espaço do verso da folha destinado a expressar suas ideias em relação a outros aspectos que consideram relevantes e que não foram questionados, os poucos estudantes que escreveram reforçaram a necessidade de fiscalização e cobrar dos estudantes que destroem para que possam pagar por seu erro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

A escola não é apenas o espaço construído, mas é o espaço do cidadão, dos muitos cidadãos que trazem consigo um pouco de outros espaços, de outras pessoas, de outras realidades; enfim, a escola é um lugar dinâmico, enraizado no ambiente construído, que influencia e é influenciado por ele.

Dessa forma, os aspectos históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais não podem ser desconsiderados, quando se pretende avaliar os espaços educativos formais, entre eles o transporte escolar público, que pode ser considerado uma sala de aula itinerante.

Conhecer os estudantes e promover sua participação ativa através de uma relação simétrica entre os envolvidos no processo pedagógico é, sem duvida, um passo importante para compreender seus

comportamentos e tentar melhorar a qualidade da educação oferecida na escola e em outros contextos sociais.

Promover debates periódicos e perenes com estudantes é de fundamental importância para sensibilizar aqueles que utilizam o transporte coletivo. É importante ressaltar também a necessidade de responsabilizar aqueles que cometem atos de vandalismo, para que possam aprender com seus erros, aproveitando assim a oportunidade de educá-los e ajudá-los a conhecer seus deveres, que por sua vez são fundamentais para consolidar a democracia, e não se resumem apenas à garantia de direitos.

Este trabalho não teve a pretensão de esgotar essa temática e sim problematizar o assunto para possíveis debates. O diálogo é sempre uma alternativa para se chegar ao fim desejado; afinal, esses jovens estão em processo de formação intelectual e moral e a orientação de um adulto responsável ajuda no processo de tomada de consciência coletiva, no desenvolvimento do senso crítico e da responsabilidade que o mundo adulto exige.

Diante desses desafios, cabe a nós, educadores e cidadãos do mundo, repensar nossa escala de valores, convidar os educandos a se envolverem nesse processo de mudança de paradigma e, juntos, buscarmos alternativas para construir uma sociedade mais igualitária, plena e justa.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José Hercy Pontes. **Transporte Escolar: via legal para uma educação de qualidade**. Ceará, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Los retos de la educación en La Modernidad Líquida**. Barcelona: Gedisa, 2007.
- BENEDICT *apud* LARAIA, Roque B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- COREA, Cristina y LEWKOWICZ, Ignacio. **Pedagogía del aburrido. Escuelas destituidas, familias perplejas**. Bs. As. Paidós, 2004.
- FNDE. **Caderno de estudo do curso Competências Básicas**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 4 ed., atual. Brasília: FNDE, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GILDEMEISTER, Eduardo. “**La educación como reconciliación para los nuevos tiempos**” en: DUQUE, Antonio Arellano. *La educación en tiempos débiles e inciertos*. 1º ed. España: Anthropos, 2005.
- NARODOWSKI, Mariano. “**Destino de la infancia y de los educadores: Hiper y Desrealización**” en: DUQUE, Antonio Arellano. *La educación en tiempos débiles e inciertos*. 1º ed. España: Anthropos, 2005.
- PINHEIRO, Theo Goulart B. S. **Diagnóstico do transporte escolar rural público no município de Cachoeiro de Itapemirim – ES**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Vitória: UFES, 2013.
- SANDES, André B. **Geografia e Educação: Contribuições da Geografia para Gestão Educacional**. Anais do I Congresso Internacional da Faculdade EST. São Leopoldo: Rio Grande do Sul, 2012.
- SANDES, André B. **Ecopedagogia como proposta de Educação Ambiental formal para as séries iniciais do Ensino Fundamental I**. Anais do II Encontro Sergipano de Educação Ambiental. Sergipe: UFS, 2013.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 5. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

# DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE QUALIDADE NO SETOR INDUSTRIAL: O CASO DE UMA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS – BA

## QUALITY SYSTEM DIAGNOSIS IN THE INDUSTRIAL SECTOR: A CASE STUDY IN A SHOE FACTORY IN CRUZ DAS ALMAS - BA

Alana de Jesus da Silva<sup>1</sup>  
José Sérgio Santos da Silva<sup>2</sup>

A competitividade e a evolução tecnológica exigem das empresas a frequente avaliação da qualidade de seus produtos e/ou serviços para atender às expectativas do mercado cada vez mais exigente. Agregar qualidade a produtos e serviços em um cenário econômico dinâmico e volátil não é uma tarefa fácil e precisa ser bem administrada. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o sistema de qualidade da indústria de calçados Bibi Nordeste localizada no município de Cruz das Almas – BA. Por tratar-se de um estudo em uma unidade fabril, caracterizando-o como um estudo de caso único, não houve pretensão de generalização dos resultados. Com abordagem qualitativa buscou-se descrever a perspectiva e opiniões de funcionários sobre o sistema de qualidade da empresa. Os dados foram obtidos a partir da aplicação de formulários e teve a participação de 8 funcionários. Os dados foram organizados e tabulados com o uso do *software Microsoft Excel®*. Como resultado da pesquisa delimitou-se o perfil acadêmico e profissional dos funcionários atuantes na gestão da qualidade e descreveu-se os métodos e ferramentas adotadas na unidade fabril.

**Palavras-chave:** Indústria. Gestão. Qualidade. Sistema.

*Competitiveness and technological evolution force companies to frequently reassess the quality of their products and / or services to meet an expectations of the increasingly demanding market. Adding quality to products and services in a dynamic and volatile economic scenario is not an easy task and needs to be well managed. In this context, the present work aims to analyze the quality system of the Bibi Nordeste footwear industry located in the municipality of Cruz das Almas - BA. Because it was a study in a manufacturing unit, characterizing it as a single case study, there was no pretense of generalization of the results. With a qualitative approach we tried to describe the perspective and opinions of employees about the quality system of the company. The data were obtained by means of forms and had the participation of 8 employees. Data were organized and tabulated using Microsoft Excel® software. As a result of the research the academic and professional profile of the employees acting in the quality management were assessed, as well as methods and tools adopted in the manufacturing unit.*

**Keywords:** Industry. Management. Quality. Key System.

Recebido: 26/03/2019

Aceito: 10/06/2019

<sup>1</sup>Graduada em Administração (FAMAM); alanasilva96@outlook.com

<sup>2</sup>Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB); Professor da Faculdade Maria Milza (FAMAM); Governador Mangabeira; BA; <http://lattes.cnpq.br/0123674723732106>; josesergiosilva@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o conceito de qualidade vem se modificando, visto que antes este conceito pautava-se na conferência do trabalho de artesãos. No entanto, com a crescente competitividade entre as empresas e a globalização econômica, esse conceito vem evoluindo, apresentando-se não mais como uma oferta dos fabricantes, mas como uma exigência dos clientes, que são motivados pela intensa saturação de produtos no mercado.

A atual mudança na abordagem da qualidade se deu pós Revolução Industrial, a qual contribuiu sobremaneira para uma grande mudança no conceito de qualidade e para um forte aumento na escala de produção, introduzindo o conceito atual de controle da qualidade. Nesse contexto, não se pode dizer que o fato de o termo qualidade ser de uso comum, seja ruim. Na verdade, isso pode decorrer do esforço feito no passado recente para popularizar o termo. A questão é que os conceitos usados para definir qualidade nem sempre são corretos; ou melhor, com frequência são incorretos. E isto, sim, é um problema, porque não se pode “redefinir” intuitivamente um termo que todo o mundo já conhece; nem restringir seu uso a situações específicas, se ele for de domínio público (PALADINI, 2000, p.16).

No cerne do modelo gerencial atual, o processo produtivo em si parte do pressuposto de que a qualidade deve ser gerada exatamente a partir das operações do processo produtivo, sendo suas estratégias direcionadas à busca de formas adequadas para atingir a qualidade no processo. Nesse contexto, justifica-se a escolha da temática da pesquisa, por entender que o controle da qualidade é de suma importância não só para as empresas, mas para os clientes, os quais almejam não apenas eficiência e qualidade no atendimento, mas um produto que atenda as suas necessidades e expectativas.

A empresa deve, por meio de seu controle de qualidade, demonstrar a importância da responsabilidade social que pauta suas ações, bem como as normas de sustentabilidade inseridas no seu processo produtivo, visando a melhoria dos produtos, processos e a satisfação de clientes e colaboradores.

Assim, o estudo visa responder ao seguinte problema: como pode-se promover a melhoria da gestão da qualidade em uma empresa do setor calçadista localizada em Cruz das Almas - BA? A partir da pergunta de pesquisa, traçou-se o seguinte objetivo geral: analisar o sistema de qualidade da indústria de calçados Bibi Nordeste localizada no município de Cruz das Almas - BA. Já os objetivos específicos são: a) identificar o perfil dos funcionários que são responsáveis pelo sistema de qualidade da BIBI; b) descrever métodos e ferramentas presentes no sistema de qualidade da BIBI; c) levantar a opinião de funcionários sobre benefícios e/ou desafios na operação do sistema de qualidade da BIBI; d) apresentar pontos comuns entre as práticas adotadas pela fábrica de calçados BIBI e as recomendações da literatura para a eficácia do sistema de gestão da qualidade.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa teve como locus a Indústria de Calçados Bibi Nordeste, pioneira na produção de calçados infantis no Brasil, situada no município de Cruz das Almas – BA. O estudo concentrou-se na gestão da qualidade, e os dados foram coletados por meio de formulário aplicado a oito funcionários responsáveis pela gestão da qualidade na referida empresa. O município de Cruz das Almas está localizado no planalto pré-litorâneo, com uma população estimada em 60 mil habitantes, tendo além da Indústria de Calçados Bibi Nordeste, outras empresas que compõem o parque industrial do município.

Como o objetivo é descrever a perspectiva e opiniões de funcionários sobre o sistema da qualidade da empresa, a pesquisa ficou delineada como um estudo de caso descritivo e com enfoque qualitativo. A escolha dos participantes da pesquisa se deu por conveniência do pesquisador, e o critério adotado foi o de selecionar funcionários que desenvolvessem atividades relacionadas à qualidade, o que resultou na participação de 8 funcionários (gestor e equipe) da unidade fabril.

Para a análise dos dados foram realizados os seguintes passos: verificou-se o perfil acadêmico dos participantes da pesquisa, por acreditar ser esse um fator relevante para o desenvolvimento de processos relacionados à gestão da qualidade. Em seguida, analisou-se a faixa etária dos participantes para identificar uma possível relação entre a idade e afinidade com as tecnologias, cada vez mais comum nos processos voltados para a qualidade; também foi verificado o tempo de atuação do participante no cargo, por considerar que um maior tempo de atuação propicia uma maior familiaridade com a atividade desenvolvida, contribuindo para a qualidade; depois verificou-se a presença de ações voltadas para a capacitação, orientação e manutenção da qualidade nos processos produtivos; indagou-se também algumas das principais abordagens científicas sobre a gestão da qualidade eram de conhecimento dos participantes da pesquisa; e, por último, foi registrada a opinião de cada participante sobre a eficiência do sistema de qualidade adotado pela empresa Bibi.

## GESTÃO DA QUALIDADE

O assunto qualidade tornou-se objeto de estudo nas mais diversas organizações, e Garvin (1988) tem sido uma referência comum em estudos sobre o assunto, apresentando o que denominou de eras da qualidade, conforme apresentado de forma resumida no Quadro 1.

**Quadro 1.** Eras da qualidade segundo Garvin (1988).

Era	Período	Principais características
Da Inspeção	XVIII – XIX	Envolve a preocupação com a qualidade do trabalho artesanal em pequena escala ao desenvolvimento industrial, quando a produção em massa leva à necessidade de inspeção de atributos dos produtos que eram medidos e testados para garantir a qualidade. Foco em obter qualidade igual e uniforme em todos os produtos – <i>ênfase na conformidade</i> .
Do Controle Estatístico da Qualidade	Década de 1930	Reconhecimento da presença de variabilidade inerente aos processos industriais e o emprego de técnicas estatísticas para obtenção de controle de processos. Desenvolvimento do gráfico de controle de processos. Surge nesse período a técnica de amostragem.
Da garantia da Qualidade	De 1950 a 1960	Principais movimentos do período: a quantificação dos custos da qualidade; controle total da qualidade; as técnicas de confiabilidade e o programa Zero Defeito de Crosby.
Gestão da Qualidade Total	Final da década de 1970	É a soma das três eras que a antecederam e que está em curso até os dias atuais. Enfoque no impacto estratégico, necessidades do mercado e do cliente. Estabelecimento de metas, educação, treinamento, desenvolvimento de programas [...]

Fonte: COSTA, 2008.

É de grande relevância a compreensão de algumas das abordagens que conceituam a qualidade, pois segundo Paladini (2000, p. 25),

O termo é uma palavra de domínio público e uso comum, sendo necessário levar em consideração dois aspectos fundamentais em sua definição técnica.

1. Qualquer que seja a definição proposta para a qualidade, espera-se que ela não contrarie a noção intuitiva que se tem sobre ela, isto é, o que já se sabe a respeito do assunto;
2. Como a questão da qualidade faz parte do dia a dia das pessoas, não se pode identificar e delimitar seu significado com precisão.

Nesse sentido, entende-se que a amplitude do conceito técnico de qualidade envolve vários campos, sendo também um deles a intensidade dos processos produtivos das empresas. Segundo Antônio *et al.* (2016, p.22) “a noção de qualidade é algo inerente ao ser humano, projetando-se em diversos atos, mesmo nos mais corriqueiros e automáticos, da sua vida diária”. Para Lopes (2014, p. 25),

enquanto que para um bem ou produto, a qualidade reflete-se na sua conformidade com requisitos pré-estabelecidos que satisfaçam as expectativas dos clientes, a percepção de qualidade dum serviço é muito mais distinta e abrangente.

O mercado, cada vez mais competitivo, tem exigido das organizações adequação ao novo cenário mundial, exigindo a adoção de estratégias em busca de qualidade, sendo necessário empregar um sistema para a sua gestão, visto que esse sistema deverá contribuir para o desempenho dos processos da empresa. Segundo Lopes (2014), as expectativas de clientes, bem como seus desejos e comportamentos alteram-se constantemente, cabendo às empresas estarem atentas a essas alterações, às vezes inesperadas, para atendê-las.

Para Marino (2006), as empresas precisam garantir produtos e serviços com qualidade, e é aí que entra a gestão da qualidade, oferecendo a definição de especificações, aparência atrativa do produto, respostas rápidas às mudanças de especificações, baixa taxa de defeitos, tempo curto de manufatura e aspectos tecnológicos dos processos. A gestão da qualidade possibilita aumento da produtividade e influencia a sua própria competitividade, uma vez que, a partir dos processos da gestão de qualidade, essas tecnologias podem representar um fator estratégico e competitivo para o ambiente operacional.

A gestão da qualidade no ambiente industrial envolve a produção de bens tangíveis, assim sendo, pauta-se numa característica específica, a possibilidade de separar com nitidez o processo produtivo da ação de utilização ou consumo do produto. Outro importante fator é que, no ambiente industrial, a gestão da qualidade tem como foco principal o processo produtivo, a fim de gerar um produto perfeitamente adequado ao uso, uma vez que a qualidade apresentada pelo produto é resultante do processo aplicado (MARINO, 2006).

O ambiente industrial prioriza o processo produtivo sem perder de vista o objetivo básico da empresa, ou seja, o nível de atenção dado a cada processo produtivo realizado. Ainda sobre a gestão da qualidade no ambiente industrial, é possível inferir que a mesma tem uma preocupação básica em sua estratégia de atuação, a integração em suas operações de um processo único de direcionamento e finalidade. E isto se dá, devido à facilidade de determinar com precisão os procedimentos elementares empregados, bem como direcioná-los para as metas do processo.

Paladini (2004, p.186) afirma que a gestão de qualidade no processo industrial guia-se por princípios que envolvem indicadores, conforme exposto no Quadro 2.

Compreende-se assim que a gestão da qualidade em ambientes industriais perpassa dois fatores: atenção ao cliente e otimização do processo produtivo. Ou seja, a definição de objetivos básicos, bem como a estratégia adotada pela empresa para atingi-los.

**Quadro 2.** Princípios da gestão da qualidade no processo industrial.

<b>Fatores da Gestão da Qualidade Industrial</b>	
<b>Atenção ao Cliente</b>	<b>Otimização do Processo Produtivo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da satisfação do cliente;</li> <li>• atenção ao maior número possível de elementos do processo produtivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Menor probabilidade de geração de defeitos;</li> <li>✓ melhoria constante nos métodos de trabalho;</li> <li>✓ atividades desenvolvidas sem gerar nenhum tipo de desperdício;</li> <li>✓ atividades geradas de forma a agregar valor ao processo e ao produto.</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelo autor adaptado de Paladin (2004).

## MÉTODOS E FERRAMENTAS PARA A GESTÃO DA QUALIDADE

A norma ISO 9001 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2008) adota uma abordagem de processo para desenvolvimento, implementação e melhoria da eficácia de um sistema de gestão da qualidade, sendo que para que uma organização funcione eficazmente, a mesma precisa delimitar e estabelecer normas de gerenciamento das atividades interligadas. Esse gerenciamento pode ser referenciado como “abordagem de processo”.

O Controle da Qualidade Total (TQC), o qual Campos (2004, p.13) diz se tratar de “um sistema administrativo aperfeiçoado no Japão sendo desenvolvido a partir de ideias americanas inseridas após a Segunda Guerra Mundial, conhecido como Total Quality Control - TQC”. O autor destaca que a qualidade total trata das dimensões qualidade, custo, entrega, moral e segurança, que afetam a satisfação das necessidades das pessoas e, em especial, a sobrevivência da empresa.

Silva *et al.* (2017, p. 2) explicam que o método PDCA compreende quatro importantes etapas (plan=planejar; do=executar, check=controlar, action=atuar), as quais vem se destacando no ambiente organizacional como um método gerencial para melhoria contínua de processos e solução de problemas, podendo ser utilizado em qualquer tipo de organização, seja ela uma empresa privada, uma organização sem fins lucrativos ou do setor público.

O PDCA, segundo Vieira Filho (2010, p. 24) é “um método que gerencia as tomadas de decisão, de forma a melhorar atividades de uma organização, sendo também muito explorado na busca da melhoria da performance”. Compreende-se que esse método contribui sobremaneira para a melhoria contínua dos negócios de qualquer organização/empresa, visto que a aplicação cabal deste evita falhas, identifica possíveis mecanismos de controle do processo, bem como elimina todo e qualquer desperdício, reduzindo os custos de produção e, conseqüentemente, aumentando a qualidade dos produtos.

A trilogia Juran é o gerenciamento de processos que podem ser realizados por meio de três ações gerenciais: planejamento, controle e melhoramento. Juran (2011, p.15) explica que a gerência da qualidade é feita utilizando os mesmos três processos gerenciais, quais sejam: planejamento da qualidade, controle da qualidade e melhoramento da qualidade.

O diagrama de Juran (2011, p.17) mostra que há três processos inter-relacionados: o tempo no eixo horizontal, o custo da má qualidade no eixo vertical (as deficiências de qualidade) e a atividade inicial, o planejamento da qualidade, quando os planejadores definem quem são os clientes e quais as suas necessidades. O Diagrama de Juran ainda mostra que 20% dos trabalhos precisam ser refeitos, não sendo possível produzir um trabalho 100% bom, dadas as deficiências na qualidade.

O método Ishikawa ou diagrama de causa e efeito, ou ainda diagrama espinha de peixe, consiste em explorar e indicar todas as causas possíveis de uma condição ou um problema específico. Esse método foi desenvolvido visando delimitar a relação entre efeito x causa e causa x efeito no desenvolvimento de processos de produção e qualidade.

A seguir apresentamos algumas ferramentas aplicadas à gestão da qualidade, como por exemplo, os 5S, Brainstorming, 5W2H, CQC, Kaban e Kaizen.

Os 5S baseia-se em cinco princípios básicos importantes na geração da qualidade: Seiri=Senso de Utilização, Seiton=Organização, Seisou=Limpeza, Seiketsu= Saúde ou Melhoria Contínua e Shitsuke=Autodisciplina). Essa técnica surgiu primeiramente no Japão. O 5S foi desenvolvido com a finalidade de empregar nos processos racionalização, organização, limpeza, conservação e disciplina, uma vez que um gestor, ao implantar esse programa em sua organização, propiciará um ambiente saudável para todos os colaboradores, clientes e fornecedores.

Brainstorming ou tempestade de ideias é uma ferramenta da qualidade, que pode ser empregada em qualquer situação, para o surgimento de ideias ou para evidencição de problemas com intuito de solucioná-los, valendo-se da criatividade e da imaginação, de forma que os integrantes, de forma livre, possam sugerir ideias, conceito este defendido por Bezerra (2014).

Os CCQ's (Círculos de Controle da Qualidade) referem-se à utilização de formas de integrar e

envolver todos na empresa para o alcance da melhoria contínua. Conforme Francisco (2011, p.13),

A prática do CCQ possibilita descobrir e desenvolver a capacidade das pessoas, respeitar todos e criar um local de trabalho alegre, onde haja motivação, contribuir para o aprimoramento e desenvolvimento da empresa, e aumentar os conhecimentos ligados às ferramentas e métodos da qualidade.

Acerca da 5W2H, é válido salientar que a mesma é usada para conceber o plano de ação de forma a facilitar sua execução, permitindo também identificar dados e rotinas importantes num projeto, ou mesmo num processo de produção. Nessa ferramenta são usadas sete perguntas, entre as quais Bacchi e Travessini (2017, p.5) destacam:

- |   |   |
|---|---|
| a) <i>What</i> (O quê)?: o que deve ser feito?  | d) <i>Why</i> (Por que)?: por que é necessário fazer?     |
| b) <i>When</i> (Quando)?: quando deve ser feito?                                      | e) <i>Who</i> (Quem)?: quem ou qual a equipe responsável? |
| c) <i>Where</i> (Onde)?: onde, qual processo ou por qual departamento deve ser feito? | f) <i>How</i> (Como)?: como vai ser feito?                |
|   | g) <i>How much</i> (Quanto)?: quanto custará?             |

É importante salientar que o significado de cada termo equivale a uma ação, que advém de sete circunstâncias que devem ser levadas em consideração ao elaborar um plano de ação, sendo respondidas formalmente. Assim, a ferramenta 5W2H possui aspectos importantes, visto que os por quês destacados por meio das perguntas requerem a busca de respostas pelos envolvidos na organização.

O Kanban é uma ferramenta bastante simples que utiliza cartões (post-its coloridos) para destacar lembretes que indicam o andamento dos fluxos de produção, além de contribuírem para estimular a produção e entrega das demandas. Segundo Naufal *et al.* (2012),

O sistema Kanban é uma abordagem do sistema de tração dando autorização para produzir a quantidade necessária e no tempo específico a fim de repor a parte que foi enviada ao cliente, ou seja é um método de redução dos níveis de estoque, produzir a quantidade necessária no tempo certo.

O Kanban consiste numa importante ferramenta de controle de informação dos processos de organização, uma vez que produz resultados com o mínimo de informações, destacando as necessidades por ordem de importância, sendo assim dinâmico e atualizado na resolutividade de problemas nas organizações.

O Kaizen é uma metodologia que foi desenvolvida por Masaaki Imai, no Japão, e conhecida e praticada atualmente em todo o mundo, como uma filosofia de melhoria contínua. O conceito foi introduzido na América em 1986, com o livro escrito por Masaaki Imai, "Kaizen – The Key to Japan`s Competitive Success". O Kaizen possui ferramentas que envolvem todos dentro da empresa, em busca de melhoria dos negócios. Para entender o significado dessa ferramenta, é preciso traduzir a palavra Kaizen, onde Kai significa melhoria e Zen equivale a contínuo(a), ou seja, a união dessas palavras indica a busca da melhoria contínua no processos empresarias ou de produção.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos dados foi identificado que a maioria dos participantes (62,5%) tinha ensino médio completo. Os restantes 37% dividiram-se, por partes iguais, entre os que tinham ensino fundamental completo e ensino superior completo e incompleto. O levantamento de dados a respeito do nível de escolaridade se justifica por considerar que um maior nível de escolaridade é fator favorável ao

desenvolvimento e aplicação de métodos e ferramentas de qualidade.

O segundo dado verificado na pesquisa foi a faixa etária dos participantes. Esse dado foi levantado para verificar se a diferença de idade seria um fator de diferenciação de opiniões a respeito da atuação da empresa na gestão da qualidade. É cada vez mais comum o uso de tecnologias nos processos de gestão de qualidade e estudos indicam que pode haver uma maior afinidade com esses recursos entre pessoas nascidas após a década de 1980, as denominadas gerações Y e, mais recentemente, a geração Z.

Dos participantes, 50% encontravam-se na faixa etária de 30 a 35 anos, 25% com idade inferior a 35 anos e os outros 25% com idade na faixa etária entre 35 e 40 anos. Com base nos dados, é possível perceber que dentre os entrevistados predominam os nascidos após 1980. Identificados o perfil educacional e faixa etária, verificou-se o tempo de atuação de cada participante no cargo. Entende-se que, quanto maior o tempo de atuação no cargo, maior o domínio sobre os processos, materiais e conhecimento sobre os perfis individuais das equipes de trabalho, sendo, por tanto, um fator positivo para a gestão da qualidade.

Quando analisados os dados sobre o tempo de atuação de cada participante no cargo, foi identificado que 75% (6 participantes) atuava no cargo fazia 2 a 6 anos, enquanto que nos extremos, com 12,5%, 1 participante com menos de 1 ano e outro com 13 anos de atuação. Acerca das funções desenvolvidas pelos participantes, a mais frequente foi a de revisor, como pode ser observado no Quadro 3.

**Quadro 3.** Atuação de participantes na gestão da qualidade.

<b>PARTICIPANTE</b>	<b>ATUAÇÃO</b>	<b>PROCESSO</b>
A	Controle de qualidade.	Costura
B	Facilitador	Não informado
C	Controle de qualidade	Pré-colagem
D	Revisor	Não informado
E	Revisor	Costura
F	Revisor	Conferência de devolução
G	Revisor da qualidade	Não informado
H	Controle de qualidade	Colagem

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Identificados os processos e atuação dos participantes na gestão de qualidade, observou-se também quando se deu a última capacitação para atuação no cargo, por compreender que a capacitação é um fator relevante para o bom desempenho profissional. Os dados levantados permitiram identificar que apenas 12,5% dos participantes participaram de capacitação há mais de 1 ano, enquanto que predominaram (87,5%) aqueles que participaram de capacitação há menos de 1 ano.

Verificada a frequência com que ocorre a capacitação, foi identificado quais os assuntos da literatura sobre métodos e procedimentos para a gestão de qualidade que os participantes tinham conhecimento, como mostra o Quadro 4.

Ao analisar o Quadro 4, foi possível perceber que os assuntos relacionados à qualidade que são mais conhecidos entre os participantes da pesquisa foram: 5S, ISO 9001 e em seguida o TQC. Após a identificação das frequências dos assuntos sobre a qualidade, surgiu a inquietação sobre como se dá a concentração desses conhecimentos entre os participantes da pesquisa (Quadro 5).

Ao analisar o Quadro 5, é possível perceber que dos 8 participantes da pesquisa, 3 possuem um nível de conhecimento mais abrangente sobre a literatura que trata da gestão de qualidade. Esses três profissionais são potenciais agentes multiplicadores do conhecimento sobre a gestão da qualidade na empresa.

**Quadro 4.** Abordagens sobre qualidade de conhecimento dos participantes.

Conhecimento sobre métodos e procedimentos para Gestão da Qualidade	Ocorrências
5s	6
ISO 9001	5
Controle da Qualidade Total - TQC	5
Ciclo PDCA	2
Just in time	2
Diagrama de Causa e Efeito - Método Ishikawa-karou	2
Brainstorming	2
Círculos de Controle da Qualidade - CQC	2
Kanban	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

**Quadro 5.** Conhecimento sobre a literatura que trata da gestão da qualidade.

PARTICIPANTE	PROCEDIMENTOS E MÉTODOS SOBRE A QUALIDADE								
	5S	ISO 9001	TQC	PDCA	JustinTime	Ishikawa	Brainstorming	Kanban	CQC
A	x	x							
B	x	x	x		x	x	x	x	
C			x						
D			x						x
E	x	x		x					x
F	x		x						
G	x	x		x	x	x	x	x	
H	x	x							

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Com base na literatura que trata da gestão de qualidade, buscou-se identificar como ocorre a atuação dos participantes da pesquisa nos processos produtivos da fábrica. Primeiro, verificou-se como o funcionário é preparado para exercer suas atividades no processo produtivo, em que momento é apresentado o objetivo da tarefa, se o funcionário é treinado no local de trabalho e se o mesmo é orientado para detectar não conformidades, o que resultou nos dados apresentados na Figura 1.

**Figura 1.** Orientação do funcionário para a realização da tarefa.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018

Campos (2004, p. 49) afirma que o gerenciamento da rotina de trabalho instituída pela empresa contribui para o “melhoramento contínuo” da mesma, pela conjugação das operações de manutenção (cumprimento de padrões e atuação na causa de desvios) e melhorias (alteração dos padrões para melhor resultado), de modo que uma rotina bem gerenciada propiciará um bom alcance dos objetivos atribuídos a cada processo. Nesse sentido, verificou-se como e com que frequência os colaboradores responsáveis pela gestão da qualidade atuam nos processos produtivos. Para isso foram destacadas algumas ações como: avaliação do grau de sucesso conseguido na realização dos índices da qualidade planejados; verificação de produtos e/ou insumos fora de conformidade; comunicação resultante da inspeção da qualidade a instâncias superiores e uso de métodos estatísticos na inspeção da qualidade. Após a análise dos dados foi possível perceber que predomina uma atuação item a item (11 ocorrências), que ocorre diariamente (16 ocorrências) em processos para atender aos requisitos de qualidade, conforme apresentado no Quadro 6.

**Quadro 6.** Frequência de rotinas de trabalho voltada para a qualidade.

AÇÕES VOLTADAS PARA A QUALIDADE	Realizada a cada ITEM processado/recebido	Realizada a cada LOTE processado/recebido	Realizada diariamente
Avaliação do grau de sucesso conseguido na realização dos índices da qualidade planejados	5		3
Verificação de produtos e/ou insumos fora de conformidade	3	2	3
Comunicação resultante da inspeção da qualidade a instâncias superiores	1	1	5
Uso de métodos estatísticos na inspeção da qualidade	2		5
<b>TOTAIS</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>16</b>

Fonte: Dados da Pesquisa elaborada pela autora, 2018.

O serviço de gestão da qualidade frequentemente envolve avaliação da qualidade da matéria-prima, do produto, do serviço, das rotinas de produção, do ambiente organizacional e também do desempenho do funcionário, de modo que manter um padrão de qualidade exige um esforço diferenciado da equipe de trabalho. Nesse sentido, foi verificado de que forma os colaboradores responsáveis pela gestão da qualidade atuam para manter uma rotina dos profissionais da empresa dentro dos padrões de qualidade desejados. Como base nos dados, foi possível perceber que a empresa investe em capacitações e um sistema de comunicação e reuniões voltados para a conscientização dos funcionários sobre a qualidade (Quadro 7).

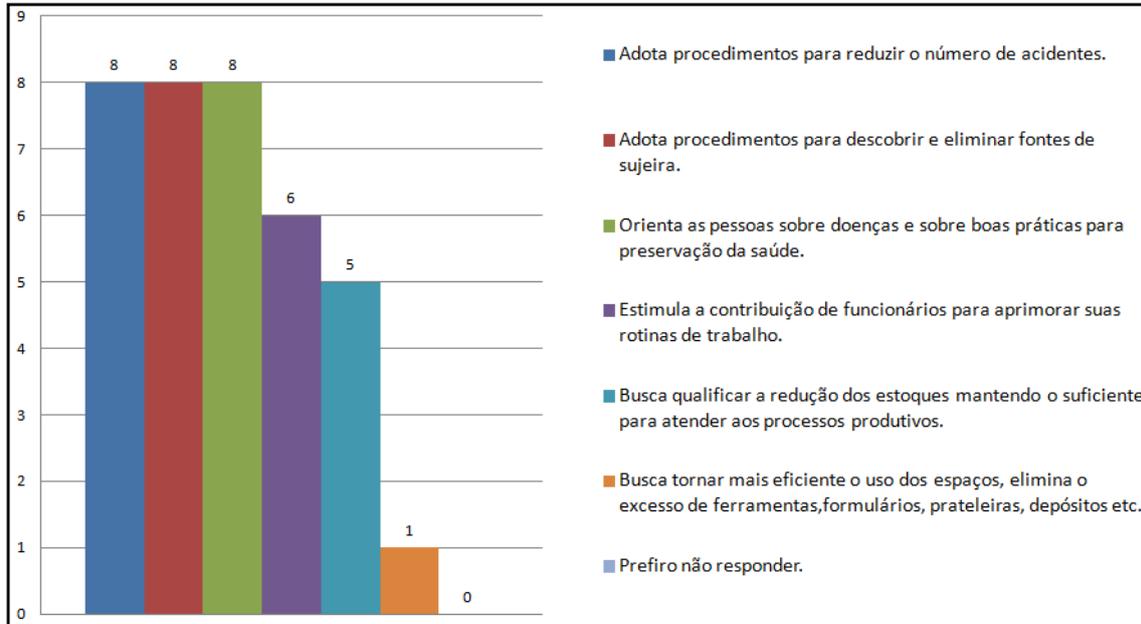
**Quadro 7.** Intervenções para sustentar o cumprimento de padrões de qualidade.

INTERVENÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DE PADRÕES	OCORRÊNCIAS
Acompanhamento das lideranças	2
Bom dia empresa	2
Capacitação/Cursos	3
Comunicação/Informação/reuniões	3
Valorização da disciplina e cumprimento de normas	2

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018

Após a identificação das intervenções para disciplinar a execução de tarefas com foco na qualidade, foi verificado se havia adoção de algumas das boas práticas sugeridas pela literatura que trata da gestão da qualidade nas empresas e foram obtidos os dados que estão ilustrados na Figura 2.

**Figura 2.** Boas práticas de gestão da qualidade adotadas pela empresa.



Fonte: Dados da Pesquisa elaborada pela autora, 2018.

A partir da análise da Figura 2, observa-se que dentre as boas práticas elencadas pelos participantes, as que obtiveram maior destaque foram: adoção de procedimentos para redução de acidentes, para descobrir e eliminar fontes de sujeira e orientação do colaborador quanto às doenças e boas práticas de preservação da saúde.

Por fim, os participantes da pesquisa foram questionados sobre como eles avaliam as intervenções da empresa para o cumprimento de padrões visando atender aos indicadores de qualidade. A esse questionamento chegou-se aos seguintes resultados: para 50% é boa, para 35,5% é muito boa e 12,5% as consideraram excelentes. É possível perceber que, para a maior parte dos colaboradores (85,5%) há margem para melhoria de processos voltados para a qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, foi possível perceber que, no que tange à escolaridade, alguns possuem ensino médio completo e também nível superior, o que torna propício o desenvolvimento do trabalho com ferramentas voltadas para a qualidade, uma vez que agrega conhecimento na aplicação de métodos voltados para o aumento da qualidade. Por outro lado, notou-se também que a faixa etária dos entrevistados varia de 25 a 40 anos, sendo a porcentagem maior de funcionários entre 30 e 35 anos. Também foi possível constatar que os colaboradores possuem de 2 a 6 anos de atuação no mesmo cargo ou função.

Foi possível perceber também que as funções desempenhadas na empresa *lôcus* da pesquisa, no que tange à gestão da qualidade são: controle de qualidade, revisor e facilitador. No que diz respeito à capacitação dos profissionais, destacam-se os processos de capacitação, que ocorrem com frequência, levando-se em consideração as abordagens sobre qualidade, como por exemplo, o programa 5S e a ISO 9001, o controle de qualidade, o Ciclo PDCA, dentre outros. Outro fator a considerar é que a empresa, buscando melhores resultados, investe na padronização de seus produtos, aprimorando cada vez mais,

a organização e o gerenciamento dos mesmos.

Na análise da frequência das rotinas de trabalho, foi possível perceber que a gestão de qualidade envolve avaliação da qualidade, da matéria-prima, do produto e dos serviços. Nesse sentido, observa-se que a empresa estudada prima por ações voltadas para a qualidade, a exemplo da avaliação do grau de sucesso conseguido na realização dos índices de qualidade planejada, além de verificação dos produtos e insumos fora da conformidade, etc. No que concerne às intervenções para cumprimento dos padrões, foi notado que a empresa realiza acompanhamento, trabalha com as questões de comunicação e informação por meio de reuniões, bem como valoriza também a disciplina e o cumprimento das normas. Essas intervenções foram vistas de maneira positiva pelos colaboradores, uma vez que, segundo os mesmos, visam atender aos indicadores de qualidade almejados pela empresa.

Percebe-se que a empresa possui boas práticas de intervenção, a fim de disciplinar a execução das tarefas com foco na qualidade, por adotar boas práticas de gestão, a exemplo da redução do número de acidentes, eliminação de fontes de sujeira, orientação acerca de doenças e boas práticas de preservação da saúde, além de qualificação e redução dos estoques, mantendo o suficiente para atender aos processos produtivos.

Recomenda-se a continuidade deste tipo de estudo, uma vez que ainda existem empresas que não usam em seus processos operacionais a ISO 9001, responsável por toda a padronização de qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas.

## REFERÊNCIAS

ANTÓNIO, Nelson Santos. TEIXEIRA, António. ROSA, Álvaro. **Gestão da Qualidade – de Deming ao Modelo de Excelência da EFQM**. Edições Sílabo, Lda. 2ª Ed. – Lisboa, setembro de 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 9001:2008**: Sistemas de gestão da qualidade - requisitos. Rio de Janeiro, 2008.

BACCHI, Leticia Gonçalves; TRAVESSINI, Rosana. **Aplicação do ciclo PDCA e outras Ferramentas da Qualidade para resolução de problemas em uma obra na cidade de Curitiba: um estudo de caso**. VII Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção. Ponta Grossa, Pr, Brasil, 06 a 08 de dezembro de 2017. Disponível em: <[www.aprepro.org.br/conbrepro/2017/down.php?id=3156&q=1](http://www.aprepro.org.br/conbrepro/2017/down.php?id=3156&q=1)>. Acesso em 29 abr. 2018.

BEZERRA, Felipe. **Ciclo PDCA: Do conceito à aplicação**. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/08/ciclo-pdca-conceito-e-aplicacao.html>>. Acesso em: 19 abr.2018.

CAMPOS, Vicente Falconi. 1940. **TQC – Controle de Qualidade Total (no estilo japonês)** / Vicente Falconi Campos. Nova Lima – MG: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2004.

COSTA, Tiago. **O mundo da qualidade**: um compêndio da padronização e normalização pelo mundo. Joinville: Clube dos autores, 2008.

FRANCISCO, Leonardo de Lima. **Por que as ferramentas e os métodos de gestão da qualidade são importantes para a empresa**. 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/por-que-as-ferramentas-e-os-metodos-de-gestao-da-qualidade-sao-importantes-para-a-empresa/59103/>>. Acesso 29 abr. 2018.

GARVIN, D.A.: **Managing Quality**. Free Press, New York, 1988.

IMAI, Masaaki. **Kaizen, A estratégia para o sucesso competitivo**. São Paulo: Editora Imam, 1994. 236p.

JURAN, J.M. A., 1904. **A qualidade desde o projeto**: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços J.M Juran; tradução Nivaldo Montigelli Jr. -- São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LOPES, Janice Correia da Costa. **Gestão da Qualidade: decisão ou constrangimento estratégico**. 2014. 76 f. Dissertação (Mestrado) - **Curso de Mestrado em Estratégia Empresarial**, Universidade Europeia - Laureate International Universities, Lisboa, 2014. Disponível em:

<<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13214/1/Dissertaçãode M-EE - Gestão da Qualidade - Janice Lopes 50029662.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARINO, Lúcia Helena Fazzane de Castro. **Gestão da qualidade e gestão do conhecimento:** fatores-chave para produtividade e competitividade empresarial. XIII SIMPEP – Bauru, SP, Brasil, 06 a 08 de Novembro 2006.

NAUFAL, Ahmad; JAFFAR, Ahmed; YUSOFF, Noriah; HAYATI, Nurul. **Development of Kanban System at Local Manufacturing Company in Malasya – Case Study.** *Procedia Engineering* 41, 2012, p. 1721-1726.

PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade:** teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas 2004.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da Qualidade:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, Ricardo de Oliveira et.al. A utilização do método PDCA para melhoria dos processos: um estudo de caso no carregamento de navios. **Revista ESPACIOS.** ISSN 0798 1015 Vol. 38 (Nº 27) Año 2017. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n27/a17v38n27p09.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

VIEIRA FILHO, G. **Gestão da Qualidade Total:** Uma abordagem prática. 3. ed. Campinas: Alínea. 2010.

# ENSINO DA SAÚDE COLETIVA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: INTERDISCIPLINARIDADE E INTEGRAÇÃO ACADEMIA, SERVIÇO E COMUNIDADE EM FOCO

## **PUBLIC HEALTH TEACHING IN GRADUATION: INTERDISCIPLINARITY AND ACADEMY-HEALTH SERVICE-COMMUNITY INTEGRATION IN FOCUS**

Suélem Maria Santana Pinheiro Ferreira<sup>1</sup>  
Carla Maria Lima Santos<sup>2</sup>, Carla Santos Almeida<sup>3</sup>  
Ailton Vinicius Oliveira Moreira<sup>4</sup>  
Polliana Alves de Oliveira<sup>5</sup>  
Rafaela Silva Santos<sup>6</sup>  
Juliana Costa dos Santos Borges<sup>7</sup>

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a consequente reformulação das diretrizes para formação profissional impõem a necessidade de incorporar estratégias pedagógicas inovadoras na formação em Saúde, dentre elas, a integração academia, serviço e comunidade. Apesar dos esforços das instituições de ensino superior para adequação de seus currículos a essa nova demanda, há fragilidades no tocante à operacionalização da formação interdisciplinar, bem como na criação de atividades curriculares permanentes de integração entre o ensino e o mundo do trabalho. As vivências interdisciplinares e de integração-ensino serviço apresentam potencialidades, como formação crítica e reflexiva dos discentes, potencialização do trabalho das equipes de saúde, educação permanente no serviço e a melhor compreensão das necessidades de saúde individuais e coletivas. Contudo, tais estratégias formativas ainda apresentam desafios à sua efetivação, como a burocracia dos setores de saúde e educação, o perfil profissional dos agentes inseridos nestes setores e a construção de relações horizontais, solidárias e emancipatórias entre os elos dessa tríade. Assim, para concretizar o SUS é necessário, desde a graduação, construir uma formação crítica, de modo coletivo que englobe diferentes saberes dentro da academia, no serviço e na comunidade.

**Palavras-chave:** Capacitação Profissional. Relações Interprofissionais. Serviços de Integração Docente-Assistencial.

*The implementation of the Sistema Único de Saúde (SUS) and the consequent reformulation of guidelines for professional training brings the need to incorporate breaking pedagogical strategies in Health Education, among them the academy-health service-community integration. Despite the efforts of the educational institutions to adapt their curricula to this new demand, there are weaknesses in the operationalization of interdisciplinary training, as well as in the creation of permanent curricular activities that integrate teaching and work. Interdisciplinary and health service-teaching integration experiences show potentialities, such as critical and reflective training of students, potentialization of the work of health teams, permanent education in health services and better comprehension of the individual and collective health needs. However, such training strategies still face challenges for their effectiveness, such as the bureaucracy of Health and Education sectors, the professional profile of the agents involved in these sectors, and the construction of horizontal, solidary and emancipatory relationships between each link in this triad. Therefore, to materialize the SUS, it is necessary, since graduation, to build a critical formation in a collective construction that brings together different knowledges within the academy, service and community.*

**Keywords:** Professional Training. Inter-professional Relations. Academy-Health Service Teaching Integration.

Recebido: 21/03/2019

Aceito: 29/06/2019

<sup>1</sup>Doutora em Saúde Pública; Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA; <http://lattes.cnpq.br/246345729415467>; [suelem.pinheiro@gmail.com](mailto:suelem.pinheiro@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutora em Saúde Pública; Docente da Universidade do Estado da Bahia; Salvador-BA; <http://lattes.cnpq.br/5789627602511700>; [cmlsantos@hotmail.com](mailto:cmlsantos@hotmail.com)

<sup>3</sup>Discente do curso de Medicina da Universidade do Estado da Bahia; Salvador-BA; <http://lattes.cnpq.br/5323270551298444>; Salvador; Bahia; link lattes; [carla\\_reb@hotmail.com](mailto:carla_reb@hotmail.com)

<sup>4</sup>Discente do curso de Nutrição da Universidade do Estado da Bahia; Salvador-BA; <http://lattes.cnpq.br/8895123037340645>; Salvador; Bahia; link lattes; [amnricao@hotmail.com](mailto:amnricao@hotmail.com)

<sup>5</sup>Discente do curso de Medicina da Universidade do Estado da Bahia; Salvador-BA; <http://lattes.cnpq.br/9330503927322817>; Salvador; Bahia; link lattes; [pollyana0720@gmail.com](mailto:pollyana0720@gmail.com)

<sup>6</sup>Discente do curso de Nutrição da Universidade do Estado da Bahia; Salvador-BA; <http://lattes.cnpq.br/7919244622841445>; Salvador; Bahia; link lattes; [r.santoss1507@gmail.com](mailto:r.santoss1507@gmail.com)

<sup>7</sup>Discente do curso de Nutrição da Universidade do Estado da Bahia; Salvador-BA; <http://lattes.cnpq.br/0509887393999892>; Salvador; Bahia; link lattes; [jucsborges@hotmail.com](mailto:jucsborges@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

A construção das políticas de saúde no Brasil, numa perspectiva sócio-histórica, aponta para um cenário de lutas, que assume expressividade com a Reforma Sanitária e culminância na Constituição Federal de 1988 e regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990. O SUS dispõe de notoriedade mundial, com destaque para a universalidade e a centralidade na atenção primária, além de representar, para a sociedade brasileira, um patrimônio social que demarcou a resistência popular ao caráter excludente da agenda governamental (PAIM, 2009).

Neste contexto, a crítica ao modelo médico hegemônico centrado na doença, sob a ótica individual, biologicista e fragmentada, passa a encorajar a defesa da perspectiva biopsicossocial do cuidado em saúde. Essa concepção inspirou novos modos de fazer saúde, sob a égide da integralidade, num trabalho permeado pelo multiprofissionalismo, interdisciplinaridade e intersetorialidade, construindo uma nova face para o campo da saúde (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Esse movimento político e ideológico refletiu na formação em Saúde e resultou na reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação desta área, com ênfase na formação humanista, crítica e reflexiva. As novas DCNs, já em seu preâmbulo, colocam a Lei 8.080/90 como premissa básica para pensar a formação profissional, ao mesmo tempo em que traz como habilidade/competência essencial a atenção em saúde pautada na integralidade, trabalho em equipe e pensar crítico para análise e solução dos problemas de saúde. A partir disso, a responsabilidade profissional deixou de se limitar ao ato técnico, e institui como cerne as necessidades de saúde individuais e coletivas (BRASIL, 2014).

Para dar conta desta formação, a inovação dos processos de ensino e aprendizagem também se tornou imperiosa, e as estratégias de integração ensino-serviço, embora uma proposta antiga, assumem notoriedade nesse processo. Assim, a articulação entre ensino, mundo do trabalho e comunidade possibilita o desenvolvimento de habilidades cognitivas e atitudinais, voltadas para a compreensão ampliada do processo saúde-doença, bem como do processo de trabalho em saúde, com enfoque na interdisciplinaridade, reconhecimento das necessidades em saúde, produção do cuidado com vínculo e humanização (MARIN *et al.*, 2014). O objetivo deste ensaio é trazer uma reflexão sobre o ensino da Saúde Coletiva em cursos de graduação da área de Saúde, com cerne no estímulo à interdisciplinaridade e integração da academia com espaços de produção de saúde no SUS.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Na construção do presente ensaio foram selecionados textos científicos sobre a formação em Saúde, sem restrição de data ou idioma de publicação, que trouxessem um constructo científico relacionado às exigências atuais para a formação profissional, bem como o marco político brasileiro. Também foram selecionados artigos que relatassem experiências de ensino pautadas nos eixos centrais da discussão, a saber: interdisciplinaridade e integração ensino-serviço, para compor um painel de como as práticas tem se efetivado nas IES. Adicionalmente, realizou-se uma breve descrição do modelo de ensino da Saúde Coletiva de uma universidade pública no estado da Bahia, vivenciado pelos autores do presente ensaio, e de onde partem as inquietações que resultaram na construção dessa discussão. Por fim, os desafios à construção de um modelo de ensino interdisciplinar e integrado ao SUS são debatidos. Ressalta-se que o debate acerca dos desafios foi subsidiado inicialmente pelas vivências dos autores, as quais foram relacionadas com a literatura sobre a temática.

## INTERDISCIPLINARIDADE, FORMAÇÃO E TRABALHO EM SAÚDE: UMA BREVE REVISÃO

Com a reorganização das práticas do setor de Saúde tornou-se imperativo repensar a formação profissional, de modo a responder às demandas conformadas pelo SUS, que define em seu arcabouço jurídico a atribuição de ordenação da formação profissional. Nesse contexto, emerge a necessidade de diálogo entre duas instâncias setoriais, nas figuras do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Educação (MEC), devido à inconformidade do perfil profissional ainda assentado sob a lógica flexneriana (MOREIRA; DIAS, 2015).

Nesse contexto, ganha destaque a discussão em torno da interdisciplinaridade em Saúde, considerada a construção coletiva do saber e agir, através da “integração das disciplinas num projeto comum, em que se estabelece uma relação de reciprocidade, que irá possibilitar o diálogo entre os participantes”, como dispositivo necessário à integralidade do cuidado (VELLOSO *et al.*, 2016). Sob a ótica da formação em Saúde, a interdisciplinaridade representa a desfragmentação na construção do conhecimento e, conseqüentemente, da visão do graduando acerca da realidade em que está inserido. Isso se dá através da integração entre as diferentes graduações e da aproximação com o serviço durante a formação, de modo a proporcionar uma vivência acadêmica interdisciplinar centrada no trabalho em equipe, como instrumento de produção de saúde (VILELA; MENDES, 2003).

As DCNs estabelecem competências e habilidades necessárias para a formação de um profissional apto a lidar com as demandas multifacetadas de saúde, mas oferece autonomia às universidades para a reorganização de suas matrizes curriculares (MOREIRA; DIAS, 2015). A partir disso, muitas instituições de ensino superior (IES) começaram, ainda que de forma incipiente, a adotar estratégias de vivências interdisciplinares entre os cursos de graduação, algumas delas sintetizadas nos quadros a seguir com suas principais características, avanços e desafios.

No Quadro 1, verifica-se que as estratégias de formação interdisciplinar representaram um dispositivo fundamental para a promoção da interação entre os diferentes sujeitos da academia, do serviço e da comunidade. No entanto, notam-se dificuldades na materialização de estratégias dessa natureza, com destaque para interações limitadas a poucos cursos e muitas vezes sem caráter permanente. Nos municípios de São Mateus, Montes Claros, Porto Alegre, Fortaleza e Feira de Santana, as IES propiciaram um momento de formação interdisciplinar em programas como o Pró Saúde e o PET Saúde (Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde), os quais representaram vivências pontuais e não um projeto curricular reestruturador do processo de ensino-aprendizagem (SANTOS *et al.*, 2016; SOBRINHO *et al.*, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2012; RODRIGUES *et al.*, 2012).

**Quadro 1.** Exemplos de vivências interdisciplinares e de integração ensino-serviço na graduação em saúde, em diferentes estados brasileiros.

Local	Características da Experiência
<p><b>São Mateus – ES</b> (SANTOS <i>et al.</i>, 2016)</p>	<p><b>Tipo de atividade:</b> PET Saúde e Pró-Saúde (Enfermagem e Farmácia);  <b>Ações:</b> Sensibilização dos participantes com atividades em grupo sobre SUS, ESF, formação e trabalho em saúde; realização de diagnóstico situacional e planejamento estratégico situacional;  <b>Resultados/desafios:</b> reflexões do preceptor acerca de seu papel na formação dos discentes; inserção dos discentes no trabalho em equipe multidisciplinar; estabelecimento de vínculos com equipe e usuários; maior compreensão da realidade da comunidade.</p>
<p><b>Fortaleza – CE</b> (LOPES <i>et al.</i>, 2016)</p>	<p><b>Tipo de atividade:</b> Projeto de extensão (experiência pontual de integração entre dois cursos (Psicologia e Farmácia)  <b>Ações:</b> Inserção dos discentes em grupos de terapia com cuidadores de crianças e adolescentes.  <b>Resultados/desafios:</b> Percepção acerca da importância da interdisciplinaridade no cuidado em saúde mental; inserção do discente na realidade do serviço fomentando a percepção crítica frente às necessidades dos usuários; fortalecimento da noção de participação da família, usuário e profissionais de saúde no cuidado em saúde mental; incentivo ao diálogo entre cuidadores e a equipe interdisciplinar.</p>

<p><b>Porto Alegre – RS (PIZZINATO et al., 2012)</b></p>	<p><b>Tipo de atividade:</b> Pró-Saúde (Nutrição, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Psicologia, Serviço Social, Odontologia e Enfermagem)  <b>Ações:</b> Seminários nas USFs para apresentação do programa às equipes; compartilhamento de responsabilidades na formação profissional; prática interdisciplinar na ambiência de programas/projetos; incentivo à implantação de programas/projetos envolvendo academia-serviço-comunidade; articulação intersetorial.  <b>Resultados/desafios:</b> Satisfação dos usuários dos serviços; compartilhamento de saberes entre discentes, docentes e profissionais; incentivo à implantação de programas/projetos envolvendo academia-serviço-comunidade; incompatibilidade da grade curricular dos cursos (inexistência de componente curricular em comum para todos os cursos); campos de prática de difícil acesso e estrutura inadequada.</p>
<p><b>São Paulo – SP (PEREIRA et al., 2009)</b></p>	<p><b>Tipo de atividade:</b> Curricular – disciplina do curso de Medicina (Integração Academia, Serviço e Comunidade)  <b>Ações:</b> Realização de territorialização, diagnóstico situacional e intervenção comunitária; visitas domiciliares juntamente a profissionais da equipe.  <b>Resultados/desafios:</b> Inserção do discente em campo de prática desde a primeira aula; desenvolvimento da percepção crítica dos discentes frente às necessidades de saúde dos usuários e a realidade do SUS; apenas médicos como preceptores dos discentes; vivências interdisciplinares do discente limitadas ao convívio com a equipe multiprofissional; inexistência da integração com outros cursos.</p>
<p><b>Montes Claros – MG (SOBRINHO et al., 2011)</b></p>	<p><b>Tipo de atividade:</b> PET-Saúde (Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Medicina e Odontologia)  <b>Ações:</b> Preceptorial composta por dentistas, médicos e enfermeiros; participação dos agentes comunitários de saúde nas atividades; realização de Planejamento Estratégico Situacional conjunto; participação dos discentes em consultas de pré-natal, puerpério, puericultura, saúde da mulher e também da demanda espontânea; atividades de educação em saúde, visitas domiciliares e atendimento.  <b>Resultados/desafios:</b> Compartilhamento de experiências sob a ótica de abordagem integral; estreitamento do vínculo com os usuários e maior adesão da população ao serviço de saúde; incompatibilidade curricular como empecilho à interdisciplinaridade; interdisciplinaridade na ambiência de um projeto isolado.</p>
<p><b>Fortaleza – CE (ALMEIDA et al., 2012)</b></p>	<p><b>Tipo de atividade:</b> Pró-Saúde (Nutrição, Enfermagem, Educação Física, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Odontologia e Terapia Ocupacional)  <b>Ações:</b> Inserção dos discentes em diferentes níveis de atenção à saúde; monitoria discente para cada curso de graduação; parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.  <b>Resultados/desafios:</b> Aprimoramento da assistência em saúde mediante o incentivo, a adesão e a participação dos gestores e profissionais do serviço durante reuniões na unidade; ampliação da oferta de serviços na APS a partir das práticas de ensino; reorientação curricular dos cursos, com proposta de núcleo comum para todos os cursos de saúde; estabelecimento da integração ensino-serviço-pesquisa na Atenção Básica; parceria entre a IES e as Secretarias Executivas Regionais responsáveis pela articulação de serviços, com definição de metas, no tocante à Atenção Básica; limitações da infraestrutura dos espaços de prática; necessidade de fortalecimento da atuação interdisciplinar; relações complicadas entre corpo docente/discente e o profissional médico do serviço; necessidade de sedimentar os papéis das profissões na atenção primária; necessidade de maior participação do docente médico nos espaços de planejamento e atuação interdisciplinar; necessidade de maior parceria com o NASF.</p>
<p><b>Feira de Santana – BA (RODRIGUES et al., 2012)</b></p>	<p><b>Tipo de atividade:</b> PET-Saúde (Enfermagem, Odontologia, Medicina e Farmácia)  <b>Ações:</b> Realização de territorialização, diagnóstico situacional, planejamento e intervenção comunitária; articulação intersetorial; encontros semanais para discussão de temas pertinentes às práticas; discussões semanais de avaliação das ações.  <b>Resultados/desafios:</b> Inserção efetiva dos acadêmicos no processo de trabalho da ESF; percepção crítica acerca da realidade dos serviços; autonomia e atuação interdisciplinar dos discentes; dificuldade de execução das propostas por ser um programa novo; falta de integração com outros cursos de graduação em saúde; deficiências na estrutura física e de recursos materiais; baixa adesão dos moradores de algumas microáreas nas atividades; violência nas áreas das USFs; falta de auxílio financeiro.</p>

**Legenda:** ESF – Estratégia de Saúde da Família; USF – Unidade de Saúde da Família; APS – Atenção Primária à Saúde

No município de São Paulo, a IES do estudo, apesar de possuir um componente curricular com vistas à integração academia-serviço-comunidade, restringiu-se ao curso de Medicina. Dessa forma, o componente interdisciplinar nesse componente se deu exclusivamente através do contato com os diferentes profissionais da equipe de Saúde. No entanto, partindo do pressuposto de que a interdisciplinaridade deve ser o escopo da formação em Saúde, a inexistência de outros cursos compartilhando as experiências em campos de prática perpetua a lógica de atenção médico-centrada, uma vez que, na experiência citada, os discentes de Medicina não dispõem de momentos teóricos ou práticos de diálogo e compartilhamento de saberes com outras graduações de Saúde dentro do referido componente curricular (PEREIRA *et al.*, 2009) (Quadro 1).

A consolidação da interdisciplinaridade como ferramenta transformadora das estratégias de ensino-aprendizagem em saúde, no entanto, não depende apenas de alterações nas grades curriculares e agrupamento de estudantes. Fatores como uma real articulação entre o projeto de ensino das IES e o planejamento estratégico do serviço de Saúde, aliado ao estabelecimento de boas relações entre a comunidade universitária e os profissionais dos serviços são elementares para garantir a reciprocidade no processo de ensino-aprendizagem (BREHMER; RAMOS, 2014).

## **O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO ACADEMIA, SERVIÇO E COMUNIDADE (PIASC) DA UNEB: CARACTERIZAÇÃO E INTERFACES COM O CONCEITO DE INTERDISCIPLINARIDADE.**

O PIASC é um componente curricular interdisciplinar das graduações de Saúde, ofertadas pelo Departamento de Ciências da Vida (DCV) – Campus I (Salvador), da Universidade do Estado da Bahia. Sua dinâmica de desenvolvimento é composta por momentos em sala de aula, alternados com vivências práticas em USF e seus territórios de abrangência. As atividades teóricas são conduzidas em forma de discussões de textos e vídeos, seminários temáticos, estudos de caso, pesquisa virtual, oficinas e rodas de conversa. Por outro lado, as atividades práticas são conduzidas por meio de visitas técnicas, territorialização, rodas de conversa com o serviço e comunidade, produção de diagnóstico situacional, oficinas de planejamento em saúde e intervenções comunitárias.

O PIASC é iniciado no primeiro semestre, através do PIASC I, tendo continuidade ao longo dos três primeiros semestres do curso, como componente transversal, com o PIASC II e III. As turmas, compostas por 18 discentes, têm composição paritária e são formadas por alunos de Medicina, Enfermagem, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Nutrição e Farmácia.

O PIASC I discute a influência dos fatores condicionantes e determinantes da saúde e o reconhecimento da saúde como processo biológico, sociopolítico e cultural. Desenvolve também a compreensão da Reforma Sanitária, do SUS, da ESF, e da noção de território, através do reconhecimento da dinâmica e identidade das comunidades que recebem as atividades do PIASC. De forma complementar, o PIASC II busca delinear e compreender a Rede de Atenção à Saúde e as Condições de Saúde da população do território, valendo-se para isso da execução de um diagnóstico situacional. Após isso, o PIASC III propõe-se a realizar intervenção comunitária em resposta às análises previamente realizadas ao longo dos semestres anteriores. Neste interim, são trabalhadas as dimensões do planejamento em Saúde e Educação Popular em Saúde.

O PIASC não está vinculado à oferta disciplinar dos colegiados dos cursos de graduação, antes se insere na Área de Saúde Coletiva do Departamento de Ciências da Vida, que é responsável por organizar sua oferta, em termos de vagas, alocação de docentes e quadro de horários. Para garantir a estrutura interdisciplinar do componente curricular e a vinculação dos discentes ao mesmo campo de práticas, ao longo do PIASC, foi necessário realizar o alinhamento de horários entre os colegiados dos cursos de graduação em Saúde, sob a mediação da direção departamental. Dessa forma, a definição dos horários de cada colegiado inicia-se a partir do PIASC, para possibilitar o alinhamento entre si e garantir que todos os discentes estejam concomitantemente disponíveis para as atividades de PIASC.

Na medida do possível, as atividades do PIASC buscam se integrar à programação das Unidades

de Saúde e outros equipamentos sociais dentro do campo, de forma a promover o ensino, baseado na vivência com o serviço e comunidade. De forma semelhante, espera-se que essa experiência funcione como um momento de construção e aprendizado também para os atores sociais dos campos de prática, onde o PIASC se faz presente.

## **DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO ACADEMIA-SERVIÇO-COMUNIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DA VIVÊNCIA DO PIASC E DA LITERATURA**

A integração academia-serviço-comunidade, apesar de efetiva quando há a intenção de remodelamento da organização das práticas de ensino em Saúde, ainda enfrenta alguns desafios, haja vista a dificuldade de rompimento com o paradigma biomédico ainda presente no currículo dos cursos de graduação e na lógica de funcionamento dos serviços de Saúde (GIL *et al.*, 2008). Entre os inúmeros aspectos que perpassam a consolidação dessa integração está a dificuldade de articulação intersetorial, o que acaba por desafiar a definição e o compartilhamento de objetivos entre os setores – Educação e Saúde – e dificulta o alinhamento das práticas (BERNARDI *et al.*, 2010).

No tocante ao ambiente acadêmico, há dificuldade dos diferentes cursos dentro das IES planejarem conjuntamente a distribuição de suas atividades de ensino, devido à estrutura organizacional compartimentalizada das instituições, o que dificulta o alinhamento de horários para que os discentes de diferentes cursos de graduação vivenciem atividades interdisciplinares de ensino (PEREIRA; FRACOLLI, 2011).

Destaca-se também a resistência dos docentes frente às novas estratégias pedagógicas, uma vez que sua formação tradicional impõe a figura do professor como centro do saber, sendo o aluno apenas um receptor, sem que este desenvolva uma percepção crítica do funcionamento dos serviços e das necessidades de saúde da população (PEREIRA; FRACOLLI, 2011). Outrossim, existe o desafio ligado à compreensão dos discentes quanto vivências interdisciplinares, trazidas por componentes curriculares com propostas interdisciplinares ou de integração ensino-serviço, uma vez que, mesmo quando se propõe a integração entre diferentes cursos no espaços de ensino, comumente há fragilidades na discussão e execução conjunta das atividades. Dessa forma, muitas vezes há construção simbólica de subgrupos de cada graduação numa turma interdisciplinar, para construção de diálogos e atividades, e os choques de horários entre as diferentes matrizes curriculares dos cursos são apontados como condicionantes dessa segregação (GELBCKE; MATOS; SALLUM, 2012).

Outro fator relevante é a imposição da academia dentro do serviço, muitas vezes de forma impositiva, sem buscar primeiramente o diálogo para o estabelecimento de objetivos em comum e compartilhamento de responsabilidades. É importante que as IES se façam solícitas às demandas dos serviços, oferecendo-se para contribuir, juntamente aos profissionais de Saúde, com as demandas que possam emergir. Além disso, é necessário entender o serviço como um lócus de produção de ciência, sendo assim um espaço de materialização, avaliação e crítica em relação à consolidação da *práxis* com base nos princípios que regem o SUS (CAVALHEIRO; GUIMARÃES, 2011).

Sob a perspectiva dos serviços, os desafios mais importantes são: a falta de estrutura física e organização das unidades; a resistência dos profissionais em acolher os alunos, denotando algumas vezes certa contrariedade à presença destes; a experiência incipiente em Educação Popular em Saúde; a dificuldade de materialização dos princípios do SUS; e a organização do processo de trabalho por produção, ainda assentada sobre a clínica (CAVALHEIRO; GUIMARÃES, 2011; MARIN *et al.*, 2013; ANDRADE *et al.*, 2015).

Muitos profissionais ainda fundamentam suas práticas no modelo biomédico, e vislumbram a presença dos estudantes como um aumento da carga de trabalho, que dificulta a otimização dos atendimentos (PEREIRA *et al.*, 2009). Além disso, a falta de estrutura e problemas na organização dos serviços foram as principais dificuldades relatadas por estudantes (PACHECO, 2015), e representam fatores limitantes à integração entre os agentes. Por outro lado, uma estrutura adequada possibilita eficiência e qualidade ao serviço prestado e ao aprendizado dos discentes.

Por fim, a articulação incipiente da comunidade com os serviços de saúde e a academia termina por desafiar a relação academia-serviço-comunidade, à medida que fere o princípio da participação social. Nesse sentido, além do impacto sobre a efetivação do direito à saúde, também é notória a influência sobre a formação profissional que passa a se distanciar da lógica usuário-comunidade centrada. As duas situações dificultam a consolidação do SUS, uma vez que ao se planejar estratégias de forma vertical, as necessidades de saúde se tornam abstratas, ferindo os princípios de equidade, controle social e a efetividade das ações (CAVALHEIRO; GUIMARÃES, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inovação dos processos formativos em Saúde, com foco na interdisciplinaridade e integração ensino-serviço-comunidade, representa a possibilidade de romper com os modelos tradicionais de ensino, que conseqüentemente contribuem para a reprodução das práticas em saúde assentadas sobre modelo biomédico. Desses novos processos, emerge a possibilidade de mudanças concretas nas práticas de Saúde, com vistas à qualificação do SUS, a partir de profissionais críticos, conscientes, politizados e aptos a compreender e intervir sobre problemas e necessidades ampliadas de saúde, como projeto emancipatório.

Destaca-se que ainda é necessário avançar na implantação de projetos pedagógicos interdisciplinares e dialógicos, de forma a superar os desafios que se impõem. Tais desafios se situam na organização burocrática e estrutural dos setores de Saúde e Educação, na *práxis* laboral não reflexiva dos agentes inseridos nestes setores, bem como na construção de relações horizontais, solidárias e emancipatórias entre academia, serviço e comunidade.

Por fim, a fragmentação do ensino, e separação entre este e o trabalho em saúde, fragiliza a produção do cuidado integral, ao passo que configura as práticas como ações isoladas e delimitadas em um único saber. Assim, para concretizar o SUS em sua face mais ampla, é necessário formar profissionais, desde a graduação, com uma percepção crítica do processo saúde-doença-cuidado, numa construção coletiva que aglutine diferentes saberes dentro da academia, no serviço e na comunidade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. M. *et al.* Da Teoria à Prática da Interdisciplinaridade: A Experiência do Pró-Saúde Unifor e seus nove cursos de graduação. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Rio de Janeiro, v.36, n.1, supl. 1, p. 119-126; Mar. 2012.
- ANDRADE, S. R.; BOEHS, A. E.; BOEHS, C. G. E. Percepções de enfermeiros docentes e assistenciais sobre a parceria ensino-serviço em unidades básicas de saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 19, n. 54, p. 537-547, Set. 2015.
- BERNARDI, A. P., *et al.* Intersetorialidade – um desafio de gestão em Saúde Pública. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v.1, n.1, p. 137-142, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Disponível em: <http://www.fmb.unesp.br/Home/Graduacao/resolucao-dcn-2014.pdf>. Acesso: 23 set 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009.
- BREHMER, L. C. F.; RAMOS, F. R. S. Experiências de integração ensino-serviço no processo de formação profissional em saúde: revisão integrativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem** [Internet]. Goiânia, v. 16, n. 1, p. 228-37, jan/mar. 2014.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, Abr. 2007.

CAVALHEIRO, M. T. P.; GUIMARÃES, A. L. *Formação para o SUS e os desafios da integração ensino serviço*. Cadernos FNEPAS. v. 1, p.19-27, 2011.

GELBCKE, F.L.; MATOS, E.; SALLUM, N. C. Desafios para a integração multiprofissional e interdisciplinar. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v.6, n.4. 2012.

GIL, C. R. R., et al. Interação ensino, serviços e comunidade: desafios e perspectivas de uma experiência de ensino-aprendizagem na atenção básica. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 230-239, Jun. 2008.

LOPES, E. D. et al. Grupo Terapêutico Interdisciplinar: Experiência entre Farmácia e Psicologia. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v.3, n.12, Out./Dez. 2016.

MARIN, M. J. S. et al. Aspectos da integração ensino-serviço na formação de enfermeiros e médicos. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, sup. 1, p. 501-508, Dez. 2013.

MARIN, M. J. S., et al. A integração ensino-serviço na formação de enfermeiros e médicos: a experiência da FAMEMA. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 967-974, Mar. 2014.

MATTA, G. C.; LIMA, J. C. F. **Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, 2008. 422 p.

MEIRA, M. O. B.; SANTANA, Joana Angelica Teles; SILVA, Mary Gomes. **A prática e o cuidado especializado em saúde**. Salvador: EdUNEB, 2009.

MOREIRA, C. O. F.; DIAS, M. S. A. Diretrizes Curriculares na saúde e as mudanças nos modelos de saúde e educação. **ABCS Health Sciences**. V. 40, n. 3, p. 300-305. 2015.

PACHECO, E. N. **Integração ensino-serviço-comunidade nos projetos de cooperação do internato de Medicina Social da Faculdade de Medicina da Bahia/Universidade Federal da Bahia: operacionalização de conceitos**. 2014. 45 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Medicina. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PAIM, J. S. **O que é o SUS?** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

PEREIRA, J. G. et al. *Integração Academia, Serviço e Comunidade*: um relato de experiência do curso de graduação em medicina na atenção básica no município de São Paulo. **O Mundo Da Saúde**. São Paulo, v. 33, n.1, p. 99-107. 2009.

PEREIRA, J. G.; FRACOLLI, L. A. A contribuição da articulação ensino-serviço para a construção da vigilância da saúde: a perspectiva dos docentes. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 17, n.2, Abr. 2009.

PIZZINATO, A. et al. A Integração Ensino-Serviço como Estratégia na Formação Profissional para o SUS. **Rev. bras. educ. med.** Rio de Janeiro, v.36, n.1, supl.2, p.170-177, Mar. 2012.

RODRIGUES, A. A. A. O. et al. Processo de Interação Ensino, Serviço e Comunidade: A experiência de um Pet-Saúde. **Rev. Bras. Educ. Med.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, supl. 2, p. 184-192, Mar. 2012.

SANTOS, A. S. et al. A Universidade no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde: Relato de Experiência Ceunes-Ufes. **Revista Guará**, [n.6, 2016](#).

SOBRINHO, T. A. O. et al. Integração Acadêmica e Multiprofissional no Pet-Saúde: Experiências e Desafios. **Rev. ABENO**, Londrina, v.11, n.01, Jan./Jun. 2011.

TEIXEIRA, S. Reflexões teóricas sobre democracia e reforma sanitária. In: TEIXEIRA, S.F. (Org.). Reforma sanitária em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: ABRASCO. 1989.

26.VELLOSO, M. P. et al. INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE COLETIVA. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.257-271, Mar. 2016.

VENDRUSCOLO, C.; PRADO, M. L.; KLEBA, M. E. Integração Ensino-Serviço no âmbito do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 9, p. 2949-2960, Set. 2016.

VILELA, E. M.; MENDES, I. J. M. *Interdisciplinaridade e saúde*: estudo bibliográfico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.11, n.4, p.525-531, Ago. 2003.

# ESTÁGIO CURRICULAR: UM ESTUDO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO RECÔNCAVO DA BAHIA

## *CURRICULAR INTERNSHIP: A STUDY IN AN ADMINISTRATION COURSE OF A HIGHER EDUCATION INSTITUTION IN THE RECÔNCAVO DA BAHIA*

Milena Fonseca Machado<sup>1</sup>  
Andrea de Oliveria Silva<sup>2</sup>  
Ana Virginia Pereira dos Santos<sup>3</sup>

O estágio é legalmente um componente relevante para os estudantes que cursam o nível superior, é a oportunidade do graduando pôr em prática todo o conhecimento teórico adquirido na sua trajetória acadêmica, pois nesse momento o aluno poderá desenvolver habilidades e competências essenciais para o administrador, possibilitando ao estudante uma maior preparação para entrar no mercado de trabalho. A prática do programa de estágio previsto pela matriz curricular do curso deve respeitar a Lei 11.788/08. Esta lei trás novas normas que buscam oportunizar a melhor experiência ao graduando, com todos os deveres e obrigações de ambas as partes, evitando a distorção da atividade. Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a percepção dos graduandos acerca do estágio supervisionado no curso de Administração de uma faculdade privada do Recôncavo da Bahia. Quanto aos pressupostos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, de teor descritivo. Adotou-se o questionário como instrumento de coleta de dados e técnicas qualitativas para o seu análise. Os resultados obtidos revelaram a compreensão dos estudantes nos aspectos básicos da legislação do estágio, a identificação de ações de acompanhamento da instituição de ensino, a presença do professor orientador, a falta de compatibilidade das teorias com a prática e a contribuição do estágio para a formação profissional. Além disso, foi percebida a valorização do estágio, assim como o comprometimento da instituição de ensino nos acompanhamentos realizados sobre as atividades desenvolvidas por esses estagiários. Enquanto desafios enfrentados, destaca-se a dificuldade de conciliar o tempo entre o trabalho e a inflexibilidade das organizações.

**Palavras-chave:** Mercado. Aprendizagem. Estágio.

*The internship is a legally relevant component for university students, because it is their opportunity to apply the theoretical knowledge acquired during their academic life and develop essential skills and competences to enter the market. The internship program foreseen in the curriculum must comply with the institutionalized Law 11.788/08. This law introduces new norms, seeking to provide the best experience for graduates with all the duties and obligations of both parties in order to reduce distortions. The general objective of this research was to analyze the students' perceptions about the supervised compulsory internship in an Administration course of a private university located in the Recôncavo da Bahia, Brazil. As for the methodological assumptions, this research is characterized as a descriptive case study within a qualitative approach. Data were collected by means of a questionnaire. The results obtained revealed the students' understanding of the basic aspects of the internship legislation, the identification of follow-up actions of the teaching institution, the presence of the tutor, the compatibility of the theory in practice and the contribution of the internship to the professional training. In addition, students recognized the importance of the internship as well as the commitment of the institution in the follow-up of the activities carried out by these trainees. According to the students, the most difficult challenges faced were the lack of time and the inflexibility of the organizations*

**Keywords:** Job Market. Internship. Learning

Recebido: 27/02/2019

Aceito: 11/06/2019

<sup>1</sup>Graduada em Administração pela Faculdade Maria Milza E-mail: milena.machado89@gmail.com

<sup>2</sup>Graduada em Administração pela ENEB, Especialista em Gestão de Pessoas Faculdade Visconde de Cairu, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (FAMAM), Professora do curso de Administração da FAMAM e no Centro de Integração Empresa Escola, Lattes - [https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG\\_MENU.menu?f\\_cod=22533FE768F32F52B765E38D448AAB8](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=22533FE768F32F52B765E38D448AAB8) E-mail: [andreaosilva@yahoo.com.br](mailto:andreaosilva@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Graduada em Economia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Especialista em Metodologia da Pesquisa Científica pela Faculdade Maria Milza (FAMAM). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora na FAMAM. Lattes <http://lattes.cnpq.br/1018284919932966> Email [anavps@hotmail.com](mailto:anavps@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

O estágio é considerado legalmente um componente relevante para os estudantes de nível superior. Na verdade, é a oportunidade do graduando utilizar todo o conhecimento teórico adquirido na sua trajetória acadêmica. Nesse momento, o estudante poderá desenvolver habilidades e competências essenciais para o futuro profissional, que possibilitam uma maior preparação para entrar no mercado de trabalho.

A prática do programa de estágio previsto pela grade curricular do curso deve respeitar a Lei 11.788, atualizada em 2008. Esta nova lei trás normas que buscam oportunizar a melhor experiência ao graduando e estabelece todos os deveres e obrigações de ambas as partes, evitando a distorção da atividade.

A nova legislação trás duas modalidades de estágio: obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, da modalidade e área de ensino, e do projeto pedagógico do curso. Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, com uma carga horária que deve ser cumprida para aprovação e obtenção de diploma. Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, as organizações buscam profissionais com perfil multifuncional, capazes de contribuir na aprendizagem organizacional e, conseqüentemente, no alcance dos resultados. O estágio pode proporcionar ao estudante uma visão sistêmica de diferentes áreas de atuação do administrador, possibilitando, assim, aprendizado na área de interesse ou uma chance de descobrir outras áreas de atuação dentro da sua formação profissional.

Diante de um cenário onde as organizações precisam ser dinâmicas para responder às mudanças constantes, as experiências dos estágios são relevantes no aprendizado dos graduandos. O estágio pode ser considerado uma fonte de experiência que permite familiarização com as atividades empresariais, que as vezes podem ser desvirtuadas pelas empresas concedentes, caso não cumpram as cláusulas do contrato.

Assim, independentemente da obrigatoriedade do estágio, ele pode ser visto como uma ferramenta de aprendizado capaz de articular a teoria e a prática, permitindo trocas entre os conhecimentos adquiridos na graduação e as experiências vividas no ambiente organizacional. O estágio também proporciona maior entendimento e assimilação dos conteúdos teóricos ministrados nas instituições de ensino, a possibilidade de efetivação do estagiário e maior qualidade no perfil do estudante para atuar no mercado de trabalho.

Nesse sentido, para compreender a relevância do estágio na formação acadêmica e profissional do estudante, este trabalho teve como objetivo descrever e analisar qual a percepção dos graduandos acerca do estágio supervisionado obrigatório numa instituição de ensino superior (IES) privada em um curso de Administração, no Recôncavo da Bahia.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, delineada como estudo de caso, que responde a questões particulares sobre a percepção dos graduandos acerca do estágio supervisionado.

O lócus da pesquisa foi uma IES privada, localizada no Recôncavo da Bahia, que atua no mercado educacional há mais de quinze anos.

Para a coleta dos dados aplicaram-se questionários aos estudantes do 7º e 8º semestre do curso de Administração, devidamente matriculados na disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório, totalizando 35 estudantes. Em virtude de 03 graduandos se negarem a participar da pesquisa, a amostra totalizou 32 estudantes.

Durante a coleta de dados foram levantadas informações sobre aspectos da legislação do estágio, o conhecimentos dos estudantes sobre a Lei 11.788, o acompanhamento da instituição de ensino, assim como os desafios enfrentados pelos estudantes durante o estágio.

## LEGISLAÇÃO DE ESTÁGIO

Para Barros, Alves e Araújo (2014), o estágio é considerado uma oportunidade para o estudante aperfeiçoar as práticas profissionais com base nas teorias desenvolvidas em sala de aula, com a orientação de um supervisor, que direciona o aluno para o desenvolvimento da sua capacidade de tomar decisões no ambiente de trabalho.

Bianchi, Alvarenga e Bianchi (2003) afirmam que se o estágio for visto como uma atividade que proporciona inúmeros benefícios para a aprendizagem, para uma melhora do ensino e para o estagiário, com certeza trará resultados positivos, e a maior beneficiada com esses resultados é a sociedade consciente dessa importância, em especial a comunidade em que esses egressos vão atuar profissionalmente.

E reafirmando a relevância do estágio, Colombo e Ballão (2014, p. 173) nos dizem que:

O estágio oferece ao educando a oportunidade de colocar em prática o conhecimento construído nas aulas teóricas, sob supervisão de um profissional da área que irá orientar e corrigir o estagiário em todas as atividades desenvolvidas, para que no momento em que estiver atuando como profissional, este possa aplicar a experiência adquirida, e assim esteja menos sujeito a possíveis falhas no cumprimento de suas contribuições (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p. 173).

De acordo com a Lei 11.788 de 2008, art. 10

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]

De acordo com essa lei, o estágio pode ser obrigatório ou não obrigatório. Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, e o cumprimento da carga horária nele estabelecida é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (BRASIL, 2008).

Segundo Rodrigues (2013), o estágio supervisionado é uma etapa de formação profissional do graduando, não facultativa e pré-requisito para o recebimento da sua licença, devendo ocorrer pelo exercício direto na instituição de ensino ou em ambientes adequados e regulamentados para realização de atividades daquela área profissional.

O Conselho Nacional de Educação, através da Resolução nº 01 de 2004, art. 7 dispõe que:

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Administração.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com

os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Administração o Estágio Supervisionado de que trata este artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovado pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Roesch (2009) considera válida a prática profissional alcançada com o estágio, por relacionar a teoria com a prática, analisar problemas da empresa, aprofundar área de interesse, conhecer vários setores do ambiente industrial, etc. Almeida *et al.* (2006) asseveram que o espaço de realização de estágio permite ao estagiário uma aproximação do mundo do administrador.

A especificidade do estágio em propiciar um contato próximo e concreto da realidade do administrador, se apresenta como uma ferramenta eficaz no aprendizado uma vez que estabelece o aproveitamento de experiências, promovendo a aquisição de conhecimento aplicado. Este fato decorre da constatação de que administradores não devem ser formados exclusivamente em sala de aula (ALMEIDA *et al.*, p. 01, 2006).

O estágio promove a formação de profissionais multifuncionais, capazes de enfrentar as exigências do mercado de trabalho. Além disso, o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso de Administração que, por sua vez, deverá respeitar a legislação do estágio.

Em 1977 foi aprovada uma lei específica para estágio, a Lei nº 6.494/77 e Decreto nº 87.494/82 e anulados em 2008, após a Lei 11.788/2008 ser sancionada, alterando exigências pontuadas pela legislação anterior. No Quadro 1 apresentamos diferenças entre as leis de 1977 e a de 2008 . .

**Quadro 1.** Comparativo entre a Lei n. 6.494/77 e 11.788/08 que regulamentam o estágio.

<b>Assunto</b>	<b>Lei n. 6.494/77 e Decreto n. 87.494/82</b>	<b>Lei n. 11.788/08</b>
Estágio no Projeto Pedagógico do Curso.	As IES são obrigadas a incluírem o estágio como matéria em sua diretriz curricular.	O estágio passou a fazer parte do projeto pedagógico do curso e a integrar as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.
Orientador de estágio.	Fica como facultativo a existência de um supervisor da escola.	A instituição de ensino indica um professor orientador, e exige a entrega de relatórios das atividades realizadas no final do período.
Supervisor da unidade concedente.	As unidades concedentes têm por obrigatoriedade formalizar o termo de compromisso entre as partes envolvidas (aluno, IES e unidade concedente).	A parte concedente deve indicar funcionário com formação ou experiência profissional na área de atuação do estagiário, sendo mantido o termo de compromisso entre os envolvidos.
Jornada de atividades.	Adequava-se a carga horária da empresa.	Máximo de 4 horas diárias e 20 semanais, no caso de estudantes de educação especial, e de seis horas diárias e 30 horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

Recesso remunerado.	As férias eram vinculadas ao calendário da empresa.	A lei prevê ao estagiário um gozo de 30 dias de recesso, que seja preferencialmente durante as férias escolares, caso o estágio tenha duração de um ano ou mais, não excedendo o período máximo de dois anos.
Redução de carga horária para estudos.	Não previa.	A instituição de ensino deve comunicar a parte concedente as datas das avaliações escolares ou acadêmicas, para que a carga horária seja reduzida nesse período, garantindo o desempenho dos estudantes.
Auxílio transporte.	Não previa.	O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão. O auxílio transporte deve ser disponibilizado pela concedente ou a mesma deve disponibilizar transporte próprio.
Segurança do trabalho.	Não previa.	Fica como obrigação da empresa concedente contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais.
Avaliação das instalações da unidade concedente.	Não previa.	Fica como obrigação da instituição de ensino fazer uma avaliação das instalações da parte concedente do estágio.
Celebração de convênios.	Era obrigatório.	Passa a ser facultativo.
Profissional liberal.	Não previa.	Os profissionais liberais de nível superior que estejam devidamente registrados em seus conselhos de fiscalização podem contratar um estagiário.

**Fonte:** Adaptado de Souza, Amorim e Silva (2011).

A Lei 11.788/08, mais completa, apresenta o recesso remunerado antes inexistente, carga horária máxima estabelecida para o estágio, e outros fatores tornando obrigatória a contratação de seguro contra acidentes para os estudantes. Quanto às partes que podem conceder o estágio, a lei em seu art. 90 inclui pessoas jurídicas do direito privado e órgãos públicos de qualquer uma de suas instâncias, como também os profissionais liberais de nível superior que estejam devidamente registrados em seus conselhos de fiscalização.

De acordo com os art. 10 e 40 da Lei nº 11.788/2008, podem ser estagiários os estudantes que estejam devidamente matriculados em ensino regular, nas instituições de ensino superior, de educação profissional, de ensino médio e da educação especial, como também estudantes estrangeiros que estejam regularmente matriculados em cursos superiores no Brasil.

O art. 50 da Lei nº 11.788/2008 dispõe que a escolha da instituição de ensino e das empresas concedentes de estágio podem optar por um agente integrador; neste sentido tem-se o CIEE<sup>3</sup> que vem atuando no Brasil há 50 anos como agente integrador entre empresa e escola.

Quanto ao papel desses agentes de integração, a lei dispõe, em seu art. 50, que eles atuem como auxiliares no processo de melhoramento do estágio, buscando identificar as oportunidades, ajustando suas condições de realização e tendo acompanhamento administrativo. Eles também encaminham a negociação para contratação de seguros contra acidentes pessoais, fazem o cadastro dos estudantes, selecionam os locais de estágio e organizam o cadastro das concedentes.

Como obrigações da instituição de ensino, é previsto no art. 70 da Lei nº 11.788/2008 celebrar termo de compromisso com o educando e com a parte concedente, avaliar as instalações da parte

<sup>3</sup>CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola). É uma instituição filantrópica, financiada pelo empresariado nacional, que presta assistência social e atua há mais de 50 anos, no intuito de direcionar estudantes de nível médio, superior e técnico para estágios que os ajudem a por em prática tudo que foi aprendido na teoria (CIEE, 2017).

concedente do estágio, indicar um professor orientador, exigir do educando a apresentação periódica de relatório das atividades exercidas, zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos e comunicar à parte concedente as datas das avaliações escolares ou acadêmicas.

No que se refere às obrigações da parte concedente de estágio, é previsto, no art. 90 da Lei nº 11.788/2008, celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, ofertar instalações adequadas, indicar um funcionário formado ou com experiência na área de atuação do estagiário, contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, no desligamento do estagiário entregar termo de realização do estágio com resumo das atividades desenvolvidas por ele, manter à disposição da fiscalização toda a documentação do estágio e enviar à instituição de ensino um relatório de atividades desenvolvidas pelo educando.

O capítulo quatro da Lei nº 11.788 trás informações relevantes ao estudante, tais como a jornada de estágio, que deve constar no termo de compromisso, a carga horária do estágio, podendo ser de 4 horas diárias e 20 semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, ou 6 horas diárias e 30 semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

Segundo a lei, a carga horária pode ser de 40 horas semanais de forma excepcional, quando o estágio é relativo a cursos que alternam teoria e prática, desde que não estejam programadas aulas presenciais, sendo que deve ser previsto no projeto pedagógico do curso. A duração do estágio não pode exceder o período de dois anos, sendo obrigatório que após um ano o estagiário tenha 30 dias de recesso remunerado. O estágio poderá ser remunerado, desde que seja acordado no termo de compromisso, com direito também a vale transporte, no caso do estágio não obrigatório.

## **O PAPEL DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Diante do que já foi exposto nas seções anteriores, pode-se constatar o mérito que o estágio tem sobre a formação profissional, inclusive na graduação. Nesse contexto, os autores Murari e Helal (2009, p. 264) afirmam que:

No nível superior, as competências profissionais podem ser trabalhadas a partir de sua aplicação nas organizações. Durante o estágio, o estudante pode expressar opiniões e produzir uma percepção crítica do processo produtivo. É uma oportunidade de ver a organização por diferentes ângulos, considerando a realidade das transformações sociais e econômicas (MURARI; HELAL, 2009, p. 264).

Entretanto, os autores asseveram que o convívio das instituições de ensino superior e as organizações deve acolher a interação ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar uma formação tanto conceitual quanto prática. Para isso, são necessárias ações pedagógicas que busquem elevar o desempenho profissional dos graduandos como alternativa para incentivar o estágio. Por outra parte, Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012, p. 34) acrescentam que:

[...] apesar de estar sob a influência do mercado de trabalho, o estágio também está ligado ao sistema de formação, sendo organizado segundo as regras que o estruturam em cada instituição, bem como leis, decretos e normas (formais e informais) que regulamentam o sistema de formação.

Assim, o “estágio surge como uma ponte onde o estudante se apropria do instrumento dado pela sistematização do conhecimento científico e tecnológico e aplica no ambiente laboral, retroalimentando o sistema do autodesenvolvimento” (BARROS; ALVES; ARAÚJO, 2014, p. 187).

A perspectiva do estágio na formação profissional do administrador é percebida a partir da vivência da realidade da organização do estudante de Administração, capaz de desenvolver as competências necessárias para um profissional da área, como bem colocam Festinalli, Canof e Bertuol (2007, p. 305)

“O estágio em administração, a partir da inserção na organização, o acadêmico tem condições para investigar a realidade interna e estabelecer as relações com a realidade externa, através do arcabouço de conhecimento trabalhado no decorrer do curso” (FESTINALLI; CANOF; BERTUOL, 2007, p. 305).

Piconez *et al.* (2012, p. 58) ressaltam a relevância do estágio no processo de formação profissional:

[...] os Estágios Supervisionados como uma parte importante da relação trabalho-escola, teoria-prática, e eles podem representar, em certa medida, o elo de articulação orgânica com a própria realidade.

Na colocação escola-trabalho, pode-se perceber a importância do Estágio Supervisionado como elemento capaz de desencadear a relação entre polos de uma mesma realidade e preparar mais convenientemente o aluno estagiário para o mundo do trabalho, desde que a escola e trabalho façam parte de uma mesma realidade social e historicamente determinada (PICONEZ *et al.*, 2012, p. 58)

Almeida, Lagemann e Souza (2006, p. 2) também discutem a importância do estágio no desenvolvimento profissional dos estudantes:

O contato com a prática das organizações permite, portanto, a percepção do estagiário na sua futura realidade profissional, providenciando-lhe um contato prévio com aquilo com que se espera que interaja e modifique para o bem das organizações (ALMEIDA; LAGEMANN; SOUZA, 2006, p. 2)

De acordo com Festinalli, Canof e Bertuol (2007, p. 4),

A formação do profissional em Administração deve refletir a prática dos administradores nas organizações flexíveis. Formar gerentes implica estender as atividades de sala de aula até a organização onde eles atuam, causando algum impacto sobre o seu comportamento.

Mintzberg e Gosling (2003, p.37) corroboram “a sala de aula é o lugar para se afastar e refletir, enquanto a organização é o lugar para ligar o que foi aprendido à prática atual”.

O olhar para o estágio supervisionado como uma parcela de um processo de formação amplo tem o sentido de concebê-lo como componente articulador da formação, e encontra subsídios nas disciplinas que compõem o currículo do curso, as quais fundamentam o processo de formação, que é melhorado pelo período de estágio (FESTINALLI; CANOF; BERTUOL, 2007).

Ao discutir a formação profissional do administrador, Nicolini (2003) explica que no período inicial do curso são ministradas as disciplinas que dão suporte ao curso tais como Matemática e Contabilidade. A seguir, são apresentadas as disciplinas que darão ao estudante a capacidade de operar na área, como as teorias da administração e administração da produção. E posteriormente, o aluno pode escolher entre as várias disciplinas eletivas e complementares, para chegar numa formação que seja generalista ou especializada. Por fim, chega-se ao estágio supervisionado com o objetivo de conceber a aplicação dos conhecimentos que foram adquiridos pelos graduandos ao longo do curso.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentaremos a análise dos dados levantados a partir dos questionários aplicados aos concluintes do curso de graduação em Administração no intuito de analisar a percepção dos graduandos acerca do estágio supervisionado obrigatório.

A maioria dos participantes (91%) sabiam que a carga horária permitida pela legislação para o estágio é de 20 a 30 horas semanais. Esse resultado mostra o conhecimento efetivo dos estudantes sobre a carga horária determinada pela Lei 11.788/2008.

Quanto ao período máximo para realização do estágio na organização, 96% dos entrevistados disseram que a duração máxima é de 24 meses e 4% afirmaram não ter conhecimento. De acordo com a Lei 11.788/2008, a duração do estágio não pode exceder o período de dois anos em uma mesma concedente. Isso porque se exceder esse tempo, o estágio pode ser caracterizado como vínculo empregatício e passa a ser regido pela CLT. O entendimento sobre o assunto tanto para empresas, estudantes e instituições de ensino é imprescindível, para evitar descumprimento da lei por qualquer uma das partes envolvidas.

Quanto ao descanso remunerado permitido pela legislação do estágio, 78% dos participantes afirmaram que esse direito do recesso remunerado tem duração de 30 dias, o que leva a crer que esse conhecimento veio de algum contato com a legislação de estágio, ou por experiência própria. Dezesesseis por cento dos participantes afirmaram que o descanso é de 20 dias, levando a crer que esses não tiveram nenhum contato anterior com a legislação ou a prática do estágio. Segundo a Lei 11.788/2008, após um ano de contrato de estágio, o estagiário tem direito a 30 dias de descanso. O não cumprimento da lei caracteriza vínculo empregatício, ou seja, o estagiário deverá ser efetivado pela parte concedente seguindo a legislação trabalhista e previdenciária.

Quanto à relevância atribuída pelos graduandos ao estágio como componente curricular, 81% dos estudantes concordam que o estágio é relevante e 19% concordam parcialmente com a relevância do estágio. A maioria dos estudantes afirmou que a prática do estágio é uma experiência que contribui na aplicabilidade da teoria à prática. O contato com a realidade das organizações permite ao estagiário aprender e, simultaneamente, perceber como será a sua realidade profissional futura (ALMEIDA, LAGEMANN; SOUZA, 2006).

Os dados apontam que a maioria dos graduandos está mais atenta à sua formação profissional após a prática no ambiente organizacional. Observação similar foi feita por Festinalli, Canopf e Bertuol (2007), que afirmam que o acadêmico de Administração, durante o estágio, tem condições para questionar a realidade interna e determinar as relações com a realidade externa.

Ao questionar aos participantes se as práticas vivenciadas no estágio têm relação com as teorias aprendidas em sala de aula, 38% desempenharam atividades compatíveis com o que estudaram, deixando subentendido que estão estagiando em áreas ligadas à Administração, e 59% dos sujeitos disseram que são poucas as atividades compatíveis.

De modo geral, observa-se a predominância de graduandos que afirmaram que durante o estágio realizaram poucas atividades compatíveis com o curso, o que reforça o papel da IES no acompanhamento das atividades. De acordo com a Lei 11.788/2008, é obrigação da IES indicar um professor para acompanhar as atividades desempenhadas pelo estagiário e zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, podendo encaminhá-lo para outra empresa caso sejam descumpridas as normas.

Quanto à avaliação dos estudantes sobre o estágio supervisionado, 94% avaliaram o estágio como uma contribuição para o aperfeiçoamento profissional, por agregar valor, conhecimento e aprendizado.

Os dados reafirmam as informações apresentadas em que os graduandos reconhecem que o estágio vai além de apenas uma atividade obrigatória para cumprimento da grade curricular. “O contato com a prática das organizações que permitirá ao estagiário a percepção da sua futura realidade profissional, promovendo-lhe um contato prévio com aquilo com que se espera que interaja e remodele

para o bem das organizações” (ALMEIDA; LAGEMANN; SOUZA Souza, 2006, p. 2).

No que se refere à percepção acerca do acompanhamento realizado pela IES durante o estágio, 47% dos estudantes disseram que a IES acompanha parcialmente e 41% deles disse que a IES acompanha regularmente essas atividades. Os dados apontam para a necessidade de intensificar as ações e a sua divulgação, já praticadas pela instituição.

Nesse sentido, o resultado confirma que a IES está cumprindo o art. 70 da Lei 11.788/2008, que determina a obrigatoriedade da instituição acompanhar as atividades desenvolvidas por seus estudantes durante o estágio supervisionado.

No que se refere ao acompanhamento do professor orientador do estágio, 59% dos graduandos questionados percebem a sua importância e 38% realizam contato com o supervisor de estágio. Compreende-se que a instituição de ensino responsável pelos estágios supervisionados está cumprindo com a legislação, mantendo o professor orientador para atuar nos acompanhamentos nas instalações da concedente. A IES tem a obrigação de designar um professor orientador para acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas por esses estudantes no estágio, segundo previsto no art. 70 da Lei nº 11.788/2008 conforme celebração do termo de compromisso de estágio.

O professor orientador deve exigir do estagiário a apresentação periódica de relatório das atividades exercidas e o cumprimento do termo de compromisso. Por outro lado, esse professor tem a obrigação de elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos e comunicar à parte concedente as datas das avaliações escolares ou acadêmicas (BRASIL, 2008).

Muitas são as habilidades que podem ser desenvolvidas no estágio, entre elas a capacidade de resolver problemas e a adoção de atitudes acordes com a filosofia da empresa. No entanto, as respostas coletadas indicam uma baixa percepção por parte dos estagiários dessas habilidades conceituais e humanas. Isso pode estar acontecendo devido a dois fatores possíveis: à empresa concedente não está dando os meios para que os estagiários desenvolvam essas habilidades ou o estagiário não está sabendo como desenvolvê-las.

Trabalhar com pessoas, ouvi-las, compreendê-las e motivá-las constantemente é uma das habilidades que precisa ser desenvolvida pelo futuro profissional. O administrador trabalha com pessoas e com grupos, e a habilidade conceitual proporciona valores e princípios que direcionam o comportamento e as ações futuras, além de proporcionar a capacidade de diagnosticar problemas nas organizações (CHIAVENATO, 2001).

Em relação à percepção dos estudantes sobre a melhoria na formação profissional por meio do estágio, a ampla maioria dos graduandos (94%) concordaram que o estágio promove melhoria na formação profissional.

Percebe-se que os graduandos consideram a experiência no estágio uma forma de se firmar no mercado de trabalho. Nos tempos atuais, a formação de profissionais deve ser generalista e adaptável às diversas situações e realidade de uma organização. Na graduação, as competências profissionais podem ser exercitadas a partir da sua aplicação prática nas organizações, no período de estágio, quando o estudante pode expor suas opiniões e gerar uma percepção crítica acerca do processo produtivo. Trata-se de uma oportunidade para observar os diversos ângulos da organização, considerando a realidade das transformações ocorridas (MURARI; HELAL, 2009).

Quanto aos desafios enfrentados pelos participantes durante o período do estágio supervisionado, diversas situações foram relatadas, como a ausência de autonomia para desenvolver o processo decisório, atuação do estagiário apenas como observador, a falta de compatibilização das atividades praticadas com a grade curricular e a restrição para acesso a alguns setores da empresa.

Outros pontos negativos levantados neste estudo referem-se à adaptação aos sistemas da empresa, disseminação e socialização de informações dos demais colaboradores, oportunidade de ser ouvido pela empresa, simplicidade das atribuições e a falta de treinamento sobre os processos e procedimentos para o estagiário assumir o cargo.

Outros fatores considerados pelos participantes como dificuldades no estágio foram pouca

comunicação entre supervisor e estagiário, assunção de responsabilidades em situações sem precedentes, a adaptação à cultura organizacional e o desempenho de funções relacionadas a outras áreas.

Entende-se que muitos desses desafios podem acontecer devido à inexistência de estrutura apropriada para o desenvolvimento do estagiário ou mesmo, o estudante pode ter dificuldades para se posicionar na empresa.

Cinquenta e seis por cento dos estagiários reconheceu a importância da indicação de um funcionário formado ou com experiência na área de atuação do aluno; 25% reconheceu a oferta de instalações adequadas e 19% mencionou o envio de relatórios para a instituição de ensino. Esses dados evidenciam o quanto os graduandos estão atentos a tudo o que pode influenciar a sua formação.

Pode-se então concluir que os dados apresentados estão de acordo com o art. 90 da Lei nº 11.788/2008, que explicita quais são as obrigações da parte concedente do estágio, tais como indicar um funcionário formado ou com experiência na área de atuação do estagiário e enviar à instituição de ensino um relatório de atividades desenvolvidas pelo educando.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa permitiu esboçar uma análise sobre a percepção dos graduandos acerca do estágio supervisionado obrigatório no curso de Administração de uma IES localizada no Recôncavo da Bahia. Nesse contexto, após análise dos dados da pesquisa foi possível responder a todos os objetivos propostos.

De acordo com os dados encontrados, pode-se verificar a compreensão dos estagiários sobre a legislação do estágio. Os estudantes possuem conhecimento acerca da legislação no que diz respeito à carga horária permitida, à duração do estágio e ao período de descanso permitido. Além disso, afirmam reconhecer a relevância do estágio enquanto matéria obrigatória na grade curricular.

Entretanto, muitos estudantes que estão estagiando ainda desconhecem alguns aspectos da lei de estágio para poder zelar por uma prática adequada ao seu curso, como as obrigações por parte das concedentes e da instituição de ensino, independentemente da boa percepção sobre as ações praticadas por eles. A não distinção das práticas obrigatórias impossibilita o estagiário de identificar as ações que descumprem a lei.

Em relação às ações de acompanhamento por parte das IES nas atividades desenvolvidas pelos graduandos, foi notada a existência de ações tais como a exigência de relatórios das atividades desempenhadas e designação de um professor orientador de estágio para fazer esse acompanhamento. No entanto, foi identificado que boa parte desses estagiários está realizando atividades que pouca relação tem com as teorias aprendidas em sala de aula.

Outro fator relevante foram os desafios enfrentados pelos graduandos durante o estágio obrigatório, como ausência de autoconfiança, atuação apenas como observador, falta de compatibilização das atividades desenvolvidas com a grade curricular, restrição de acesso a alguns setores da empresa, poucas organizações acatam ou permitem sugestões de melhorias, setores bem estruturados para acolher os estagiários, organizações familiares e atividades insuficientes na prática dos estágios.

Outros fatores também foram considerados pelos participantes com dificuldades no estágio, como pouca comunicação entre supervisor e estagiário, assunção de responsabilidades em situações sem precedentes, adaptação à cultura organizacional e desempenho de funções relacionadas a outras áreas. Outra dificuldade que emerge desta pesquisa foi identificar empresas na região do Recôncavo com interesse em firmar parcerias para prover os estágios.

Em resposta aos resultados desta pesquisa, parece necessário sugerir para os estudantes melhor compreensão da legislação, atenção aos aspectos da sua formação profissional na intensão de serem

promovidos ou perceber o estágio enquanto ferramenta para aprendizado, local de inserção no mercado de trabalho e ambiente para adquirir experiência e aperfeiçoamento profissional. Para a instituição de ensino disponibilizar melhor acompanhamento dos estágios para evitar disfunções nas atividades exigindo das empresas assim como orientações das atividades praticadas evitando disfunções de suas atribuições.

Por fim, os resultados encontrados na pesquisa a partir da percepção dos estudantes confirmam a relevância que o estágio supervisionado obrigatório tem para a formação acadêmica e profissional do administrador. Por outro lado, os graduandos reconhecem a importância dessa atividade na sua formação profissional, uma vez que permite a associação entre teoria e prática.

O presente trabalho não tem como intenção por fim às discussões acerca do estágio supervisionado obrigatório. Espera-se com esta pesquisa apenas que ambas as partes envolvidas na realização do estágio possam observar os pontos fortes e fracos e buscar a melhoria de suas práticas e programas de estágio, no intuito de torná-lo o mais eficiente possível.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise Ribeiro de; LAGEMANN, Letícia; SOUSA, Silvio Vanderlei Araújo. A importância do estágio supervisionado para a formação do administrador. In: **Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, 30., Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006. Disponível em: <[www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-epqa-0709](http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-epqa-0709)>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BARROS, Bruno Henrique Lima de; ALVES, Eraldete Carneiro; ARAÚJO, Richard Medeiros de. Estágio Supervisionado em Secretariado Executivo: a visão do graduando concluinte. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 179-198, maio/agosto 2014. Disponível em: <<https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/267>>. Acesso em: 25 de mar. 2017.

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado. 3 ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.788** de 25 de setembro de 2008, Brasília, DF. **Presidência da República Casa Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.494** de 7 de dezembro 1977, Brasília, DF. **Presidência da República Casa Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6494.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CNE/CSE. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União. 2005. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

CNE/CSE. **Parecer 146/2002, de 13 de maio de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design**. Brasília: Diário Oficial da União. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/14602DCEACTHSEMMDTD.pdf>>. Acesso em 23 out. 2017.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602014000300011&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000300011&lang=pt)>. Acesso em: 09 abr. 2017.

FESTINALLI, Rosane Calgaro; CANOPF, Liliane; BERTUOL, Ornella. Estágio supervisionado em administração: reflexos de sua contribuição para a formação profissional. **Revista Faz Ciência**, v. 9, n. 9, p. 299-322, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7510>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MINTZBERG, Henry; GOSLING, Jonathan. Educando administradores além das fronteiras. **RAE-Revista de Administração de Empresas**. Vol. 43, n. 2, p. 29-43, abr.-jun. 2003. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol43-num2-2003/educando-administradores-alem-fronteiras>>. Acesso em: 24 set. 2017.

MURARI, Juliana de Melo Franco; HELAL, Diogo Henrique. O estágio e a formação de competências profissionais em estudantes de administração. **Revista Gestão e Planejamento**. Salvador, v. 10 n. 2, p. 262-280, jul./dez. 2009. Disponível em: < <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/787>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

NICOLINI, Alexandre. Qual será o futuro das fábricas de Administradores?. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], V. 43, n. 2, p. 44-54, abr.-jun. 2003. Disponível em: < <http://rae.fgv.br/rae/vol43-num2-2003/qual-sera-futuro-fabricas-administradores>>. Acesso em: 01 out. 2017.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24 ed. Campinas: Papirus, 2012.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria. A construção do mercado de estágios em administração na cidade de porto alegre. **Revista pensamento contemporâneo em administração**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 29-48, out./dez. 2012. Disponível em: < <http://www.uff.br/var/www/htdocs/pae/index.php/pca/article/view/246>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA. Vera Lúcia Pereira de; AMORIM. Tania Nobre Gonçalves Ferreira; SILVA. Ladjane de Barros. O estágio: ferramenta fundamental para a inserção no mercado de trabalho?. **RACE**, Unoesc, v. 10, n. 2, p. 269-294, jul./dez. 2011. Disponível em: <[editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/1725](http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/1725)>. Acesso em: 20 de ago de 2017.

# FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A QUALIDADE DE VIDA

## PERSONAL FINANCES: A STUDY ON THE CONTRIBUTIONS OF FINANCIAL EDUCATION FOR LIFE QUALITY

Laízila Monik Neiva de Jesus<sup>1</sup>

Em um mundo de apelo ao consumo e aos variados produtos financeiros, as pessoas precisam estar preparadas para saber lidar com suas finanças. Nesse contexto, a pesquisa objetivou verificar como a educação financeira pode contribuir para a qualidade de vida do indivíduo. Busca-se ainda discutir a importância do conhecimento sobre planejamento financeiro. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e qualitativa, e o modelo adotado para os procedimentos técnicos foi o levantamento bibliográfico. Os dados foram obtidos por meio de leitura de artigos, revistas e pesquisas. Os resultados apontaram que a educação financeira contribui diretamente com a qualidade de vida das pessoas e que o planejamento financeiro é uma ferramenta crucial para obter estabilidade e equilíbrio das finanças. Também verificou-se que uma vida financeira em desordem poderá, conseqüentemente, gerar problemas psicológicos e fisiológicos ao indivíduo.

**Palavras-chave:** Finanças. Planejamento. Educação Financeira. Qualidade de Vida.

*In a world of appeal to consumption and to varied financial products, people need to know how to deal with their finances. In this context, the aim of the research was to verify how financial education could contribute to the individual's quality of life. It also discusses the importance of acquiring knowledge about financial planning. The research is characterized as descriptive and qualitative, and the model adopted for the technical procedures was a bibliographical survey. The data were obtained through articles, magazines, and researches. The results pointed out that financial education contributes directly to people's life quality, and financial planning is a crucial tool for achieving stability and balance of finances. It was also found that a financial life in disorder could consequently generate psychological and physiological problems to the individual.*

**Key words:** Finance. Planning. Financial Education. Quality of Life.

Recebido: 21/03/2019

Aceito: 11/07/2019

---

<sup>1</sup>Bacharel em Ciências Contábeis (FACEMP). MBA em Controladoria e Finanças (FAMAM) – Bahia.. E-mail: [laizilaneiva@gmail.com](mailto:laizilaneiva@gmail.com). CV: <http://lattes.cnpq.br/9994456382091267>

## INTRODUÇÃO

A educação financeira está associada à capacidade de tomar decisões coerentes que resultem em benéficos e não comprometam a qualidade de vida do indivíduo. Este assunto tornou-se um dos mais comentados e discutidos na atualidade, dada sua relevância para o crescimento econômico-financeiro das pessoas. Uma educação financeira de qualidade é resultado de compreender os conceitos e saber planejar suas finanças de forma a idealizar melhores condições de vida no futuro, no que diz respeito aos aspectos relacionados à estabilidade e formação de patrimônio e à vitalidade psicológica das pessoas.

Devido ao consumo acelerado e o fácil acesso ao crédito, a população precisa aprender a administrar suas finanças para evitar desde a desorganização das contas domésticas até o endividamento, que pode gerar inadimplência. De acordo com a Serasa (2011 *apud* GAMA; CORREIA, 2013), o planejamento financeiro pessoal significa organizar a vida financeira de tal maneira que se possa sempre ter reservas para as eventualidades da vida e, sistematicamente, construir um patrimônio que assegure na aposentadoria fonte de renda suficiente para ter uma vida digna.

Com o mundo globalizado, para ser educado financeiramente é necessário estar atento para não se deslumbrar diante das provocações do comércio, promoções, parcelamentos, entre outras oportunidades que induzem ao consumo sem responsabilidade, aos gastos supérfluos. De acordo com Domingos (2014), a educação financeira é um instrumento que ajuda a administrar os recursos financeiros, auxiliando, através de métodos, no estímulo à mudanças de hábitos e costumes adquiridos pelo indivíduo durante toda a vida. Aprender a administrar suas finanças com sabedoria certamente não é tão rápido, pois é resultado de uma preparação cultural ao longo da vida, para ter consciência dos benefícios proporcionados.

Certamente, aquele indivíduo que ao longo de sua vida foi educado financeiramente detem mais habilidades para pensar no futuro e gerir suas economias. Possuir dívidas não é considerado errado, desde que existam condições de arcar com elas. O dinheiro deve ser utilizado e organizado para pagar dívidas, investir, e construir reservas. Cerbasi (2009) afirma que menos de 5% das pessoas são capazes de manter sua situação financeira em equilíbrio, ou seja, não é uma tarefa difícil localizar pessoas com dívidas, das quais não conseguem se livrar ou pessoas que não têm sobras no final do mês.

Por não ter o hábito de poupar, certamente por não possuir instruções sobre como planejar e conduzir seu próprio orçamento, no âmbito geral a população prefere gastar ao invés de cuidar do dinheiro ganho, comprando mais pela vontade do que pela necessidade, esquecendo-se de pensar em guardar economias em prol de um futuro melhor. Segundo Macedo Jr. (2013), as pessoas não conseguem controlar seus desejos; no entanto, quando se processa racionalmente essa emoção, pensando no que se perde e se ganha, pode-se escolher a não satisfação de seus desejos.

A qualidade de vida é resultado de uma boa saúde financeira; o desequilíbrio financeiro reflete direta e negativamente nas necessidades do ser humano, provavelmente por muitas vezes comprometer a qualidade da alimentação, do lazer e a saúde física e mental. Por esse motivo, a presente investigação tem o seguinte questionamento: qual a importância da organização e do planejamento financeiro pessoal para uma melhor qualidade de vida das pessoas?

Baseado nesta problemática, o estudo tem como objetivo principal verificar como o planejamento financeiro pessoal contribui para a qualidade de vida das pessoas. Para isto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) conhecer sobre finanças pessoais; b) descrever a importância da educação financeira no contexto escolar; c) verificar de que forma a administração financeira contribui para a qualidade de vida.

Neste contexto, a pesquisa busca estudar as contribuições da educação financeira pessoal para um futuro saudável e estabilizado financeiramente. Diante da importância do planejamento financeiro pessoal para a qualidade de vida das pessoas, o estudo torna-se relevante, pois pode servir como um despertar para instituições de ensino, uma vez que através deste estudo poderá entender a importância de ensinar gestão financeira pessoal. Além disso, a pesquisa irá orientar a população sobre a necessidade e a importância de saber gerir seus bens para garantir qualidade de vida no futuro.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### FINANÇAS PESSOAIS

Diante da facilidade de acesso ao crédito e do aumento do consumo, um dos maiores desafios das pessoas atualmente é fazer seu orçamento adequar-se aos seus ingressos. Segundo Luquet (2007), para dominar este processo é necessário, inicialmente, determinar as despesas e receitas reais. A autora afirma que, para manter as finanças em ordem, não basta apenas se esforçar para economizar dinheiro, mas sim ter habilidade para realizar um bom planejamento financeiro.

Saber organizar suas finanças pessoais é uma importante ferramenta e ponto fundamental na vida das pessoas, pois ser educado financeiramente torna o indivíduo apto para gerir melhor seus próprios recursos e tomar decisões coerentes, para evitar desequilíbrios financeiros que podem ocasionar problemas de saúde, conflitos familiares, perda de produtividade profissional e comprometimento da qualidade de vida. Nesse sentido, Macedo Junior (2010) explica que, quando o dinheiro é bem administrado, permite uma vida com qualidade, mais tranquila e prazerosa, facilitando um caminho sem eventualidades e mais feliz.

Organizar as finanças significa ter planejamento e disciplina e representa o primeiro passo para quem deseja ter equilíbrio financeiro. Gaspar (2011) acrescenta que a ausência de uma administração eficaz do orçamento financeiro, que na maioria das vezes ocorre por falta de conhecimento e planejamento, é um dos fatores que atinge a saúde financeira dos consumidores na esfera global. O quadro abaixo apresenta dez passos que podem ser seguidos pelas pessoas que desejam obter equilíbrio financeiro, dados sugeridos pelo Instituto Coaching Financeiro.

**Quadro 1.** Dicas para organizar finanças e obter equilíbrio financeiro.

<b>1- DIA DO ORÇAMENTO</b>
Reserve um dia no mês para organizar a sua vida financeira. Monte uma planilha com despesas fixas, dívidas, pagamentos, gastos eventuais. Insira também todas as suas receitas, tais como salário, recebimento de aluguéis, ganhos eventuais etc. Monte seu orçamento mensal adequando os gastos às receitas. O ideal é que sempre haja sobra de 10% a 20%.
<b>2- DEFINA PRIORIDADES</b>
Caso o orçamento esteja em desequilíbrio – gastos maiores que as receitas –, o caminho é reduzir imediatamente as despesas. Defina prioridades e elimine o que não é essencial. Este período de ajuste requer disciplina. Lembre -se que ele é necessário, porém transitório. Idas ao restaurante, passeios, viagens ou compras supérfluas podem esperar até que o equilíbrio financeiro seja retomado.
<b>3- APRENDA A USAR O DINHEIRO</b>
A maioria das pessoas se preocupa em aprender como ganhar dinheiro, mas não como usá-lo. Existe uma grande diferença entre as duas situações. Todos conhecem histórias de empresários que acumularam fortunas, mas que terminaram falidos. Nada melhor que aprender com os erros dos outros. Leia, estude, busque informação sobre finanças. Há diversos livros, revistas, jornais e sites que traduzem o “economês” para a linguagem do dia-a-dia.
<b>4- ESTABELEÇA OBJETIVOS FINANCEIROS</b>
Determine um valor, um prazo e um objetivo financeiro a ser atingido. Organize -se de forma a criar as condições para que a meta seja cumprida. Exemplo: comprar um carro no valor de R\$ 30 mil, dentro de dois anos. Analise seu orçamento e veja como reorganizá-lo de forma a adquirir o automóvel no prazo estabelecido.
<b>5- POUPAR SEMPRE</b>
Não há organização das finanças pessoais sem poupança. É a reserva de capital que permite que a pessoa enfrente situações emergenciais ou crises sazonais. Encare como compromisso a tarefa de guardar de 10% a 20% de sua receita mensal.

<b>6- APRENDA A INVESTIR</b>
A partir de um determinado nível de organização das finanças, a pessoa dispõe de recursos para investimento. As contas estão em dia, não há dívidas pendentes e a meta de gastar menos do que ganha virou lei. Chegou a hora de fazer o dinheiro trabalhar para você. Busque investimentos de acordo com o seu perfil. Para isso, solicite a ajuda do seu gerente do banco, conte com o auxílio de empresas especializadas em prestar esse tipo de assessoria ou se capacite para assumir a tarefa de cuidar dos próprios investimentos.
<b>7- LIMITE AO MÁXIMO O ENDIVIDAMENTO</b>
Sempre que possível, opte por compras à vista. Controle a ânsia de consumo, junte recursos e adquira o produto ou serviço pagando de uma só vez. Isso aumenta o poder de barganha na hora da compra, permitindo descontos e outras vantagens (brindes, pontos extras em programas de fidelização etc). Use o financiamento apenas para situações específicas, como a compra de um imóvel.
<b>8- FUJA DO CRÉDITO FÁCIL</b>
Linhas de crédito como a do cheque especial e a dos cartões representam graves ameaças para qualquer planejamento financeiro. As taxas de juros são maiores e a pessoa é seduzida pela facilidade em contrair a dívida. Lembre-se que dinheiro fácil custa muito mais caro
<b>9- USE A PORTABILIDADE</b>
Quem tem contrato de financiamento ou empréstimo pode aproveitar as vantagens da portabilidade. Com ela, o devedor tem sua dívida “comprada” por outra instituição financeira, que lhe oferece condições de pagamento mais favoráveis. A pessoa troca a dívida cara por uma mais barata.
<b>10- DISCIPLINA, ANTES DE TUDO</b>
Nenhuma das dicas anteriores funcionará, se a pessoa não tiver disciplina para organizar as suas finanças. Seguir o planejamento traçado é fundamental. As tentações do consumo surgem a todo instante e é preciso se manter permanentemente focado no objetivo financeiro

**Fonte:** www.coachfinanceiro.com. Acesso em 30 mar. 2018 (Quadro elaborado pela autora).

Conforme explicitado no Quadro 1, para colocar as finanças pessoais em ordem, não é suficiente apenas compreender as estratégias, é preciso obediência ao seguir as regras; ter uma vida financeira organizada e saudável exige disciplina. Educação financeira é o prelúdio para saber manejar de forma eficaz suas finanças, e o planejamento é uma ferramenta aliada, imprescindível, que auxilia o indivíduo na tomada de decisões antecipadas, o que permite maior controle dos projetos, a fim de evitar gastos desnecessários e perdas financeiras inesperadas.

## EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO AMBIENTE ESCOLAR

Ensinar educação financeira desde a infância facilitaria muito a vida dos jovens e adultos no futuro. Para Vilhena (2011), é o caminho mais eficiente para que as crianças se tornem adultos aptos a gerenciar o dinheiro de maneira sensata. Assim, as crianças aprenderiam desde cedo a administrar corretamente seu dinheiro e estariam atentas aos riscos e prejuízos advindos do mau planejamento financeiro, o que conseqüentemente evitaria tomadas de decisões financeiras precipitadas e irresponsáveis. Corroborando esta ideia, Nakata (2009) afirma que a educação financeira nas escolas é de extrema importância, pois possuir conhecimento sobre o dinheiro é importante e necessário para levar uma vida financeira saudável.

O assunto educação financeira está em evidência com grande destaque tanto na esfera nacional quanto internacional, e é vista como um dos principais fatores para garantir melhor qualidade de vida no presente e equilíbrio financeiro no futuro. Neste sentido, Rocha (2008) destaca que quando o indivíduo sabe manter suas finanças em ordem, adequando sua renda a suas necessidades, ele é capaz de tomar decisões e encarar melhor os contratemplos que possam surgir. Acrescenta também que isto trará benefícios para aspectos familiares. Sendo assim, uma criança ensinada a manejar o dinheiro desde pequena, quando adulta terá maiores chances de aprender a administrar o seu salário.

Araújo e Souza (2012) observam, em conformidade com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD 2005), que a facilidade de acesso ao crédito, as inovações tecnológicas para acesso e comercialização, a crescente expectativa de vida da população e as reformas nos sistemas previdenciários são fatores que demonstram a importância da educação financeira. Apesar da visível relevância da educação financeira nas escolas, existe um grande desafio, porque muitos pais ainda acreditam que a criança não deve se preocupar com dinheiro tão cedo, pois são muito pequenas ainda e devem apenas estudar. Porém, a educação financeira necessária nas escolas não é aquela que vai simplesmente ensinar as crianças a economizarem e sim orientá-las a aprender de modo correto a utilizar o dinheiro em busca de uma vida melhor.

Ensinar as crianças a prática de lidar com dinheiro desde cedo é importante e necessário, porém não somente cabe à escola o dever de ensiná-las, é preciso entender que a família também é responsável e deve agir conjuntamente com a instituição de ensino, colocando em prática ações educacionais em casa para orientar os filhos. Ewald (2010) considera que a família é a principal responsável pela educação financeira, mas reconhece também que nem sempre os familiares sozinhos detêm condições para realizar a alfabetização financeira e que a escola, ao elaborar e desenvolver projetos de educação financeira deve, a princípio, reunir os pais, expor a proposta de trabalho e mostrar que o modelo vem de casa.

A introdução da educação financeira nas escolas possui uma metodologia de ensino diferente e muito relevante, pois além de beneficiar os alunos, também beneficia os pais e educadores, formando uma sociedade financeiramente consciente. Sendo assim, a escola e os pais têm sua parcela na hora de educar e orientar as crianças e jovens, devendo agir com proximidade, para facilitar o desenvolvimento financeiro dos mesmos. Corroborando esta ideia, Domingos (2014) avalia que "a educação financeira é imprescindível para construir um país mais realizador de sonhos" e ainda "não é finanças, nem exatamente apenas poupar. É mais do que cálculos e matemática, é sobre hábitos, costumes e comportamentos".

## A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA A QUALIDADE DE VIDA DO INDIVÍDUO

Possuir um adequado planejamento financeiro irá ajudar o indivíduo a perceber sua real situação financeira, para somente depois estabelecer metas e objetivos de vida. Planejar e controlar integram um processo de preparação importante para as pessoas, pois exigem vigilância e desenvolvem habilidades para o cotidiano. Cherobim e Espejo (2010) reforçam ainda que todas as famílias e indivíduos deveriam ter seu planejamento financeiro bem organizado, independentemente de seu nível social. Destaca também que as famílias devem ser como empresas que realizam planejamentos financeiros estratégicos regularmente, estando assim aptos para o que está por vir.

A forma como tratamos nosso dinheiro é um fator decisivo para obter qualidade de vida. Para evitar desordens pessoais, que inúmeras vezes são motivadas por dificuldades financeiras, é imprescindível fazer uso adequado dos recursos. Sob esta perspectiva, Amorim (2016) identificou que, quando se pratica frequentemente o planejamento financeiro como ferramenta de controle na vida pessoal, social e profissional, é possível conquistar mais do que simplesmente entender sobre o mecanismo financeiro na prática, adquire-se também um nível maior de percepção, que torna o indivíduo mais crítico ao tomar decisões.

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), em 2017 ocorreu um aumento de 0,6 ponto percentual de famílias brasileiras endividadas juntamente com os indicadores de inadimplência, que também apresentaram alta no mesmo período. A pesquisa destaca ainda que a elevação nos indicadores de inadimplência aconteceu com mais intensidade em famílias com renda de até 10 salários mínimos. Diante do exposto, percebe-se que são pessoas que têm uma renda relativamente boa, mas não conseguem se organizar financeiramente, certamente, devido à facilidade de acesso ao crédito, que pode ser uma armadilha que pode comprometer a saúde financeira de pessoas sem planejamento financeiro.

Saber organizar suas finanças de forma consciente traz benefícios para vários aspectos pessoais, pois um indivíduo que possui vida financeira em desequilíbrio tem também sua saúde física e psicológica afetada. Logo, aquele que sabe gerir o “produto” chamado dinheiro evitará doenças futuras. Gaspar (2011) afirma que o indivíduo que não possui saúde financeira terá impactos sobre sua qualidade de vida, pois o desequilíbrio financeiro acarreta estresse e insônia, ocasionando até depressão, além de desestruturar a família e o meio social no qual a pessoa está inserida.

Segundo Brasil (2011), ter inteligência financeira é um fator crucial que auxilia as pessoas a obterem planejamento, o que proporciona a vantagem de saber gerir sua renda de forma organizada. O planejamento financeiro é crucial, pois diminui significativamente os riscos de surpresas desagradáveis, uma vez que, quando o indivíduo passa a controlar suas finanças, detém ciência de todos seus gastos e rendimentos, o que facilita ter uma vida tranquila financeiramente e, conseqüentemente, maior qualidade de vida e um futuro estabilizado.

Um planejamento financeiro bem elaborado é indispensável para a vida das pessoas, além de ser um fator que ajudará as mesmas a evitarem estresses constantes, que podem causar doenças físicas e psicológicas que reduzem sua qualidade de vida. A este respeito, Hoji (2011) salienta que a saúde financeira, física e mental têm definições similares e estão ligadas uma com a outra, estabelecendo uma relação de dependência.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar os objetivos propostos, foi adotada uma pesquisa de caráter descritivo que buscou identificar a relação entre a organização financeira e a qualidade de vida das pessoas. Segundo Alves, Behr e Raimundini (2012), a pesquisa descritiva têm como principal objetivo observar os fatos, para um posterior registro e análise, sendo possível relatar os fenômenos e compará-los.

Quanto aos procedimentos técnicos, o modelo conceitual e operativo adotado foi o bibliográfico, para proporcionar à pesquisadora um amplo acesso ao conteúdo relacionado à pesquisa, através de livros, artigos científicos, monografias, dissertações, e outros materiais já publicados (PRODANOV; FREITAS, 2013). Para elaboração da pesquisa bibliográfica, cujo intuito é ampliar o conhecimento e facilitar a construção da pesquisa, foi realizado, inicialmente, o levantamento de informações e teorias sobre os conceitos que mais se adequam ao enfoque do tema, com o propósito de oportunizar o entendimento relativo aos benefícios da prática de saber gerir suas finanças pessoais.

A análise dos dados foi predominantemente qualitativa. O foco do conteúdo da análise foi direcionado para publicações de artigos, revistas, e pesquisas sobre o tema. No processo analítico, realizou-se um estudo sobre a complexidade do tema e o questionamento apresentado, com o propósito de expor as diferentes opiniões e propor possíveis soluções.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

Os conceitos sobre educação financeira e seus benefícios são variáveis, não há uma única definição. O quadro abaixo descreve três conceitos desde a perspectiva de diferentes autores:

## Quadro 2. Conceitos sobre educação financeira.

AUTORES	CONCEITOS
Peter e Palmeira (2013, p. 03)	“Educação financeira é a capacidade de entender finanças e assuntos relacionados. Mais especificamente, refere-se à capacidade de um indivíduo de fazer julgamentos bem informados e decisões efetivas sobre o uso e gerenciamento de seu dinheiro”.
Teixeira <i>et al.</i> (2010, p.27)	“Educação financeira é a arte de aplicar os princípios e conceitos de finanças em auxílio à tomada de decisões financeiras pessoais”.
Domingos (2014, p. 01)	“A educação financeira nada mais é do que algo que auxilia a administração dos recursos financeiros, por meio de um processo de mudança de hábitos e costumes adquiridos há várias gerações. Portanto, não basta aprender a mexer com números, se não sabe as vantagens que esse conhecimento pode proporcionar”.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Diante do exposto, percebe-se que apesar das diferenças nas definições, existe uma concordância com relação à contribuição da educação financeira para as pessoas. Os autores acreditam que, ao obter inteligência financeira, o indivíduo consegue tomar decisões mais conscientes e coerentes e gerenciar melhor sua renda, o que lhe proporciona estabilidade financeira e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida, pois poderá preparar e planejar uma vida adulta prazerosa e uma velhice tranquila. Neste sentido, Cerbasi (2009) afirma que a organização pessoal é muito importante para que as pessoas utilizem sua renda de forma eficaz, assim a vida será regida com maior organização e disciplina, o que trará benefícios em outros níveis.

A tão sonhada estabilização financeira não é simples; porém, estudar e conhecer sobre o assunto é fundamental para quem almeja ter controle e sucesso nas finanças. Com informação e orientação adequada, as pessoas conquistam conhecimento e sabedoria para estarem atentas às oportunidades e aos riscos que os produtos financeiros oferecem. Por esses motivos, introduzir a educação financeira nas escolas é importante não somente para que, quando adultos, esses alunos estejam aptos a cuidar do seu dinheiro de forma consistente, mas também para que a sociedade seja financeiramente educada.

Ao pesquisar e analisar os conceitos em torno de finanças pessoais, notou-se que o planejamento pessoal é uma ferramenta crucial para quem deseja educar-se financeiramente. É através de um bom planejamento que as pessoas irão saber classificar suas necessidades e organizá-las de modo que não comprometam sua saúde financeira e qualidade de vida. Para evitar conflitos pessoais e familiares é imprescindível saber manusear o dinheiro; o mal uso gera estresses e preocupação, ocasionando doenças emocionais e físicas, o que interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas. Macedo (2007) acrescenta que o planejamento financeiro é o processo de gerenciar sua renda com o intuito de atingir satisfação pessoal. Este processo permite que o indivíduo controle sua situação financeira de modo que atenda suas necessidades e objetivos durante a vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira se caracteriza como uma ferramenta fundamental para gerir corretamente as finanças pessoais e, conseqüentemente, estar livre de desequilíbrios financeiros que podem ocasionar até conflitos pessoais e problemas de saúde. A estabilidade financeira é uma fonte de satisfação pessoal, que só se torna possível com um bom planejamento financeiro, que irá orientar o indivíduo a equilibrar os gastos com as necessidades básicas e com os seus objetivos e desejos.

Apesar de ser um assunto muito comentado atualmente, o tema finanças pessoais ainda é pouco

tratado nas escolas. Como explanado pelos autores no decorrer desta pesquisa, estudar finanças pessoais é fundamental para que a criança se torne um adulto apto a tomar decisões que envolvam suas finanças, e a família deve agir em colaboração com a escola a fim de desenvolver práticas que ensinem as crianças a planejar, poupar e utilizar corretamente o dinheiro. Observou-se que uma das causas do endividamento é a falta de planejamento financeiro em decorrência da carência de informação e conhecimento sobre o assunto.

O indivíduo que tem uma vida financeira em desordem poderá, como resultado, sofrer problemas psicológicos e fisiológicos, o que comprometerá a longo prazo sua saúde. Logo, para ser saudável e obter qualidade de vida deve manter suas finanças sempre em ordem. Ser educado financeiramente proporciona uma vida mais equilibrada e tranquila, pois o indivíduo saberá como agir para evitar desequilíbrios financeiros, além de possuir conhecimento suficiente para tomar decisões ou até mesmo encarar algum imprevisto que possa acontecer ao longo da vida.

## REFERÊNCIAS

ALVES, C. S.; BEHR, A.; RAIMUNDINI, S. L. Mensuração e Evidenciação de Ativos Intangíveis em Demonstrações Contábeis: O Estudo de Caso em um Clube de Futebol Brasileiro. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 11, n. 32, p. p. 09-25, 2012. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/CRCSC/article/view/1315/1212>>. Acesso em: 17 mar. 2018

AMORIM, D. F. B. **A importância da educação e do planejamento financeiro**. 2016. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/a-importancia-da-educacao-e-do-planejamento-financeiro/98077>>. Acesso em: 28 fev. 2018

ARAÚJO, F. A. L.; SOUZA, M. A. P. **Educação financeira para um Brasil sustentável evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão**. Trabalhos para Discussão – Banco Central do Brasil, Brasília, n. 280, p. 1-53, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD280.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira: inteligência financeira pessoal na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. Disponível em: <<http://www.creditocontabil.com.br/biblioteca/como-organizar-sua-vida-financeira-gustavo-cerbasi.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018

CHEROBIM A. P. M. S.; ESPEJO M.M.S.B. **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer!** São Paulo: Atlas, 2010. 147 p.

DOMINGOS, Reinaldo. **Educação financeira e finanças pessoais: qual a diferença?** Disponível em: <<http://www.dsop.com.br/artigos/2014/04/educacao-financeira-e-financas-pessoais-qual-diferenca/>>. Acesso em: 28 jan. 2018

EWALD, L. C. Alfabetização Financeira. **Pinhais**, v. 3, n. 47, p. 4-5, abr. 2011. Entrevista concedida a Revista Imprensa Pedagógica.

GAMA, B. S.; CORREIA, M. V. **Planejamento financeiro pessoal e a importância da gestão dos próprios recursos – um estudo de caso com os estudantes de administração da faculdade paraíso do Ceará – FAP CE**. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/bruna.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017

GIL, A. C. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas. 2006. 286p.

GONÇALVES, J. Q.P. **Planejamento financeiro pessoal - da teoria à prática: um estudo de caso junto aos estudantes de administração da pontificia universidade católica de minas gerais – campus Guanhães**. Disponível em: <<https://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/48.pdf>>. Acesso em: 05/10/2017

HALLES, C. R. et.al. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida**. Disponível em: <[http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel\\_gestao\\_orcamentaria\\_financeira\\_e\\_recursos\\_humanos/o\\_planejamento.pdf](http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2017

LUQUET, M. **Guia valor econômico de finanças pessoais**. São Paulo: Globo, 2ª edição: revisada e atualizada, 2007. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=yrvJ51PenHMC&oi=fnd&pg=PA13&dq=finan%C3%A7as+pessoais+planejamento+financeiro&ots=8NZkMOe0-4&sig=f\\_b6xnuk8XD3BmG2Y04hHxIWAig#v=onepage&q=finan%C3%A7as%20pessoais%20planejamento%20financeiro&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=yrvJ51PenHMC&oi=fnd&pg=PA13&dq=finan%C3%A7as+pessoais+planejamento+financeiro&ots=8NZkMOe0-4&sig=f_b6xnuk8XD3BmG2Y04hHxIWAig#v=onepage&q=finan%C3%A7as%20pessoais%20planejamento%20financeiro&f=false)>. Acesso em: 29 mar. 2018.

MACEDO, J. S. Jr. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Florianópolis: Editora Insular, 2013. Disponível em: <<http://www.creditocontabil.com.br/biblioteca/arvore-de-dinheiro-jurandir-sell-macedo-jr.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018

MACHADO, Diego da Rocha. **Educação financeira nas escolas de porto alegre**. Porto Alegre: 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33220/000787921.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 fev. 2018

MEU PORTO SEGURO. **A importância do planejamento financeiro para a sua vida**. 2015. Disponível em: <<https://www.meuportoseguro.com.br/meu-dinheiro/planejar-para-nao-faltar/importancia-planejamento-financeiro-para-sua-vida/>>. Acesso em: 28 fev. 2018

NAKATA, R. **A Importância de ter seu próprio Planejamento Financeiro Pessoal**. 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/a-importancia-de-ter-seu-proprio-planejamento-financeiro-pessoal/35268/>>. Acesso em: 25 fev. 2018

PADILHA, M. C. D. **A influência do planejamento financeiro pessoal na consecução dos resultados: indivíduo /Organização**. Disponível em: <<http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2012/10/9.A-INFLU%C3%8ANCIA-DO-PLANEJAMENTO-FINANCEIRO-PESSOAL-NA-CONSECU%C3%87%C3%83O-DOS-RESULTADOS-INDIV%C3%8DDUO-Maria-Celi.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018

PEIC/CNC. **O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2017**. Disponível em: <[http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/perfil\\_de\\_endividamento\\_das\\_familias\\_brasileiras\\_em\\_2017.pdf](http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/perfil_de_endividamento_das_familias_brasileiras_em_2017.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2018

PETER, L. D; P, E. M. **Estudo sobre a educação financeira como disciplina escolar a partir das séries iniciais**. 2013. Disponível em: <<http://atlante.eumed.net/educacao-financeira/>>. Acesso em 10 abr. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p. Disponível em: <<http://www.faatensino.com.br/wp-content/uploads/2014/11/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2018.

ROCHA, R. H.. **Educação financeira em pauta**. Fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.hsm.com.br/artigos/educacao-financeira-em-pauta>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

SILVA, A. J. *et. al.* **Planejamento financeiro pessoal. Uma abordagem sobre as contribuições da administração financeira na gestão dos recursos pessoais**. XXI Congresso Brasileiro de Custos – Natal, RN, Brasil, 17 a 19 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3644/3645>>. Acesso em: 05 jan. 2018

SOUZA, D. P. **A importância da educação financeira infantil**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/importancia-da-educacao-financeira-infantil.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2018

SPOSITO, R. R. *et.al.* **A importância da educação financeira no contexto escolar e familiar: uma amostra do projeto Implantado na Unespar**. Disponível em: <[http://www.fecea.br/ecopar/uploads/21-31-14-Artigo\\_Ecopar\\_-\\_A\\_importancia\\_da\\_Educacao\\_Financeira\\_no\\_contexto\\_escolar\\_e\\_familiar.pdf](http://www.fecea.br/ecopar/uploads/21-31-14-Artigo_Ecopar_-_A_importancia_da_Educacao_Financeira_no_contexto_escolar_e_familiar.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2018

VILHENA, B. **O sucesso financeiro de seus filhos virá do conhecimento**. Setembro de 2011. Disponível em: <<https://dinheirama.com/blog/2011/09/27/o-sucesso-financeiro-de-seus-filhos-vira-do-conhecimento/>>. Acesso em: 01 mar. 2018

WISNIEWSKI, M. L. G. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. Curitiba: **Revista intersaberes**, a.6, n.12, p. 155-172, 2011. Disponível em: <https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/32/17>. Acesso em: 29 mar. 2018.

# PERCEPÇÃO DOS FRENTISTAS DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS DE MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO DA BAHIA SOBRE SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

## PERCEPTION OF GAS STATION WORKERS IN MUNICIPALITIES OF THE RECÔNCAVO OF BAHIA OVER THEIR WORKING CONDITIONS

Lusicleide Galindo da Silva Moraes<sup>1</sup>

Jesus Manuel Delgado-Mendez<sup>2</sup>

Luiz Gino Farina de Oliveira<sup>3</sup>

Alexandre José Ribeiro Jacobina de Brito<sup>4</sup>

José Carlos de Cerqueira Moraes<sup>5</sup>

O objetivo deste estudo foi analisar as condições de trabalho e a percepção dos frentistas de postos revendedores de combustíveis do Recôncavo da Bahia quanto ao seu processo de trabalho. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa que incluiu, além de entrevistas com os frentistas, a observação direta do local e da execução do trabalho. Os resultados mostram que os frentistas desenvolvem suas atividades expostos a riscos independente do gênero, idade e grau de escolaridade, e nem sempre recebem esclarecimentos suficientes que lhes permitam compreender e perceber a exposição constante aos diversos fatores de risco que permeiam os postos de combustíveis. Conclui-se que são grandes os desafios da Saúde do Trabalhador para garantir aos frentistas e a todos aqueles que trabalham em postos de gasolina, embora não operem as bombas, melhores condições de trabalho, com o mínimo ou nenhuma exposição.

**Palavras-chave:** Saúde do Trabalhador. Frentistas. Condições de Trabalho. Postos de Combustíveis.

*The objective of this study was to analyze the working conditions and the perception of gas station attendants in the Recôncavo da Bahia. This was an exploratory and descriptive research within a qualitative approach. Data were collected by means of questionnaires applied to the attendants, and by direct observation of the facilities. It was found that the participants performed their activities exposed to risks regardless of gender, age and educational level. These workers did not receive information enough to be aware of their constant exposure to risk factors. Thus, the challenges of occupational health regulation authorities are significant in order to ensure better working conditions with minimum or no exposure of workers.*

**Keywords:** Worker's Health. Gas Station Attendants. Working Conditions. Gas Stations.

Recebido: 14/04/2019

Aceito: 15/06/2019

<sup>1</sup>Docente da Faculdade Maria Milza – FAMAM, Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. CV: <http://lattes.cnpq.br/7865067981712306>

<sup>2</sup>Doutor. Professor Titular da UFRB. CV: <http://lattes.cnpq.br/5977100256638854>; [jesusd@uol.com.br](mailto:jesusd@uol.com.br)

<sup>3</sup>Doutor. Professor Titular da Universidade de Bauru – SP. <sup>4</sup>Gestor Ambiental. DIVAST-CESAT/SESAB. <http://lattes.cnpq.br/7445867899455377>; [gino\\_professor@hotmail.com](mailto:gino_professor@hotmail.com)

<sup>4</sup>Gestor Ambiental. DIVAST-CESAT/SESAB. <http://lattes.cnpq.br/9882007248590163>

<sup>5</sup>Doutor. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia. CV: <http://lattes.cnpq.br/5100206449999675>

## INTRODUÇÃO

De acordo com a classificação brasileira de ocupações, o frentista é definido como atendente ou bombeiro de posto de gasolina (BRASIL, 2002). Esses trabalhadores, no entanto, desenvolvem as seguintes atividades: abastecimento de veículos, venda de produtos automotivos expostos nas estantes de amostras, recebimento de valores monetários, lavagem de para-brisas de veículos automotivos, verificação do nível da água e do óleo e calibragem de pneus.

Em alguns estabelecimentos os frentistas são ainda responsáveis pela higienização das ilhas e dos sanitários. O chefe de pista, função existente em apenas alguns postos, supervisiona o trabalho e, eventualmente, abastece veículos. No entanto, nos postos que não dispõem dessa função, a supervisão é realizada pelo gerente. Ambos podem ser responsáveis pela coleta de amostras de combustível retiradas diretamente do caminhão-tanque e utilizadas para análise da qualidade do produto que está sendo descarregado (BAHIA, 2014).

Para compreensão do processo de trabalho e identificação dos riscos ambientais, foi necessário descrever algumas dessas atividades já citadas. Inicialmente será descrito o abastecimento do veículo com etanol, gasolina ou diesel. Independentemente do tipo de combustível, o frentista ativa a bomba, abre a tampa do reservatório de combustíveis do carro e aciona o bico automático. No caso do gás natural veicular, abre-se o capô do veículo para fazer o aterramento e conectar o bico *dispenser* à válvula de abastecimento. Nessa última operação é obrigatório que o condutor e o(s) passageiro(s) do veículo se posicionem fora deste. Para verificação e complementação do nível do óleo, o capô é aberto, retira-se a vareta apropriada para esta finalidade e, quando necessário, se completa o óleo através do bocal de enchimento. Quanto ao nível da água do radiador e lavador de para-brisas, abre-se a tampa dos respectivos recipientes para enchê-los até o nível indicado. Além disso, esses trabalhadores realizam a lavagem dos para-brisas dos veículos, utilizando baldes com água e sabão e o “esfregão”, fazendo movimentos para frente e para trás e para cima e para baixo (BAHIA, 2014).

A medição dos tanques também é uma atividade realizada diariamente nos postos revendedores de combustíveis que, geralmente, fica sob a responsabilidade do gerente ou chefe de pista, cabendo também ao frentista em alguns estabelecimentos. A mesma pode ser realizada manualmente, através da utilização de régua, ou eletronicamente, que consiste na forma mais correta de medição, por expor menos o trabalhador, uma vez que a aferição é realizada por intermédio de sondas interligadas a um computador e/ou registrador eletrônico (BAHIA, 2014).

Conhecer o processo de trabalho constitui um aspecto fundamental para se compreender que esses trabalhadores desenvolvem as suas atividades expostos a diversos riscos ocupacionais, uma vez que executam atividades de potencial dano à sua saúde e ao meio ambiente, estabelecido, principalmente, em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. Vale ressaltar que não existe limite seguro para a exposição ao benzeno, uma vez que é uma substância carcinogênica que pode funcionar como depressora do sistema nervoso central ou causadora de hemopatias.

## MÉTODOS

Com base nos seus objetivos, a pesquisa foi classificada como exploratória e descritiva, pois mostra as características de um grupo de trabalhadores, os frentistas. Quanto à abordagem, foi qualitativa, incluindo diversas formas de interpretação dos dados coletados, visando possibilitar a compreensão do problema que, neste caso, está representado pelas condições de trabalho dos frentistas.

A área de estudo é o Território do Recôncavo da Bahia e, para realização da coleta de dados, foram escolhidos 10 dentre os 20 municípios do Recôncavo. Foram eles: Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, São Francisco do Conde, Muritiba, São Sebastião do Passé, Santo Amaro da Purificação,

Governador Mangabeira, Maragogipe, Castro Alves e Varzedo. Através de uma amostra aleatória simples foram sorteados os postos de combustíveis e os frentistas foram selecionados.

As informações foram distribuídas de acordo com a classe de municípios, sendo elas A, B, C e D. Os sujeitos do estudo foram representados por uma amostra de 62 dos 243 frentistas que estavam trabalhando nos municípios e postos escolhidos, no período de março a abril de 2016. Os critérios utilizados para garantir a aleatoriedade do processo de seleção foram: frentistas que atuam nessa atividade; que estavam presentes no período da coleta de dados nos turnos matutino ou vespertino e que consentiram livremente participar na pesquisa. Por contraste, foram critérios de exclusão: frentistas que estavam de folga, afastados por motivo de férias ou licença de qualquer natureza e aqueles que não concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

Foi aplicado um roteiro de entrevista semi-estruturada, com informações sobre os dados gerais de identificação, condições de trabalho e alguns aspectos relacionados à saúde.

O projeto de pesquisa foi enviado, por meio de um protocolo, ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CEP-UFRB), para apreciação e aprovação. Após a obtenção do parecer (número 1.430.74) favorável, a pesquisa foi executada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 62 frentistas de um total de 243 que trabalham nos 30 postos amostrados em 10 dos 20 municípios do Recôncavo, adotando-se a aplicação de questionário orientado para a coleta de informações sobre os dados de identificação, condições de trabalho e alguns aspectos relacionados à saúde, como os expostos a seguir.

Com relação ao gênero dos entrevistados, identificou-se a porcentagem de homens e mulheres que participaram do estudo. Verificou-se que 24,2% dos entrevistados eram do sexo feminino e 75,8% do sexo masculino.

Observando a trajetória da saúde do trabalhador, parece indicativo que existem programas e políticas que esboçam essa preocupação, mas que ainda precisam de maior efetividade nas suas ações. Em 2012 foi elaborada a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, que possui como estratégias principais a integração da VISAT com todos os níveis de atenção à saúde e análise do perfil produtivo e da situação de saúde desses trabalhadores (BRASIL, 2012).

Quanto ao nível de escolaridade, nota-se que a maior parte dos entrevistados enquadraram-se no ensino fundamental incompleto e médio completo, representados por 12,92% e 69,35%, respectivamente, quando comparado entre municípios. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) corrobora os dados obtidos nesta pesquisa ao afirmar que é comum encontrar, em todo o Recôncavo da Bahia e demais regiões, maior número de trabalhadores que possuem nível médio completo exercendo a função de frentistas (DIEESE, 2014).

Com relação ao tempo de atuação, em anos, os frentistas foram distribuídos considerando-se intervalos de até 1 ano na função, de 1 a 5 anos, de 6 a 10 anos, de 11 a 15 anos, de 16 a 20 anos e mais de 21 anos de atuação na área. Sendo assim, observou-se que 50% dos entrevistados exercem a função de frentista de 1 a 5 anos; outros 16,13% atuam há menos de um ano na sua atividade. Nos grupos de 6 a 10 e de 11 a 15 anos no trabalho, encontram-se 12,9% dos entrevistados, em cada um, enquanto que 3,22% e 4,83% estão entre 16 a 20 anos e mais de 21 anos, respectivamente.

Considerando que aproximadamente 2/3 dos entrevistados desempenham seus labores de frentista entre 1 e 15 anos e entendendo que não há limite seguro para exposição ao benzeno do combustível, chama a atenção que o tempo de atuação é importante para ressaltar que é de fundamental importância o investimento em adoção de medidas que objetivem preservar a saúde desses trabalhadores, que desenvolvem as suas atividades expostos a riscos em período de tempo prolongado, considerando os anos de atuação, e que podem desenvolver doenças relacionadas ao trabalho

decorrentes da exposição aos riscos ambientais e especialmente ao benzeno. A gasolina apresenta diversas substâncias nocivas à saúde, a exemplo do benzeno, em cujo caso o tempo prolongado de exposição é um fator de risco. No entanto, mesmo com pouco tempo de serviço e exposição a baixas concentrações, é possível o adoecimento.

Conforme Barata-Silva e colaboradores (2014), a exposição crônica e de baixa concentração ao benzeno pode favorecer o surgimento de patologias como, por exemplo, alterações sanguíneas (anemia aplástica e leucemia), linfoma não-Hodgkin, mieloma múltiplo, alterações cromossômicas que causam má formação fetal e infertilidade masculina. Na exposição aguda pode ocorrer cefaleia, fadiga, tontura, convulsão, depressão e, até mesmo, falência respiratória, o que possivelmente levará a óbito.

Quando questionados sobre o vínculo empregatício, verificou-se que 93,55% dos entrevistados possuem carteira assinada, o que caracteriza o vínculo. Apenas 6,45% não possuem. Observou-se, portanto, na análise desses dados que a precariedade do trabalho relacionada ao vínculo empregatício e às garantias de direitos trabalhistas ainda existem. As leis trabalhistas não são seguidas ou respeitadas conforme deveriam, uma vez que os direitos do trabalhador devem ser garantidos desde o primeiro dia de trabalho.

Conforme exposto no art. 3º da Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012 que institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, todos os trabalhadores, independente da forma de inserção no mercado de trabalho (formal ou informal) e do vínculo empregatício (público ou privado), têm garantido o direito à saúde baseado nos princípios e diretrizes do SUS (BRASIL, 2012).

Com relação às informações relativas à jornada de trabalho dos frentistas, observou-se que a maior proporção dos entrevistados trabalha de 6 a 12 horas por dia. Destaca-se que houve manifestação da existência de carga horária diária que ultrapassa às 8 horas, chegando até 24 horas de trabalho, mostrando que os frentistas trabalham horas extras e em escala de plantão.

Conforme a Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017 do Sindicato dos Trabalhadores de Postos de Combustíveis e Derivados do Petróleo da Bahia, a carga horária diária não deve ultrapassar 8 horas e 44h/semana, de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. No entanto, as empresas representantes dos postos podem realizar acordos de horário diferenciado, junto ao sindicato da categoria profissional (BAHIA, 2016).

Em observação de campo e entrevistas informais com representante do sindicato foi possível depreender que os acordos entre os postos e seus representantes não se realizam como proposto pela legislação.

Com relação à distribuição dos frentistas entrevistados em função dos períodos das jornadas de trabalho, constatou-se que há maior concentração de trabalhadores no turno da manhã, representado por 41,94% dos entrevistados, seguido pelos 30,65% que trabalham de manhã e tarde e os 11,29% que trabalham nos três turnos. Os que trabalham somente no turno da tarde são 9,68%. No turno da tarde e noite estão 4,84% e no turno da noite apenas 1,61%, não havendo, portanto, trabalhadores nos turnos manhã e noite.

Observando a organização da jornada de trabalho dos frentistas, percebeu-se que a maior proporção de trabalhadores no turno da manhã pode estar relacionada com a maior movimentação e rotatividade de veículos para abastecimento. Ressalta-se, portanto, que há um número representativo de trabalhadores que exercem as suas atividades em três turnos (manhã, tarde e noite), caracterizando jornada prolongada de trabalho e que, mesmo compensado com folgas, descumprem as leis trabalhistas, mas decorrem dos acordos internos entre proprietários e empregados.

Para complementar as informações apresentadas nesta seção, os frentistas foram identificados segundo gênero, estado civil e turno de trabalho. Assim, verificou-se que essa atividade ainda possui maior representatividade de homens, quando comparado com o número de mulheres, alcançando 24,19% de frentistas do sexo feminino. Dentre todas as mulheres entrevistadas, 46,67% são solteiras (equivalente a 11,29% desse 24,19%). Já entre os homens, observou-se certo equilíbrio entre os solteiros e os casados, cuja proporção ficou em 40,35 e 42,48%, respectivamente. No entanto, se consideramos que a união estável pode ser somada à proporção de casados, a porcentagem destes aumentaria até 15%, aproximadamente.

Também observou-se que a maior parte das mulheres, independente do estado civil, trabalha em

horários semelhantes aos homens, havendo uma preferência pelos turnos da manhã e da manhã e tarde, para ambos os sexos.

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, referentes ao ano de 2013, apresentados em pesquisa realizada pelo DIEESE, mostra que o perfil de trabalhadores de postos revendedores de combustíveis de municípios do Recôncavo da Bahia continua apresentando o predomínio de trabalhadores do sexo masculino (DIEESE, 2014).

Quanto às atividades realizadas pelos frentistas segundo seu gênero, a Tabela 1 mostra que todos os homens e mulheres entrevistados realizam limpeza de para-brisas, abastecimento e conferem água e nível de óleo. Com relação ao recebimento de valores monetários, verificou-se que 59,68% dos homens e 17,74% das mulheres são responsáveis pelo caixa. Outros 59,68% dos homens e 19,36% das mulheres são responsáveis pela limpeza da área dos postos.

Com relação às medidas manuais dos tanques de combustíveis, 54,36% dos homens e 8,07% das mulheres são responsáveis por realizá-las. A venda de lubrificantes é realizada por 16,13% dos homens e 4,84% das mulheres. E em se tratando da calibragem de pneus, a mesma é realizada tanto pelos homens quanto pelas mulheres, sendo representado por 48,40% e 12,90%, respectivamente.

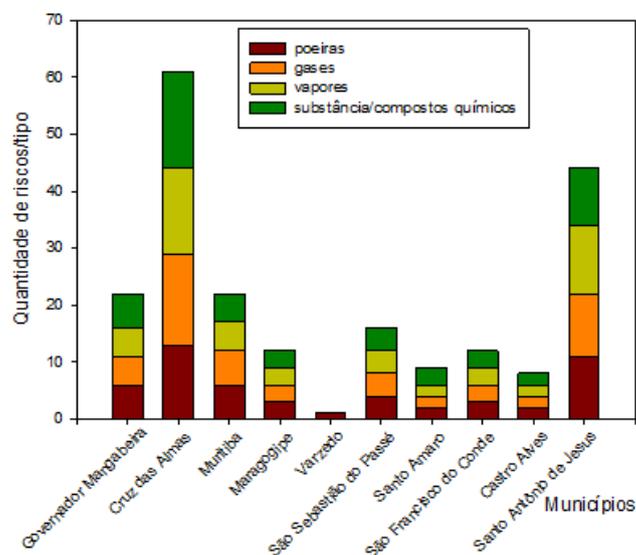
Verificou-se que não existe distinção da realização de atividades devido ao sexo, pois ambos realizam as mesmas atividades. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o trabalho do frentista consiste no abastecimento; troca ou complemento de óleo e água; limpeza de para-brisas e janelas; enchimento e calibragem de pneus através do uso de bombas, equipamentos e materiais próprios, visando favorecer o bom desempenho dos veículos. Além disso, os trabalhadores realizam também o serviço de caixa, que consiste na verificação do painel de bomba e na realização das operações financeiras (BRASIL, 2002).

Analisando os resultados apresentados, percebe-se que as atividades designadas ao frentista dos postos revendedores de combustíveis de municípios da Bahia, em alguns casos, extrapolam o que é preconizado pelo CBO do MTE, especialmente no que se refere às atividades de venda, limpeza da área do posto, análise de combustíveis e demais atividades distanciadas das estabelecidas na legislação.

No desempenho dos labores, os frentistas expõem-se a riscos existentes no ambiente de trabalho. Esses riscos foram classificados como químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, apresentados nas figuras a seguir.

O primeiro deles, o risco químico, foi exposto na Figura 1, onde se mostrou a exposição dos frentistas a poeiras, gases, vapores e substâncias ou compostos químicos. Note-se, que guardadas as devidas proporções entre os municípios, todos os riscos parecem proporcionais em cada um deles.

**Figura 1.** Exposição dos frentistas a riscos químicos no ambiente laboral, em 10 municípios do Recôncavo da Bahia.

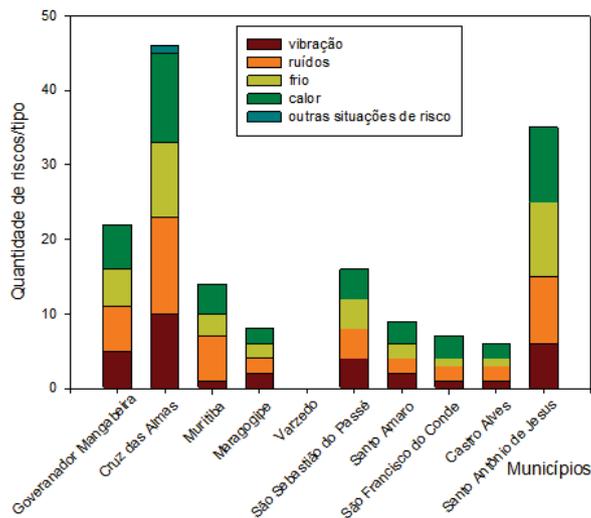


Analisando os dados apresentados na Figura 1, observou-se que a exposição do trabalhador aos riscos químicos estava presente em quase todos os municípios amostrados, com exceção do município de Varzedo, onde foi relatada a exposição apenas à poeira.

Existe uma grande preocupação dos estudiosos em relação ao potencial carcinogênico dos compostos químicos, especialmente quando a simples presença do mesmo no meio ambiente caracteriza risco potencial (BRILHANTE, 1999).

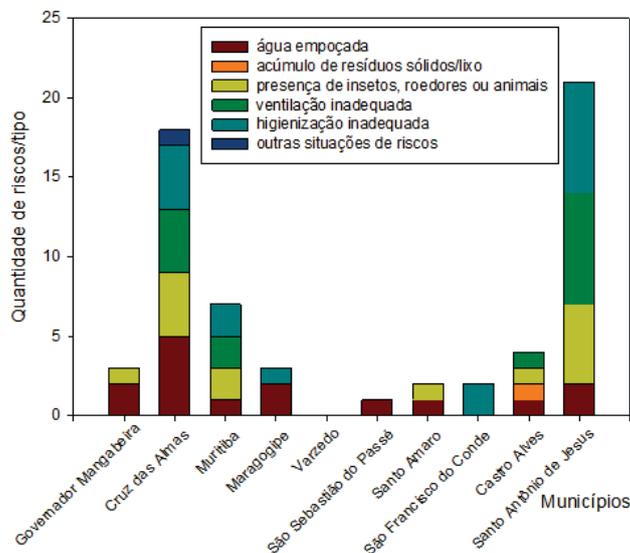
Em seguida, a Figura 02 traz informações sobre os riscos físicos, e assim, verificou-se que a exposição à vibração, ruídos, frio e calor foram relatadas na maior parte dos municípios amostrados, com exceção apenas de Varzedo.

**Figura 2.** Exposição dos frentistas a riscos físicos no ambiente laboral, em 10 municípios do Recôncavo da Bahia.



A Figura 3 mostra que em 80% dos postos nos municípios visitados, um dos riscos biológicos mais comuns foi água empoçada. Quanto ao acúmulo de resíduos sólidos/lixo visível nas proximidades da ilha de abastecimento, ele só foi visto e relatado em apenas um posto do município de Castro Alves.

**Figura 3.** Exposição dos frentistas a riscos biológicos no ambiente laboral, em 10 municípios do Recôncavo da Bahia

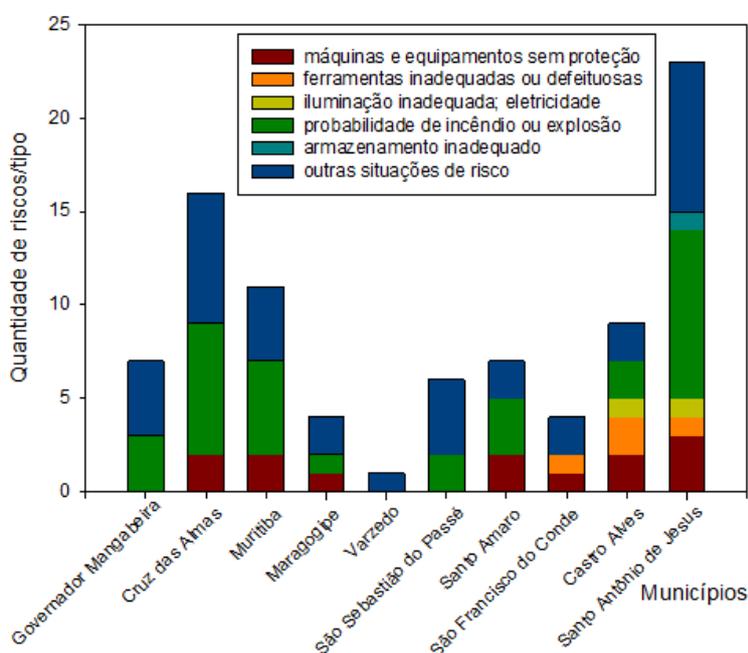


Nos postos de seis municípios foi relatada a presença de insetos, roedores ou animais. A ventilação inadequada, devido à localização do estabelecimento, também foi indicado em 4 dos 10 municípios. As condições de higiene também foram analisadas e foram consideradas inadequadas em postos de 5 municípios.

Nos postos visitados, foram encontrados também riscos ergonômicos, tais como esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, ou seja, permanência prolongada na postura bípede, controle rígido da produtividade (ou funções que produzem tensão muscular corporal), jornada de trabalho prolongada, monotonia e repetitividade. Além dos já citados, alguns entrevistados destacaram outras situações, como por exemplo, a falta de assento adequado para descanso, dentre outras.

A Figura 4 fornece informações sobre a exposição aos riscos de acidentes nos postos de combustíveis dos 10 municípios do Recôncavo sob estudo. Analisando os riscos citados, observou-se que na maior parte dos municípios há preocupação com o risco de acidentar-se com máquinas e equipamentos sem proteção. Em apenas três municípios foi citada a presença de ferramentas inadequadas ou defeituosas que também podem ser responsáveis pelos acidentes no ambiente laboral. Quanto à probabilidade de incêndio ou explosão, foi citada em quase todos os municípios. Em se tratando, portanto, do item outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes, tais como atropelamentos, etc. foram citados em todos os municípios.

**Figura 4.** Exposição dos frentistas a riscos de acidentes no ambiente laboral, em 10 municípios do Recôncavo da Bahia.



Na avaliação da exposição do trabalhador aos riscos ambientais, merecem destaque os agentes químicos que são vistos com grande preocupação pela Saúde Ambiental, destacando-se a prevenção dos danos à saúde causados por substâncias químicas presentes no meio ambiente, ao passo que torna indispensável a identificação e quantificação deste risco considerado inaceitável à exposição humana (AMORIM, 2003).

De forma geral, os resultados relacionados aos riscos ambientais estão presentes em quase 100% dos postos dos municípios amostrados. Dessa maneira, é válido destacar a importância do trabalhador inserido nesse contexto, conhecer os riscos inerentes à sua profissão e como poderá minimizar a sua exposição a esses fatores que podem causar danos a sua saúde e ao meio ambiente.

Durante a entrevista, os frentistas foram questionados quanto à participação em cursos de atualização e à existência de alguns programas, comissões e normas, além de preparação no combate a incêndios. Quanto à realização dos cursos de atualização, somente nas classes A e B, 83,3% e 50,0%, afirmaram que participam desses cursos, respectivamente.

Quando questionados sobre a existência do Programa de Prevenção de Risco Ambiental (PPRA); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); Mapa de Risco (MR); Licenciamento Ambiental; Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e curso de combate à incêndio, verificou-se que o PPRA foi citado nas classes A, B e C, por 50,0%, 20,0% e 40,0%, respectivamente. A CIPA foi citada por 36,1% na classe A e 45,0% na B. O MR, por sua vez, mostrou-se nas classes A, B e C, com 52,8%, 45,0% e 20,0%, respectivamente. Quanto ao licenciamento ambiental, o mesmo foi referido em todas as classes pela maior parte dos entrevistados. Já o ASO, citado pela maioria na classe A, foi representado por 69,4%, mostrando-se menos frequente nas classes B e C, com percentuais de 40,0% e 20,0%, respectivamente. Por fim, quando questionados sobre a realização do curso de combate a incêndios, a resposta foi afirmativa para a maioria dos entrevistados nas classes A, B e D, ficando a C com a menor representatividade (40,0%).

Após esses questionamentos, foi perguntado aos frentistas se os mesmos possuem conhecimento sobre os itens já mencionados. A este respeito, a maioria afirmou conhecer.

Os cursos de atualização devem ser oferecidos e constituem um direito do trabalhador, pois possibilitam adquirir conhecimento sobre as atividades que desenvolve, seus riscos e a importância da adoção e uso adequado das medidas de proteção.

Alguns aspectos merecem destaque no âmbito dos postos revendedores de combustíveis. Devido ao potencial poluidor e aos riscos existentes nas atividades desenvolvidas nesses estabelecimentos, os itens como PPRA, mapa de risco e licenciamento ambiental, se fazem indispensáveis.

A CIPA não é obrigatória nos postos de combustíveis, mas conforme elaborado na NR5, é imprescindível que seja designado um trabalhador/ frentista (BRASIL, 2011). No entanto, observou-se que a maior parte dos postos visitados não possui esse trabalhador designado.

Sobre os aspectos relacionados à saúde dos frentistas, foram questionados sobre a realização de exame admissional, exames periódicos e de imunização. Na análise verificou-se que 74,20% e 62,90% dos frentistas entrevistados afirmam ter realizado os exames admissional e periódicos, respectivamente. Quanto à imunização, aproximadamente dois terços possuem cartão de vacinação atualizado.

Conforme estabelecido pela norma regulamentadora NR07, relacionada ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, os exames admissionais e periódicos (sangue e urina) devem ser garantidos ao trabalhador, com o objetivo de detectar precocemente as doenças relacionadas ao trabalho (BRASIL, 2013). Além disso, é importante que esses indivíduos possuam cartão de vacinação atualizado, pois algumas doenças que podem ser adquiridas no ambiente laboral são imunopreveníveis, como por exemplo tétano, febre amarela, hepatite B, etc.

Os entrevistados foram ainda questionados quanto à ocorrência de faltas ao trabalho e verificou-se que 67,76% já faltaram ao trabalho por motivos diferenciados, sendo que apenas 6,45% afirmaram que já tiveram problemas de saúde relacionados com sua função. Dentre os problemas citados estão a perda auditiva induzida pelo ruído, varizes, dor no peito e “queimação” no estômago. Quanto aos acidentes de trabalho, apenas 11,3% afirmam ter se acidentado. Os acidentes citados foram atropelamento, queda da própria altura e acidente de percurso ao trabalho.

Conforme os dados coletados, identificou-se que os EPI disponíveis são óculos (16,13%); botas (79,03%); farda (74,20%); protetor auricular (4,83%); máscara facial (67,74%) e luvas (27,42%). Vale ressaltar, portanto que esses equipamentos são disponibilizados, mas não são usados de forma adequada.

Desse modo, os EPI devem ser recomendados quando não for viável a implantação das medidas de proteção coletivas, ou quando estas não protegerem os trabalhadores. O uso desses equipamentos nos postos deve considerar as situações reais de trabalho, as características dos equipamentos e as particularidades de cada trabalhador, além de ser de suma importância garantir efetivamente a avaliação

do seu uso cotidiano (BAHIA, 2014).

Verificou-se ainda, para complementar as informações acerca dos EPI disponíveis, que 77,4% dos entrevistados afirmaram que usam os equipamentos, e 87,1% sabem para que servem. Em alguns postos visitados, os equipamentos foram vistos guardados em gavetas ou usados de forma incorreta. A adoção dessas medidas de maneira efetiva depende, portanto, do compromisso entre o proprietário dos postos e os trabalhadores. Isso depende também de um processo educativo que permita favorecer e incentivar melhorias no ambiente laboral.

Em relação aos equipamentos de proteção coletiva disponíveis nos postos sob estudo, percebeu-se que a maior proporção dos frentistas, representados por 32,26%, citou o extintor como equipamento que visa a proteção coletiva. Outros itens foram também citados, tais como para-raios (4,84%), cones (6,45%), lâmpada de emergência (1,61%), sinalização de segurança (1,61%) e chave de luz (1,61%).

Os entrevistados foram questionados se o posto possui ou não EPC. Dentre eles, 56,45% responderam que sim. Em seguida, perguntou-se se eles conheciam esses equipamentos e sua utilidade, e a resposta foi positiva para 58,06% dos entrevistados. Confrontando os dados de ambas as questões, percebe-se que há certa inconsistência nas respostas, pois mais da metade afirmou ter os equipamentos nos lugares de trabalho; porém, poucos deles (os EPC) foram citados e, os considerados mais importantes, nem sequer foram mencionados.

A legislação tem avançado em relação à adoção de medidas de proteção coletiva, relacionadas à exposição do benzeno em postos revendedores de combustíveis no Brasil, mesmo diante da resistência entre os representantes dos postos. Recentemente, houve elaboração de um anexo relacionado à norma regulamentadora, a NR 09 do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, que estabelece prazos para adequação dos postos no sentido de adquirir bombas de abastecimento com instalação do sistema de captação de vapores (BAHIA, 2016).

Os prazos sugeridos são relativamente longos, variando de 72 a 180 meses, considerando todos os danos que são causados à saúde do trabalhador e ao meio ambiente. Vale ressaltar, ainda, que as medidas poderiam e deveriam também incluir a exigência da instalação do sistema de captação de vapores no descarregamento do caminhão nos tanques subterrâneos de combustíveis.

Quanto à concepção dos frentistas em relação à exposição ao benzeno existente no combustível e a sua relação com as alterações dos elementos do sangue, bem como o surgimento da leucemia, os resultados encontrados demonstraram que 83,88% dos entrevistados afirmaram que essa exposição pode ser responsável pelas alterações nas células sanguíneas e, conseqüentemente, pelo surgimento da leucemia.

O benzeno é um hidrocarboneto aromático que, juntamente com o tolueno, etilbenzeno e os isômeros de xileno (BTEX), são constituintes da gasolina e mostram-se como potenciais depressores do sistema nervoso central. Vale ressaltar, ainda, que o benzeno é também considerado potencialmente carcinogênico (IARC, 1998).

Para combustíveis derivados do petróleo, é permitido encontrar um valor percentual menor ou igual a 1% (ACURI; CARDOSO, 2005). Já a Agência Nacional de Petróleo – ANP considera tolerável o percentual de até 1,3% de benzeno, sendo que a adulteração dos combustíveis contribui para elevação desse percentual, podendo chegar a 8%.

Estudos realizados mostram que não existe limite seguro de exposição a essa substância que, mesmo em pequenas concentrações, promove alterações na contagem de leucócitos, podendo levar à leucemia e problemas neurológicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados analisados, percebe-se que independentemente do gênero, idade e grau de escolaridade, os frentistas atuam em postos de combustíveis expostos aos riscos inerentes às

suas atividades e ao local. Dentre os riscos ambientais existentes destaca-se a exposição ao benzeno, substância carcinogênica, que compromete a saúde dos expostos, que nem sempre tem noção da potencialidade dessa substância e dos riscos à sua saúde. Isso reforça a necessidade urgente da adoção de medidas de proteção coletiva e do fortalecimento das Políticas Públicas Ambientais e de Saúde do Trabalhador que visam a promoção da saúde e segurança no trabalho.

## REFERÊNCIAS

ACURI, A. S. A.; CARDOSO, L. M. N. **Acordo e legislação sobre o benzeno 10 anos**. São Paulo: Fundacentro, 2005. 135 p.

AMORIM, Leiliane Coelho André. O uso dos biomarcadores na avaliação da exposição ocupacional a substâncias químicas. **Rev. Bras. Med. Trab.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 124-132, out./dez. 2003.

BAHIA. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Superintendência de Vigilância e Proteção à Saúde. Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador. Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador. **Orientações técnicas para ações de vigilância de ambientes e processos de trabalho em postos de revenda de combustíveis** – SUS/BAHIA. SESAB/SUVISA/DIVAST. Salvador: CESAT/DIVAST, 2014.

BAHIA, 2016. **Convenção coletiva de trabalho**. Sinposba. 2016/2017.

BRASIL. Saúde do trabalhador. Cadernos da Atenção Básica. Programa de Saúde da Família, nº 5. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

\_\_\_\_\_. **NR 5 – Comissão interna de prevenção de acidentes**. Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978. Alteração/Atualização. Portaria SIT n.º 247, de 12 de julho de 2011. Disponível em: Acesso em: 03 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria 1.823, de 23 de Agosto de 2012. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Disponível em: < [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823\\_23\\_08\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html)> Acesso em: 20 de ago. de 2016.

\_\_\_\_\_. **NR 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional**. Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978. Alteração/Atualização Portaria MTE n.º 1.892, de 09 de dezembro de 2013. Disponível em: Acesso em: 04 de junho de 2016.

BARATA-SILVA, C.; MITRI, S.; PAVESI, T.; SAGGIORO, E.; MOREIRA, J. C. Benzeno: reflexos sobre a saúde pública, presença ambiental e indicadores biológicos utilizados para a determinação da exposição. **Cad. Saúde Colet.**, 2014, Rio de Janeiro, 22 (4): 329-42. Disponível em: Acesso em: 20 de nov. de 2016.

BRILHANTE, O.M.; CALDAS, L.Q.A., coord. **Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 155 p. ISBN 85- 85676-56-6 Available from SciELO Books .

DIEESE. **Perfil dos Trabalhadores no Segmento do Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores**. Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Combustíveis da Bahia – SINDPOSBA. Ano: 2013, Set, 2014.

INTERNATIONAL AGENCY FOR RESEARCH ON CANCER – IARC. **Monographs on the Evaluation of Carcinogenic Risk to Humans**. France, 1998. Vol. 45.

# BIOÉTICA E PARTO HUMANIZADO: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ENFERMEIRAS OBSTETRAS

## BIOETHICS AND HUMANIZED DELIVERY: CONCEPTIONS AND PRACTICES OF OBSTETRIC NURSES

Andresa Lúcia Santos dos Santos<sup>1</sup>  
Camila Torres da Paz<sup>2</sup>  
Beatriz Guimarães Gentil Fraga<sup>3</sup>  
Fábio Lisboa Barreto<sup>4</sup>  
Rita de Cássia Calfa Vieira Gramacho<sup>5</sup>  
Andréa Jaqueira da Silva Borges<sup>6</sup>

A bioética caracteriza-se como estudo sistemático da conduta humana. Essa conduta é avaliada à luz dos valores e princípios morais, sendo imprescindível que o profissional de saúde domine esses princípios para prestar um cuidado de qualidade. A assistência ao parto e nascimento ainda se mantém como desafio para a assistência, visto que o modelo do cuidado insiste em permanecer mecanizado e muito restrito às medicalizações. Desta forma, este estudo teve como objetivo geral investigar a assistência de enfermagem prestada em uma maternidade pública na cidade de Salvador (Bahia) à luz das condutas bioéticas em relação à humanização do parto. Participaram do estudo dez enfermeiras obstétricas. A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista estruturada contendo seis questões. Para análise dos dados foi adotada a técnica de Análise de Conteúdo. Percebeu-se que, quanto à assistência no parto, todas têm entendimento sobre o processo de humanização. No entanto, em relação aos procedimentos humanizados/bioéticos, evidenciou-se preocupação; sobre a garantia dos direitos das parturientes, percebeu-se que os mesmos são cumpridos, tendo em vista que todas as entrevistadas relataram que a garantia destes era prioridade na instituição. Com a realização dessa pesquisa, ficou evidente que as ações humanizadas estão presentes na assistência de enfermagem, sendo respeitados os direitos no processo parturitivo, principalmente as condutas dos profissionais diante do parto.

**Palavras-chave:** Assistência de Enfermagem. Ética na Saúde. Humanização do Parto.

Bioethics is characterized as a systematic study of human behavior insofar as it is evaluated in the light of moral values and principles, and it is imperative that the health professionals master these principles to provide quality care. Birth and delivery care still remains a challenge, since the care model insists on remaining mechanized and limited to medication. Thus, the general objective of this study was to investigate the nursing care provided at a public maternity hospital in the city of Salvador-BA, based on the bioethical behavior in relation to the humanization of labor. Ten obstetrical nurses participated in the study. Data collection was performed through a structured interview containing six questions. For data analysis a content based analysis technique was adopted. Our results show that regarding childbirth care, all the nurses were familiar with the process of humanization. Notwithstanding, there was concern in relation to humanized / bioethical procedures. With regard to the rights of women during labor it was noticed that they were respected, since they were a priority of the institution where the research was carried out. Thus, we might conclude that humanized procedures have been incorporated by the obstetric nurses and that women's rights during childbirth are respected by them.

**Key-words:** Nursing Care. Ethics in Health. Humanization of Childbirth.

Recebido: 21/03/2019  
Aceito: 10/07/2019

<sup>1</sup>Enfermeira Graduada pela Faculdade Maria Milza – FAMAM. Email: deesantos02@hotmail.com.

<sup>2</sup>Enfermeira Obstetra; Coordenadora do programa de pós-graduação Lato Sensu da FAMAM. Especialista em Educação Permanente e Saúde e Preceptoria do SUS. Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - FAMAM; Docente da graduação em Enfermagem da Faculdade Maria Milza - FAMAM e da especialização em enfermagem obstétrica da EBMS. Orientadora da pesquisa. E-mail: camilatorrespaz@gmail.com. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1880862855767805>.

<sup>3</sup>Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Maria Milza – FAMAM. Email: fragabia@hotmail.com. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2390902166913382>.

<sup>4</sup>Enfermeiro; Especialista em Auditoria de Serviços de Saúde; Mestrando em Enfermagem pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Docente da graduação em Enfermagem da Faculdade Maria Milza - FAMAM; E-mail: lisboa.auditor@gmail.com. LATTES <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8299036J6>

<sup>5</sup>Enfermeira Obstetra; Membro da ABENFO Nacional; Diretora geral da Maternidade Tsylla Balbino; Coordenadora do Curso da Pós-Graduação em Enfermagem Obstétrica da EBMS. Salvador Ba. Email: ritacalfa@hormail.com. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2581318156352565>.

<sup>6</sup>Doutora em Geologia Ambiental (UFBA), Mestre na Área de Recursos Naturais e Especialista em Metodologia da Pesquisa. Coord. do Programa de Iniciação Científica da FAMAM; Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (FAMAM) andreasjb@gmail.com; LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5984997883918707>.

## INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade as discussões sobre Bioética ganharam espaço em diversas áreas do conhecimento, haja vista que várias condutas éticas profissionais têm como base os seus princípios. Assim, de acordo com Cobucci e Duarte (2013), este termo contempla os debates sobre as ciências da saúde e da vida, promovendo o respeito, o cuidado e acolhimento de todos. A Bioética também abre espaço para reflexão e direcionamento dos profissionais de saúde na assistência e na prática do cuidar.

Dentro dessa perspectiva, é de suma importância mencionar os princípios que norteiam a Bioética, sendo eles: beneficência, não maleficência, autonomia e justiça. Estes são considerados os principais condutores para tomada de decisões por parte dos profissionais que a utilizam.

De acordo com Siebert (2015), o princípio da beneficência tem a finalidade de trazer benefícios ao paciente e engloba os aspectos físicos e psicológicos para evitar possíveis danos a sua integridade, ao tempo que contribui para o aumento na proporção de resultados satisfatórios. Ainda de acordo com o autor, o princípio da não maleficência baseia-se no compartilhamento dos benefícios ou recursos entre os pacientes. O profissional deve prestar uma assistência igualitária e universal, sendo consideradas as necessidades de cada indivíduo.

Outro princípio da Bioética é o da autonomia que, segundo Cobucci e Duarte (2013), é desenvolvido a partir do respeito à vontade e as decisões do paciente diante do processo de saúde e doença. Assim, o paciente deve ser visto como responsável por suas condutas e escolhas, tendo em vista o direito que o mesmo possui em conhecer seu diagnóstico e acompanhar seu quadro clínico, estando ciente dos procedimentos realizados e de todo o tratamento prescrito.

O princípio da justiça, para Junqueira (2011), tem por objetivo garantir um cuidado e um serviço igualitário sem qualquer distinção, ressaltando que essa assistência deve ser desenvolvida de acordo com as especificidades de cada indivíduo, desenvolvendo as práticas de cuidado adequadas ao paciente.

Santos *et al.* (2014) ressaltam o papel da Bioética nas questões referentes ao início e fim da vida humana e outras intermediárias, tais como contracepção, esterilização, aborto, concepção assistida, doação de sêmen ou de óvulo, morte e o morrer, paciente terminal, eutanásia, suicídio, transplantes, experimentação em seres humanos, pena de morte e códigos de ética das diversas profissões, a exemplo da própria Enfermagem.

Desde uma perspectiva histórica do desenvolvimento das práticas de Enfermagem e da humanização, Florence Nightingale foi precursora de uma nova forma de cuidado ao desenvolver um modelo direcionado à assistência da mulher, para diminuir o número de práticas intervencionistas no momento do parto, e para introduzir nas práticas profissionais um cuidado humanizado e acolhedor dos pacientes (OLIVEIRA *et al.*, 2008).

No que tange à assistência à mulher no parto, Cunha, Gomes e Santos (2012) enfatizam que a humanização não se restringe às técnicas que auxiliam a mulher no momento de dar à luz. Sua finalidade é assegurar os direitos, garantir o cuidado integral, permitir que as escolhas da parturiente sejam priorizadas, indo além do procedimento médico, de forma a permitir a liberdade de expressão e respeito à forma como a mulher quer ter o seu bebê, além do direito à escolha de um acompanhante para estar presente na sala de parto e no pós-parto.

De acordo com o Ministério da Saúde (MS), os partos realizados com a presença de um acompanhante trazem grandes benefícios e evitam problemas à saúde da gestante. As mulheres atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) têm o direito de escolher alguém de sua confiança para estar presente na sala de parto e também durante o pós-parto. Esse direito é resultado de uma série de ações com o intuito de melhorar a qualidade do atendimento às gestantes e humanizar os partos no país, respeitando os princípios bioéticos estabelecidos (BRASIL, 2011).

Diversas dessas ações afirmaram-se por meio do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) instituído pelo MS, através da Portaria/GM nº 569, de 01/06/2000. Este programa baseia-se nas análises das necessidades de atenção à gestante, ao recém-nascido e à mulher no período

pós-parto, como forma de reduzir as altas taxas de morbi-mortalidade materna e perinatal por meio de ações que garantam a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto, puerpério e neonatal. Com isso, alguns grupos sociais e profissionais de saúde vem se sensibilizando com a proposta de mudar esse cenário do parto, apesar das infinitas dificuldades relacionadas com os serviços de saúde (CUNHA; GOMES; SANTOS, 2012).

Nesse contexto, torna-se importante ressaltar que, apesar das políticas públicas terem buscado uma mudança no cotidiano dos serviços de saúde na atenção ao parto normal, ainda é empregado o modelo hegemônico de atenção ao parto. Este fator traz um desafio para os gestores e para os coletivos que representam as mulheres, envolvendo ainda os profissionais de saúde e pessoas que defendem a humanização do parto e nascimento (LEAL *et al.*, 2009).

Diante do exposto, tornou-se relevante contemplar como problema da investigação/questão norteadora como têm se apresentado as concepções e condutas bioéticas de enfermeiras (os) em relação à humanização do parto, referentes à assistência prestada às parturientes de uma maternidade pública localizada na cidade de Salvador-BA?

Nesse sentido, o estudo tem como objetivo geral investigar a assistência de enfermagem prestada em uma maternidade pública na cidade de Salvador-BA à luz das condutas bioéticas em relação à humanização do parto.

Foram objetivos específicos desta pesquisa verificar o conhecimento de enfermeiras obstetras quanto às condutas referentes à assistência do parto; descrever procedimentos humanizados/bioéticos realizados pelas(os) enfermeiras(os) e relacioná-los com condutas bioéticas; averiguar se os direitos das parturientes estão sendo garantidos.

O estudo justifica-se por trazer contribuições relevantes sobre as condutas bioéticas na assistência da(o) enfermeira (o) prestada às parturientes, sendo este um assunto pouco abordado na literatura. Deste modo, possibilitar-se-á uma melhor visualização sobre os princípios da Bioética, oportunizando, assim, que os profissionais de saúde reavaliem suas ações e condutas e, dessa maneira, possam atuar de forma humana contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva de abordagem qualitativa. A investigação buscou conhecer a concepção de enfermeiras obstétricas sobre a Bioética e sua prática no parto humanizado.

O estudo foi realizado no ano de 2018 em uma maternidade pública localizada na cidade de Salvador-BA. Ponderando ser relevante apresentar algumas considerações sobre o local de estudo, citamos algumas características básicas. A unidade é integrante da rede da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia e presta assistência à mulher na área de obstetria, ginecologia e neonatologia, através do berçário de risco.

A maternidade mantém atendimento ambulatorial através dos serviços e programas, como a assistência a adolescentes, pré-natal, planejamento familiar, teste do pezinho, imunização, entre outros. A unidade ainda contribui com a formação de profissionais, ensino e pesquisa, servindo como campo de estágio para escolas particulares e públicas de nível médio e superior, o que justificou a escolha do local.

Participaram da pesquisa dez enfermeiras obstétricas que estavam trabalhando na maternidade durante a realização da coleta dos dados. Os critérios de inclusão utilizados para selecionar os entrevistados foram enfermeiras que aceitaram participar do estudo e que já tinham exercício profissional na área igual ou superior a três meses. Foram excluídas deste estudo enfermeiras que estavam de licença, afastadas ou de férias, ou que não aceitarem assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

É importante ressaltar que a pesquisa atendeu a conformidade da resolução 466/2012, que

regulamenta os aspectos éticos na pesquisa envolvendo seres humanos, sendo realizada após parecer favorável do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), sob número de inscrição 2.225.120.

Iniciou-se a execução do trabalho através da realização da entrevista, a qual foi agendada previamente com a coordenação técnica das enfermeiras, definindo um dia e local para sua realização. A coleta de dados se deu no próprio ambiente de trabalho das enfermeiras obstétricas.

As entrevistadas que consentiram participar do estudo, além de obedecerem aos critérios de inclusão, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os mesmos tiveram a garantia da preservação da sua identidade, sendo utilizado na pesquisa um código de identificação (Enf<sup>o</sup> 1, Enf<sup>o</sup> 2, até Enf<sup>a</sup> 10). Também foram informadas que podiam desistir de participar da pesquisa em qualquer momento, que poderiam descansar pelo tempo que desejassem durante a entrevista e que as perguntas da entrevista seriam repetidas quantas vezes fosse necessário até seu total entendimento.

É importante ressaltar que, devido à dinâmica do serviço, as enfermeiras que aceitaram participar do estudo escolheram um ambiente reservado e confortável nas dependências da unidade, de modo que fossem respeitados o tempo, o sigilo e a disponibilidade de cada profissional em participar do estudo.

Inicialmente, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada, contendo seis questões. Porém, no momento da coleta de dados, observou-se uma dificuldade de adesão por parte dos profissionais para respondê-las. Assim, realizou-se uma adaptação na técnica para a coleta de dados, introduzindo o roteiro de entrevista estruturada. Foi utilizado um aparelho celular para gravar as entrevistas.

Os dados da pesquisa foram analisados conforme Minayo (2011), que afirma que a análise dos dados em uma pesquisa qualitativa já deve ocorrer durante a fase de coleta de dados. Define-se em três etapas, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos dados. Este tipo de análise é comum para a execução de pesquisas de natureza qualitativa.

Após a coleta de dados, realizou-se de forma íntegra a transcrição das entrevistas e em seguida foi feita uma leitura minuciosa do material obtido, o que permitiu a seleção do material coletado, visando compreender seu objeto de estudo, o que favoreceu o processo de operacionalização da análise de dados.

Posteriormente, os dados foram simplificados em temas e, sequencialmente, foram agrupados em categorias, sendo elas: Concepções sobre Bioética; Humanização do Parto à Luz da Bioética e Conhecimento das Enfermeiras Obstétricas sobre os Direitos das Parturientes. A partir daí os resultados foram correlacionados com a literatura, como se mostra na próxima seção.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabendo que é fundamental para uma análise conhecer os sujeitos do estudo, foi realizada a caracterização destes, com o intuito de auxiliar a interpretação e análise das informações coletadas em campo. Verificou-se que em relação ao gênero todas são do sexo feminino. A faixa etária apresentada é de 26 a 62 anos. Em relação ao tempo de serviço na instituição, pôde-se observar que as entrevistadas apresentam um tempo entre 9 meses até 35 anos, sendo que apenas duas enfermeiras trabalham há menos de um ano (Enf 06 e 04) e as demais enfermeiras há mais de um ano até 35 anos, que é o caso da Enf 03.

No contexto da enfermagem, o sexo feminino ainda continua predominando nas atividades relacionadas ao cuidar, papel que desde os primórdios da humanidade sempre coube à mulher. Porém, o ingresso de homens na área da Enfermagem vem gradativamente aumentando, como ficou claro no determinado estudo do Ministério da Saúde sobre o perfil dos enfermeiros que atuam na saúde pública, porém esse estudo ainda pontua a predominância do sexo feminino (BRASIL, 2000).

## CONCEPÇÕES SOBRE A BIOÉTICA

A Bioética é o estudo da conduta humana no processo saúde e doença que tem como foco o ser humano (OGUISSO; SMITH; FREITAS, 2007). Dessa forma, cada vez mais é entroposta na grande maioria das atividades profissionais que se relacionam à área da Saúde, sendo crucial para o cuidado com qualidade e segurança.

Diante disso, as entrevistadas foram interrogadas sobre a sua concepção em relação à Bioética. Nas entrevistas foram relatados por algumas enfermeiras que a Bioética seria definida como uma forma de conduta ética e profissional, baseada no conhecimento e aplicação de leis e códigos de ética que devem ser implementadas pelos profissionais. Estes depoimentos são mostrados a seguir:

*Consiste na conduta ética durante o exercício da profissão. (Enf4)*

*Respeito pela vida. (Enf2)*

*É a ética relacionada à vida e a saúde. (Enf8)*

*Ética no serviço prestado é o profissional ser ético no seu âmbito de trabalho. (Enf5)*

Observando as falas acima, percebe-se que as profissionais entrevistadas se limitam ao conceituar a Bioética, trazendo aspectos relacionados somente à ética propriamente dita e a sua postura profissional, porém, é preciso pontuar que este conceito também está interligado às questões humanísticas, de acolhimento e assistência adequada aos pacientes, principalmente nos processos parturitivos.

Ainda sobre essa ótica, foi exposto em uma das falas que a Bioética estende-se também ao Código de Ética da profissão e ao cumprimento das leis que sustentam a profissão e o respeito que os profissionais de enfermagem devem ter com os pacientes, podendo ser evidenciadas a partir do fragmento de uma entrevista trazida abaixo:

*São apenas leis que nós profissionais precisamos entender, a bioética entende todos os processos relacionados à prática em saúde[...]. (ENF 1)*

O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem une direitos e deveres que todos os profissionais devem assumir para que o cuidado seja humanístico e acolhedor a todos os indivíduos sem distinção (COFEN, 2007).

Percebe-se, que todas as entrevistadas já ouviram falar dessa temática; porém, existe escassez nas relações pessoais e institucionais, pois foi descrito por grande parte das entrevistadas, apenas como leis e normas que devem ser seguidas, passando despercebidos em muitas das falas que a Bioética também envolve a humanização e acolhimento no cuidado. Assim, pode-se observar que esse conceito ainda é pouco retratado no exercício da sua profissão, ficando claro o pouco conhecimento sobre a temática quando se relaciona ao processo do parto.

Segundo Bonamigo (2015), a Bioética busca a qualidade de vida dos seres vivos, retomando, assim, a dignidade da humanidade. O autor ainda enfatiza que a Bioética serve como um espaço de reflexão para o direcionamento de condutas humanizadas e pautadas nos tais princípios.

Ainda nessa linha, Siebert (2015) aborda que qualquer situação que envolva a ética e a vida é um tema que necessita ser tratado com o princípio universal, a responsabilidade, que deve ser assumida por cada um de nós quando se fala sobre saúde. O homem precisa ter limite quanto às intervenções sobre a vida e minimizar os riscos que essas ações podem causar na vida humana, buscando resgatar a dignidade e qualidade da vida.

Dentro dessa perspectiva, analisou-se nos depoimentos de algumas entrevistadas o conhecimento sobre essa temática e mais entendimento no assunto, aliando a Bioética ao exercício profissional, como demonstrado nas falas abaixo:

*É uma ciência que tem como finalidade promover e defender a dignidade humana e qualidade de vida, auxiliando nas condutas que devem ser prestadas para promover um cuidado humanizado e digno. (ENF 9)*

*Está relacionado a ética e moral diante das situações sejam elas pessoais ou profissionais. Considero que o respeito aos direitos das pessoas e pacientes é uma prática bioética e na verdade onde tudo deveria começar. (ENF 10)*

*Os profissionais devem estar atuando para garantir os direitos aos seus clientes, pautados nos princípios bioéticos lutando sempre para a qualidade no serviço prestado. (ENF 7)*

Percebe-se que as ENF 7, 9 e 10 tem um entendimento mais ampliado sobre a Bioética, podendo ser analisada a inserção dos seus princípios no direcionamento profissional. Segundo Junqueira (2011), o cuidado na assistência à saúde não está só relacionado à execução das práticas, mas também às questões humanísticas que envolvem os princípios bioéticos. O sujeito deve ser assistido com sensibilidade e empatia no ato de cuidar.

Nesse sentido, fica demonstrado que uma parcela das profissionais entrevistadas apresenta um grau relevante de deficiência sobre essa temática, o que torna evidente a necessidade de se promover ações de educação permanente com a equipe de enfermagem, o que torna a cada instituição de acordo com o seu protocolo, promover capacitação profissional para a qualificação das atividades desenvolvidas. Fortuna *et al.* (2011) chama a atenção que a educação permanente se define pela continuidade das ações educativas desenvolvidas visando o fortalecimento do processo do trabalho em enfermagem. Sabe-se que para alcançar o conhecimento o profissional necessita buscar atualizações continuamente através dos vários meios científicos disponibilizados.

## HUMANIZAÇÃO DO PARTO À LUZ DA BIOÉTICA

O programa de humanização do pré-natal e nascimento foi criado pelo MS através da Portaria/GM nº 569, de 1/6/2000 para incentivar o parto natural e assistência ao pré-natal, parto e nascimento de qualidade (BRASIL, 2006). Dispondo os princípios bioéticos para direcionar condutas e decisões coerentes, essas ações foram implantadas de acordo com as necessidades de atenção à gestante, ao recém-nascido e à mulher no período do pós-parto. Com efeito, o MS buscou com o programa minimizar as altas taxas de intervenções desnecessárias que não beneficiam nem a parturiente e nem o puerperlo.

Portanto, procurou-se analisar o entendimento das enfermeiras sobre a humanização do parto, onde as entrevistadas referiram que a humanização nesse processo consiste em acolher a mulher desde o pré-parto, prestando cuidados até o pós-parto, como destacam os relatos abaixo:

*A humanização do parto inicia-se com um bom acolhimento, com informação, com apoio. Esse acolhimento deve iniciar na fase em que a gestante começa o seu pré-natal. A equipe precisa se envolver e está preparada para respeitar e compreender as diversas formas de expressão desta mulher. Criar um ambiente de paz, oferecer métodos não farmacológicos para o alívio da dor, orientar quanto à respiração correta, respeitando as vontades desta mulher. Após o nascimento ofertar o contato pele a pele, amamentação na primeira hora, além da presença do acompanhante de sua escolha. (ENF 6)*

*Acolher essa mulher de forma humanizada, prestar cuidados respeitando as suas escolhas e acolher também os seus familiares. Assegurando os seus direitos, proporcionando um parto menos doloroso e com o mínimo de riscos. (ENF 1)*

*Escuta qualificada, acolher a gestante e os seus familiares, respeitar os seus limites e atender suas solicitações. (ENF 2)*

*Respeito a parturiente, orientação quanto os procedimentos realizados, respeitando a sua integridade física e espiritual de acordo com os princípios morais e éticos. (ENF 4)*

Em referência à fala da ENF 6, percebe-se que a mesma enfatizou o acolhimento como parte do processo de humanização do parto. Nesta perspectiva, Brasil (2010) traz que o acolhimento proporciona o profissional estar mais próximo do paciente. Esse profissional deve atender, escutar, aceitar e receber o indivíduo de forma acolhedora, estas ações se caracterizam na criação de vínculo, que é primordial no cuidado humanizado.

Nesse sentido, Brasil (2006) assevera que o parto natural é cada vez mais desvalorizado e que a relação profissional com o paciente segue restrita e muitas vezes sem acolhimento, provocando, assim, insegurança nas mulheres para escolher como elas querem parir e fazer valer os seus desejos.

Pode-se observar, nas falas acima, que as entrevistadas enfatizam a necessidade do acolhimento nesse processo parturitivo, sendo importante em todas as suas fases, e ainda afirmam a importância de garantir os direitos das parturientes, garantindo a presença do acompanhante de sua escolha, saber escutar e compreender. Essa escuta, que deve ser realizada por toda a equipe, estende-se também aos familiares da parturiente escutando as suas demandas, mantendo-os sempre informados de todos os procedimentos e esclarecendo suas dúvidas.

Em relação a isto, Duarte e Boeck (2015) afirmam que o trabalho em equipe, além de contribuir saberes para a integralidade no cuidado em saúde, tem como objetivo alcançar impactos positivos sobre os diversos fatores que envolvem o processo saúde-doença. O profissional tem a possibilidade de se reconstruir e expandir o seu conhecimento na prática do outro. É necessário ter interação e comunicação com a equipe para promover uma assistência qualificada ao paciente, evidenciando assim a importância dessa união entre a equipe multidisciplinar.

Neste sentido, a garantia dos direitos da mulher foi mencionada por algumas das entrevistadas como forma de prestar uma assistência humanizada e um parto de qualidade. A saber:

*A humanização do parto consiste em garantir a essa mulher os seus direitos, a presença de um acompanhante de sua escolha, deixando-a livre para escolher como quer parir, dando autonomia a essa parturiente para vivenciar esse momento único com apoio e escuta qualificada. (ENF5)*

*Essa humanização só acontece durante esse processo do parto quando garantimos a presença de uma acompanhante de sua escolha, respeitando a fisiologia do parto e proporcionando o protagonismo dessa mulher. (ENF3)*

Dessa forma, para Brasil (2007), a presença de um acompanhante facilita o trabalho de parto, a mulher se sente mais segura e confiante com a presença de uma pessoa que significa algo na sua vida. Além de fortalecer o vínculo da mulher com o profissional, o desdobramento do trabalho de parto e parto ocorre de forma positiva, proporcionando benefícios que estão diretamente ligados à humanização.

Ainda sobre os direitos das parturientes foi exposto por uma das entrevistadas (ENF 5) que é necessário garantir a autonomia das mesmas e que isso se enquadra em um dos princípios bioéticos. De acordo com Cobucci e Duarte (2013), a autonomia é uma forma de respeito com o indivíduo, é ser ético e solidário com os direitos do outro. É buscar a participação do cidadão em algo que lhe compete, é

valorizar o paciente e compartilhar saberes.

Compreendendo a necessidade de um acolhimento no processo do parto, fez-se necessário interrogar às entrevistadas sobre a existência do acolhimento na maternidade. Assim, de forma unânime foi afirmado por todas as enfermeiras entrevistadas que o acolhimento na unidade se dá através da Classificação de Risco, podendo ser analisado nas falas abaixo:

*Sim, através da classificação de risco. ENF (1,3,4,5,6,7,8,9)*

*O acolhimento é dado através da classificação de risco, é priorizado os casos mais graves. (ENF 2)*

*Acolhimento implantado, se dá através da classificação de risco, por um enfermeiro capacitado a ouvir as queixas, priorizando as mesmas nesse primeiro atendimento. (ENF 10)*

Pôde-se observar na resposta das entrevistadas que esse acolhimento acontece na maternidade no momento em que a parturiente é admitida e o profissional escuta as suas queixas e orienta sobre o processo, sendo priorizados os casos mais graves e realizada a assistência de acordo com as especificidades apresentadas. Nota-se que as enfermeiras sabem a importância de priorizar os casos com mais gravidade, imprimindo em suas ações parturitivas uma forma de humanizar o parto. Em Brasil (2009), é verificado que o acolhimento com classificação de risco permite que o atendimento à parturiente seja priorizado de acordo com a sua necessidade, de forma que os casos mais graves sejam atendidos prioritariamente, oportunizando o reconhecimento dos riscos que cada gestante possui. Diante disto, percebe-se a necessidade do conhecimento das enfermeiras sobre os direitos das parturientes.

## CONHECIMENTO DAS ENFERMEIRAS SOBRE OS DIREITOS DAS PARTURIENTES

Os direitos das parturientes fazem parte de uma rede de cuidados e lutas de décadas, sendo estes dependentes das políticas de saúde do país, da legislação, do contexto sociocultural e, principalmente, das instituições de saúde e dos profissionais responsáveis pelo atendimento, que, em conjunto, devem garantir à mulher uma experiência da maternidade mais satisfatória e a qualidade na sua assistência. Diante do contexto sobre direitos das mulheres em trabalho de parto, foi questionado às enfermeiras sobre o seu conhecimento em relação aos direitos dessas parturientes, particularmente quanto à estadia do acompanhante durante todo processo de trabalho de parto e pós-parto. Ficou salientado abaixo que se tem essa compreensão:

*Sim! Na instituição cumpre a lei do acompanhante. (ENF 1,3,4,5,7)*

*Sim, cumprida. Todas têm o direito a um acompanhante de livre de livre escolha. (ENF 2)*

*A lei do acompanhante é respeitada na sua totalidade. A mulher decide quem quer que esteja ao seu lado em um momento tão importante. (ENF 6)*

*Sim, o acompanhante de livre escolha. (ENF 8,9)*

Percebe-se, de acordo com as falas, que na maternidade em questão a lei do acompanhante é respeitada, sendo adotada pelas enfermeiras, uma vez que as falas evidenciaram conhecimento sobre a norma jurídica, bem como a busca destes profissionais pela efetivação deste direito no âmbito hospitalar. Desta maneira, observa-se que as profissionais entrevistadas garantem o que é estabelecido por lei,

buscando efetivá-lo, preocupando-se com a melhoria da assistência à parturiente, garantindo, assim, a humanização do parto. Relacionando com os princípios bioéticos, a garantia das leis pode ser vista como uma forma de fazer o bem, de justiça, bem como oferecer autonomia.

De acordo com Oguisso, Schmidt e Freitas (2007), os princípios bioéticos são o fio condutor para tomada de decisões na área da Saúde. Tais princípios são fundamentais aliados nesse processo do parto, pois garantirão os direitos das parturientes. A articulação dos mesmos dá-se pelos profissionais de saúde (beneficência), paciente (autonomia) e sociedade (justiça).

Dentre as respostas sobre os direitos das parturientes, foi salientado por uma das entrevistadas, que além de ter o conhecimento sobre as leis que garantem os direitos dessas mulheres, existe uma cartilha informativa para conscientização dos profissionais e pacientes sobre esses direitos.

*Sim. Aqui na maternidade trabalhamos com cartilha de informação para que todos pacientes e profissionais tenham uma boa consciência. (ENF 10)*

Em relação a isto, verifica-se que além das enfermeiras buscarem atuar dentro dos princípios bioéticos, tais direitos são respeitados nas condutas adotadas na instituição, onde também fica registrado na fala acima a existência de uma cartilha informativa.

Neste sentido, o MS criou uma cartilha com o intuito de garantir os direitos das parturientes, assim, se faz necessário que os profissionais da unidade cumpram todas essas condições oferecidas a esta clientela (BRASIL, 2001). Com isso, compreende-se que a unidade tem um processo de educação permanente, pois a maioria das enfermeiras entrevistadas busca acompanhar a evolução das práticas obstétricas. Salienta-se que é necessário que estas capacitações profissionais ocorram de acordo com o protocolo de cada instituição.

Sob essa ótica, Silvani (2010) traz que os direitos das parturientes incluem ainda receber orientações sobre o parto e procedimentos que serão realizados, garantir a liberdade de movimentos e expressões da parturiente, a escolha da posição para parir, promover relaxamento para alívio da dor e o contato pele a pele mãe-bebê logo após o nascimento. Ainda afirma que para realização de um parto humanizado se faz necessário que o profissional conheça e oriente a parturiente sobre os métodos não farmacológicos para o alívio da dor cumprindo, assim, todos os direitos pautados nos princípios bioéticos.

A utilização dos Métodos Não Farmacológicos para o Alívio da Dor (MNFAD) durante o trabalho de parto garante a redução da utilização de métodos e práticas intervencionista sem necessidade, proporcionando condições favoráveis para a colaboração da mulher e participação do acompanhante no trabalho de parto e parto (SILVA; OLIVEIRA, 2006).

Portanto, entende-se que tanto a lei do acompanhante e a utilização dos métodos não farmacológicos são benefícios conseguidos mediante lutas e reivindicações diárias das mulheres, com intuito de garantir o bem-estar da mãe e do bebê que vai nascer, pois o período parturitivo é um momento bastante delicado. O acompanhante deve ser respeitado e orientado para que possa passar tranquilidade para a mulher, ajudando-a ter um parto tranquilo e seguro, visto que esse momento é de grande expectativa para esta e todos os familiares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A relevância de estudos que contemplem a Bioética no processo parturitivo, principalmente sobre as condutas dos profissionais diante do parto, ficou notória nesta pesquisa. A Bioética é uma temática que vem sendo bastante difundida nos últimos anos; porém, ainda existem poucos estudos relacionados ao parto, sendo escassos os materiais publicados para discutir problemas que permeiam essa temática.

É importante salientar que as enfermeiras entrevistadas já ouviram falar dessa temática, porém não tem conhecimento abrangente sobre a Bioética, trazendo nos seus relatos que a temática se refere

apenas a leis e normas que regem o exercício profissional, não as relacionando a questões humanísticas no cuidado.

Compreender sobre a bioética e seus princípios se faz necessário, especialmente quando se trata da garantia dos direitos das parturientes, pois os mesmos direcionam ações e um cuidado humanizado.

Neste sentido, percebeu-se que alguns dos direitos das parturientes são conhecidos, uma vez que a maioria das entrevistadas salientou a lei do acompanhante, sendo imprescindível conhecer e praticar todos os outros direitos como é preconizado pelo Ministério da Saúde. Esses direitos devem ser respeitados e garantidos para que haja igualdade nas ações prestadas.

Cabe aos gestores avaliar uma forma criteriosa para promoção de educação permanente e a inserção dos profissionais em capacitações e treinamentos para que os mesmos aprimorem os conhecimentos sobre os princípios bioéticos relacionados com a assistência ao parto. Deve ser considerada a disponibilidade de cada profissional para que isso não interfira no desenvolvimento das suas atividades e não venha trazer custos aos mesmos.

É importante que os profissionais envolvidos no parto desenvolvam técnicas de segurança na assistência ao parto, avaliando os riscos que podem ser causados à integridade física e psicológica, humanizando o processo gravídico-puerperal.

A enfermagem pode contribuir de forma significativa para que essa humanização se faça efetiva. Além de ser uma profissão atuante em diversas áreas, o enfermeiro é o profissional que está mais próximo do paciente no processo do cuidar, podendo garantir uma assistência humanística, no qual o cuidado não seja somente direcionado a procedimentos e cuidados voltados ao conhecimento técnico, acontecendo de forma acolhedora, humana e voltada à individualidade de cada parturiente.

É de suma importância criar ações para humanização da assistência. Estas ações devem ser direcionadas para todos os profissionais que compõem os sistemas de saúde com a finalidade de criar uma assistência baseada nos princípios bioéticos e conseqüentemente humanizada. É indispensável garantir os direitos das mulheres, além disso, fazer se cumprir o que é preconizado pelas leis que protegem as mesmas, integrando as necessidades das pacientes de forma humanizada e ética.

## REFERÊNCIAS

BONAMIGO, E. L. et al. **Cuidados Paliativos: Uma Análise Dos Princípios Bioéticos.** Anais de Medicina, 2015. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/anaisdemedicina/article/view/9467>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

Brasil. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes /** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed., 2. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada.** Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde.** Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção á saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Acolhimento e Classificação de Risco nos Serviços de Urgência.** Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. **Humaniza sus visita aberta e direito ao acompanhante.** Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/bvs>. Acesso em: 15 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. **Parto, Aborto e Puerpério Assistência Humanizada à Mulher.** Brasília, 2001. Disponível: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04\\_13.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf)>. Acesso: 23 nov 2017.

COBUCCI, R. N. de O. et al. Bioética, assistência médica e justiça social. **Rev. bioét.** (Impr.), 2013. Disponível em: [http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/651/856](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/651/856). Acesso: 14 fev 2017.

COFEN. **Código De Ética Dos Profissionais De Enfermagem**, 2007. Disponível em: [http://www.pesquisesaude.com/documentos/codigo\\_etica/9.htm](http://www.pesquisesaude.com/documentos/codigo_etica/9.htm). Acesso em: 08 de nov. 2017.

CUNHA, K. J. B.; GOMES, L. S. V.; SANTOS, R. M. A. O vivido de mulheres no parto humanizado. **Revista Interdisciplinar NOVA FAPI**, Teresina, 2012. Disponível em: <http://www.novafapi.com.br/sistemas/revistainterdisciplinar/pdf/revistavol5n2.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2017.

DUARTE, M. L. C.; BOECK, J. N. O trabalho em equipe na enfermagem e os limites e possibilidades da estratégia da saúde da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462015000300709&lng=en&nrm=iso&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462015000300709&lng=en&nrm=iso&lng=pt). Acesso em: 24 de out. 2017.

FORTUNA, C. M. et al. Movimentos da educação permanente em saúde, desencadeados a partir da formação de facilitadores. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n2/pt\\_25](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n2/pt_25). Acesso em: 19 maio 2018.

LEAL, M. do C. et al. Cesarianas desnecessárias: causas, consequências e estratégias para sua redução. In: PEREIRA, R. C.; SILVESTRE, R. M. (Org.). Regulação e Modelos assistenciais Em Saúde Suplementar: produção científica da Rede de Centros Colaboradores da ANS –2006/2008. **Organização Pan-Americana da Saúde**, Brasília, 2009.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J.; FREITAS, G. F. Ética e a bioética na enfermagem. In: OGUISSO, T.; SCHMIDT, M.J (Org.) **O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/3712> Acesso em: 12 de junho de 2017.

OLIVEIRA, P.M.de et al. As tecnologias de cuidado de enfermagem obstétrica fundamentadas pela teoria ambientalista de Florence Nightingale. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Octavio\\_Vargens/publication/242316161\\_AS\\_TECNOLOGIAS\\_DE\\_CUIDADO\\_DE\\_ENFERMAGEM\\_OBSTETRICA\\_FUNDAMENTADAS\\_PELA\\_TEORIA\\_AMBIENTALISTA\\_DE\\_FLORENCE\\_NIGHTINGALE\\_The\\_Care\\_Technologies\\_of\\_Obstetrical\\_Nursing\\_Based\\_in\\_the\\_Environmental\\_Theories\\_of\\_F/links/56753dab08ae502c99cd2719.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Octavio_Vargens/publication/242316161_AS_TECNOLOGIAS_DE_CUIDADO_DE_ENFERMAGEM_OBSTETRICA_FUNDAMENTADAS_PELA_TEORIA_AMBIENTALISTA_DE_FLORENCE_NIGHTINGALE_The_Care_Technologies_of_Obstetrical_Nursing_Based_in_the_Environmental_Theories_of_F/links/56753dab08ae502c99cd2719.pdf). Acesso em: 18 de abril 2017.

SANTOS, D. A. et al. Reflexões bioéticas sobre a eutanásia a partir de caso paradigmático. **Rev. bioét.** (Impr.), 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-80422014000200019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422014000200019) >. Acesso em 19 de maio 2017.

SIEBERT, P. R. **Bioética para estudantes de Ciências Biológicas: investigação sobre os fundamentos que compõem ou deveriam compor a área**. Bauru, 2015. 156 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, Faculdade de Ciências. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/135944/000858269.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 29 mar. 2017.

SILVA, F.M.B.; OLIVEIRA, S.M.J.V. O efeito do banho de imersão na duração do trabalho de parto. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v40n1/a07v40n1.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2017.

SILVANI, C. M. B. **Parto Humanizado: Uma revisão bibliográfica**. Porto Alegre, 2010. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Saúde Pública, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28095>. Acesso em: 15 fev. 2017.

# PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DO CÂNCER DE MAMA NA BAHIA NOS ANOS DE 2013 A 2018

## SOCIODEMOGRAPHIC PROFILE OF BREAST CANCER IN BAHIA IN THE YEARS OF 2013 TO 2018

Elisandra Araujo de Assis<sup>1</sup>

Maria da Luz Barreto<sup>2</sup>

Karen Bárbara Eloy Lima<sup>3</sup>

O câncer de mama é um tumor maligno que se desenvolve no tecido mamário. Este tipo de câncer é considerado raro em mulheres jovens com idade inferior a 40 anos, porém nessa população a doença cursa geralmente com pior prognóstico. Estudos apontam alta incidência de vítimas no Brasil, apresentando destaque também na saúde pública mundial. O objetivo do presente estudo é analisar o perfil sociodemográfico do câncer de mama na Bahia nos anos de 2013 a 2018. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, apresentando dados sobre o câncer de mama em mulheres de 5 a 80 anos ou mais, notificados no Sistema de Informações de Saúde (TABNET) dos Serviços de Morbidade Hospitalar do SUS (SIH/SUS) no CID-10, segundo Região de Saúde (CIR). Foram identificados um total de 22.711 casos de mulheres com câncer de mama no período citado anteriormente, com maior predominância na faixa etária de 50 a 59 anos (6.191 casos), apresentando maior quantidade de casos no ano de 2018 (4.132 casos). A maioria dos dados foram observados em mulheres de raça/cor de pele parda, totalizando 16.071 casos, e a maior incidência registrada é a de neoplasias malignas (20.940 casos, de 2013 a 2018). Com base nos dados obtidos, destaca-se a importância da notificação dos casos de câncer de mama no sistema do SUS, a fim de que verbas sejam disponibilizadas para investimentos em campanhas de prevenção e em exames que detectam o câncer em sua fase inicial.

**Palavras-chave.** Câncer de Mama. Saúde da Mulher. Prevalência.

*Breast cancer is a malignant tumor that develops in the breast tissue. This type of cancer is considered rare in women younger than 40 years, but in this population the disease usually presents a worse prognosis. Studies point to a high incidence not only in Brazil, but also worldwide. The objective of the present study is to analyze the sociodemographic profile of breast cancer in the state of Bahia from 2013 to 2018. This article is a descriptive epidemiological study presenting data on breast cancer in women aged 5 to 80 years old or more, in the Health Information System (TABNET) of the Hospital Morbidity Services of SUS (SIH / SUS) in ICD-10, according to the Health Region (CIR). A total of 22,711 cases of women with breast cancer in the period mentioned above were identified, with a greater predominance in the age group from 50 to 59 years (6,191 cases), with a larger number of cases in 2018 (4,132 cases). The majority of the cases were identified in brown skinned women, totalizing 16,071 cases, and the highest recorded incidence was of malignant neoplasms (20,940 cases, from 2013 to 2018). Based on the data obtained, the importance of notification of breast cancer cases in the SUS system is highlighted, so that funds are made available for investments in prevention campaigns and in tests that detect cancer in its initial phase.*

**Keywords.** Breast Cancer. Women's Health. Prevalence.

Recebido: 12/05/2019

Aceito: 15/06/2019

<sup>1</sup>Biomédica - Faculdades Unidas de Pesquisa, Ciências e Saúde - FAPEC. [elyacl2014@gmail.com](mailto:elyacl2014@gmail.com)

<sup>2</sup>Farmacêutica - UESB. Especialista em Citologia Clínica - EBMS. [luzbarretof@hotmail.com](mailto:luzbarretof@hotmail.com). <http://lattes.cnpq.br/8298694742113204>

<sup>3</sup>Biomédica - Faculdades Unidas de Pesquisa, Ciências e Saúde - FAPEC. Especialização em Acupuntura - Universalis. [karen.eloy@hotmail.com](mailto:karen.eloy@hotmail.com). <http://lattes.cnpq.br/9807113681840464>

## INTRODUÇÃO

O câncer caracteriza-se por um conjunto de mais de 100 doenças que se assemelham pela proliferação desordenada de células anormais de crescimento agressivo, com alta capacidade de invasão para outros órgãos (INCA, 2018). Dentre os tipos de câncer existentes, o câncer de mama tem sido a neoplasia mais frequente em incidência no sexo feminino, apresentando destaque na saúde pública mundial, estando entre as principais causas de óbitos no Brasil (INCA, 2014). Segundo o INCA (2018), no Brasil, com exceção do câncer de pele não melanoma, o câncer mamário é o mais frequente em mulheres das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, com estimativas de 59.700 casos novos, para cada ano do biênio 2018-2019, apresentando risco estimado de 56,33 casos a cada 100 mil mulheres.

O câncer de mama é um tumor maligno, que se desenvolve no tecido mamário (RODRIGUES; CRUZ; PAIXÃO, 2015). É formado por células anormais de crescimento incontrolável que, por meio da corrente sanguínea e do sistema linfático, se espalham para os tecidos vizinhos e se disseminam para outras regiões do corpo (LIMA; POVOA, 2017). Acomete principalmente mulheres na peri-menopausa (fase que marca o fim da vida reprodutiva da mulher e que antecede a menopausa, por volta dos 50 anos de idade, e é a aproximação da última menstruação causada pela diminuição do hormônio estrogênio) (PINHEIRO *et al.*, 2013).

O câncer de mama é raro em mulheres jovens com idade inferior a 40 anos. Porém, nessa população a doença cursa geralmente com pior prognóstico (PINHEIRO *et al.*, 2013). De acordo com pesquisa realizada por Dutra e colaboradores em 2009, em mulheres jovens as características clínicas, patológicas e imuno-histoquímicas são mais agressivas, o estadiamento é avançado, há maior diâmetro tumoral e maiores chances de desenvolver metástase.

A metástase ocorre em 55,3% das mulheres jovens, ao passo que nas mulheres idosas a porcentagem é de 39,2%. O índice de mortalidade também é maior em mulheres jovens (38%), enquanto que nas idosas é de cerca de 33%. Além disso, o impacto psicológico e social é mais intenso e, geralmente, provoca depressão e má qualidade de vida, características que tornam esta uma doença muito temida pela população feminina (ALMEIDA *et al.*, 2015).

Nesse contexto, fatores que podem contribuir para o diagnóstico avançado em mulheres jovens é a menor busca por exames de rastreamento e a alta densidade mamária na faixa etária mais jovem, que compromete a leitura e interpretação dos resultados mamográficos (PINHEIRO *et al.*, 2013). Além disso, muitos profissionais descartam sinais e sintomas da doença, desconsiderando que mulheres jovens possuem riscos para o desenvolvimento desta (CRIPPA *et al.*, 2003).

É importante observar a presença dos sinais e sintomas que são característicos da doença, para que seja possível um diagnóstico na fase inicial. Como sinais e sintomas, destacam-se: presença de nódulos duros e irregulares, geralmente indolores, edema cutâneo semelhante a uma casca de laranja, hiperemia, dor, alteração no mamilo (descamação ou ulceração e/ou secreção papilar, geralmente transparente, podendo se apresentar com coloração rosa ou avermelhada em caso de presença de eritrócitos) (INCA, 2018).

Existem diversos fatores envolvidos no desenvolvimento da neoplasia, pois se trata de uma doença multifatorial, tais como: hereditariedade, mutações genéticas, nuliparidade, menarca precoce antes dos 12 anos de idade, menopausa tardia após 55 anos, primeira gestação após os 34 anos, obesidade, dieta rica em gordura, sedentarismo, terapia de reposição hormonal por mais de cinco anos e ingestão alcoólica excessiva (BARROS; BARBOSA; GEBRIM, 2001), além da idade, sexo, localização geográfica, tipo de alimentação e o uso de tabaco, que também relacionam-se ao desenvolvimento da doença (HUNTER *et al.*, 2010).

Alguns estudos mostraram que a exposição à radiação ionizante, mesmo em baixas doses, aumenta o risco de desenvolver câncer de mama, particularmente durante a puberdade (INCA, 2009). De acordo com o INCA (2017), o risco referente à radiação ionizante é proporcional à dose e à frequência de exposição.

Portanto, considera-se este estudo relevante devido ao aumento do número de casos de câncer de mama que têm sido notificados no estado da Bahia. Além disso, é de extrema importância que informações referentes ao câncer de mama sejam difundidas, a fim de prevenir a ocorrência dessa patologia. Assim, definiu-se como objetivo deste estudo analisar o perfil sociodemográfico do câncer de mama na Bahia nos anos de 2013 a 2018.

## **METODOLOGIA**

Para atender ao objetivo do presente artigo, foi realizado um estudo epidemiológico descritivo, de caráter quantitativo, no estado da Bahia/Brasil. Estudos assim realizados tratam de observar, registrar, analisar e ordenar dados, sem interferir nos mesmos, procurando descobrir a frequência com que o fato ocorre, em sua natureza, bem como descrever as características (PRODANOV; FREITAS, 2013).

No desenvolvimento desta pesquisa de natureza quantitativa, formula-se hipóteses e classifica-se a relação entre as variáveis para garantir a precisão dos resultados, devendo evitar contradições no processo de análise e interpretação dos resultados. Trata-se de uma abordagem empregada em diversos tipos de pesquisas, inclusive nas descritivas para analisar a interação de certas variáveis (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Foram coletados dados, no mês de março do ano de 2019, referentes ao câncer de mama em mulheres notificadas no Sistema de Informação de Saúde (TABNET), dos serviços de Morbidade Hospitalar do SUS (SIH/SUS) CID 10, segundo Região de Saúde (CIR), utilizando a faixa etária de cinco a 80 anos e mais, entre os anos 2013 a 2018.

Para proceder à análise, primeiramente os dados foram digitados em planilhas de cálculo dos programas Microsoft Office Excel e Microsoft Office Word, em seguida analisados por meio de estatística descritiva, utilizando-se de cálculos de frequência simples, os quais serão apresentados por meio de tabelas e gráficos.

Para a seleção das características sociodemográficas, foram analisadas as seguintes variáveis: idade, raça/cor da pele (branca, preta, parda, amarela e indígena e sem informações). Foram selecionados 28 municípios do estado da Bahia que notificaram os casos da doença no SIH/SUS, segundo CIR, dentre eles: Alagoinhas, Barreiras, Brumado, Camaçari, Cruz das Almas, Feira de Santana, Guanambi, Ibotirama, Ilhéus, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Itapetinga, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Porto Seguro, Ribeira do Pombal, Salvador, Santa Maria da Vitória, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista. Alguns municípios do estado da Bahia não notificaram casos da doença.

De acordo com as características clínico-patológicas, buscou-se por neoplasia (maligna ou benigna). Quanto às idades foram categorizadas nas seguintes faixas etárias: 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, 20 a 29 anos, 30 a 39 anos, 40 a 49 anos, 50 a 59 anos, 60 a 69 anos, 70 a 79 anos e 80 anos e mais, observando a faixa etária de maior prevalência e com menor incidência, assim como número de óbitos e tipo de neoplasia mais prevalente.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Após a realização da pesquisa, foi identificado um total de 22.711 mulheres diagnosticadas com neoplasia mamária na Bahia, entre os anos de 2013 a 2018, notificadas no SIH/SUS no CID-10, segundo a CIR.

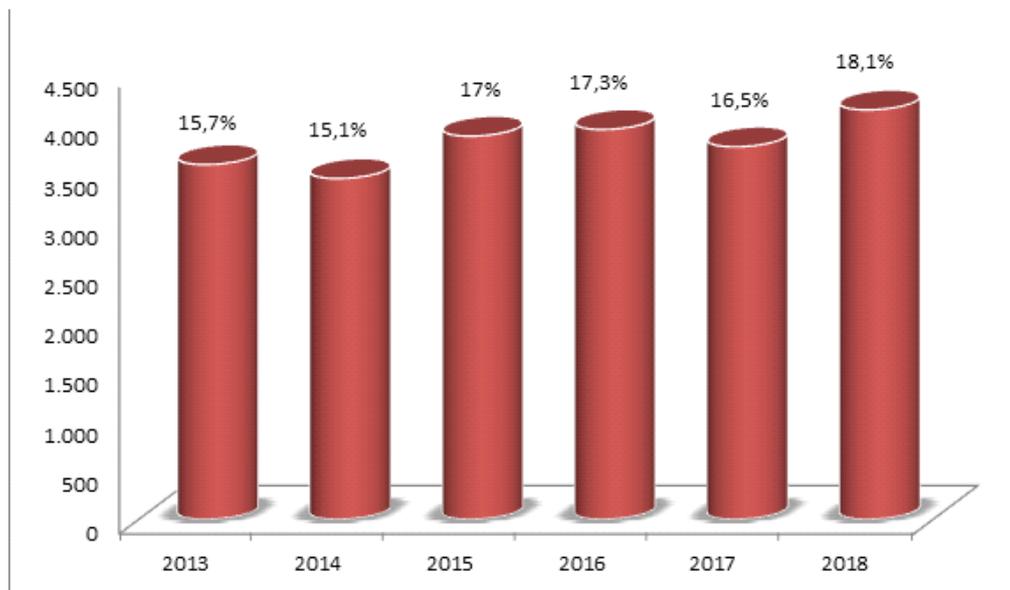
O câncer de mama é o tipo mais frequente nas mulheres das Regiões Sul (73,07/100 mil), Sudeste (69,50/100 mil), Centro-Oeste (51,96/100 mil) e Nordeste (40,36/100 mil). Estudos também apontam

que, no ano de 2030, ocorrerão 21,4 milhões de casos novos e 13,2 milhões de mortes por câncer em todo o mundo, sendo isto em decorrência do crescimento e do envelhecimento da população (INCA, 2014).

Nesta perspectiva, o câncer de mama torna-se um grave problema de saúde pública. Estatísticas indicam um aumento da ocorrência a nível mundial, tanto para países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento, inclusive vêm se apresentando também em faixas etárias mais jovens (MENDES *et al.*, 2014).

De acordo com os dados coletados, apontou-se um aumento de vítimas da doença nos últimos anos, apresentando maior prevalência nos anos de 2018, com 18,1% (4.132 casos), seguido do ano de 2016 com 17,3% (3.934 casos) (Gráfico 1).

**Gráfico 1.** Distribuição do número de casos de câncer de mama nos anos de 2013 a 2018.



Fonte: DATASUS, 2019.

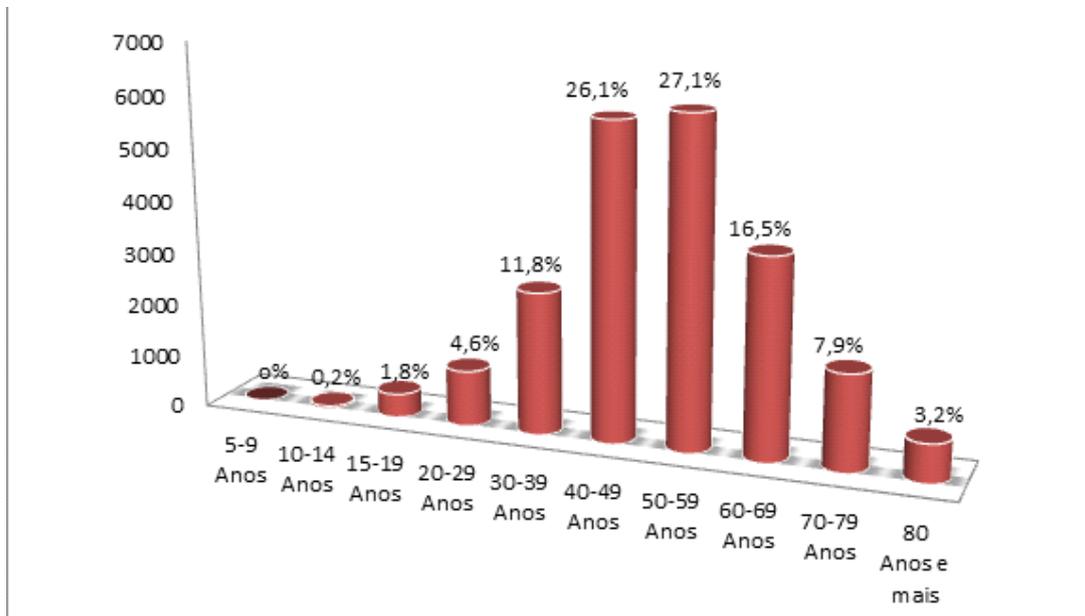
No que diz respeito à faixa etária, a maior predominância encontrada foi na faixa etária de 50 a 59 anos, totalizando 27,1% (6.191 casos) (Gráfico 2). Este dado se explica pelo fato de que o câncer de mama acomete principalmente mulheres na perimenopausa (PINHEIRO *et al.*, 2013).

Em segundo lugar em predominância, observou-se a faixa etária de 40 a 49 anos, representando 26,1% (5.949 casos). Segundo Narod (2012) e Pinheiro *et al.* (2013), apesar de ser uma doença comum em mulheres na pós-menopausa, há relatos de aumento significativo em mulheres jovens (antes dos 40 anos idade) (Gráfico 2).

Dos 30 aos 39 anos de idade a incidência foi de 11,8% (2.696 casos). Segundo o Ministério da Saúde (2002), o câncer de mama é uma patologia considerada rara antes dos 35 anos, havendo aumento rápido e progressivo com a idade. Sabe-se que a doença acomete principalmente mulheres entre 40 e 60 anos (BRASIL, 2008). Porém, Segundo Scowitz *et al.* (2005), existem referências de que a doença vem atingindo um maior número de mulheres jovens. A idade, portanto, é considerada um dos principais fatores de risco, uma vez que em mulheres jovens, com idade inferior a 25 anos, o câncer mamário é uma doença rara. Por outro lado, torna-se crescente em mulheres mais velhas e, depois, o número de casos decresce novamente (ROBBINS; COTRAN, 2010).

Apesar de raros, foram notificados 50 casos (0,2%) de mulheres ainda muito jovens, dos 10 aos 14 anos de idade, sendo considerado um dado significativo. Outro dado importante foi um caso de 5 a 9 anos no município de Vitória da Conquista, no ano 2017.

**Gráfico 2.** Distribuição dos casos de câncer de mama de acordo com a faixa etária nos anos de 2013 a 2018 na Bahia

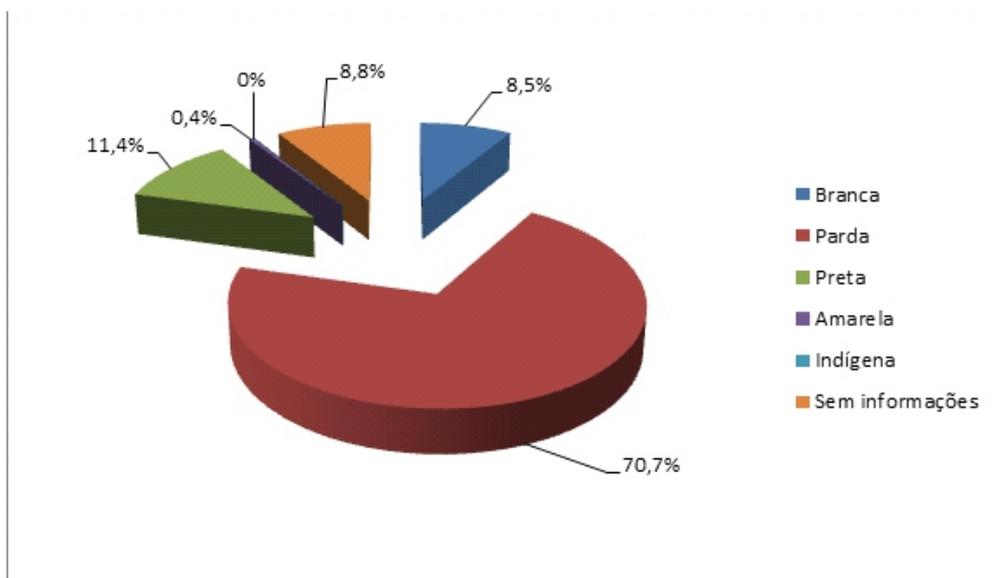


Fonte: DATASUS, 2019.

Quanto à variável raça/cor de pele, foram selecionadas branca, preta, amarela, parda e indígena. Nesta pesquisa observou-se que, quanto à raça indígena, houve apenas um caso notificado, sendo maior o número de casos de câncer de mama em mulheres de cor de pele parda 70,7% (16.071 mulheres) (Gráfico 3).

Dado semelhante foi identificado em um estudo realizado no Hospital de Santa Rita de Cássia, em Vitória (ES), de 2000 a 2006, no setor de Registro Hospitalar de Câncer do município. No citado estudo, em uma análise composta por 2930 cadastros de mulheres com tumor primário de mama, 53% correspondiam à pacientes de cor parda e 43,3% com cor de pele branca (SILVA, 2009).

**Gráfico 3.** Distribuição dos casos de câncer de mama de acordo com a raça/cor de pele nos anos de 2013 a 2018 na Bahia

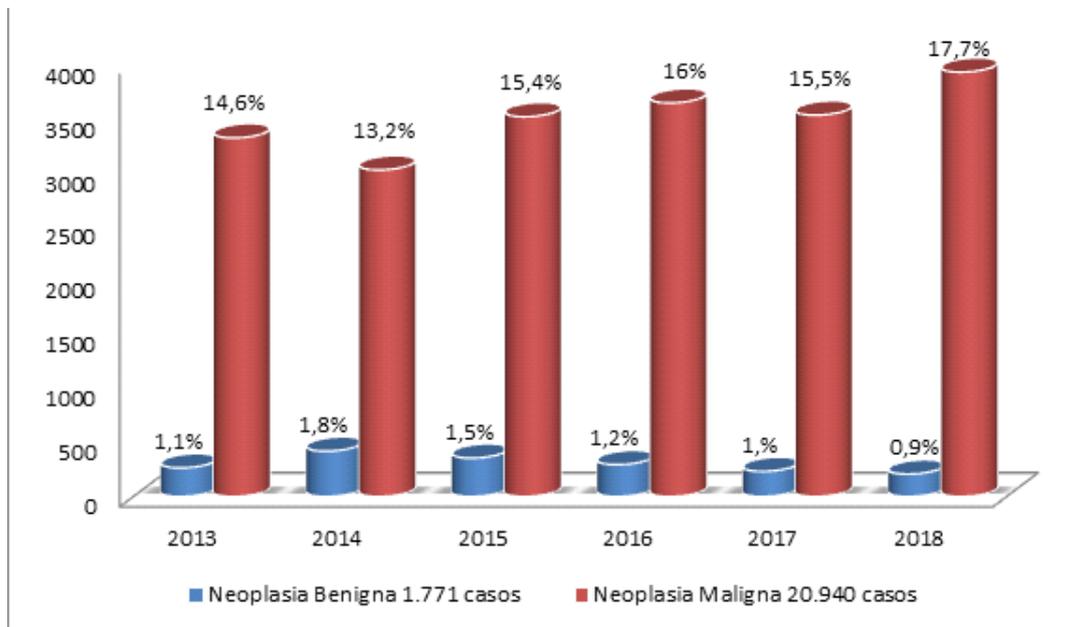


Fonte: DATASUS, 2019.

Considerando as características clínicas das vítimas, observou-se a quantidade de acometimentos tanto de neoplasia benigna como maligna, apresentando predominância de neoplasia maligna em 92,2% (20.940) dos casos. Dentre estes, observou-se maior incidência na faixa etária de 50 a 59 anos, correspondendo a 26,5% (6.020 casos), seguido dos 40 a 49 anos, com 24,4% (5.561 casos). Porém, a maior incidência de neoplasia maligna foi identificada no ano de 2018, representando 17,2% (3.925 casos) (Gráfico 4).

A neoplasia maligna de mama é o câncer mais incidente entre as mulheres no mundo, e houve um aumento nos últimos anos, principalmente nos países desenvolvidos, sendo que essa ocorrência está atrelada à maior disponibilidade das mulheres a exames de rastreamento, como exames mamográficos (PELED *et al.*, 2008). Segundo o INCA (2012), no Brasil considera-se mais incidente no sexo feminino entre os 40 e 69 anos. Já de acordo com Souza *et al.* (2013), são encontrados cerca de 49 casos para cada 100.000 mulheres por ano.

**Gráfico 4.** Relação entre os casos de neoplasias de mama benigna e maligna nos anos de 2013 a 2018 na Bahia.



Fonte: DATASUS, 2019.

A análise dos dados apontou um maior predomínio de óbitos na faixa etária dos 40 aos 69 anos de idade, assim como é possível observar que, antes dos 40 e após os 69 anos, ocorreu uma leve redução no número de vítimas da doença em questão (Tabela 1). Sobre isso, o INCA (2018) informa que a incidência do câncer de mama tende a apresentar um crescimento progressivo a partir dos 40 anos, com maior taxa de mortalidade.

Entretanto, antes dos 40 anos de idade, há menor frequência de óbitos, enquanto na faixa etária a partir de 60 anos o risco aumenta. O ano de maior prevalência de óbitos notificados foi o ano de 2017 com 1,3% (297 casos), seguido do ano de 2015 com 1,2% (283 casos), que apresentou valores semelhantes ao ano de 2018, com 1,2% (280 casos), o que demonstra que ainda há necessidade do cuidado da saúde da mulher (Tabela 1).

**Tabela 1.** Distribuição dos casos de óbito por câncer de mama de acordo com a idade nos anos de 2013 a 2018 na Bahia.

<b>Números de óbitos de acordo a idade</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>5-9</b>	1	0%
<b>10-14</b>	-	-
<b>15-19</b>	-	-
<b>20-29</b>	27	0,1%
<b>30-39</b>	152	0,6%
<b>40-49</b>	358	1,5%
<b>50-59</b>	482	2,1%
<b>60-69</b>	302	1,3%
<b>70-79</b>	181	0,7%
<b>A partir de 80 anos</b>	125	0,5%
<b>Óbitos por ano</b>		
<b>2013</b>	258	1,1%
<b>2014</b>	249	1%
<b>2015</b>	283	1,2%
<b>2016</b>	262	1,1%
<b>2017</b>	297	1,3%
<b>2018</b>	280	1,2%
<b>Óbitos por raça/cor</b>		
<b>Parda</b>	1.077	4,7%
<b>Preta</b>	216	0,9%
<b>Branca</b>	113	0,4%
<b>Amarela</b>	6	0%
<b>Indígena</b>	-	-
<b>Sem informações</b>	217	0,9%

Fonte: DATASUS, 2019 .

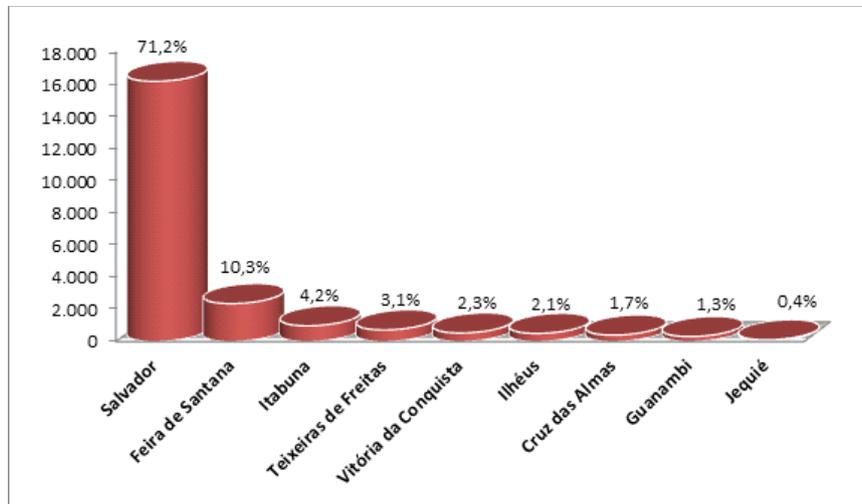
Com relação às características demográficas dos pacientes, foi identificado maior número de óbitos em mulheres de cor de pele parda, representando 4,7% (1.077 casos). Este número de óbitos apresentou maior incidência no ano de 2017 com 0,8% (198 casos) e no ano de 2018 com 0,8% (195 casos). Em seguida, observa-se a cor de pele preta 0,9% (216 casos) com maior incidência no ano de 2015, com 0,1% (42 casos). Durante a busca, também foi observado o número de óbitos de acordo com a faixa etária, que apresentou uma curva ascendente, com maior incidência dos 40 aos 69 anos de idade, seguido de uma leve redução dos casos, com maior prevalência no ano 2017 (Tabela 1).

INCA (2011) relata que, nos últimos anos, o câncer de mama tem representado a primeira causa de morte por câncer na população feminina, e que no Brasil houve um aumento crescente nas taxas de mortalidade. Este fato pode ser justificado devido ao atraso no diagnóstico, que atrasa o início do tratamento adequado, promove o crescimento tumoral e torna pior o prognóstico desses pacientes.

INCA (2004) afirma ainda que os países desenvolvidos apresentam uma elevada incidência de câncer de mama, acompanhada por redução nos índices de mortalidade da doença, devido à prática de detecção precoce e à utilização de métodos eficientes para o tratamento.

Durante a busca, foram identificados os nove municípios que apresentaram maior incidência de casos. São estes, em ordem decrescente: Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Ilhéus, Cruz das Almas, Guanambi e Jequié (Gráfico 5).

**Gráfico 5.** Municípios com maior incidência de câncer de mama no Estado da Bahia, notificado no sistema de informações de saúde (TABNET), nos anos 2013 a 2018 (N= 22.711).



Fonte: DATASUS,2019

O número de casos observados nos municípios que apresentaram maior incidência pode estar relacionado ao local de tratamento, pois os pacientes de municípios de pequeno porte são encaminhados para municípios maiores, por falta de equipamentos e profissionais habilitados para tratar esses pacientes.

Sendo assim, as vítimas podem ser notificadas nos municípios onde são realizados estes tratamentos. Por exemplo, observa-se que Salvador-BA apresenta destaque para todas as categorias de idade e estágios da doença, e esta cidade oferece suporte para quase todos os municípios de pequeno porte circunvizinhos, os mesmos não sendo, provavelmente, notificados nos seus municípios de origem.

## CONCLUSÃO

Diante dos dados apresentados, ressalta-se a importância da notificação dos casos para que verbas possam ser destinadas aos referidos municípios, e para que assim sejam disponibilizados exames preventivos e realização de campanhas educativas para a minimização dos casos e para o cuidado em saúde da população de forma geral.

Após a realização deste estudo, foi observado que o número de casos notificados é baixo diante da incidência mundial, e isso provavelmente se deve à falta de notificação no sistema por parte de muitos municípios do estado.

Vale ressaltar que há municípios onde há relatos de casos, porém estes dados não foram incluídos no sistema, o que faz pensar que a base de dados não foi alimentada de forma adequada, ocorrendo subnotificações e que a quantidade de casos pode ser ainda maior do que os discutidos nesse estudo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. G. et al. Vivência da mulher jovem com câncer de mama e mastectomizada. **Revista de Enfermagem**, v. 19, n. 3, jul-set., 2015.
- BARROS, A. C. S. D; BARBOSA, E. M.; GEBRIM, L.H. **Diagnóstico e tratamento do câncer de mama**. São Paulo: Associação Médica Brasileira/Brasília: Conselho Federal de Medicina; 2001: Acesso em: 02 Mar. 2019.

CRIPPA, C. G. Perfil Clínico e Epidemiológico do Câncer de Mama em Mulheres Jovens. **ACM arq catarin med.**, v. 32, n. 2, p. 50-58, 2003.

DUTRA, M. C. et al. Imunofenótipo e evolução de câncer de mama: comparação entre mulheres muito jovens e mulheres na pós-menopausa. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v. 31, n. 2, p. 54-60, 2009.

HUNTER, D. J. Oral contraceptive use and breast cancer: a prospective study of young women. **Cancer Epidemiol Biomarkers Prev.**, v. 19, n. 10, p. 2496-2502, 2010.

INCA - Instituto Nacional do Câncer. **Ações e Programas no Brasil**. 2018. Disponível em: <[http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes\\_programas/site/home/nobrasil/programa\\_controle\\_cancer\\_mama](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes_programas/site/home/nobrasil/programa_controle_cancer_mama)>. Acesso em: 18 set. 2018.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. **Câncer – tipo – mama**. 2012. Disponível em: <<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/mama>>. Acesso em: 03 Mar. 2019.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. **Incidência de Câncer no Brasil - Estimativa 2014**. Disponível em: <[http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/gestor/homepage/outros-destaques/estimativa-de-incidencia-de-cancer-2014/estimativa\\_cancer\\_24042014.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/gestor/homepage/outros-destaques/estimativa-de-incidencia-de-cancer-2014/estimativa_cancer_24042014.pdf)>.

INCA. Instituto Nacional do Câncer. **Conceito e Magnitude do câncer de mama**. 2018. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-de-mama/conceito-e-magnitude>>. Acesso em: 28 Fev. 2019.

INCA - Instituto Nacional do Câncer. **Programa de Controle do Câncer de Mama**. 2017. Disponível em: <[http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes\\_programas/site/home/nobrasil/programa\\_controle\\_cancer\\_mama](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes_programas/site/home/nobrasil/programa_controle_cancer_mama)>. Acesso em: 18 set. 2018.

INCA. Instituto Nacional do Câncer. **Estimativa 2010- Incidência de Câncer no Brasil**. 2009. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estimativa\\_2010\\_incidencia\\_cancer.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estimativa_2010_incidencia_cancer.pdf)>. Acesso em: 10 Out. 2018

INCA – INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2014: incidência do câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902017160663>>. Acesso em: 17 Out. 2018.

INCA - Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2012: incidência de câncer no Brasil** [Internet]. Rio de Janeiro: INCA; 2011. INCA; 2011. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/estimativa/2012/estimativa20122111.pdf>>. Acesso em: 18 Out. 2018.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. **Controle do câncer de mama: documento de consenso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Câncer. 2004. Disponível em: <<http://www1.inca.gov.br/publicacoes/ConsensoIntegra.pdf>>. Acesso em: 05 Mar. 2019.

LIMA, C.V.C.; POVOA, R. M. F. Mulheres Submetidas à Quimioterapia e suas Funções Cognitivas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, out./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n4/1414-9893-pcp-37-04-0970.pdf>>. Acesso em: 17 Set. 2018.

Ministério da Saúde (BR). Instituto Nacional do Câncer. **Ações de enfermagem para o controle do câncer**. 3ª ed. Rio de Janeiro: INCA, 2008.

Ministério da Saúde (BR). Instituto Nacional do Câncer. **Falando sobre câncer de mama**. Rio de Janeiro: INCA, 2002.

MENDES, S. I. et al. Correlação da dor e qualidade de vida de mulheres pós-tratamento cirúrgico de câncer de mama. **Mundo da Saúde**, São Paulo, 2014. Disponível em: <[https://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo\\_saude/155562/A07.pdf](https://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/155562/A07.pdf)>. Acesso em: 17 Set. 2018.

NAROD, S. A. Breast Cancer in Young women. **Nature Reviews Clinical Oncology**, v.9, n.8, p.460-470, 2012.

PELED, R. et al. Breast cancer, psychological distress and life events among young women. **BMC Cancer**. 2008. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18721454>>. Acesso em: 04 Mar. 2019.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do**

Trabalho Acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PINHEIRO, A B. et al. Câncer de Mama em Mulheres Jovens: Análise de 12.689 Casos. **Revista Brasileira de Cancerologia**, 2013. Disponível em: <[http://www.inca.gov.br/rbc/n\\_59/v03/pdf/05-artigo-cancer-mama-mulheres-jovens-analise-casos.pdf](http://www.inca.gov.br/rbc/n_59/v03/pdf/05-artigo-cancer-mama-mulheres-jovens-analise-casos.pdf)>. Acesso em: 10 Mar. 2019.

RODRIGUES, J. D.; CRUZ, S. M; PAIXÃO, A. N. Uma análise da prevenção do câncer de mama no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, João Pessoa. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n10/1413-8123-csc-20-10-3163.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2018.

ROBBINS; COTRAN. **Patologia-Bases Patológicas das Doenças**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

SOUZA, M. M. et al. Taxa de mortalidade por neoplasia maligna de mama em mulheres residentes da Região Carbonífera Catarinense no período de 1980 a 2009. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 384-390, 2013.

SILVA, P. F. **Perfil de mulheres com câncer de mama atendidas em Vitória-ES**: influência das variáveis socioeconômicas com o estadiamento clínico do tumor antes do tratamento. 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/jspui/handle/10/5692>>. Acesso em 03 Mar. 2019.

SCLOWITZ, M.L.; et al. Condutas na prevenção secundária do câncer de mama e fatores associados. **Rev. Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 340-349, 2005.

# A CORRELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES ASSISTENCIAIS ENCONTRADOS NA LITERATURA E A SEGURANÇA DO PACIENTE: REVISÃO INTEGRATIVA

## THE CORRELATION BETWEEN CARE INDICATORS FOUND IN THE LITERATURE AND PATIENT SAFETY: INTEGRATIVE REVIEW

Mayara de Jesus Muniz Fonseca<sup>1</sup>

Fabio Lisboa<sup>2</sup>

Larissa Maiara Miranda Rauédys<sup>3</sup>

No contexto do mundo globalizado, onde a ciência, a tecnologia e a informação estão ao alcance de muitos, as profissões, em específico a enfermagem, se deparam com a necessidade de aprimorar seus processos de trabalho com vistas à garantia e à oferta da assistência segura e de qualidade. A qualidade em saúde tornou-se um imperativo e a segurança do paciente um objetivo a ser garantido. Assim, para que seja alcançada e garantida é preciso identificar e sistematizar os processos assistenciais, bem como mitigar os riscos envolvidos na prática do cuidado. A ênfase gerencial deve estar direcionada para o alcance de melhores resultados assistenciais, os quais serão utilizados pelas instituições como indicadores para monitorar os serviços oferecidos, pois sabe-se que a segurança do paciente representa um dos maiores desafios para a avaliação em saúde. Nesse sentido, o estudo em tela teve como objetivo geral conhecer as produções científicas em torno da gestão pela qualidade orientada por indicadores e correlacionar os achados com as metas propostas pelo Programa Nacional de Segurança do Paciente. Para o alcance do objetivo, optou-se pela revisão integrativa da literatura. Considerando a relação dos indicadores assistenciais com o processo de acreditação hospitalar, gestão de enfermagem e a conseqüente repercussão dos mesmos na segurança do paciente, o estudo mostra a sua relevância através da identificação e levantamento da produção científica recente em torno do referido assunto.

**Palavras-chave:** Enfermagem. Indicadores. Gestão pela Qualidade. Segurança do Paciente.

*In the context of the globalized world, where science, technology and information are available to many, the professions, in particular nursing, face the need to improve their work processes in order to offer safe care and quality. Quality in health has become an imperative, and patient safety is a goal to be achieved. Thus, it is necessary to identify and systematize care processes to mitigate the risks involved in the practice of care. The managerial emphasis should be directed towards the achievement of better care results, which will be used by the institutions as indicators to monitor the services offered, because it is known that patient safety represents one of the greatest challenges for health assessment. Thus, the general objective of the study was to analyze the scientific productions on quality management guided by indicators and to correlate them with the National Patient Safety Program. To reach these objectives, an integrative literature review was carried out. Considering the relationship of care indicators with the hospital accreditation process, nursing management and their consequent repercussion on patient safety, the study shows its relevance through the identification and survey of recent scientific production on the subject.*

**Keywords:** Nursing. Indicators. Quality Management. Patient Safety

Recebido: 20/03/2019

Aceito: 27/06/2019

<sup>1</sup>Enfermeira Pós-graduada em Urgência, Emergência e UTI. mayaramunizfonseca18@gmail.com

<sup>2</sup>Enfermeiro auditor de sistemas e serviços de saúde e docente da Faculdade Maria Milza. lisboa.auditor@gmail.com

<sup>3</sup>Enfermeira e membro da REBRAENSP – Rede Brasileira de enfermagem e segurança do paciente.

## INTRODUÇÃO

O Institute of Medicine (IOM) declara que a cultura da segurança no cuidado em saúde requer três elementos: a crença que, embora os processos de cuidado em saúde sejam de alto risco, eles podem ser planejados para prevenir o dano; o comprometimento organizacional para detectar os erros e aprender com eles; e um ambiente que preconiza uma abordagem sistêmica dos erros considerando os trabalhadores e o paciente (SILVA, 2012).

Para Pedreira e Harada (2009), de acordo com a campanha lançada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), estamos na “era da segurança” e, desde 2002, esse tema tem sido tratado como questão prioritária por essa organização. O programa foi fortalecido em 2004, com a criação da Aliança Mundial para Segurança do Paciente, com o objetivo de promover e desenvolver práticas e políticas de segurança do paciente, em nível mundial.

O desempenho favorável desses indicadores depende de fatores intervenientes no processo de trabalho, como o planejamento de recursos humanos e a carga de trabalho da enfermagem. Estes fatores são constantemente apontados na literatura como fundamentais para o desenvolvimento de um cuidado de saúde seguro e com qualidade, além de favorecer o fornecimento de um cuidado integral, individualizado e humanizado (GONÇALVES *et al.*, 2012).

Rocha e Trevizan (2009) conceituam o enfermeiro como um dos profissionais mais envolvidos na implementação da gestão da qualidade nas instituições hospitalares, uma vez que no desenvolvimento do seu processo de trabalho tem a oportunidade de interagir diretamente com o cliente, permitindo uma melhor compreensão dos seus anseios e expectativas, aprimorando a prática do cuidar com qualidade.

Frente à importância da temática, é que se faz pertinente questionar: o que os artigos científicos, a partir de 2003, trazem acerca da gestão pela qualidade orientada por indicadores e qual a relação dos mesmos com o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP)?

Diante da realidade em questão, o objetivo geral foi conhecer as produções científicas em torno da gestão pela qualidade orientada por indicadores e correlacionar os achados com as metas propostas pelo Programa Nacional de Segurança do Paciente. Em função do estudo proposto, foram elencados como objetivos específicos: identificar e quantificar os indicadores utilizados para aferir a qualidade assistencial citados nas produções científicas pertinentes ao objetivo; e classificar os indicadores encontrados, de acordo com a classificação de Avedis Donabedian (1999).

Considerando a relação dos indicadores assistenciais com o processo de acreditação hospitalar, gestão de enfermagem e a consequente repercussão dos mesmos na segurança do paciente, o estudo mostra a sua relevância através da identificação e levantamento da produção científica em torno do referido assunto, para que possamos correlacionar os dados encontrados e, principalmente, manter atualizado o conhecimento, que é mutável e interfere diretamente na qualidade da assistência prestada.

## REVISÃO DE LITERATURA

Na tentativa de melhorar a segurança, um dos aspectos mais frustrantes para os pacientes e profissionais parece ser o aparente fracasso dos sistemas de saúde para aprender com seus erros. Demasiadas vezes, nem os fornecedores, nem as organizações de saúde informam quando ocorre um acidente, tampouco compartilham o que aprenderam quando o inquérito é realizado. Como consequência, os mesmos erros ocorrem repetidamente em muitos ambientes e os pacientes continuam a ser prejudicados por erros evitáveis (SILVA, 2012).

Portanto, ao se tornar paciente, o indivíduo é exposto ao risco de lesões e resultados adversos, o que torna o atendimento médico-hospitalar inerentemente perigoso. Isso faz com que a responsabilidade em manter o paciente seguro não seja só dos profissionais que prestam assistência, mas de todos os componentes do sistema: gerentes, administradores e instituições em geral (REASON, 1990).

Gabriel *et al.* (2011) dizem que a melhoria contínua da qualidade assistencial deve ser considerada pelos enfermeiros como um processo dinâmico e exaustivo de identificação dos fatores intervenientes no processo de trabalho da equipe de enfermagem, e requer desses profissionais a implementação de ações e a elaboração de instrumentos que possibilitem avaliar de maneira sistemática os níveis de qualidade dos cuidados prestados. O enfermeiro precisa analisar os resultados da assistência prestada para (re)definir estratégias gerenciais. A qualidade em saúde tornou-se algo imperativo, e é a marca da modernidade; porém, para que seja alcançada é preciso que ocorra a sistematização de todas as suas práticas e processos.

Como qualidade é um conceito abstrato, ela vem sendo definida de diversas maneiras, de acordo com as necessidades de cada empresa e dos seus objetivos para se trabalhar dentro de padrões reconhecidos.

Assim, todas as significações se complementam, representando a qualidade como um termo de excelência, de valor, de conformidade a critérios a serem seguidos e de satisfação dos clientes usuários dos serviços de saúde (SCHOUT; NOVAES, 2007).

Feldman e Cunha (2006) apontam a tríade proposta por Donabedian (1999) para avaliação dos serviços de saúde: estrutura, processo e resultado assistencial. Os resultados institucionais nessa abordagem podem ser decorrentes do cuidado prestado, da consequência de sua falta ou não conformidade.

A estrutura pode ser entendida como os recursos físicos, humanos, materiais e financeiros, além dos equipamentos necessários para a assistência à saúde; o processo refere-se às atividades envolvendo profissionais de saúde e usuários, inclui diagnóstico, tratamento, aspectos éticos de relação profissional, equipe de saúde e paciente e o resultado corresponde ao produto final da assistência prestada, considerando a saúde, satisfação de padrões e expectativas dos usuários (DONABEDIAN, 1999).

Para uma avaliação adequada em qualquer uma das dimensões supracitadas, é imprescindível a utilização de indicadores, que proporcionam uma medida, permitem o monitoramento e a identificação de oportunidades de melhoria dos serviços e mudanças positivas em relação ao alcance da qualidade. Consiste numa maneira efetiva de avaliação do desempenho dos serviços de enfermagem e de sua gestão, demonstrando sua evolução ao longo do tempo, permitindo a comparação com referenciais internos e externos (D'INNOCENZO; ADAMI; CUNHA, 2006).

Para que os enfermeiros possam utilizar os referidos indicadores como instrumento avaliador dos resultados assistenciais, necessitam estar embasados em informações que traduzam a realidade dessa assistência de forma direta ou indireta (KURCGANT; TRONCHIN; MELLEIRO, 2006).

O indicador de qualidade de enfermagem deve ser mensurável, claro, objetivo e útil, favorecendo a geração de melhorias. A elaboração desses indicadores, pelos serviços de enfermagem, requer a busca de eixos condutores que apontem para a necessidade de se considerar as políticas assistenciais, educacionais e gerenciais em saúde, a missão e a estrutura organizacional, os programas e as propostas de trabalho das instituições, os recursos humanos, materiais, financeiros e físicos disponíveis e as expectativas da clientela atendida (KURCGANT; TRONCHIN; MELLEIRO, 2006).

O Manual Brasileiro de Acreditação, ferramenta criada pela Organização Nacional de Acreditação, para mensurar qualidade de assistência em hospitais brasileiros, não identifica especificamente quais indicadores a enfermagem deve utilizar para avaliar a qualidade da sua assistência, mas define claramente que os serviços hospitalares, incluindo a enfermagem, devem utilizar indicadores para analisar seu desempenho (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Caldana *et al.* (2011) constataram que quando focalizada a utilização de indicadores no âmbito da enfermagem hospitalar, verifica-se que definir indicadores que avaliam a qualidade da assistência sempre foi um desafio ligado à necessidade de disponibilizar para os enfermeiros indicadores que sejam por eles validados. Trata-se de disponibilizar os resultados como ferramenta para que ocorra a avaliação sistemática do processo de assistência de enfermagem de maneira efetiva.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Para o alcance do objetivo, optou-se pela revisão integrativa da literatura. Esse método de pesquisa permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma área particular de estudo. Este tipo de pesquisa tem o potencial de construir conhecimento em enfermagem, produzindo um saber fundamentado e uniforme para os enfermeiros realizarem uma prática de qualidade (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Para elaborar a revisão integrativa foram percorridas seis etapas distintas, a saber: identificação do tema, busca na literatura, categorização dos estudos, avaliação dos estudos inclusos na revisão integrativa, interpretação dos resultados e a síntese do conhecimento evidenciado nos artigos analisados ou apresentação da revisão integrativa.

O estudo foi realizado por meio de uma busca online das produções científicas nacionais a partir de 2003, nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), e no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Os descritores utilizados na busca foram: “indicadores de desempenho”, “indicadores de qualidade”, “avaliação de enfermagem”, “segurança do paciente” e “gestão por indicadores”. Os critérios para a inclusão de artigos foram: o período de publicação (2003 a 2017), em periódicos indexados nas bases eletrônicas supracitadas, escritos em português, com identificação de título, autor, ano, volume e que abordaram o tema indicador de qualidade na assistência.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente revisão integrativa, analisou-se 13 artigos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Quanto ao ano de publicação, verificou-se que a partir de 2003 houve um aumento no número de publicações referente à temática estudada. Feldman, Gatto e Kowall (2005) sugerem que o referido aumento pode ter relação com o movimento pela qualidade em saúde no país, a partir do ano 2000. Com efeito, essa discussão é fruto da publicação do relatório *Errar é humano* (IHI, 1999).

Considerando as informações contidas no Quadro 1, observou-se que a maioria dos estudos é oriunda da região Sudeste (53,9%), mais especificamente, 4 do Rio de Janeiro e 3 de São Paulo; 5 estudos foram realizados na região Sul (38,5%), sendo 4 do Paraná e 1 do Rio Grande do Sul; e apenas 1 (um) artigo do Nordeste (7,7), especificamente do estado do Ceará. Assim, chama a atenção a pouca representatividade da região Nordeste e a inexistência de artigos oriundos da região Norte do país, o que pode, em última análise, sugerir que o Sudeste continua a ser o foco principal das ações e iniciativas voltadas para a qualidade em saúde (OLIVEIRA *et al.*, 2006).

Com relação ao desenho metodológico dos estudos analisados (Quadro 1), três artigos (23,1%) eram revisões integrativas da literatura (nº 2, 4 e 6), dois estudos (15,4%) enquadravam-se em relato de caso/ observação direta de pacientes e/ou prontuários (nº 5 e 7), sete eram estudos descritivos e um era pesquisa metodológica.

Caldana *et al.* (2011), após analisarem a produção acerca dos indicadores que avaliam a qualidade dos cuidados de saúde, os autores chegaram a 15 artigos e puderam concluir que a utilização dos referidos indicadores é essencial para a garantia da qualidade da assistência oferecida. Ademais, o uso dos indicadores permite o monitoramento e a identificação das estratégias de melhoria na qualidade da assistência (Quadro 1, artigo nº 6).

As pesquisas com o objetivo de identificar a opinião dos enfermeiros acerca dos indicadores correspondem a 23,1 % do total de artigos estudados (nº 3, 9 e 12), e pode-se afirmar que de forma geral os enfermeiros possuem conhecimento acerca da existência dos indicadores na unidade hospitalar,

reconhecem a fundamental importância dessa ferramenta para a melhoria da assistência e para implantação de ações de educação continuada para a equipe de enfermagem, porém nem todos tiveram contato com essa ferramenta durante a graduação.

O estudo nº 9 ressalta a importância de ampliar constantemente a cultura da qualidade nos serviços de enfermagem, capacitando os enfermeiros para o desenvolvimento e análise dos indicadores de forma reflexiva e dinâmica. O artigo nº 3 identificou que, apesar de os resultados dos indicadores serem direcionados aos profissionais ligados à assistência de enfermagem nos hospitais, são poucas as instituições que promovem a discussão dos dados com a equipe. Trata-se de uma informação preocupante, pois a partir do momento que a análise dos resultados não traz intervenções que melhorem a assistência, entende-se que a ferramenta está sendo subutilizada ou que a sua utilização é dispensável.



				Incidência de não conformidade na administração de medicamentos	Processo
				Taxa de infecção hospitalar	Resultado
				Taxa de absenteísmo de enfermagem;	Resultado
				Incidência de flebite.	Processo
				Taxa de bronco-aspiração	Processo
				Taxa de intercorrências ventilatórias durante o banho no leito	Resultado
				Taxa de intercorrências hemodinâmicas durante o banho no leito	Resultado
				Taxas de flebite	Resultado
				Taxas de procedimentos repetidos antes de 48 horas	Resultado
				Preparo pré-operatório	Processo
				Controle da oferta de suporte nutricional	Processo
				Taxa de curativos cirúrgicos realizados	Resultado
				Taxa de curativos não cirúrgicos realizados	Resultado
				Utilização de escalas preditivas de lesão de pele	Processo
				Utilização de escalas de controle da dor	Processo
				Utilização da escala de Glasgow para norrear cuidados de enfermagem	Processo
				Utilização da escala de Ramsey para norrear cuidados de enfermagem	Processo
				Utilização da prescrição de enfermagem	Processo
				Evolução de enfermagem	Processo
				Estudos de satisfação do cliente e /ou família	Resultado
				Sistemas de vigilância: fármaco e hemovigilância	Estrutura
				Emprego de protocolos de procedimentos de enfermagem	Processo
				Emprego de protocolos para os cuidados de enfermagem	Processo
				Taxas de acidentes de trabalho durante o cuidado de enfermagem	Resultado
				Taxas de saídas espontâneas de sonda gástrica	Resultado
				Taxas de atelectasia	Resultado

Avaliar a implantação de indicadores do cuidado de enfermagem em uma UTI.

Lolita Dopico da Silva  
Rio de Janeiro - 2003

4

			Taxas de lesão de pele	Resultado
			Taxas de infecção associada ao procedimento de enfermagem	Resultado
			Taxa de extubação acidental	Resultado
			Taxa de perda de punção venosa central e periférica	Resultado
			Taxa de saída espontânea de sonda vesical	Resultado
			Taxa de arritmias graves e/ou letais não detectadas.	Resultado
			Média de pacientes-dia	Resultado
			Média de permanência	Resultado
			Porcentual de ocupação hospitalar	Resultado
			Taxa de mortalidade global	Resultado
			Taxa de mortalidade não institucional	Resultado
			Taxa de mortalidade institucional	Resultado
			Incidência/ Prevalência de UPP	Processo
			Índice de queda	Processo
			Prevalência de contenção do paciente	Processo
			Manutenção da integridade da pele do RN	Processo
			Ocorrência de erros de medicação	Processo
			Transferências de pacientes entre as unidades do hospital	Processo
			Incidência de perda de sonda nasoesnteral	Processo
			Condições do acesso venoso	Processo
			Fixação incorreta de sonda nasogástrica	Processo
			Obstrução, desconexão do cateter venoso central	Processo
			Número de consultas de enfermagem pós alta hospitalar	Resultado
			Número de projetos de pesquisa aprovados pela comissão de ensino/pesquisa pelos profissionais de enfermagem da área materno- infantil anualmente	Resultado
			Número de registros de controle de temperatura e peso do RN e ingurgitamento mamário/dia	Resultado
			Número de registros referentes à episiorrafia/dia, loquiação/dia e controle da temperatura das puérperas/dia	Resultado
			Número de registros de fornecimento de livreto de orientações às puérperas/mês	Resultado
5	Dirce Krassuski Vieira; Dimas José Detoni; Loreni Maria dos Santos Braum.	Foz do Iguaçu/PR - 2006	Apresentar os indicadores de qualidade utilizados em uma unidade hospitalar.	
6	Graziela Caldana <i>et al.</i>	Fortaleza - 2011	Destacar e analisar por meio de uma revisão integrativa da literatura, indicadores que avaliam a qualidade dos cuidados de saúde.	

				Número de puérperas que tiveram avaliação de ingurgitamento mamário/dia e loquiação/dia	Resultado
				Número de puérperas alocadas em apartamentos privados/mês	Resultado
				Número de puérperas que tiveram as pulseiras de identificação conferidas	Resultado
				Número de puérperas que compareceram à consulta de enfermagem/mês	Resultado
				Taxa de bronco-aspiração	Resultado
				Taxa de intercorrências ventilatórias durante banho no leito	Resultado
				Taxa de procedimentos repetidos antes de 48 horas	Resultado
				Preparo pré-operatório	Processo
				Controle da oferta de suporte nutricional	Processo
				Taxa de curativos cirúrgicos realizados	Resultado
				Taxa de curativos não cirúrgicos realizados	Resultado
				Utilização de escalas preditivas de lesão de pele	Processo
				Utilização de escalas no controle da dor	Processo
				Extravasamento de quimioterápicos e antibióticos	Processo
				Utilização da escala de Glasgow para nortear cuidados de enfermagem	Processo
				Utilização da prescrição de enfermagem	Processo
				Evolução de enfermagem	Processo
				Emprego de protocolos de procedimentos de enfermagem	Processo
				Taxa de extubação acidental;	Resultado
				Taxas de perda da punção venosa central e periférica	Resultado
				Taxas de arritmias graves e/ou letais não detectadas.	Resultado
				Sondas vesicais de demora com fixação adequada	Processo
				Prescrição checada de forma completa	Processo
				Pacientes com infusão venosa sem lesões cutâneas pós infiltrativas associadas à punção venosa para infusão de soro e/ou medicações/dia	Processo
				Rotina de SSVV verificada de forma completa	Processo

Avaliar a qualidade dos cuidados de enfermagem em um hospital privado tendo por base indicadores de estrutura, processo e resultados por meio da observação direta de pacientes e da análise de prontuários, utilizando um instrumento de registro de busca ativa.

São Paulo/SP - 2013

Graziela Caldana et al.

7

				Equipos de macrogotas, bomba infusora, NPT ou equipos de PVC com identificação adequada/dia	Processo
				Paciente com risco de queda do leito com grade lateral	Processo
				Rótulos de soro com identificação adequada	Processo
				Leitos com identificação adequada	Processo
				Paciente com risco ou com lesão por pressão utilizando o colchão adequado para prevenção	Processo
				Pacientes com SNE recebendo dieta com a cabeceira elevada a 30° ou mais	Processo
				Pacientes com pulseiras de identificação adequadas	Processo
				Acessos venosos periféricos com identificação adequada.	Processo
				Identificação do leito do paciente	Processo
				Pacientes com pulseira de identificação	Processo
				Presença de grades no leito	Estrutura
				Perda de sonda nasointestinal	Processo
				Incidência de flebite	Processo
				Incidência de não conformidade da administração de medicamentos	Processo
				Distribuição de técnicos e auxiliares de enfermagem x leito	Estrutura
				Taxa de absenteísmo de enfermagem	Resultado
				Taxa de rotatividade de enfermagem	Resultado
				Taxa de acidente de trabalho de profissionais de enfermagem	Resultado
				Horas de treinamento de profissionais de enfermagem	Estrutura
				Satisfação do paciente com a enfermagem.	Resultado
				Risco de queda	Processo
				Lesão por pressão	Processo
				Flebite	Processo
				Perda de sonda nasointestinal	Processo
				Tempo de acesso venoso	Processo
				Número de funcionários de plantão	Estrutura
8	Daniela Patrícia Tres <i>et al.</i> ,	Paraná - 2016	Avaliar a qualidade da assistência com indicadores relacionados à prevenção de quedas e identificação do paciente de um hospital universitário.		
9	Carmen Silvia Gabriel <i>et al.</i>	São Paulo - 2011	Identificar indicadores de desempenho, adotados pelo serviço de enfermagem de hospital público, e analisar a opinião dos enfermeiros em relação à utilização desses indicadores para avaliar a qualidade da assistência de enfermagem.		
10	Vitoria Regina Souza Pinto; Simone Cruz Machado Ferreira.	Rio de Janeiro - 2017	Identificar os principais indicadores para avaliação da qualidade da assistência de enfermagem na perspectiva de enfermeiros		

				Erros relacionados à administração de medicação	Processo
				Administração correta de medicação	Processo
				Efeitos adversos relacionados à medicação e hemoderivados	Processo
				Incidência de lesão de pele	Processo
				Tempo de acesso venoso	Processo
				Número de aceitação da dieta	Processo
				Infecção por cateter vesical	Processo
				Número de pacientes com precaução de contato	Processo
				Tempo de permanência de sonda vesical	Processo
				Número de pacientes graves na enfermaria	Estrutura
				Incidência de não conformidade na administração de medicamentos	Processo
				Incidência de úlcera por pressão (UPP)	Processo
				Incidência de queda do paciente	Processo
				Incidência de flebite	Processo
				Incidência de obstrução de cateter venoso central	Processo
				Incidência de extubação não programada	Processo
				Perda de sonda nasogastrointestinal	Processo
				Não conformidades nos registros de enfermagem	Processo
				Taxa de infecção hospitalar	Resultado
				Taxa de mortalidade hospitalar	Resultado
				Taxa de ocupação hospitalar	Resultado
				Média de permanência hospitalar	Resultado
				Horas de treinamento de profissionais de enfermagem	Estrutura
				Taxa de acidente de trabalho de profissionais de enfermagem	Resultado
				Taxa de rotatividade de enfermagem	Resultado
				Distribuição enfermeiros/leito	Estrutura
				Distribuição técnicos e auxiliares de enfermagem/leito	Estrutura
				Taxa de absenteísmo de enfermagem	Resultado
				Satisfação do cliente com a enfermagem	Resultado

Identificar a utilização de indicadores de qualidade da assistência de enfermagem em hospitais de ensino

Paraná - 2014

Mariana  
Angela  
Rossaneis  
*et al.*,

11

12	Eliane de Araujo Cintra <i>et al.</i>	São Paulo - 2010	Verificar a opinião dos enfermeiros sobre a utilização dos indicadores de qualidade como metodologia de avaliação da assistência de enfermagem.	Infecção hospitalar	Processo
13	Dagmar Willamowius Vituri; Laura Misue Matsuda.	Paraná - 2009	Submeter dez indicadores de qualidade do cuidado de enfermagem na prevenção de eventos adversos à validação de conteúdo	Erros na administração de medicamentos	Processo
				Índice de satisfação do cliente	Resultado
				Cuidados com febre	Processo
				Prevenção de quedas.	Processo
				Identificação do leito do paciente internado	Processo
				Risco para queda do leito de pacientes internados	Processo
				Identificação de acessos venosos periféricos	Processo
				Lesões cutâneas pós infiltrativas	Processo
				Identificação de equipamentos para infusão venosa	Processo
				Identificação de frascos de soro em pacientes com infusão venosa	Processo
				Identificação de sondas	Processo
				Registro de procedimentos de enfermagem	Processo
				Controle de sinais vitais	Processo
				Prescrição de Enfermagem elaborada.	Processo

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Dos artigos, 7 (53,9%) utilizaram a metodologia quantitativa (n° 1, 3, 5, 8, 9, 11 e 13). Um dos referidos estudos, que possuía como objetivo analisar indicadores assistenciais e gerenciais após adequação do quadro de pessoal de enfermagem, evidenciou que a adequação do quantitativo do pessoal de enfermagem por paciente repercutiu positivamente na melhoria do ambiente hospitalar, qualidade e segurança do cuidado ao paciente, além de colaborar com a satisfação e retenção dos profissionais em seus locais de trabalho. Apenas 3 estudos (23,1 %) abordaram o tema seguindo a metodologia qualitativa, e um deles (n° 2) relaciona os indicadores com as funções gerenciais do enfermeiro em busca da excelência assistencial, afirmando que a busca pela qualidade é fundamental, seja no serviço público ou privado.

Nesse sentido, traz a frente a reflexão quanto aos caminhos que devem ser trilhados, pois para que o objetivo seja alcançado, os profissionais de saúde precisam conhecer e aplicar as ferramentas de gestão exploradas na graduação, visando a avaliação do serviço, planejamento, intervenções e constante análise dos resultados, de forma que novas abordagens sejam propostas e melhores resultados sejam sempre alcançados. Assim, caberá ao enfermeiro explorar constantemente o senso crítico e o olhar holístico de toda e qualquer situação, assim como fez Florence Nightingale, considerada símbolo da enfermagem e que atuou durante a guerra da Criméia (1853), coletando dados e sistematizando-os, introduzindo a partir deles medidas inovadoras no cuidado aos pacientes. As mudanças introduzidas por Florence podem ser consideradas o primeiro movimento em busca da qualidade no serviço de enfermagem.

#### CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES CONFORME DONABEDIAN

Soller e Regis Filho (2011) afirmam que o processo de avaliação da qualidade hospitalar pode ser realizado por meio de indicadores de desempenho agrupados nas seguintes áreas temáticas: gestão, estrutura, processo e resultado. O autor que mais se aproxima de uma boa proposta de avaliação da qualidade dos serviços de saúde é Avedis Donabedian, referência na área da qualidade em saúde. Difícilmente são encontrados artigos na literatura que não se baseiem ou cite com destaque os trabalhos desse autor.

Segundo Donabedian, "o objetivo da avaliação da qualidade é determinar o grau de sucesso das profissões relacionadas com a saúde em se autogovernarem, de modo a impedir a exploração ou a incompetência, e o objetivo da monitorização da qualidade é exercer vigilância contínua, de tal forma que desvios dos padrões possam ser precocemente detectados e corrigidos".

Diante do exposto e considerando o Manual de Acreditação Hospitalar do Ministério da Saúde (2002), os indicadores podem ser entendidos como as características mensuráveis de produtos, serviços, processos e operações utilizadas pelo hospital para avaliar e melhorar o seu desempenho, impulsionar o progresso e promover a eficiência da assistência.

No serviço de saúde a medida de uma atividade é chamada de "indicador", sendo alvo dessa medição os resultados, processos e a estrutura necessária ou utilizada. Indicadores são formas de representação quantificáveis das características de produtos e processos. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) "indicadores são marcadores da situação da saúde, performance de serviço ou disponibilidade de recursos definidos para permitir a monitorização de objetivos, alvos e performances" (ALVES, 2009, p.91)

Conforme exibido no Quadro 1, foram encontrados 96 indicadores nos artigos analisados, sendo 8 (7,68%) relacionados à estrutura; 60 (57,6%) relacionados ao processo; e 28 (26,8%) ao resultado. A literatura mostra que a maioria dos indicadores específicos para avaliar a qualidade do cuidado da enfermagem estão vinculados à análise da estrutura e do processo, haja vista que possibilitam dados mais objetivos e concretos. Sendo assim, no gerenciamento de enfermagem, os indicadores mais frequentes são aqueles que se relacionam aos cuidados físicos (CALDANA, 2011; VITURI; MATSUDA, 2009). Logo, os enfermeiros têm utilizado mais os indicadores de processos para avaliar a qualidade da assistência.

Gabriel *et al.* (2011), em um estudo que tinha como um dos seus objetivos analisar a opinião dos enfermeiros em relação à utilização desses indicadores para avaliar a qualidade da assistência de enfermagem, observaram que a incidência de flebite e a incidência de extubação acidental são considerados muito pertinentes ou pertinentes, para avaliar a assistência de enfermagem por 100% dos enfermeiros da amostra. Outros indicadores relacionados a processos e considerados muito pertinentes por 72% dos enfermeiros foram perda de sonda nasogastrointestinal, ocorrência de não conformidade na administração de medicamentos e incidência de obstrução de cateter venoso central.

Rossaines *et al.* (2014) explicam que, em relação aos indicadores da assistência direta ao paciente, os mais utilizados foram a incidência de não conformidade na administração de medicamentos, a incidência de úlceras por pressão, a incidência de queda do paciente e a taxa de acidente de trabalho de profissionais de enfermagem.

### CORRELAÇÃO DOS ACHADOS COM AS METAS PROGRAMA DO NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE

A OMS (2007) afirma que o programa de segurança do paciente deve ser difundido nas diferentes instituições que compõem o sistema de saúde mundial, a fim de que conheçam e compartilhem o conhecimento acerca dos resultados obtidos na assistência, incluindo os resultados negativos. Portanto, a implantação de um sistema nacional de notificações de incidentes deve ser uma das ações prioritárias de um Programa Nacional de Segurança do Paciente que contemple, minimamente, metas para gestão dos riscos envolvendo a assistência à saúde, tais como a identificação correta de pacientes, redução de infecções hospitalares, erros em procedimentos como cirurgias e medicação.

Ainda nesse sentido, a segurança do cliente pode ser alcançada por meio de três ações complementares: evitar a ocorrência dos eventos adversos; torná-los visíveis, se ocorrerem; e minimizar seus efeitos com intervenções eficazes (OMS, 2008).

O Quadro 2 mostra a correlação dos indicadores encontrados nos artigos (Quadro 1) com as seis metas nacionais de segurança do paciente. A primeira meta avalia a identificação correta dos pacientes, existindo para ela cinco elementos de mensuração. A segunda trata da melhora na comunicação efetiva; a terceira refere-se à importância de melhorar a segurança de medicamentos de alta vigilância; a quarta é sobre assegurar cirurgias com local de intervenção correto, procedimento correto e paciente correto. A quinta meta busca avaliar o que fazer para reduzir o risco de infecções associadas aos cuidados de saúde e, finalmente, a sexta meta preocupa-se em reduzir os riscos de lesões ao paciente, decorrentes de quedas. Foram correlacionados 49 (47,1%) indicadores com as metas supracitadas. Sabendo que no Quadro 1 os indicadores encontrados totalizaram 96 (excluindo aqueles que se repetem), entende-se que nem todos se encaixavam nas referidas metas.

Sabendo da importância da correta identificação dos pacientes (meta 1), visto que é a partir deste princípio que podemos assegurar que a abordagem ao paciente está sendo feita adequadamente, e que assim os resultados sejam evidenciados, como um diagnóstico e tratamento sendo efetivamente para aquele paciente, 2 (0,98%) dos indicadores encontrados encaixam-se nessa modalidade, sendo um deles o uso da pulseira de identificação.

Franciscato *et al.* (2011) e o PNSP sugerem a utilização da pulseira de identificação desde a admissão do paciente, com informações como: nome completo, data de nascimento e filiação, como uma possível solução para sanar os problemas acerca da identificação incorreta, diminuindo a possibilidade de erros e possibilitando a conduta adequada tanto da equipe médica quanto a de enfermagem.

**Quadro 2.** Correlação dos achados com o Programa Nacional de Segurança do Paciente.

META	INDICADOR CORRELACIONADO
Identificação correta do paciente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação do leito do paciente;</li> <li>• número de puérperas que tiveram as pulseiras de identificação conferidas;</li> </ul>

Comunicação efetiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evolução de enfermagem completa;</li> <li>• identificação de sondas não conformidade dos registros de enfermagem;</li> <li>• número de registros de controle de temperatura e peso do RN e ingurgitamento mamário/dia;</li> <li>• número de registros de fornecimento de livreto de orientações às puérperas/mês;</li> <li>• utilização da escala de Glasgow para nortear cuidados de enfermagem .</li> <li>• Utilização da escala de Ramsey para nortear cuidados de enfermagem;</li> <li>• utilização da prescrição de enfermagem;</li> <li>• utilização de escalas no controle da dor;</li> <li>• utilização de escalas preditivas de lesão de pele;</li> <li>• número de registros referentes à episiorrafia/dia, loquiação/dia e controle da temperatura das puérperas/dia;</li> <li>• prescrição checada de forma completa;</li> <li>• prescrição de enfermagem elaborada;</li> <li>• registro de procedimentos de enfermagem.</li> </ul>
Melhoria da segurança dos medicamentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuição de enfermeiros x leito;</li> <li>• distribuição de técnicos e auxiliares de enfermagem x leito;</li> <li>• distribuição Técnicos de Enfermagem X Leitos;</li> <li>• emprego de protocolos de procedimentos de enfermagem;</li> <li>• horas de treinamento de profissionais de Enfermagem;</li> <li>• média de pacientes-dia;</li> <li>• número de funcionários de plantão;</li> <li>• acessos venosos periféricos com identificação adequada;</li> <li>• incidência de Flebite.</li> <li>• incidência de lesão de pele; Lesões cutâneas pós infiltrativas;</li> <li>• incidência de não conformidade relacionada à administração de medicamentos pela enfermagem;</li> <li>• incidência de obstrução de cateter venoso central;</li> <li>• controle de sinais vitais; cuidados com flebite;</li> <li>• efeitos adversos relacionados à medicação e hemoderivados;</li> <li>• equipos de macrogotas, bomba infusora, NPT ou equipos de PVC com identificação adequada/dia;</li> <li>• extravasamento de quimioterápicos e antibióticos;</li> <li>• identificação de frascos de soro em pacientes com infusão venosa;</li> <li>• obstrução, desconexão do cateter venoso central; sistemas de vigilância: fármaco e hemovigilância;</li> <li>• taxa de perda de punção venosa central e periférica.</li> </ul>
Cirurgia segura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pacientes com pulseira de identificação;</li> <li>• preparo pré-operatório.</li> </ul>
Reduzir o risco de infecção associado ao cuidado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições do acesso venoso;</li> <li>• infecção de SVD;</li> <li>• infecção hospitalar;</li> <li>• média de permanência hospitalar;</li> <li>• número de pacientes com precaução de contato;</li> <li>• tempo de acesso venoso;</li> <li>• taxa de infecção hospitalar;</li> <li>• taxas de infecção associadas ao procedimento de enfermagem.</li> </ul>
Reduzir o risco de danos aos pacientes resultantes de quedas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de grades no leito;</li> <li>• incidência de queda do paciente;</li> <li>• paciente com risco que queda do leito com grade lateral;</li> <li>• prevalência de contenção do paciente;</li> <li>• prevenção de quedas;</li> <li>• risco de queda.</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Em relação à meta que tem como objetivo principal melhorar a efetividade da comunicação entre os profissionais da saúde dentro do ambiente hospitalar (número 2), foram associados 12 (5,8%) indicadores. Sabe-se que a maioria das instituições possuem como norma a passagem de plantão entre os profissionais de saúde no momento que este assume a unidade/setor, de forma que a informação é passada verbalmente. Nesse sentido, Franciscato *et al.* (2011) afirmam que as principais trocas de informação passíveis de erro são as transmitidas verbalmente.

Analisando os indicadores classificados na meta 2, a evolução, prescrição e checagem completa da enfermagem tem grande significância. Segundo o Conselho Federal de Enfermagem (CONFEN), as anotações de enfermagem não só fornecem dados que irão subsidiar o enfermeiro no estabelecimento do plano de cuidados / prescrição de enfermagem, mas também suporte para análise reflexiva dos cuidados ministrados, respostas do paciente, resultados esperados e desenvolvimento da evolução de enfermagem. O documento ainda ressalta que a anotação de enfermagem é fundamental para o desenvolvimento da Sistematização da Assistência de Enfermagem, pois é fonte de informações essenciais para assegurar a continuidade da assistência (COFEN, 2009).

Analisando a meta número 3, que diz respeito à melhora da segurança de medicamentos, observa-se que é a que mais teve indicadores relacionados (9,3%). A segurança de medicação tem sido discutida por instituições e organizações de todo o mundo. Por exemplo, o *Joint Commission International*, reconhecida como líder na segurança do paciente, estabeleceu como um dos objetivos para melhorar a segurança do paciente o controle das medicações de alto risco.

Em relação à meta número 4, que busca assegurar cirurgias com local de intervenção correto, procedimento correto e paciente correto, apenas 2 indicadores foram associados (0,98%). Weiser *et al.* (2008) afirmam que 234 milhões de cirurgias são realizadas anualmente em todo o mundo, o que significa um procedimento cirúrgico a cada 25 pessoas, ratificando que a segurança do cliente é de suma importância para a saúde pública. Em 2008, a OMS lançou oficialmente em Washington a campanha “Cirurgias Seguras Salvam Vidas”, como um dos desafios propostos pela Aliança Mundial para Segurança do Paciente.

A *Association of Perioperative Registered Nurses* (AORN), em apoio à campanha da OMS, afirma que o programa embasado no sistema de *Checklist* colabora para a conscientização global, bem como reforça a mensagem de que, se implantado em base sólida, contribuirá, para a realização de cirurgias seguras (AORN, 2009).

Reduzir o risco de infecções associadas aos cuidados de saúde (meta número 5) é um tema de extrema relevância, pois a população espera dos hospitais a promoção de saúde e não a aquisição de outras doenças. Esse tópico teve 8 (3,92 %) indicadores associados. As infecções hospitalares constituem um grave problema na assistência à saúde do indivíduo. Pacientes que, ao longo da estadia hospitalar sofrem com infecções provenientes do ambiente, acabam tendo um maior tempo de internação, o que abre oportunidades para que outras doenças se desenvolvam, além de gerar custos ao SUS (IZAIAS *et al.*, 2014).

Os profissionais de saúde convivem, desde a graduação, com a responsabilidade de não aumentar o nível de exposição dos clientes aos agentes infecciosos, seja pelos 6 passos corretos para a higiene das mãos ou pelos vários eventos sobre a segurança do paciente, além da importância de não se tornarem protagonistas na transmissão cruzada. Atualmente, Moura *et al.* (2007) afirmam que a infecção hospitalar é uma das principais causas de mortalidade nosocomial, podendo estar associada a doenças graves, intervenções médicas e cirúrgicas e complicações a elas relacionadas.

A meta número 6 tem como objetivo reduzir o risco de lesões decorrentes de quedas do paciente, e teve associação com 6 (2,94%) indicadores. Moura *et al.* (2009) classificam 'queda do leito' como um risco mecânico, que pode resultar na ruptura da continuidade do corpo, causando ferimentos e fraturas, sendo um dos mais preocupantes no contexto hospitalar. Alta incidência de queda do leito pode indicar baixa qualidade assistencial. Assim, para que a ocorrência de quedas seja devidamente evitada, deve-se contar com a colaboração da equipe multidisciplinar, da instituição e até mesmo do próprio cliente, que muitas vezes não segue as recomendações da equipe e acaba se expondo ao risco.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O indicador é uma ferramenta de suma importância para os gestores, ressaltando que não é um instrumento privativo do profissional enfermeiro, seja ele gestor ou não. O indicador mensura a qualidade assistencial e perpassa as muitas categorias do serviço de saúde. Apesar de não ser inerente do enfermeiro, como dito anteriormente, esta é a classe profissional que tem o contato direto e constante com o cliente e compõe parte significativa do corpo de funcionários das instituições de saúde; logo, tornam-se as pessoas mais indicadas para monitorar os resultados provenientes da utilização do indicador para traçar junto à equipe multidisciplinar estratégias cabíveis.

A pesquisa evidenciou que a utilização da referida ferramenta é essencial para gerir os serviços de saúde, está diretamente ligada à segurança do paciente e à cultura de qualidade na assistência, uma vez que a mesma se configura em uma medida que permite monitorar as atividades oferecidas e identificar a necessidade de possíveis estratégias em busca da melhoria do cuidado. É válido destacar que de nada adianta a instituição aderir aos indicadores sem antes conscientizar a equipe acerca da importância da ferramenta e direcionar os resultados provenientes da mesma para ações em prol da melhora dos resultados encontrados (se negativos) ou seu aperfeiçoamento/manutenção (se positivos).

O objetivo do estudo foi alcançado, uma vez que pode relacionar os indicadores encontrados na literatura com o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Ademais, vale a pena ressaltar que o quantitativo das produções aumentou após o ano de 2003, porém a região Nordeste ainda carece de estudos nessa perspectiva, considerando a importância do assunto e do seu impacto sobre a qualidade do cuidado e manutenção da saúde do paciente.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, H.M.D.S. Programa de Qualidade do Governo Federal aplicado à Saúde. **Rev Adm Saúde**; v.3,n.12, p 5-10, 2001
- BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de Acreditação Hospitalar: Disponível em Word Web <http://www.ahmg.com.br>. Acesso em 18 ago 2002.
- CALDANA, G. *et al.*, Indicadores de desempenho em serviço de enfermagem hospitalar: revisão integrativa. **Rev RENE**. 2011;12(1).
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Guia de recomendações para registro de enfermagem no prontuário do paciente e outros documentos de enfermagem. Portaria n. 523/2015. Brasília: COFEN, 2015.
- CAPUCHO, H. C; CASSIANI, S. H. B.. Necessidade de implantar programa nacional de segurança do paciente no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, [s.l.], v. 47, n. 4, p.791-798, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-8910.2013047004402>.
- D'INNOCENZO, M., ADAMI, N.P., CUNHA, I.C.K.O. O movimento pela qualidade nos serviços de saúde enfermagem, *Rev. Bras. Enferm.* 2006; 59 (1):84-8.
- DONABEDIAN, A. Evaluating the Quality of Medical Care. *Milbank Mem. Fund. Q.* 44:166, Part 2, 1966.
- DONABEDIAN, A. The Quality of Medical Care. *Science* 200, 1978.
- DONABEDIAN, A. **The definition of quality and approaches to its assessment**. Ann Arbor (MI): CUNHA Health Administration Press; 1999.
- FELDMAN, L.B., GATTO, M.A.F., KOWAL, I.C. História da evolução da qualidade hospitalar: dos padrões a acreditação. *Acta Paul Enferm.* 2005; 18(2): 213-9
- FRANCISCATTO, L. *et al.* Metas internacionais de segurança do paciente em hospital universitário. *Revista Hcpa*, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 31, p.382-383, jul. 2011.

- GABRIEL, C.S. *et al.*, Utilização de indicadores de desempenho em serviço de enfermagem de hospital público. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [Internet], 2011.
- GARCIA, P.C.; FUGULIN, F.M.T. Nursing care time and quality indicators for adult intensive care: correlation analysis. *Rev Latino-Am Enfermagem* [Internet], 2012.
- GOMES, A.M. **Enfermagem na unidade de terapia intensiva**. São Paulo (SP): EPU; 1998.
- GRIGOLETO, A. R. L; GIMENES, F. R. E.; AVELAR, M. Q. Segurança do cliente e as ações frente ao procedimento cirúrgico. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, São Paulo, v. 02, n. 13, p.347-354, 2011.
- HINRICHSEN, S. L. *et al.* Gestão da qualidade e dos riscos na segurança do paciente: estudo-piloto. **Rahis**, [s.l.], v. 3, n. 7, p.10-17, 20 maio 2012. RAHIS - Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde. <http://dx.doi.org/10.21450/rahis.v3i7.1400>.
- HOSPITALAR. *Revista de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p.291-292, set. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Mayara Muniz/Downloads/4076-15685-1PB.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.
- HUDAK, C.M., GALLO, B.M.. Efeitos da unidade de terapia intensiva sobre o enfermeiro. In: Hudak CM, Gallo BM. **Cuidados intensivos de Enfermagem: uma abordagem holística**. 6<sup>TM</sup> ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan; 1997. p.98-109.
- JOINT COMMISSION FOR PATIENT SAFETY. Nine Patient Safety Solutions [internet]. 2008 [acesso: 15 jun 2008]. Disponível em: <http://www.ccforspatientsafety.org/30723/>
- KURCGAN, P., TRONCHIN, D.M.R., MELLEIRO, M.M.. A construção de indicadores de qualidade para a avaliação de recursos humanos nos serviços de enfermagem: pressupostos teóricos. **Acta Paul Enferm.**, v. 19, n.1, p 88-91, 2006.
- LIMA, M.G. Assistência prestada pelo enfermeiro em unidades de terapia intensiva: aspectos afetivos e relacionais. Ribeirão Preto; s.n; 1993.
- MENDES, K.D.S., SILVEIRA, R.C.C.P., GALVÃO, C.M.. Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto contexto Enfer.* 2008; 7 (4): 758-64.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretaria de Assistência à saúde. Manual Brasileiro de Acreditação hospitalar. 5.ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.
- MOURA, M.E.B. *et al.*, Infecção hospitalar: estudo de prevalência em um hospital público de ensino. **Rev. Bras. Enferm.**, v.60, n. 4, p 416-421, 2007
- OLIVEIRA, Katya Luciane *et al.* Produção científica de 10 anos da revista *Psicologia Escolar e Educacional* (1996/2005). **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 10, n. 2, p.283-291, jun. 2006.
- OLIVEIRA, Roberta Meneses *et al.* Estratégias para promover segurança do paciente: da identificação dos riscos às práticas baseadas em evidências. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.122-129, 2014. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20140018>.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. World alliance for patient safety. Implementation manual surgical safety Checklist (first edition). *Safe Surgery saves lives*. 2008. [cited 2009 Sept 05].
- PADILHA, KIMURA. Aspectos éticos da prática de enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva. *Sobeti em Revista*. 2000, março; 1(1):8-11.
- PAIVA. Qualidade da Assistência hospitalar: avaliação da satisfação dos usuários durante seu período de internação [tese]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, universidade de São Paulo; 2006.
- PEDREIRA; HARADA. *Enfermagem dia a dia: segurança do paciente*. São Caetano do Sul: Yendis Editora; 2009.
- QUADROS, Deise Vacario *et al.* Análise de indicadores gerenciais e assistenciais após adequação de pessoal de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s.l.], v. 69, n. 4, p.684-690, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690410i>.

RADUENZ, et al., Cuidados de enfermagem e segurança do paciente: visualizando a organização, acondicionamento e distribuição de medicamentos com método de pesquisa fotográfica. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [Internet]. nov-dez 2010. 18(6).

REASON. *Human Error*. Cambridge (UK): Cambridge University Press; 1990.

ROTHSCHILD, et al., The Critical Care Safety Study: the incidence and nature of adverse events and serious medical errors in intensive care. *Crit Care Med*. 2005;33(8):1694-700.

SCHOUT, NOVAES. Do registro ao indicador: gestão da produção da informação assistencial nos hospitais. *Ciê. Saúde Coletiva* 2007;12(4):935-944.

SETZ, Vanessa Grespan; DÍNNOCENZO, Maria. Avaliação da qualidade dos registros de enfermagem no prontuário por meio da auditoria. **Acta Paul Enferm**, São Paulo, v. 3, n. 22, p.313-317, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n3/a12v22n3>>. Acesso em: 12 maio 2018.

SILVA, Lolita Dopico da (Ed.). **SEGURANÇADO PACIENTE NO CONTEXTO**

SOLLER, Schelle Aldrei de Lima da; REGIS FILHO, Gilsée Ivan. Uso de indicadores da qualidade para avaliação de prestadores de serviços públicos de odontologia: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 45, p.591-610, jun. 2011.

VILA, ROSSI. O significado cultural do cuidado humanizado em unidade de terapia intensiva: “muito falado e pouco vivido”. *Revista Latino americana Enfermagem*. 2002 março-abril; 10(2):137-44.

VITURI, Dagmar Willamowius; MATSUDA, Laura Misue. Validação de conteúdo de indicadores de qualidade para avaliação do cuidado de enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da Usp*, [s.l.], v. 43, n. 2, p.429-437, jun. 2009.

World Health Organization (WHO). World Alliance for Patient Safety. Forward program 2006- 2007. Acesso 13 jan 2011]. Disponível em: [www.who.int/patientsafety](http://www.who.int/patientsafety).

World Health Organization WHO launches 'Nine patient safety solutions. Geneva; 2007 [citado 2012 jun 2].

# AURICULOTERAPIA NO TRATAMENTO DA LOMBALGIA: REVISÃO DE LITERATURA

## AURICULOTHERAPY IN LOW BACK PAIN TREATMENT: LITERATURE REVIEW

José Júnior de Oliveira Carvalho<sup>1</sup>  
Karen Bárbara Eloy Lima<sup>2</sup>

A lombalgia é definida como dor de característica mecânica, localizada entre a parte mais baixa do dorso (última costela) e a prega glútea. A referida patologia representa uma das queixas mais comuns da população. Dentre as técnicas terapêuticas da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) está a auriculoterapia, que pode ser utilizada como forma de tratamento para a lombalgia. Este estudo tem por objetivo revisar a literatura acerca da auriculoterapia no tratamento da lombalgia, a fim de conhecer os efeitos terapêuticos dessa técnica no tratamento da referida patologia. Este artigo trata de uma revisão de literatura narrativa elaborada com base em livros sobre o conteúdo abordado e em levantamento de artigos publicados entre 1996 e 2016. Estudos demonstram que a auriculoterapia tem papel significativo na redução da dor lombar e na diminuição da utilização de medicamentos. Os artigos analisados destacaram a importância de identificar a localização correta da dor, a fim de se utilizar os pontos auriculares corretamente. A auriculoterapia, aliada ou não a outras técnicas, é considerada como uma ferramenta terapêutica acessível e eficaz no tratamento da lombalgia, reduzindo a dor e melhorando a qualidade de vida do paciente.

**Palavras-chave:** Dor Lombar. Auriculoterapia. Medicina Tradicional Chinesa.

*Low back pain is defined as mechanical pain, located between the lower part of the back (the last rib) and the gluteal fold. This pathology represents one of the most common complaints of the population. Among the therapeutic techniques of Traditional Chinese Medicine (TCM) is the auriculotherapy, which can be used as a form of treatment for low back pain. This study aims to review the literature about auriculotherapy in the treatment of low back pain, in order to assess the therapeutic effects of the technique in the treatment of this pathology. This article is a literature review based on books and articles on the subject published between 1996 and 2016. Studies show that auriculotherapy plays a significant role in the reduction of low back pain and of the use of medicines. The analyzed articles highlighted the importance of identifying the correct location of the pain, in order to use the auricular points correctly. Auriculotherapy allied or not to other techniques is considered as an accessible and effective therapeutic tool in the treatment of low back pain, reducing pain and improving the quality of life of the patient.*

**Keywords:** Low Back Pain. Auriculotherapy. Traditional Chinese Medicine.

Recebido: 02/04/2019

Aceito: 27/06/2019

<sup>1</sup>Fisioterapeuta. Especialista em Acupuntura pelo Instituto Universalis – Salvador – Bahia. <http://lattes.cnpq.br/6067456468550859>. E-mail: josejunior.acupuntura@outlook.com

<sup>2</sup>Biomédica. Especialista em Acupuntura pelo Instituto Universalis – Salvador – Bahia. <http://lattes.cnpq.br/9807113681840464>. E-mail: karen.eloy@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

De acordo com Elias *et al.* (2012), a revisão de literatura narrativa é “fundamental para a aquisição e atualização do conhecimento sobre uma temática específica, evidenciando novas ideias, métodos e subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada”.

A coluna vertebral é considerada o eixo central esquelético do corpo e é constituída por ossos chamados de vértebras. Dentre estas, têm-se sete vértebras cervicais, doze torácicas e cinco lombares (NETTER, 2015).

Freire *et al.* (2004) conceituam lombalgia como uma “dor de característica mecânica, localizada entre a parte mais baixa do dorso (última costela) e a prega glútea”, ao passo que a mesma autora define a lombociatalgia como “dor que irradia para as nádegas e para um ou ambos os membros inferiores”.

Segundo Caraviello *et al.* (2005), a lombalgia representa uma das queixas mais comuns da população. Corroborando essa afirmação, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que cerca de 80% da população do mundo terá ao menos um episódio de dor lombar durante a vida.

Rached *et al.* (2013) apresentaram a classificação da lombalgia de acordo com a origem e com a duração da dor, além de relatarem ser importante questionar sobre os sintomas do paciente e solicitar exames complementares, quando necessário.

A lombalgia é uma patologia que pode ser desencadeada por fatores específicos ou inespecíficos. Quando a causa é bem definida, considera-se a lombalgia como específica e as causas podem ser, por exemplo: doenças inflamatórias e/ou infecciosas, fraturas da coluna vertebral, suspeita de câncer da coluna, alterações psicossociais, tais como depressão e ansiedade, entre outras causas (LADEIRA, 2011). Considera-se inespecífica quando não se identifica a causa exata da dor (RACHED *et al.*, 2013).

Quanto à duração, é possível classificar a dor em: aguda (quando a lombalgia apresenta início súbito e duração de até quatro semanas); subaguda (quando o tempo da dor é de quatro a doze semanas) e, com doze ou mais semanas, classifica-se como lombalgia crônica (NORDIN, BALAGUE, CEDRASCHI, 2006; RACHED *et al.*, 2013).

Os tratamentos convencionalmente utilizados para a lombalgia são: neuroestimulação elétrica transcutânea (TENS), ultrassom, terapia manual, alongamento, relaxamento e massagens (RACHED *et al.*, 2013).

A Medicina Tradicional Chinesa (MTC) é uma ciência originada na China, aproximadamente no ano 400 a.C documentada no livro Huang Di Nei Jin. Esta ciência engloba várias técnicas, dentre elas a acupuntura e a auriculoterapia (SILVÉRIO-LOPES; SEROISKA, 2013), que têm tido grande procura nos últimos anos (NOGUEIRA, 2013).

De acordo com a MTC, existem vários microssistemas (que são áreas reflexas, utilizadas para fins de diagnóstico e/ou de tratamento) no corpo, dentre eles o pavilhão auricular, mãos, pés, abdômen e pulso, entre outros, sendo a terapia através da orelha (auriculoterapia) a mais utilizada (SILVÉRIO-LOPES; SEROISKA, 2013). A auriculoterapia pode ser praticada por profissional habilitado, que utiliza sementes, cristais ou agulhas em pontos específicos, a fim de tratar diversas patologias (FREZZA, 2016).

Como exemplos de patologias tratáveis através da auriculoterapia, cita-se: cefaleia/enxaqueca (SPECHELA; SILVÉRIO-LOPES, 2010), lesões por esforço repetitivo (LER) e doenças ocupacionais relacionada ao trabalho (DORT) (ARAÚJO; ZAMPAR; PINTO, 2006; FUMAGALI; SILVÉRIO-LOPES, 2008), artrites e artroses diversas (ANDRADE; BURIGO, 2010), dismenorria (CAPÓIA; SILVÉRIO-LOPES, 2010), lombalgia e lombociatalgia (TOLENTINO, 2016), entre outras.

Entre as patologias citadas acima, destaca-se o tratamento da lombalgia através da auriculoterapia, por esta apresentar resultados significativos para a maioria dos pacientes, de acordo com os estudos analisados (SILVA; SILVÉRIO-LOPES, 2010; SILVÉRIO-LOPES; SEROISKA, 2013; RACHED *et al.*, 2013; TOLENTINO, 2016).

Nesse contexto, o objetivo geral deste artigo foi revisar dados da literatura acerca da auriculoterapia no tratamento da lombalgia, a fim de conhecer os efeitos terapêuticos dessa técnica no

tratamento da referida patologia.

## METODOLOGIA

Este estudo é numa revisão de literatura narrativa elaborada com base em livros sobre o conteúdo abordado e em levantamento de artigos nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico.

Segundo Rother (2007), a revisão de literatura narrativa caracteriza-se em analisar publicações referentes ao tema selecionado, sejam estas disponibilizadas em livros, revistas eletrônicas ou impressas e editoriais, entre outras fontes.

Os artigos e os livros selecionados foram publicados no período de 1996 a 2016, em língua portuguesa e inglesa. Para a realização da busca, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: dor lombar, auriculoterapia e medicina tradicional chinesa. Após o levantamento inicial, leitura e análise dos artigos e livros, os materiais selecionados foram analisados criticamente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### MEDICINA TRADICIONAL CHINESA

A Medicina Tradicional Chinesa aborda o paciente como um todo, considerando as funções do organismo como integradas, e apresentando, portanto, uma visão holística (KUREBAYASHI, 2007).

A MTC se baseia nos seguintes princípios: Yin e Yang (dois opostos complementares, que juntos formam uma unidade, sendo, portanto, interdependentes), Zang Fu (sistema de órgãos e vísceras da MTC, com características específicas), meridianos (ou canais de energia, onde se encontram os pontos de acupuntura), cinco elementos (os componentes básicos que constituem a natureza) e as cinco substâncias vitais (que são o *Qi*, traduzido como energia vital; *Xue*, que é o sangue; *Jing*, que é a essência ou energia ancestral; *Shen*, que é a consciência ou espírito e *Jin Ye*, que são os fluidos corporais) (MACIOCIA, 2007; TESSER, 2010).

As práticas da MTC abrangem técnicas como acupuntura, auriculoterapia, dietoterapia, fitoterapia, moxabustão, ventosaterapia e práticas corporais, sendo a auriculoterapia bastante utilizada (MACIOCIA, 2007). Desde a sua introdução (ocorrida em 2006, através da portaria nº 971) no Sistema Único de Saúde (SUS) como prática integrativa, a auriculoterapia tem contribuído para o tratamento de diversas patologias, dentre elas a lombalgia (BRASIL, 2006; BETIOL, 2010).

Para a medicina ocidental, são exemplos de causas de lombalgia: sedentarismo, inadequada posição ergonômica no dia a dia, índice de massa corporal, força muscular, entre outras (HOY *et al.*, 2010). Já para a Medicina Tradicional Chinesa, as causas da lombalgia podem ser as emoções tais como medo, preocupação e choques psicológicos; fatores climáticos como por exemplo vento, frio e umidade; além de considerar fatores como dieta irregular, má qualidade do sono, traumas decorrentes de acidentes, distúrbio na energia do rim, entre outros (MACIOCIA, 2007).

Quanto aos distúrbios na energia do rim, Lima e Raposo (2018) destacam que estes podem ser, por exemplo: deficiência do Yang do rim, deficiência do Yin do rim, deficiência da essência do rim e deficiência do *Qi* do rim. A diferenciação entre os tipos de desequilíbrio é feita a partir das manifestações clínicas e das características do paciente, que são levadas em consideração numa consulta com base na MTC (MACIOCIA, 1996).

Vale ressaltar que pontos auriculares são áreas específicas localizadas no pavilhão auricular, que refletem diversas partes do corpo (SOUZA, 2001). O pavilhão auricular é uma área com uma rica

inervação, sendo que os nervos localizados nessa área conectam-se diretamente com o Sistema Nervoso Central (SNC), o que explica os resultados efetivos, não somente no controle da dor, mas também na regulação do organismo (GARCIA, 1999).

Para estimular os pontos auriculares, podem ser utilizadas agulhas, cristais, sementes, estímulos elétricos, pressão mecânica sobre os pontos, entre outros materiais (GARCIA, 1999; TOLENTINO, 2016).

## AURICULOTERAPIA NO TRATAMENTO DA LOMBALGIA

Estudos demonstram que a auriculoterapia tem papel significativo na redução da dor, diminuição da utilização de medicamentos e na melhora da qualidade de vida dos pacientes (ARAÚJO; ZAMPAR; PINTO, 2006; SILVÉRIO-LOPES, 2008; CAPÓIA; SILVÉRIO-LOPES, 2010).

Algumas publicações destacam que fatores biomecânicos (excesso de carga mecânica, postura incorreta e características ergonômicas de assentos) e psicossociais (depressão e ansiedade, por exemplo) constituem importantes causas de dor lombar, tanto em idosos quanto entre jovens (MACGREGOR *et al.*, 2004; GELDHOFF *et al.*, 2007; CHOU *et al.*, 2013).

Como tratamentos convencionais para a lombalgia, Rached *et al.* (2013) citam: neuroestimulação elétrica transcutânea (TENS), ultrassom, terapia manual, alongamento, relaxamento e massagens. Entretanto, sabe-se que, além destes, têm-se as técnicas da MTC como aliadas ao tratamento da referida patologia. Dentre elas, destaca-se o tratamento utilizando a auriculoterapia (SILVÉRIO-LOPES; SEROISKA, 2013).

Em todo o mundo, a lombalgia é a principal causa de incapacidade dos trabalhadores (MEZIAT-FILHO; SILVA, 2011; MURRAY *et al.*, 2012). Tais incapacidades abrangem desde o impedimento e/ou dificuldade na realização de atividades cotidianas à aposentadoria precoce (LUO *et al.*, 2004). Segundo Ladeira (2011), cerca de 30% dos casos da dor lombar aguda podem evoluir para cronicidade. Por isso, faz-se necessário pensar em outras formas de tratamento para a lombalgia (BRAZIL *et al.*, 2004).

Dentre as técnicas terapêuticas que podem ser utilizadas, a acupuntura e a auriculoterapia são bem indicadas, uma vez que estas reduzem as dores e, conseqüentemente, o uso de medicamentos alopatícos (SILVÉRIO-LOPES; SEROISKA, 2013).

Mehret, Colombo e Silvério-Lopes (2010) realizaram um estudo comparativo entre as técnicas de acupuntura auricular, craneopuntura de Yamamoto, eletroacupuntura e cinesioterapia no tratamento da lombalgia crônica, obtendo como resultado um melhor efeito em pacientes tratados com as técnicas de acupuntura, em comparação à cinesioterapia. Além disso, dentre as três técnicas de acupuntura aplicadas, o resultado mais significativo foi observado em pacientes tratados com acupuntura auricular, sendo esta considerada pelos autores como a mais eficaz.

O estudo de Silva e Silvério-Lopes (2010) comparou os efeitos da acupuntura (nos pacientes do grupo A) e da auriculoterapia (nos pacientes do grupo B) em voluntários com lombalgia e lombociatalgia. Os dados mostraram que 70% dos pacientes do grupo A apresentaram melhora significativa da dor e 67% dos pacientes do grupo B obtiveram melhora semelhante. Com esta pesquisa, os autores concluíram que ocorreu redução significativa da dor em ambos os grupos de voluntários da pesquisa.

Rached *et al.* (2013), em um estudo de revisão sobre reabilitação de pacientes com lombalgia inespecífica crônica, destacaram que a acupuntura, aliada à outras técnicas da fisioterapia, possui eficácia considerável. Entretanto, os autores citam que ao comparar acupuntura e massagem como técnicas terapêuticas, os tratamentos com massagens mostraram-se superiores na redução da dor.

Tolentino (2016), em seu estudo sobre efeito de um tratamento com auriculoterapia na dor, funcionalidade e mobilidade de adultos com dor lombar crônica, concluiu que os tratamentos com agulhas e com sementes apresentaram resultados semelhantes, sendo ambos benéficos na redução da lombalgia.

Como exemplos de pontos do pavilhão auricular utilizados no tratamento da lombalgia, os autores

citaram, de maneira geral: shenmen, rim, simpático, analgesia, relaxamento muscular e coluna lombar (SANTOS, 2010; SILVÉRIO-LOPES, SEROISKA, 2013; TOLENTINO, 2016).

Souza (2001) destaca a importância de identificar a localização da dor, a fim de se utilizar os pontos auriculares corretamente. Sobre isso, caso a dor seja na região lombar, utiliza-se o ponto das vértebras lombares; se a dor for na região lombar e glúteos/coxa, os pontos a serem utilizados serão vértebras lombares e ciático ou coxa; e, caso a dor seja apenas na região glútea, ocorrendo ou não irradiação para a coxa e perna, utiliza-se o ponto ciático e o ponto coxa (SILVÉRIO-LOPES; SEROISKA, 2013).

Santos (2010) menciona que a frequência das aplicações e a duração do tratamento dependem sempre, entre outros fatores, do quadro que se tem na real situação. Entretanto, de maneira geral, recomenda-se que sejam feitas 5 a 10 sessões de auriculoterapia em pacientes com queixa de lombalgia, e com intervalo entre uma sessão e outra de aproximadamente 6 a 10 dias (SILVÉRIO-LOPES; SEROISKA, 2013).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos através desta pesquisa, conclui-se que a auriculoterapia é considerada uma ferramenta terapêutica acessível, que apresenta resultados significativos na redução da dor, além de reduzir os gastos com medicações e melhorar a qualidade de vida do paciente.

Sabe-se que a lombalgia afeta grande porcentagem da população e, por isso, é importante conhecer todas as formas de tratamento, para que o paciente opte pelo método terapêutico que considerar mais adequado. Por isso, ressalta-se a importância da utilização da auriculoterapia, que aliada ou não a outras técnicas, apresenta resultados positivos no controle da dor.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. S. C. S.; BURIGO, F. L. **Artrite reumatoide: tratamento com auriculoterapia – estudo de caso retrospectivo.** Monografia de especialização em Acupuntura, IBRATE/UEMP, Itajaí, SC, 40 p., 2010.
- ARAÚJO, A.P.S.; ZAMPAR, R.; PINTO, S.M.E. Auriculoterapia no tratamento de indivíduos acometidos por distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT)/ lesões por esforços repetitivos (LER). **Arq. Ciênc. Saúde Unipar**, Umuarama, v. 10, n. 1, p. 35-42, jan./abr., 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006.** Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília, 2006.
- BRAZIL, V.; *et al.* Diagnóstico e Tratamento das Lombalgias e Lombociatalgias. **Rev Bras Reumatol**, v. 44, n. 6, p. 419-425, 2004.
- CAPÓIA, A. C.; SILVÉRIO-LOPES, S. M. **Dismenorreia: tratamento com acupuntura auricular – estudo de caso.** Monografia de especialização em acupuntura. IBRATE/UEMP, Curitiba, PR, 32 p., 2010.
- CARAVIELLO, E. Z.; *et al.* Avaliação da dor e função de pacientes com lombalgia tratados com um programa de Escola de Coluna. **Acta Fisiatr**, v. 12, n. 1, p. 11-14, 2005.
- CHOU, Y.C. *et al.* Low back pain associated with sociodemographic factors, lifestyle and osteoporosis: A population-based study. **J Rehabil Med**, v. 45, n. 1, p. 76-80, Jan., 2013.
- ELIAS, C. S. R. *et al.* Quando chega o fim?: Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **Revista Eletrônica em Saúde Mental, Álcool e Drogas**, v. 8, n. 1, p. 48-53, 2012.
- FREIRE, M. Lombalgia e lombociatalgia. In: NATOUR, J. *et al.* **Coluna vertebral: conhecimentos básicos.** 2 ed. São Paulo: ETCetera Editora, 2004. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ColunaVertebral.pdf>>.

Acesso em: 04 Mar. 2019.

FREZZA, S. C. **Ansiedade, Estresse e Auriculoterapia**: uma revisão de literatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, 50 p., 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/4180/1/Sinthia%20Concencio%20Frezza.pdf>>. Acesso em: 02 Mar. 2019.

FUMAGALI, E. M.; SILVÉRIO-LOPES, S. M. **Síndrome do túnel do carpo, tratamento por auriculoterapia**: estudo de caso. Monografia de especialização em acupuntura. IBRATE/FAEFIJA, Maringá, PR, 68 p., 2008.

GARCIA, E. G. **Auriculoterapia**. 1ª ed. São Paulo: Roca, 1999.

GELDHOF, E. Backposture education in elementary schoolchildren: a 2-year follow-up study. **Eur Spine J**, v. 16, n. 6, p. 841-850, Jun., 2007.

HOY, D.; *et al.* The Epidemiology of low back pain. **Best Pract Res Clin Rheumatol**, v. 24, n. 6, p. 769-781, Dez., 2010.

KUREBAYASHI, L. F. S. **Acupuntura na saúde pública**: uma realidade histórica e atual para enfermeiros. 2007. 275 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LADEIRA, C. E. Evidence based practice guidelines for management of low back pain: physical therapy implications. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 15, n. 3, p. 190-199, 2011.

LIMA, P. R.; RAPOSO, C. **Zang Fu**: Revelando a cara da síndrome. Porto Alegre: Zen, 2018.

LUO, X. Estimates and patterns of direct health care expenditures among individuals with back pain in the United States. **Spine**, v. 29, n. 1, p. 79-86, 2004.

MACIOCIA, G. **Os Fundamentos da Medicina Chinesa**. 1. ed. São Paulo: Editora Roca, 1996.

MACIOCIA, G. **Os fundamentos da Medicina Chinesa**. Um texto abrangente para acupunturistas e fitoterapeutas. 2. ed. São Paulo: Roca, 2007.

MACGREGOR, A. J.; *et al.* Structural, psychological, and genetic influences on low back and neck pain: a study of adult female twins. **Arthritis Rheum.**, v. 51, n. 1, p. 160-167, Abr., 2004.

MEHRET, M. O. C.; COLOMBO, C. G.; SILVÉRIO-LOPES, S. Estudo comparativo entre as técnicas de acupuntura auricular, craneopuntura de Yamamoto, eletroacupuntura e cinesioterapia no tratamento da lombalgia crônica. **Rev. Bras. Terap. e Saúde**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1-12, jul./dez., 2010.

MEZIAT-FILHO, N.; SILVA, G.A. Invalidez por dor nas costas entre segurados da previdência social do Brasil. **Rev. Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 494-502, 2011.

MURRAY, C.J. *et al.* Disability-adjusted life years (DALYs) for 291 diseases and injuries in 21 regions, 1990-2010: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2010. **Lancet**, v. 380, n.9859, p. 2197-223, Dez., 2012.

NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

NOGUEIRA, P. O SUS em busca de alternativas. **Unesp Ciência**, São Paulo, ano 5, n. 46, p. 18-25, outubro, 2013.

NORDIN, M.; BALAGUE, F.; CEDRASCHI, C. Nonspecific lower-back pain: surgical versus nonsurgical treatment. **Clin Orthop Relat Res.**, v. 443, p. 156-67, Fev., 2006.

RACHED, R. D. V. A.; *et al.* Lombalgia Inespecífica Crônica: reabilitação. **Rev Assoc Med Bras.**, v. 59, n. 6, p. 536-53, 2013.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta paul. Enferm.**, São Paulo, v. 20, n. 2, abr./jun., 2007. Editorial.

SANTOS, J. F. **Auriculoterapia e Cinco Elementos**. 3ª ed. São Paulo: Ícone, 2010.

SILVA, E.; SILVÉRIO-LOPES, S. Lombalgia e lombociatalgia - estudo comparativo da analgesia com acupuntura sistêmica e auricular. **FIEP-bulletin**, v. 80, (Special Edition - Article II), 2010.

SILVÉRIO-LOPES, S.; SEROISKA, M. A. Auriculoterapia para analgesia. In: SILVÉRIO-LOPES, S. (Ed.), **Analgesia por acupuntura**. Curitiba, PR: Omnipax, 2013. p. 1-22.

SOUZA, M. P. **Tratado de Auriculoterapia**. 1 ed. Brasília: Fisioterapia Integrada de Brasília, 2001.

SPECHELA, K. M.; SILVÉRIO-LOPES, S. M. **Tratamento de enxaqueca com acupuntura auricular: estudo de caso**. Monografia de especialização em acupuntura. IBRATE/UENP, Londrina, PR, 66 p., 2010.

TESSER, C. D. (Org.). **Medicinas complementares: o que é necessário saber** (homeopatia e medicina tradicional chinesa/acupuntura). São Paulo: Editora UNESP, 2010.

TOLENTINO, F. **Efeito de um tratamento com auriculoterapia na dor, funcionalidade e mobilidade de adultos com dor lombar crônica**. 2016. 51 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Universidade Estadual Paulista – Instituto de Biociências, Rio Claro, 2016.